

OS VÁRIOS PARANÁS:

AS ESPACIALIDADES
SOCIOECONÔMICO-INSTITUCIONAIS
NO PERÍODO 2003-2015



OS VÁRIOS PARANÁS

**OS VÁRIOS PARANÁS:
AS ESPACIALIDADES SOCIOECONÔMICO-INSTITUCIONAIS
NO PERÍODO 2003-2015**

CURITIBA

2017

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ALBERTO RICHA - *Governador*

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

JURACI BARBOSA SOBRINHO - *Secretário*

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR - *Diretor-Presidente*

ARISTIDES RODRIGUES DO PRADO NETO - *Diretor Administrativo-Financeiro*

DANIEL NOJIMA - *Diretor do Centro de Pesquisa*

FRANCISCO JOSÉ GOUVEIA DE CASTRO - *Diretor do Centro Estadual de Estatística*

EQUIPE TÉCNICA

Ana Claudia de Paula Muller

Claudio de Jesus de Oliveira Esteves

Luiz Antonio Cortesi

Maria Isabel O Barion

Maria Salete Zanchet

Neda Mohtadi Doustdar

Oduvaldo Bessa Junior

Roberto Carlos Evencio de Oliveira da Silva

Sandra Teresinha da Silva

Vilmar Gross

Colaboração

Leonildo Pereira de Souza

Paulo Roberto Delgado

Rosa Maria Moura da Silva

Geoprocessamento

Julio César de Ramos

Lucrecia Zaninelli

EDITORAÇÃO

Maria Laura Zocolotti - Coordenação

Claudia Ortiz - Revisão de texto

Ana Rita Barzick Nogueira e Léia Rachel Castellar - Editoração eletrônica

Regia Toshie Okura Filizola - Capa e projeto gráfico

Stella Maris Gazziero - Mapas

Natália Vicente Montanha Teixeira - Normalização bibliográfica

I59e Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
As especialidades socioeconômico-institucionais no período 2003-2015 /
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba :
IPARDES, 2017.
239p.

Estudo Os Vários Paranás

1. Desenvolvimento regional. 2. Desenvolvimento econômico.
3. Desenvolvimento social. 4. Desigualdades regionais. 5. Paraná. I. Título.

CDU 332.14(816.2)

LISTA DE SIGLAS

ADAPAR	Agência de Defesa Agropecuária
APA	Área de Proteção Ambiental
APROTEC	Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
DERAL	Departamento de Economia Rural
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FECEA	Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBQP	Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade
IEL	Instituto Euvaldo Lodi
IES	Instituições de Ensino Superior
IFPR	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Inmetro	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
OCEPAR	Organização das Cooperativas do Estado do Paraná
PE	Parque Estadual
PEHIS-PR	Plano de Habitação de Interesse Social do Paraná
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROUNI	Programa Universidade para Todos
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais



REPARTE	Rede Paranaense de Incubadoras e Parques Tecnológicos
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEAB	Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEFA	Secretaria de Estado da Fazenda
SETI	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
SIAGRO	Sistema de Monitoramento do Comércio e Uso de Agrotóxico
SICAP	Sistema de Cadastro e Prestação de Contas
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UENP	Universidade Estadual do Norte do Paraná
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UNESPAR	Universidade Estadual do Paraná
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro-Oeste
UNILA	Universidade Federal de Integração Latino-Americana
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
1 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS	10
1.1 INDICADORES UTILIZADOS.....	14
2 O PARANÁ NO CONTEXTO NACIONAL E DA REGIÃO SUL	21
3 A IDENTIFICAÇÃO DE ESPACIALIDADES SOCIOECONÔMICO-INSTITUCIONAIS	48
4 A EVOLUÇÃO DAS ESPACIALIDADES SOCIOECONÔMICO-INSTITUCIONAIS	53
4.1 PRIMEIRO ESPAÇO ECONÔMICO RELEVANTE	53
4.1.1 Dimensão Econômica.....	53
4.1.2 Infraestrutura Técnico-Científica.....	65
4.1.3 Dimensão Social.....	68
4.1.4 Dimensão Ambiental	72
4.2 SEGUNDO ESPAÇO ECONÔMICO RELEVANTE	76
4.2.1 Dimensão Econômica.....	76
4.2.2 Infraestrutura Técnico-Científica.....	84
4.2.3 Dimensão Social.....	87
4.2.4 Dimensão Ambiental	92
4.3 TERCEIRO ESPAÇO ECONÔMICO RELEVANTE	94
4.3.1 Dimensão Econômica.....	94
4.3.2 Infraestrutura Técnico-Científica.....	101
4.3.3 Dimensão Social.....	103
4.3.4 Dimensão Ambiental	108

4.4	PORÇÃO SUDOESTE	110
4.4.1	Dimensão Econômica	110
4.4.2	Infraestrutura Técnico-Científica	116
4.4.3	Dimensão Social	118
4.4.4	Dimensão Ambiental	121
4.5	PORÇÃO NOROESTE	123
4.5.1	Dimensão Econômica	123
4.5.2	Infraestrutura Técnico-Científica	129
4.5.3	Dimensão Social	131
4.5.4	Dimensão Ambiental	136
4.6	ESPAÇO ESPECIALIZADO DO CENTRO-ORIENTAL	139
4.6.1	Dimensão Econômica	139
4.6.2	Infraestrutura Técnico-Científica	143
4.6.3	Dimensão Social	144
4.6.4	Dimensão Ambiental	149
4.7	NORTE PIONEIRO	151
4.7.1	Dimensão Econômica	151
4.7.2	Infraestrutura Técnico-Científica	155
4.7.3	Dimensão Social	156
4.7.4	Dimensão Ambiental	161
4.8	ESPACIALIDADES SOCIALMENTE CRÍTICAS	162
4.8.1	Porção Central	163
4.8.1.1	Dimensão Social	163
4.8.1.2	Dimensão Econômica	174



4.8.1.3	Infraestrutura técnico-científica	179
4.8.1.4	Dimensão Ambiental	181
4.8.2	Vale do Ribeira	184
4.8.2.1	Dimensão Social	184
4.8.2.2	Dimensão Econômica e infraestrutura técnico-científica	191
4.8.2.3	Dimensão Ambiental	194
5	OS VÁRIOS PARANÁS NO PERÍODO 2003-2015	196
	REFERÊNCIAS	228
	ANEXO MAPAS E TABELAS	236



APRESENTAÇÃO

Em 2003, o IPARDES instituiu um núcleo de pesquisa para a realização de estudos que pudessem subsidiar a proposição de políticas de desenvolvimento regional e urbano para o Estado. Diferentemente de trabalhos anteriores, que partiram de recortes territoriais já estabelecidos, esse núcleo utilizou-se de recurso metodológico distinto que permitisse identificar a organização regional do Estado especialmente a partir da análise de conjuntos de indicadores econômicos, sociais, políticos e da estrutura técnico-científica municipal. Os resultados deste trabalho foram consolidados em uma série de documentos conhecidos como Os Vários Paranás.¹

O estudo Os Vários Paranás, desde então, constituiu-se em importante referência para a definição de políticas e ações do governo do Estado e municípios. Sua principal contribuição foi a identificação dos municípios e espacialidades paranaenses segundo sua participação na dinâmica socioeconômica do estado, o que permitiu o estabelecimento de prioridades (regionais e municipais) por parte da administração pública; a distinção do tipo, nível e intensidade da ação estatal; o direcionamento de recursos financeiros; e o estabelecimento de metas para o acompanhamento do desempenho socioeconômico regional e municipal por meio dos indicadores selecionados.

Considerando o intervalo de 10 anos desde sua conclusão, este trabalho atualiza o estudo a partir da mesma metodologia, fonte de dados e, sempre que possível, dos mesmos indicadores utilizados originalmente. Foram ainda acrescentadas fontes e indicadores que pudessem agregar novos elementos à análise. Isso permitiu comparar as condições dos municípios e espacialidades identificadas originalmente, avaliar sua evolução, bem como verificar se as características e relações inter-regionais identificadas em 2005 se mantiveram ao longo do tempo.

Por conseguinte, este estudo oferecerá ao Paraná novos elementos e informações para avaliar a ação dos agentes públicos e privados no período compreendido entre 2003 e 2015, e ainda idealizar novas políticas e corrigir rumos de outras em andamento, assegurando uma pauta consistente em torno do desenvolvimento socioeconômico do Estado.

¹ Compõem este estudo: a) Os Vários Paranás: estudos socioeconômicos-institucionais como subsídio aos planos de desenvolvimento regional, publicado em 2005; b) Os Vários Paranás: linhas de ação para as dimensões econômica, social e institucional: subsídios à política de desenvolvimento regional, publicado em 2006; c) Oeste paranaense: o 3.º espaço relevante: especificidades e diversidades, publicado em 2008; d) Os Vários Paranás: sudoeste paranaense: especificidades e diversidades, publicado em 2009.

1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho foi realizado seguindo os mesmos pressupostos teórico-metodológicos adotados no primeiro estudo Os Vários Paranás (IPARDES, 2005). A metodologia desenvolvida pelo corpo técnico do IPARDES, naquele momento, inovou ao possibilitar a identificação de espaços econômicos relevantes² e as espacialidades socialmente críticas do Paraná, a partir de amplo número de dados, informações e indicadores municipais e o estudo das relações internas e externas ao Estado existentes a partir de seus municípios. Ainda, por ter adicionado ao estudo a análise da organização da base institucional social, econômica, científico-tecnológica, financeira e política, pública e privada, que contribui e explica, sobremaneira, o desenvolvimento, como um todo, do Paraná.

A pesquisa baseou-se fundamentalmente nos referenciais teóricos e analíticos de Celso Furtado, para o qual a sociedade é caracterizada por uma estrutura complexa, que traduz formas econômicas e sociais diversas. Para ele, desenvolvimento econômico é "um processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas – preexistentes ou criadas pela própria mudança – são satisfeitas através de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas" (FURTADO, 1964, p.29). Dessa forma, Furtado associa a estrutura econômica e a estrutura social, e postula que o desenvolvimento ocorre quando mudanças na forma de produção (estrutura econômica) geram avanços sociais e impulsionam a qualidade de vida.

Também, para Furtado, o desenvolvimento possui pelo menos três dimensões:

[...] a do incremento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação de necessidades elementares da população e a da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos. A terceira dimensão é, certamente, a mais ambígua, pois aquilo a que aspira um grupo social pode parecer para outros simples desperdício de recursos. Daí que essa terceira dimensão somente chegue a ser percebida como tal se incluída num discurso ideológico (FURTADO, 2000, p.22).

² A ideia de espaço econômico relevante foi tomada já no estudo de 2005, de Diniz e Crocco (1996), que a usaram na identificação das aglomerações industriais relevantes.

Portanto, para Furtado, o crescimento econômico pode ocorrer espontaneamente pela interação das forças de mercado, mas o desenvolvimento social é fruto de uma ação política deliberada. Por isso, o Estado aparece em destaque em sua obra como importante instrumento para resolver problemas estruturais. Para o autor, a superação do subdesenvolvimento "não se daria ao impulso das simples forças do mercado, exigindo um projeto político apoiado na mobilização de recursos sociais" (FURTADO, 1992, p.74-75). Ou seja, o desenvolvimento pressupõe planejamento. Daí a centralidade do Estado em suas análises, por ser o único capaz de identificar e buscar os avanços sociais, mas também por seu papel decisivo na alocação de recursos e na definição de setores estratégicos da economia. Em síntese, quando o planejamento visa ao desenvolvimento, a meta do governo deve se refletir em um processo de mudança nas estruturas sociais, privilegiando a redução das disparidades.

Acompanhando esse referencial teórico, este estudo também tomou como fio condutor a divisão social do trabalho, categoria capaz de mediar o entendimento entre o processo de desenvolvimento em geral e o desenvolvimento específico de uma economia e sociedade particular. O encaminhamento do estudo nessas bases permite analisar os padrões e as articulações efetivas e potenciais entre as várias unidades territoriais; apontar a natureza da inserção da economia municipal, regional e estadual em ambientes mais amplos; identificar especializações, centralidades e complementaridades econômicas; discriminar e hierarquizar os fatores condicionantes e coadjuvantes dos processos sociais, econômicos, políticos, etc. Como resultado, é possível explicitar a adequada escala espacial do problema e das potencialidades do desenvolvimento.³

Operacionalmente, este trabalho desenvolveu-se em duas grandes etapas: a identificação das espacialidades socioeconômico-institucionais e a evolução das espacialidades socioeconômico-institucionais no período 2003-2015.

Para a identificação das espacialidades, realizou-se o levantamento dos dados e indicadores seguindo o mesmo procedimento realizado no estudo original. Foram organizadas duas matrizes de análise: uma econômica e institucional, e a segunda, social. A primeira permitiu identificar os municípios com maior expressão econômica, relacionando informações sobre valor adicionado fiscal (VAF), valores

³ Para maior conhecimento, acessar: IPARDES. **Os vários Paranás**: estudos socioeconômico-institucionais como subsídio aos Planos de Desenvolvimento Regional. Curitiba: IPARDES, 2005. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/varios_paranas.pdf>.

de entrada e de saída, emprego formal, ocupação e produção agropecuária. Sobre essa matriz foram acrescentadas informações da infraestrutura técnico-científica, apontando os municípios concentradores desses ativos institucionais. A sobreposição desses indicadores evidenciou os municípios relevantes⁴ e um conjunto de espacialidades com diferentes níveis de relevância econômica e institucional.

A segunda matriz considerou um conjunto de 15 indicadores⁵ das áreas de saúde, educação, moradia, renda, IDH, de pobreza e outros, que expressam as situações de carência e vulnerabilidade da população paranaense. O estudo desses indicadores foi realizado em duas fases. Na primeira, cada município foi analisado individualmente, em cada um dos indicadores, e foram destacados os que apresentavam indicadores sociais em piores condições que a média estadual.⁶ Na segunda, foram identificados os 10% (39 municípios) mais críticos do Estado, ou seja, aqueles que se encontravam nas piores condições em cada um dos indicadores estudados, denominados genericamente de municípios socialmente críticos.

Após o término dessa primeira etapa do trabalho, com a identificação dos municípios economicamente relevantes, dos socialmente críticos e do grau de relevância de cada espacialidade, iniciou-se a segunda etapa, que teve o propósito de verificar o comportamento interno das espacialidades desde a publicação do estudo original. Para que isso fosse possível, manteve-se o

⁴ O recorte adotado na análise dos indicadores econômicos foi a participação do município no total do Estado igual ou superior a 0,25%. Tal recorte foi adotado por considerar-se que, numa divisão equitativa entre a totalidade dos municípios paranaenses (399), esse percentual corresponderia, aproximadamente, à participação unitária dos municípios. Ou seja, se todos municípios se inserissem igualmente na dinâmica econômica estadual, todos deveriam contribuir com, aproximadamente, 0,25% de cada indicador.

⁵ Foram utilizados os seguintes indicadores: Taxa de mortalidade infantil, óbitos de 0 a 5 anos por causas evitáveis, Esperança de vida ao nascer, Índice de idosos, Índice de Gini, Renda *per capita*, Proporção de pobres, IDHM, Déficit habitacional, Densidade domiciliar, Domicílios sem esgotamento sanitário, Taxa bruta de frequência escolar, Taxa de analfabetismo, Escolaridade do responsável pelo domicílio na faixa Sem instrução e Ensino Fundamental incompleto, e na faixa Ensino Médio completo e Ensino Superior incompleto e completo.

⁶ A condição pior ou melhor que a média estadual está relacionada ao indicador analisado. Ou seja, o pior resultado municipal, dependendo do indicador, pode ser acima ou abaixo do valor obtido em nível estadual. Exemplificando: municípios com Taxa de mortalidade infantil maior que a taxa estadual encontram-se em pior situação que o Estado. Ao contrário, na Taxa bruta de frequência escolar ou no Índice de idosos, valores municipais menores que o estadual apontam os municípios em situação pior que a do Estado.

agrupamento dos municípios segundo as características principais verificadas na primeira etapa do trabalho e a proximidade com os conjuntos de municípios e municípios-polo que emergiram como relevantes na matriz de indicadores econômicos e institucionais.

Esse procedimento não teve como objetivo estabelecer recortes territoriais que apontassem a existência de regiões, tampouco deve ser tomado com esse propósito. Não se pode afirmar que os municípios reunidos sejam homogêneos ou atuem em complementaridade, de modo a conformarem regiões socioeconômicas. No entanto, esse recorte foi necessário para propiciar um olhar direcionado para cada uma das espacialidades que emergiram do primeiro momento do trabalho, e para identificar a existência de movimentos na dinâmica socioeconômica interna que pudessem indicar consolidação ou mudança de trajetórias econômicas, avanços sociais e espraiamentos territoriais. Esses elementos contribuem para o monitoramento de políticas setoriais, e outras mais amplas em andamento, o redirecionamento de prioridades, servindo de subsídio ao estabelecimento de estratégias de desenvolvimento.

No estudo Os Vários Paranás, publicado em 2005, as informações referentes ao meio ambiente não constituíram uma matriz específica para definição das espacialidades. A temática ambiental foi tratada transversalmente, subsidiando as análises econômica e social, com base no estudo Leituras Regionais, realizado pelo IPARDES em 2004. No presente estudo, optou-se por realizar análises específicas da dimensão ambiental em cada espacialidade. Para tanto, foram selecionados indicadores julgados relevantes na compreensão do desenvolvimento regional e na sustentabilidade das espacialidades identificadas em 2005.

Estes indicadores estão relacionados com a dimensão ambiental (uso de agrotóxicos e vulnerabilidade socioambiental), com a dimensão social na área da saúde (contaminação por agrotóxicos) e com a gestão de resíduos e saneamento (coleta e destino dos resíduos sólidos). Complementando a dimensão ambiental, este trabalho incorpora também a análise do ICMS Ecológico, pois além da utilização dos recursos provenientes deste repasse em atividades de cunho sustentável, o município também pode investi-los em atividades consideradas relevantes para o seu desenvolvimento.

Complementando a análise, buscou-se ainda verificar a situação do Paraná no contexto nacional e da Região Sul, a partir de indicadores que permitissem avaliar o nível de inserção econômica e social do Estado na divisão regional e nacional do trabalho, bem como dimensionar o grau dos resultados sociais obtidos ao longo da década investigada. Os resultados desta análise estão sistematizados no Capítulo 2.

1.1 INDICADORES UTILIZADOS

Para permitir a comparabilidade entre os períodos estudados nas duas investigações, foram empregados, sempre que possível, os mesmos indicadores selecionados no trabalho original e suas respectivas bases de dados, considerando o município como unidade de análise. No intervalo 2003-2015, algumas fontes de dados produziram alterações metodológicas em parte dos indicadores utilizados no primeiro momento, o que comprometeu a análise comparativa.

Na dimensão econômica, a maior dificuldade decorreu da alteração da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), em 2006, que resultou em intensa modificação na tabela de códigos e denominações. Como consequência, os indicadores econômicos passaram a ser disponibilizados, a partir de 2007, tendo a nova tabela como referência.

Diante desse impasse, a análise econômica foi concentrada nos períodos de 2007 a 2013, e a comparação dos dados para os períodos de 2003 (último ano analisado pelo estudo de 2005) e 2013 (último ano analisado pelo estudo atual) ficou comprometida em parte. Ou seja, prejudicou a investigação quantitativa da evolução dos municípios no período 2003-2013 para estudos mais desagregados, particularmente para as atividades econômicas que sofreram maior modificação na nova tabela CNAE. Entretanto, não inviabilizou avaliar e dimensionar, no estudo atual, a presença e o porte das atividades e setores econômicos em cada um dos municípios e espacialidades, conforme identificado no trabalho anterior.

A avaliação do desempenho econômico estadual foi realizada em comparação com os resultados obtidos em nível nacional e pelos estados da Região Sul do país. Para tal, foram utilizados os indicadores Produto Interno Bruto (PIB) e Valor de Transformação Industrial, ambos disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O índice de inflação utilizado neste trabalho foi o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), produzido pelo IBGE. E para dimensionar o mercado de trabalho, foram empregados os dados de postos de trabalho formais, disponibilizados pelo Ministério do Trabalho por meio da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Para o estudo econômico internamente ao Estado, utilizou-se o levantamento do Valor Adicionado Fiscal, Valores de Entrada e Saída, dados fiscais disponibilizados pela Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná (SEFA). Os dados de emprego foram obtidos da RAIS, além dos dados de População Economicamente Ativa (PEA), calculada pelo IBGE, com base no Censo Demográfico. Em relação à

produção agropecuária, utilizou-se o Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP), disponibilizado pelo Departamento de Economia Rural (DERAL), da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAB). Para o trabalho de 2005, contou-se também com outra fonte importante, o banco de dados da SEFA por empresas, mas que não foi disponibilizado para a equipe técnica para a realização deste trabalho. Consequentemente, em relação ao primeiro estudo Os Vários Paranás, não foi possível, neste trabalho, identificar as empresas que capitaneiam a economia estadual e em cada um dos municípios.

Em relação à infraestrutura técnico-científica, em 2003 o levantamento e mapeamento desses ativos presentes no Paraná consideraram os institutos e fundações de pesquisa, desenvolvimento e tecnologia, incubadoras e parques tecnológicos e instituições de ensino superior presentes em bases de dados secundárias. Além disso, tendo em vista o papel fundamental que desempenham no desenvolvimento econômico e social regional, também foram realizados levantamentos complementares como os referentes aos cursos técnicos e às cooperativas agropecuárias e de crédito existentes no Estado.

No presente estudo, buscou-se atualizar essas informações utilizando os mesmos indicadores e base de dados usados anteriormente. Entretanto, considerando que a atualização dessas bases acontece em momentos diferentes, os dados disponibilizados variam de 2012 a 2015, conforme as seguintes fontes:

- Instituições de Ensino Superior (IES): Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), Censo da Educação Superior (2012);
- Parques Tecnológicos e Incubadoras: Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores - APROTEC (2014) e Rede Paranaense de Incubadoras e Parques Tecnológicos - REPARTE (2015);
- Institutos e Fundações de Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia: Cadastro Estadual de Fundações do Estado do Paraná – Sistema de Cadastro e Prestação de Contas - SICAP do Ministério Público do Paraná de 2015;
- Laboratórios: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) de 2014;
- Cooperativas: Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR) de 2015;
- Cursos Técnicos: Censo Escolar, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) de 2014.

Com a sistematização dessas informações, buscaram-se elementos que contribuíssem com a caracterização dos espaços econômicos relevantes, apontando aqueles que apresentam maior concentração e representação técnica e econômica, os menos providos de infraestrutura econômico-institucional e aqueles que apresentam maior atratividade para a população e para atividades produtivas.

A matriz dos indicadores da área social também teve de ser revista. Em 2005, ela foi, em sua maioria, composta por indicadores disponibilizados pelo Censo Demográfico, portanto, relativos a 2000. Considerando que houve mudanças metodológicas em parte deles, não permitindo a comparabilidade no período, foi necessário realizar substituições em alguns, para os dois períodos, mantendo o mesmo conjunto que expressasse a situação que se buscou identificar no primeiro estudo. Além do Censo Demográfico, foram empregados indicadores do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, disponibilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (PNUD, 2013).

Por conseguinte, foram substituídos os seguintes indicadores:

- Anos de estudo do responsável pelo domicílio – faixa de até 3 anos de estudos e sem instrução, substituído por Sem Instrução e Ensino Fundamental incompleto, ambos calculados pelo IBGE a partir do Censo Demográfico, que alterou a forma de apresentação da escolaridade do chefe de domicílio no Censo de 2010.
- Anos de estudo do responsável pelo domicílio – faixa de 11 anos e mais de estudos, substituído por Ensino Médio e Ensino Superior incompleto e completo, ambos calculados pelo IBGE a partir do Censo Demográfico, que alterou a forma de apresentação da escolaridade do chefe de domicílio no Censo de 2010.
- Rendimento do responsável pelo domicílio nas faixas com menos de 1 salário mínimo e sem rendimento e mais de 15 salários mínimos, calculado pelo IBGE a partir do Censo Demográfico, substituído por Renda per capita, disponibilizado pelo PNUD, em reais de agosto de 2010.
- Desigualdade de renda, calculado pelo IBGE a partir da razão entre o valor do rendimento mediano mensal dos responsáveis pelos domicílios particulares permanentes e o valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas com rendimento, responsáveis

pelos domicílios particulares permanentes, substituído por Índice de Gini,⁷ calculado pelo PNUD, que expressa a desigualdade de distribuição de renda no conjunto da população estudada.

- Taxa de pobreza, calculado em um estudo feito pelo IPARDES (2003) que mediu o percentual de famílias com renda mensal *per capita* até 1/2 salário mínimo sobre o total de famílias residentes, substituído por Proporção de pobres, calculado pelo PNUD, que aponta a proporção de indivíduos que vivem em domicílios particulares permanentes com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais, em reais de agosto de 2010.
- Percentual de domicílios deficientes, calculado pela Fundação João Pinheiro, medindo a deficiência no acesso aos serviços de abastecimento de água em rede, iluminação elétrica, instalação sanitária e coleta de lixo urbano, substituído por Percentual da população em domicílios com densidade superior a duas pessoas por dormitório, calculado pelo PNUD, a partir da razão entre a população que vive em domicílios particulares permanentes com densidade superior a 2 pessoas por dormitório e a população total residente em domicílios particulares.
- Percentual de domicílios carentes calculado pela Fundação João Pinheiro, medindo a ausência de alguma das modalidades – abastecimento de água em rede, iluminação elétrica, instalação sanitária e coleta de lixo urbano – , substituído por Percentual de domicílios sem esgotamento sanitário (urbano e rural), calculado pelo Censo Demográfico, levantando a proporção de domicílios particulares permanentes da zona rural e urbana sem esgotamento/atendimento sanitário, isto é, sem rede geral ou fossa séptica.
- Óbitos de 0 a 9 anos por causas evitáveis, substituído por Óbitos 0 a 5 anos por causas evitáveis, ambos disponibilizados pelo Departamento de Informática do SUS (DATASUS). Neste caso, a mudança deveu-se à compreensão de que a faixa de 0 a 5 anos expressa melhor os óbitos decorrentes de causas evitáveis, particularmente, porque nessa faixa etária completa-se a vacinação obrigatória, portanto, é faixa prioritária de atendimento dos serviços públicos de saúde.

⁷ Este indicador é usado para medir a desigualdade social, apresentando dados entre o número 0 e o número 1, onde zero corresponde à completa igualdade entre as rendas (onde todos detêm a mesma renda *per capita*) e 1, que corresponde à completa desigualdade entre as rendas (onde um indivíduo ou uma pequena parcela da população detêm toda a renda e os demais nada têm).

Observa-se que o IDH-M, embora tenha constado nos dois períodos, teve de ser reavaliado para 2000, em função da mudança metodológica desencadeada pelo PNUD na formação desse indicador.

Na dimensão ambiental, o trabalho tomou como base a publicação "Indicadores de Desenvolvimento Sustentável por Bacias Hidrográficas do Estado do Paraná" (IPARDES, 2013). Também incorporou estudos específicos dos indicadores de uso e contaminação por agrotóxicos, vulnerabilidade socioambiental, e coleta e destino dos resíduos sólidos, selecionadas por serem variáveis importantes para avaliação do desenvolvimento sustentável local.

O indicador Uso de Agrotóxicos é uma variável que indica a quantidade de agrotóxico consumida, englobando todas as categorias e tipos de produtos aplicados por área. As informações foram elaboradas a partir do banco de dados do Sistema de Monitoramento do Comércio e Uso de Agrotóxico (SIAGRO) da Agência de Defesa Agropecuária (ADAPAR) da SEAB. O resultado apresentado refere-se à quantidade consumida de agrotóxicos e é expresso em quilograma/hectare/ano, no ano de 2011.

A vulnerabilidade socioambiental apresenta-se como resultado da integração entre variáveis, indicadoras de desastres naturais e assentamentos precários registrados nos municípios do Paraná. As ocorrências de desastres naturais foram obtidas a partir do banco de dados da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Paraná, entre os anos de 1980 e 2011, enquanto as informações de assentamentos precários fazem parte do Plano de Habitação de Interesse Social do Paraná (PEHIS-PR), realizado pelo IPARDES em convênio com a COHAPAR e publicado no ano de 2010.

Para este trabalho, o termo assentamentos precários se refere aos aglomerados subnormais (favelas) e loteamentos irregulares ou clandestinos. O primeiro se liga a um conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características abaixo:

- irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes;
- carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública).

Os loteamentos irregulares ou clandestinos são todos aqueles que não têm autorização, seja porque os órgãos públicos competentes não têm conhecimento de sua existência, seja porque, quando levado a seu conhecimento, não adquirem a aprovação para sua implementação e comercialização.



As informações sobre intoxicação por agrotóxicos no Paraná, no ano de 2011, foram baseadas em dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação/DATASUS do Ministério da Saúde. Os resultados estão apresentados como taxas de notificações por 100 mil habitantes, permitindo a comparação entre locais com diferentes tamanhos de população.

Quanto às informações de serviços, foram utilizados dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2012), no que se refere à coleta de lixo; e utilizados dados do Plano de Gestão Integrada e Associada de Resíduos Sólidos Urbanos do Estado do Paraná (PARANÁ, 2011), realizado pela Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, para análise da destinação de resíduos sólidos urbanos.

Os dados utilizados para análise do ICMS Ecológico foram obtidos junto à Base de Dados do Estado/IPARDES, tendo como fonte a SEFA. As análises compreendem o período de 2004 a 2013. O ICMS Ecológico é um instrumento de estímulo à conservação da biodiversidade, pelo qual o município é compensado pelas áreas conservadas já existentes, sendo incentivado à criação de novas áreas protegidas. Instituído em forma de lei,⁸ o ICMS Ecológico corresponde a 5% dos 25% do ICMS total repassado pelo Estado aos municípios.⁹ A lei que o instituiu também definiu o cálculo do índice de compensação e incentivo fiscal, mediante a consideração de critérios ambientais para calcular a participação dos municípios que integram o cadastro oficial dos detentores de unidades de conservação. São beneficiados com esse instrumento municípios que abrigam em seu território unidades de conservação ambiental, ou que sejam diretamente influenciados por elas, e aqueles com mananciais de abastecimento público.¹⁰

A questão ambiental, sob a perspectiva dos indivíduos que interagem em seu núcleo político-social, que é o município, remete à observância de critérios e ações conjuntas dos principais atores-vetores atuantes na comunidade: o governo, as empresas e demais instituições ali instaladas e seus habitantes.

⁸ Lei Complementar n.º 59/1991 e suas alterações, regulamentada pelo Decreto n.º 974/1991 e demais instrumentos legais.

⁹ O ICMS constitui-se na principal fonte arrecadadora do Estado, sendo que, do total arrecadado, 75% fica para o Estado e 25% é repassado aos municípios.

¹⁰ As unidades de conservação ambiental são as áreas de preservação ambiental, estações ecológicas, parques, áreas indígenas, faxinais, reservas florestais, florestas, hortos florestais, áreas de relevante interesse de leis ou decretos federais, estaduais ou municipais, de propriedade pública ou privada. Os municípios contemplados pelo critério de mananciais são aqueles que abrigam em seu território parte ou o todo de bacias hidrográficas de mananciais de abastecimento público para municípios vizinhos.

Assim, a combinação de esforços objetivando o desenvolvimento da economia local impõe a conjugação de esforços para que não ocorram intervenções que possam gerar desequilíbrio ao ambiente, propiciando respostas mitigadoras que têm efeitos negativos para todos.

Conforme Sachs (2012), o desenvolvimento ambiental não pode ser dissociado das questões sociais e econômicas.

Historicamente tivemos a economia política, depois simplificaram só para economia. Aí voltamos, nos últimos 40 anos, a uma visão bidimensional, de olhar a economia e a sociedade. Depois acrescentamos o segmento ambiental e formamos um tripé, passando a pensar em uma ecossocioeconomia. [...] É uma visão do desenvolvimento em que os objetivos são sempre os sociais, existe uma condicionalidade ambiental e, para que as coisas aconteçam, é preciso dar às propostas uma viabilidade econômica (SACHS, 2012).

Desta forma, a quota do ICMS Ecológico repassada aos municípios atua como compensação financeira pelas áreas verdes municipais não sujeitas a atividades econômicas, e ainda promove a preservação da cobertura vegetal e dos mananciais de abastecimento, sob os critérios estabelecidos, de conservação dos biomas naturais da região e sua ampliação, sob os mesmos critérios.

Conjuntamente, sob esta égide, poderá a administração municipal, utilizando-se deste mecanismo financeiro e de outros recursos que dispuser, impulsionar ações de cunho social que permitam o desenvolvimento das atividades municipais em harmonia com o ambiente, tais como saneamento básico, proteção dos entornos de rios e córregos e demais cuidados, de modo a garantir a melhor condição possível para o desenvolvimento social, bem como das Unidades de Conservação e mananciais existentes.



2 O PARANÁ NO CONTEXTO NACIONAL E DA REGIÃO SUL

Ao longo do século XX o Brasil e o Paraná, em particular, passaram por grandes transformações econômicas e sociais que impactaram fortemente em suas populações sob vários aspectos. Nos últimos 40 anos, houve uma mudança no padrão de fecundidade das famílias brasileiras devido a mudanças em aspectos sócio-econômicos e culturais, e pela adoção de métodos contraceptivos mais eficientes, que provocaram a redução nos níveis de fecundidade da população feminina e promoveram mudanças no perfil etário de reprodução (CAMPOS; BORGES, 2015). Ao mesmo tempo, observou-se forte tendência de queda da mortalidade em várias regiões brasileiras, inclusive no Paraná, que prosseguiu em ritmo de queda no final do século, porém mais lento. Todo esse processo gerou um impacto na estrutura etária e alterou a pirâmide etária da população, provocando redução do segmento etário infanto-juvenil e aumento da população adulta, principalmente a idosa. Ao mesmo tempo, as migrações internas ocorridas nas últimas décadas, e que sustentaram o crescimento da oferta de mão de obra para os mercados industriais do centro-sul brasileiro, esvaziaram as áreas rurais do território nacional e evidenciaram acelerado processo de urbanização em todo o país e expressiva concentração populacional nas regiões de maior dinamismo econômico (MAGALHÃES; CINTRA, 2012).

A associação entre os efeitos da queda da fecundidade e da mortalidade, e os intensos processos migratórios levou a população paranaense a apresentar uma trajetória de envelhecimento, traduzida pela redução dos segmentos etários mais jovens, por ritmos de crescimento da população em idade ativa (PIA) mais elevados que os da população total e por taxas expressivas de crescimento dos idosos. O índice de idosos, que mede a proporção entre o número de pessoas com 65 e mais anos de idade e o número de crianças e jovens abaixo de 15 anos cresceu significativamente em todas as regiões do Estado entre 2000 e 2010, porém os níveis de crescimento se diferenciaram espacialmente. As áreas do Estado que apresentaram proporções superiores a 32,1 idosos para cada 100 jovens residentes compreendem as regiões Noroeste, Norte Central, Norte Pioneiro, parte da região Oeste e a região Centro-Occidental. As outras regiões evidenciavam índices abaixo de 30, destacando-se o Centro-Sul do Estado, com índice de idosos abaixo de 20 (MAGALHÃES; CINTRA, 2012).

O Paraná se destacou no cenário nacional por ter apresentado uma dinâmica de crescimento demográfico que esteve condicionada por diversos movimentos migratórios. Em um primeiro momento, em meados do século passado, o Estado absorveu grandes contingentes

migratórios durante a etapa de expansão de sua fronteira agrícola, quando praticamente todo o território paranaense fora ocupado num espaço de quase 50 anos, fazendo crescer substancialmente tanto a população residente nas áreas rurais quanto nas cidades. Na sequência, em fins de 1960 e início de 1970, houve mudança radical no quadro populacional, quando as áreas rurais do Estado passaram a perder rapidamente população, principalmente em decorrência dos efeitos da modernização da agricultura, que reconfigurou o processo de produção no meio rural. Conseqüentemente, as cidades aumentaram de tamanho, principalmente as que já tinham maior porte. Contudo, parte significativa da população buscou novas oportunidades de trabalho em São Paulo, que à época colhia os frutos do chamado "milagre brasileiro" e, também, na nova fronteira agrícola nacional, que se expandia sobre Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia. Entretanto, as atratividades observadas nas décadas anteriores em termos de emprego, fontes de renda e possibilidades de ascensão social fora do Estado já não eram as mesmas nos anos 1990, provocando assim forte contenção da emigração (MAGALHÃES; CINTRA, 2012).

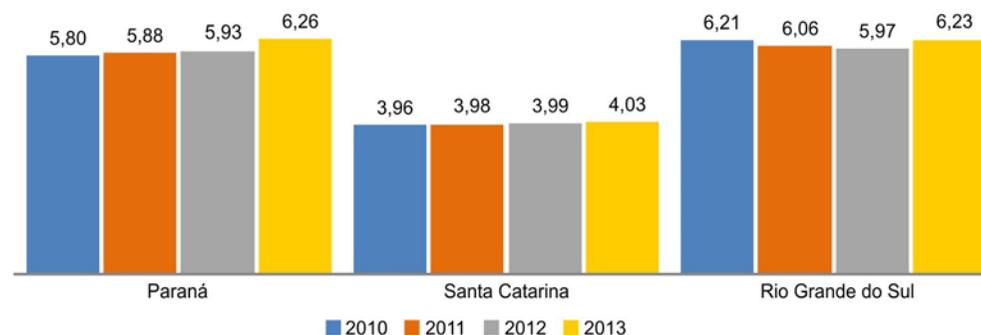
Por outro lado, o Paraná também se beneficiou de um processo mais amplo de desconcentração industrial que ocorreu a partir do eixo Rio de Janeiro-São Paulo. Os efeitos multiplicadores desse processo levaram a um fenômeno chamado de migração de retorno, quando o Estado passou a receber significativos fluxos migratórios de retorno, seja porque os que haviam emigrado obtiveram êxito e retornaram para se estabelecer em melhores condições em suas regiões de origem, seja porque a emigração redundou em fracasso, provocando um retorno em busca das redes sociais e de parentesco de proteção. Portanto, tanto os movimentos migratórios interestaduais foram importantes para a dinâmica do crescimento populacional do Paraná na segunda metade do século XX, como as migrações intraestaduais contribuíram para a delimitação dos espaços ganhadores e perdedores de população no Estado. Nesse sentido, dinâmicas diferenciadas de crescimento populacional foram imprimidas no espaço intraestadual a partir do reordenamento da distribuição espacial da população, delineando assim duas tendências regionais no Estado. De um lado, as regiões do Norte, Oeste e Sudoeste paranaense, que sofreram perdas populacionais ocorridas a partir da década de 1970 e, de outro, as regiões metropolitanas de Curitiba, Londrina e Maringá, que sob o impacto da dinâmica econômica em transformação e que impulsionou o perfil industrial e as atividades de serviços do Estado, firmaram-se como espaços de elevado grau de urbanização e de concentração populacional (MAGALHÃES; CINTRA, 2012) (mapas 1, 2, 3).

Como resultado dessa intensa movimentação de população, o Censo Demográfico de 2010 aponta para o Estado um volume de 10,4 milhões de habitantes, um crescimento anual de 0,89% a.a. no período 2000-2010 e um grau de urbanização superior a 85%.

Do ponto de vista socioeconômico, os estudos realizados ao longo deste trabalho evidenciaram conquistas importantes para o Paraná desde os anos 2000. Elas se devem ao desempenho nacional nesses anos, mas não somente. A análise de indicadores nacionais demonstra situações diferenciadas, quando comparados os desempenhos do Paraná em relação ao país e aos demais estados da Região Sul.

Os dados do Produto Interno Bruto (PIB) contribuem para ilustrar essa afirmação. Em 2003, o Paraná respondia por 6,41% do PIB nacional, colocando-se na quinta posição no *ranking* nacional de geração de renda, ficando atrás de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Em 2013, o Estado avança em relação às demais unidades da Federação, superando o Rio Grande do Sul neste *ranking*. Observando somente o período entre 2010 e 2013,¹¹ nota-se que o Paraná expandiu sua participação no PIB nacional, evoluindo de 5,80%, em 2010, para 6,26% em 2013 (gráfico 1).

GRÁFICO 1 - PARTICIPAÇÃO NO PIB NACIONAL DOS ESTADOS DA REGIÃO SUL - 2010-2013



FONTE: IBGE - Contas Regionais do Brasil

¹¹ Em 2013, o IBGE empregou nova metodologia para o cálculo do PIB e refez os cálculos para os anos anteriores, a partir de 2010, para permitir comparabilidade e estudar a evolução desse indicador no período.

A leitura desagregada dos dados do PIB permite verificar a participação dos setores econômicos no Valor Adicionado Bruto (VAB) total do país. Nesta perspectiva, percebe-se que, em 2013, o Paraná participou com 12,5% do VAB nacional no Setor Agropecuário, sendo o Estado que mais contribuiu nacionalmente para esse setor. No Setor Industrial, o Estado participou com 6,6%, enquanto que nos Serviços, esta participação ficou em 5,7% (tabela 1).

TABELA 1 - PARTICIPAÇÃO NO VALOR ADICIONADO BRUTO, POR SETORES ECONÔMICOS, SEGUNDO ESTADOS E BRASIL - 2013

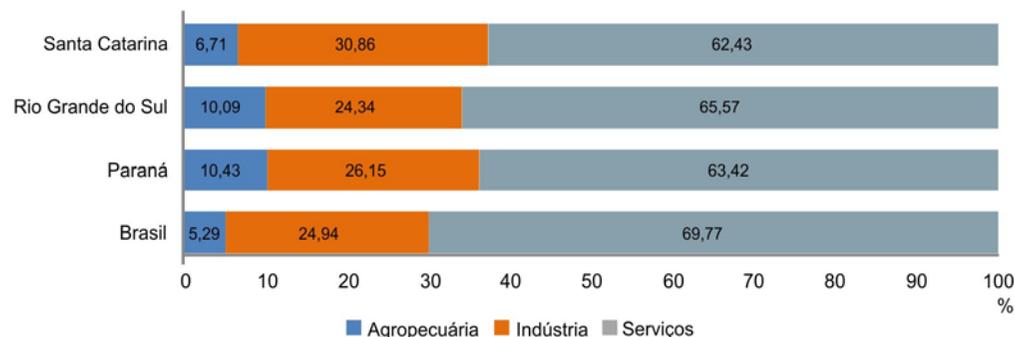
ESTADOS	AGROPECUÁRIA		INDÚSTRIA		SERVIÇOS		TOTAL	
	Part. (%)	Ranking	Part. (%)	Ranking	Part. (%)	Ranking	Part. (%)	Ranking
São Paulo	11,02	3	28,56	1	33,56	1	31,12	1
Rio de Janeiro	1,02	19	14,36	2	11,63	2	11,75	2
Minas Gerais	10,03	4	11,59	3	8,61	3	9,43	3
Paraná	12,45	1	6,63	4	5,75	5	6,32	4
Rio Grande do Sul	11,98	2	6,14	5	5,91	4	6,29	5
Santa Catarina	5,04	9	4,93	6	3,56	8	3,98	6
Bahia	5,47	8	3,22	9	4,04	7	3,92	7
Distrito Federal	0,18	25	0,86	18	4,43	6	3,31	8
Goiás	6,84	6	3,05	10	2,61	10	2,94	9
Pernambuco	1,77	14	2,30	11	2,85	9	2,64	10
Pará	6,05	7	3,23	8	1,87	12	2,43	11
Espírito Santo	1,33	17	3,49	7	1,73	13	2,15	12
Ceará	2,03	13	1,71	13	2,22	11	2,09	13
Mato Grosso	7,66	5	1,22	14	1,46	14	1,73	14
Amazonas	2,15	12	2,25	12	1,21	16	1,52	15
Mato Grosso do Sul	4,52	10	1,20	15	1,16	17	1,35	16
Maranhão	2,84	11	1,00	16	1,32	15	1,32	17
Rio Grande do Norte	0,62	23	0,95	17	1,06	18	1,01	18
Paraíba	0,77	20	0,65	20	1,00	19	0,90	19
Alagoas	1,46	15	0,52	21	0,76	20	0,74	20
Sergipe	0,75	21	0,71	19	0,68	22	0,69	21
Piauí	0,74	22	0,30	24	0,71	21	0,61	22
Rondônia	1,39	16	0,47	22	0,60	23	0,61	23
Tocantins	1,13	18	0,32	23	0,48	24	0,48	24
Amapá	0,11	27	0,14	25	0,31	25	0,26	25
Acre	0,49	24	0,10	26	0,26	26	0,23	26
Roraima	0,16	26	0,10	27	0,22	27	0,18	27
Brasil	100,00	-	100,00	-	100	-	100,00	-

FONTE: IBGE - Contas Regionais do Brasil



Internamente ao Estado, a análise da contribuição dos setores econômicos no VAB do Paraná, em 2013, aponta que no Paraná o Setor Agropecuário representou 10,43% do VAB estadual, enquanto a Indústria agregou 26,15% e os Serviços responderam por 63,42%. Esses dados evidenciam que a matriz econômica paranaense se assemelha às matrizes dos demais estados da Região Sul, particularmente do Rio Grande do Sul, e à matriz nacional, embora com maior participação do setor Agropecuário (gráfico 2). O estado de Santa Catarina se diferencia por apresentar a atividade industrial mais intensa, com 30,9% do VAB de 2013 proveniente desta atividade.

GRÁFICO 2 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO VALOR ADICIONADO BRUTO POR SETOR ECONÔMICO - ESTADOS DA REGIÃO SUL E BRASIL - 2013



FONTE: IBGE - Contas Regionais do Brasil

No Setor Industrial, particularmente na indústria de transformação, o desempenho paranaense tem apresentado comportamento estável em relação às demais unidades da Federação. De acordo com os dados da Pesquisa Industrial Anual, o Paraná contabilizou o quarto maior Valor de Transformação Industrial (VTI) do Brasil em 2013 (7,30%), ficando atrás apenas de São Paulo (34,35%), Minas Gerais (11,69%) e Rio de Janeiro (10,52%). Quando considerada apenas a Região Sul, o Paraná segue na liderança desde 2007, sendo acompanhado de perto pelo Rio Grande do Sul (7,20% em 2013).

Os dados para o total das atividades industriais contabilizados pelo VTI referentes aos anos de 2007 e 2013 evidenciam que o setor industrial paranaense cresceu mais que o nacional. Enquanto no Paraná o VTI expandiu 35,68%, o Brasil apresentou crescimento da ordem de 28,86% no período. No entanto, ficou abaixo do verificado pelos demais estados da Região Sul, Rio Grande do Sul (36,08%) e Santa Catarina (39,18%) (tabela 2).

TABELA 2 - PARTICIPAÇÃO E CRESCIMENTO REAL DO VALOR DE TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL, POR ATIVIDADE CNAE, NO TOTAL DO BRASIL - PARANÁ - 2007/2013

ATIVIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)			CRESCIMENTO REAL NO PERÍODO 2007-2013 (%)	
	Ano			Paraná	Brasil
	2007	2010	2013		
Extração de carvão mineral	-	-	-	-	16,44
Extração de petróleo e gás natural	-	-	-	-	67,82
Extração de minerais metálicos	-	-	-	-	81,04
Extração de minerais não metálicos	5,02	4,68	4,91	100,97	105,09
Atividades de apoio à extração de minerais	-	0,08	-	-	185,91
Fabricação de produtos alimentícios	10,76	9,91	10,53	54,64	57,95
Fabricação de bebidas	4,14	4,39	2,61	-21,00	25,22
Fabricação de produtos do fumo	3,21	8,64	0,36	-87,26	13,16
Fabricação de produtos têxteis	4,48	4,65	5,41	32,68	9,90
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	6,84	6,58	8,57	88,93	50,78
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	2,12	2,68	3,04	85,59	29,39
Fabricação de produtos de madeira	22,95	21,81	25,68	10,79	-0,99
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	10,18	10,08	11,18	9,58	-0,29
Impressão e reprodução de gravações	3,93	6,01	6,32	84,80	14,91
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	13,03	11,27	9,78	-15,59	12,44
Fabricação de produtos químicos	5,33	4,91	4,71	-2,60	10,18
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	1,65	2,11	2,59	54,91	-1,26
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	4,32	4,65	5,67	72,14	31,09
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	6,46	6,24	6,40	42,09	43,44
Metalurgia	1,35	2,61	2,04	16,59	-22,60
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	5,33	5,18	6,40	42,93	19,12
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	8,42	7,07	4,46	-38,22	16,77
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	6,80	7,31	7,37	42,57	31,45
Fabricação de máquinas e equipamentos	6,86	7,88	7,58	41,68	28,24
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	9,76	11,58	17,42	116,35	21,22
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	0,22	0,24	0,65	234,75	12,86
Fabricação de móveis	15,10	13,72	15,83	64,03	56,41
Fabricação de produtos diversos	7,15	7,54	7,97	63,47	46,69
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	4,96	6,03	8,20	192,65	76,88
Indústrias extrativas	0,40	0,28	0,32	73,42	118,14
Indústrias de transformação	7,50	7,73	8,40	35,50	21,01
TOTAL	6,93	6,86	7,30	35,68	28,86

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Anual

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.



Quanto à indústria automotiva (CNAE 29), a expansão observada demonstra a consolidação do Estado entre os maiores produtores de veículos automotores do Brasil. Em 2007, o Paraná representava 9,76% do VTI desta atividade industrial no país, enquanto que, em 2013, sua participação chegou a 17,42%. Ainda, em Fabricação de produtos de madeira (CNAE 16), o Paraná foi responsável por mais de um quarto da produção nacional, com 25,68% do total do VTI desta atividade industrial em 2013. Tal participação deverá ser ainda maior nos próximos anos, pois tem sido expressivo o investimento recente na atividade.¹²

Chama a atenção o crescimento muito superior do Estado que o obtido em nível nacional nas atividades Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos; Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias; Impressão e reprodução de gravações; e Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos. Observa-se que tais atividades destacam-se por serem mais intensivas em capital, apresentarem mais conteúdo tecnológico e maior produtividade do trabalho. No contraponto, chama também a atenção a perda de participação da atividade Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis, importante na geração de valor econômico para o Paraná, e da Fabricação de produtos do fumo, com perda ainda mais expressiva.

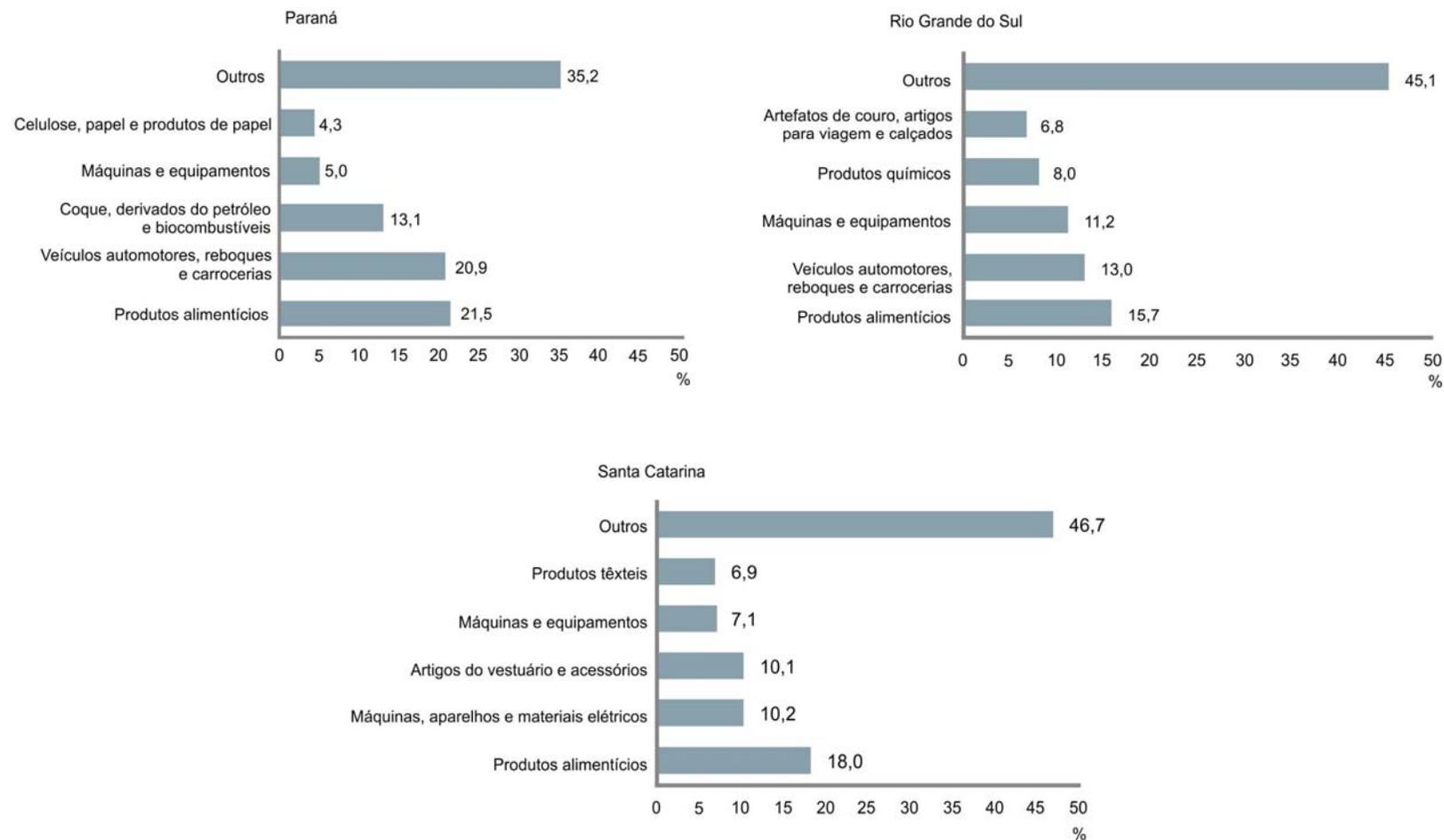
Observando a composição das atividades industriais internamente ao Paraná, verifica-se que, em 2013, a Fabricação de alimentos (CNAE 10) representou 21,51% do total do VTI do Estado, enquanto em 2007 esta atividade representava 18,87%, mantendo-se como a principal atividade industrial segundo esse indicador em ambos os períodos. Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (CNAE 29) representava 13,09% em 2007, ampliou significativamente sua representatividade no período, atingindo 20,87% do VTI estadual em 2013, colocando-se como a segunda atividade industrial paranaense nesse ano. De outro lado, a atividade Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis (CNAE 19) registrou perda expressiva de participação com 20,98% do VTI estadual em 2007, quando era a segunda atividade industrial com maior geração de valor econômico do Paraná, decrescendo para 13,05% em 2013, o que a situou, nesse ano, como a terceira atividade industrial paranaense segundo esse indicador (IBGE, 2013).

Entre as atividades da indústria de transformação mais importantes em 2013, observou-se que a fabricação de produtos alimentícios apresenta a maior representatividade nos três estados da Região Sul (gráfico 3). Entre as principais atividades de cada estado, nota-se que o Paraná concentra 55,5% da indústria de transformação em apenas três atividades (fabricação de alimentos, de veículos e de

¹² A Klabin iniciou em 2016 a operação de sua nova fábrica no município de Ortigueira. De acordo com as informações da empresa, foram investidos R\$ 8,5 bilhões na construção desta unidade (KLABIN, 2016).

derivados de petróleo), enquanto que o Rio Grande do Sul e Santa Catarina possuem uma concentração menor nessas atividades, com 39,9% e 38,3%, respectivamente.

GRÁFICO 3 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - ESTADOS DA REGIÃO SUL - 2013



FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Anual

O desempenho paranaense observado nos indicadores nacionais e regionais é corroborado pelo estudo dos dados de Valor Adicionado Fiscal (VAF), oriundos da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA). Em termos absolutos, o crescimento do VAF estadual no período 2004-2013 foi de 47,39%, acompanhando a expansão real da economia brasileira expressa pelo PIB (tabela 3).

TABELA 3 - VALOR E VARIAÇÃO DO VALOR ADICIONADO FISCAL - PARANÁ - 2004-2013

ANO	VAF (Milhões de R\$)	VARIAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR (%)	VARIAÇÃO ACUMULADA NO PERÍODO (%)
2004	150.630	0	0
2005	143.826	-4,52	-4,52
2006	145.874	1,42	-3,16
2007	158.345	8,55	5,12
2008	171.891	8,55	14,11
2009	167.270	-2,69	11,05
2010	184.589	10,35	22,54
2011	206.569	11,91	37,14
2012	206.295	-0,13	36,95
2013	222.014	7,62	47,39

FONTES: SEFA-PR; IPARDES

NOTA: Preços reais de 2013.

No mercado de trabalho, o Brasil iniciou o século XXI combinando crescimento econômico, baixas taxas de desemprego, valorização salarial, políticas públicas inclusivas e redução das desigualdades. Desde o início da década de 2000, a economia brasileira gerou mais de 18 milhões de empregos formais, a desigualdade da distribuição de renda foi reduzida e aumentou o consumo das famílias. Segundo a ONU, de 2003 a 2015, o salário mínimo obteve aumento real de 76%, o que alterou o perfil de consumo interno e foi o principal fator para redução da pobreza no país (BRASIL, 2015; BANCO MUNDIAL, 2015).

O Paraná acompanhou e contribuiu para este cenário, o que pode ser constatado por um conjunto de indicadores e dados econômicos do período. Segundo a RAIS, em termos de geração de empregos, o Paraná obteve aumento de 28,1% nos empregos formais no período 1990-2000, 68,6% entre 2000 e 2010, e 13,8% de 2010 a 2014.

Em 2013, o Estado registrou 3.121.384 postos de trabalho formais, sendo que somente Curitiba concentrava 29,99% desse número, ou seja, quase um terço do emprego formal paranaense. Destacam-se ainda com as maiores participações os municípios Londrina (5,62%), Maringá (5,00%), Cascavel (3,21%), São José dos Pinhais (3,19%), Ponta Grossa (2,71%), Foz do Iguaçu (1,91%), Toledo (1,47%), Pinhais (1,45%), Araucária (1,40%), Guarapuava (1,38%), Colombo (1,28%), Arapongas (1,22%), Paranaguá (1,22%) e Apucarana (1,16%). Esse conjunto aponta para a posição superior da Região Metropolitana de Curitiba na geração de trabalho, assim como dos demais aglomerados populacionais do Paraná, ao norte, a partir de Maringá e Londrina, e a oeste, com maior representatividade dos municípios Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo (mapa 4).

Como se vê, o emprego encontra-se concentrado em pequeno número de municípios do Paraná, fenômeno histórico na configuração econômica estadual. Em 2013, 348 municípios registraram menos de 0,25% do emprego formal paranaense, muitos deles com elevado percentual de emprego ligado à administração pública, principalmente na porção central do Estado.

Os dados censitários sobre ocupação permitem afirmar que a concentração do emprego formal se reproduz também no trabalho informal. O avanço na formalização do trabalho obtido nos anos recentes, embora significativo, ainda não foi suficiente para incorporar toda a população trabalhadora do Estado. Enquanto em nível nacional, em 2001, somente 37,9% dos ocupados possuíam registro formal de trabalho, no Paraná esse número foi de 38,3% dos trabalhadores no mesmo ano. Em 2014, essa proporção se elevou em nível nacional para 48,4% trabalhadores, e mais ainda no Paraná, que atingiu 56,1% de paranaenses com registro formal de trabalho (IBGE, 2014).

O crescimento do emprego formal no Paraná nos anos recentes não foi uniforme, tendo alguns municípios apresentado crescimento maior que outros. A análise dos dados da RAIS aponta o crescimento de 1.237.004 postos de trabalho formais no período 2003-2013 em todo o Estado.



O estudo espacial dessa informação evidencia uma situação diferente da participação dos empregos formais, exposta anteriormente, pela presença de municípios com maiores proporções de geração do emprego formal entre 2003 e 2013 justamente nos locais onde o volume de emprego geralmente é menor (mapa 5).

Nesse período, a média de crescimento do emprego formal do Paraná foi de 65,65%, e 184 municípios, distribuídos em todo o território do Estado, registraram crescimento maior que a média estadual. Isso é importante para a diminuição da desigualdade de distribuição da renda estadual e para viabilizar condições de vida em municípios tradicionalmente mais precários nos âmbitos social e econômico. Contudo, é importante esclarecer que, em alguns casos, o percentual de crescimento mais elevado decorre de uma base anterior muito pequena, de modo que a simples implantação de uma atividade econômica nova é responsável pela evolução maior no período. Exemplificando, Iguatu foi o município com o maior percentual de aumento de postos de trabalho formais no período (593,18%), resultado da criação de 261 novos empregos. De outro lado, Curitiba obteve 60,55% de aumento, abaixo da média estadual, mas foi o maior gerador de empregos entre 2003 e 2013, totalizando 353.065 novos postos de trabalho. Cabe destacar que apenas nove municípios perderam postos de trabalho no período estudado.¹³

O rendimento médio do Paraná em 2013 foi de R\$ 1.926,95. Desde 2000, esse valor tem crescido continuamente. A remuneração feminina representou 81,15% da remuneração masculina em 2013, maior que em 2000, quando representava 80,3%. Também nesse caso as diferenças inter-regionais e intermunicipais são intensas.

Ainda que o rendimento médio mensal, assim como o salário mínimo, venha se elevando continuamente nos últimos 15 anos, a renda da maioria dos trabalhadores paranaenses ainda é muito baixa, mesmo apresentando os maiores rendimentos entre as demais unidades da Federação, segundo o IBGE e a RAIS. Em decorrência, o consumo das famílias é reduzido, o que ocasiona desvios importantes do ponto de vista econômico e social. Além das demandas naturais, o mercado de trabalho é pressionado por pessoas com duplo vínculo de trabalho e com jornadas além de 44 horas semanais; crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos de idade que não poderiam estar trabalhando; aposentados e pensionistas que, embora tenham acesso à Previdência Social, continuam trabalhando, entre outros.

¹³ Foram os municípios de Bom Sucesso, Inácio Martins, Janiópolis, Miraselva, General Carneiro, Sengés, Doutor Ulysses, Ventania e Bandeirantes.

De 2003 a 2013 aumentou a concentração de pessoas que trabalhavam de 40 a 44 horas por semana, que representava 32,36% da população ocupada em nível nacional em 2003, elevando-se para 45,42% em 2013 (IBGE, 2016). Além de mais extensa, a jornada de trabalho tem sido prolongada para além dos horários formalmente definidos. Com as atividades cada vez mais informatizadas e uso intensivo de meios móveis de comunicação (telefone celular, computador, internet, etc.), o trabalho é realizado em qualquer lugar e horário, estendendo-se para a residência dos trabalhadores inclusive nos horários destinados ao descanso.

Além disso, é importante mencionar que o processo de envelhecimento populacional também tem influência sobre o mercado de trabalho, na medida em que induz mudanças no ritmo de crescimento e no tamanho da população em idade ativa e inativa. A população em idade ativa vem crescendo a uma taxa média anual maior que o total da população, e a população inativa idosa cresceu em um ritmo ainda maior, embora sua participação no total da população continue não sendo muito elevada. A população inativa jovem, por sua vez, diminuiu de tamanho relativo.

Essa mudança na composição etária da população em idade ativa tende a se aprofundar nos próximos anos e tem implicações econômicas e sociais. Por um lado, pode significar redução da pressão demográfica pela geração de novos empregos e, em decorrência, diminuição da taxa de desemprego, que tende a ser mais elevada quando a população em idade ativa é relativamente mais jovem. Por outro, pode resultar em uma força de trabalho com maior potencial produtivo e contributivo, dado que os níveis de renda, poupança e escolaridade tendem a se elevar com a idade (DIEESE, 2012).

A combinação dessas condições cria o que tem sido interpretado pela literatura como bônus demográfico. A oportuna utilização desse momento histórico depende de um ambiente conjuntural favorável em nível nacional e internacional, e de políticas públicas que possam efetivamente contribuir com o crescimento econômico, estimular a poupança das famílias e da sociedade, e incentivar os investimentos, criando condições para o desenvolvimento sustentável e a superação da desigualdade.

A infraestrutura técnico-científica também avançou em todo o Estado no período analisado, sendo as Instituições de Ensino Superior (IES), principalmente as da rede privada, as grandes responsáveis pelo aumento no número de ativos institucionais. A crescente demanda por cursos de graduação no país e os incentivos federais, como os viabilizados pelo Programa Universidade para Todos

(PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES),¹⁴ propiciaram a expansão acelerada da rede privada de ensino superior no Paraná, tanto na capital como no interior do Estado.

Destaca-se, no entanto, o avanço das iniciativas de desconcentração¹⁵ de instituições dos governos federal vinculadas à área de ciência e tecnologia (C&T), a exemplo da Rede de Universidades Federais e da Rede Federal de Educação Técnica e Profissional. Como exemplo dessas iniciativas, o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET), que já estava presente em sete municípios do Estado – Campo Mourão, Curitiba, Ponta Grossa, Medianeira, Dois Vizinhos, Pato Branco e Cornélio Procópio –, além de passar para a condição de universidade, constituindo a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), implantou *campi* em outros seis municípios: Santa Helena, Toledo, Londrina, Guarapuava, Apucarana e Francisco Beltrão. Ainda, ao longo do período investigado neste trabalho, foram criadas outras duas universidades federais – Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), ambas no interior do Estado.

Ainda, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR), também constituído como universidade na última década, instalou *campi* em vários municípios do Estado com oferta de cursos superiores. São eles: Irati, Ivaiporã, Curitiba, Assis Chateaubriand, Foz do Iguaçu, Londrina, Palmas, Paranaguá, Telêmaco Borba, Paranavaí e Umuarama.

As universidades estaduais, por sua vez, disseminaram *campi* em municípios do seu entorno e, somando-se à expansão de universidades federais, o governo do Estado agrupou 14 faculdades estaduais dispersas no território paranaense elevando-as à condição

¹⁴ O PROUNI foi instituído em 2004 e oferece bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior. O FIES foi criado em 2001, passou a funcionar em novo formato em 2010, e financia a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitos. Ambos são programas do Ministério da Educação.

¹⁵ Desconcentração se refere às iniciativas da União (ministérios, empresas públicas, institutos de tecnologia, etc.), ou dos estados e municípios, que levam à maior dispersão espacial de seus programas de CT&I, sem que necessariamente estejam associadas a processos de descentralização ou a alguma forma de articulação estratégica, institucional ou operacional específica entre essas instâncias da Federação (CGEE, 2010).

de universidade, com a criação da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), pelo agrupamento de nove faculdades, e da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), pelo agrupamento de cinco faculdades.

Na última década, segundo o Boletim Indicadores C,T&I,¹⁶ enquanto o Brasil obteve incremento no número de programas de pós-graduação *stricto sensu*¹⁷ em torno de 56% (passando de 927 programas, em 2001, para 1.453 em 2010), no Paraná esse incremento foi de 137,8%. Na Região Sul, o Paraná lidera esta evolução, seguido de perto por Santa Catarina (136,4%) e tendo o Rio Grande do Sul com incremento menor (64%) (SETI e IPARDES, 2012).

No Paraná, esse avanço se deu de maneira bastante diferenciada entre as instituições federais, estaduais e privadas. Enquanto as instituições federais tiveram redução na participação relativa dos programas existentes no Estado de 62,2% para 45,5%, as estaduais apresentaram pequeno avanço, de 35,1% para 38,6%, e as instituições de ensino superior privadas passaram de 2,7% para 15,9%. Destaca-se o crescimento da importância das instituições privadas na oferta de novos programas de pós-graduação a partir de 2007. No entanto, em termos absolutos, a liderança ainda é das instituições de ensino superior federais.

O número de cursos de mestrado no Paraná ampliou de 50, em 2001, para 106 cursos em 2010, significando um acréscimo da ordem de 112%. As IES estaduais foram as que mais contribuíram para esse crescimento, passando de 25 para 62 cursos. Isso significou um acréscimo de 148% no número de mestrados ofertados pelas instituições da Rede Estadual de Ensino Superior.

A expansão dos programas de pós-graduação, tanto no Brasil como no Paraná, tem levantado a discussão em torno da qualidade dos cursos ofertados. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) realiza, desde 1976, trabalho sistemático de avaliação e acompanhamento dos programas de pós-graduação no Brasil. Essa avaliação, além de servir como "ferramenta de aferição da qualidade dos programas de pós-graduação, tem tido grande influência no estímulo ao aperfeiçoamento da qualidade dos programas brasileiros de mestrado e doutorado" (CGEE, 2010, p.67).

¹⁶ Boletim eletrônico produzido pela equipe do Projeto Sistema de Indicadores de C,T&I do Paraná, parceria IPARDES/SETI.

¹⁷ No Brasil, são considerados programas de pós-graduação *stricto sensu* aqueles compostos de cursos acadêmicos de mestrado e doutorado.



Segundo levantamento e análise dos dados relativos aos conceitos atribuídos aos programas paranaenses, realizado pelo IPARDES em conjunto com a SETI,¹⁸ observa-se que as universidades públicas do Estado, federais e estaduais, apresentaram melhora significativa nos conceitos ao longo da década. Houve redução no número de programas com conceitos 3 e 4 e aumento de programas com conceitos 5 e 6,¹⁹ porém nenhum programa conquistou conceito 7. Em situação diferente, encontram-se os outros estados do sul: em 2010, Santa Catarina possuía 3 programas com conceito 7 e Rio Grande do Sul, 13 programas. No mesmo ano, o Rio Grande do Sul se destacava com 20 programas de pós-graduação com conceito 6, Santa Catarina com 7 e o Paraná com 3 programas.

O expressivo crescimento do número de programas de pós-graduação no Paraná, assim como o processo de desconcentração territorial das instituições de ensino e pesquisa federais, tiveram como consequência direta o incremento de grupos de pesquisa nas instituições de ensino superior e nas instituições de pesquisa públicas. Em 2000, o Paraná possuía 701 grupos de pesquisa com 4.358 pesquisadores distribuídos em 14 instituições. As universidades estaduais hospedavam 49,5% dos grupos, as federais 25,1%, as privadas 20,5%, enquanto as empresas e os institutos de pesquisa públicos respondiam por apenas 4,8%. Em 2010, foram registrados 2.264 grupos de pesquisa com 16.221 pesquisadores distribuídos em 32 instituições, mais que o dobro registrado em 2000, um crescimento significativo de 223% e 272%, respectivamente. As universidades estaduais continuaram mantendo a liderança no número de grupos e pesquisadores no Estado, mesmo tendo crescido em menor proporção que a das universidades federais (SETI e IPARDES, 2012).

O levantamento dos grupos de pesquisa ativos no Paraná e seus relacionamentos mais significativos firmados com empresas, no período 2000-2010, apresentado na terceira edição do Boletim Indicadores C,T&I, revelaram que no ano de 2002, o Estado do Paraná possuía 93 grupos de pesquisa que mantinham algum tipo de relacionamento com empresas, distribuídos em 10 instituições. Mais de 50% dos grupos concentravam-se nas universidades federais e cerca de 29% nas universidades estaduais.

¹⁸ Boletim Indicadores C,T&I, Curitiba-PR, v.2, n.1, jan./jun. 2012

¹⁹ Os conceitos variam de 1 a 7 numa escala crescente de qualidade e excelência. Para explicações mais detalhadas, sobre os critérios adotados em cada conceito, consultar Boletim Indicadores C,T&I, Curitiba-PR, v.2, n.1, jan./jun. 2012

No ano de 2010, sobe para 302 os grupos de pesquisa que apontaram possuir relacionamentos com empresas (683 empresas). Esses grupos estavam distribuídos em 23 instituições, sendo que as universidades federais ainda mantinham a liderança (40,1%) e eram seguidas de perto pelas universidades estaduais (37,8%), que ampliaram a proporção. As universidades privadas (12,9%) e os institutos públicos de pesquisa (6,9%) duplicaram suas participações no decorrer da década. Destaca-se a relevância desses dados que indicam a consolidação de vínculos das IES do Paraná com o setor produtivo, fenômeno fundamental para o desenvolvimento técnico, o crescimento e o fortalecimento de atividades empresariais, e para o desenvolvimento regional e estadual.

O aumento do número de IES, e conseqüentemente o aumento na oferta de cursos superiores, resultou em expressiva ampliação no acesso educacional da população paranaense em nível superior, conforme revela a taxa de frequência bruta do ensino superior.²⁰ Quando se compara a taxa do ano 2000 com a de 2010, para o Brasil e para a Região Sul, verifica-se aumento de 16,87% e 19,59%, respectivamente. Em 2000 e em 2010, o Paraná registrou as menores taxas de frequência bruta no ensino superior da Região Sul, mas apresentou a maior evolução no período – de 16,54% para 36,13%. O Rio Grande do Sul manteve-se com os melhores resultados em ambos os períodos – 21,57% e 39,71% – e Santa Catarina, com 19,48% e 37,10%. Todos os estados da região apresentaram taxa superior à do Brasil (29,82%) (tabela 4).

²⁰ População que frequenta a Educação Superior/População na faixa entre 18 e 22 anos multiplicada por 100.

TABELA 4 - TAXA BRUTA DE FREQUÊNCIA ESCOLAR DO NÍVEL SUPERIOR - BRASIL E ESTADOS DA REGIÃO SUL - 2000/2010

BRASIL E ESTADOS DO SUL	TAXA BRUTA DE FREQUÊNCIA (%)		TAXA DE CRESCIMENTO (%)
	2000	2010	
Brasil	12,95	29,82	16,87
Paraná	16,54	36,13	19,59
Rio Grande do Sul	21,57	39,71	18,14
Santa Catarina	19,48	37,1	17,62

FONTE: PNUD - Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil - 2013

Também contribuiu para a expansão da infraestrutura técnico-científica do Paraná, mas em menor proporção, o surgimento de algumas instituições de pesquisa, incubadoras e parques tecnológicos. Adicionalmente, houve expressivo crescimento no número de laboratórios de calibração e ensaio. Esses laboratórios, mesmo surgindo pontualmente no território estadual, desempenham importante papel na medida em que a prestação de serviços de ensaio e teste laboratoriais são fundamentais para o exercício de atividades econômicas mais complexas.

Em relação aos parques tecnológicos, o levantamento realizado em 2003 apontou seis deles distribuídos no território paranaense, sendo que três estavam em operação (em Cascavel, Foz do Iguaçu e Curitiba), dois em implantação (Londrina e Pato Branco) e um em fase de projeto (Toledo). Em 2014, observa-se crescimento considerável: 14 parques tecnológicos, sendo seis em operação, seis em implantação e dois em fase de projeto. A maioria dos parques tecnológicos e das incubadoras tem ativa participação das universidades e centros de pesquisas em todas as fases de seu desenvolvimento, reforçando a crescente importância das IES no avanço da inovação e da interação entre universidade e empresa.

Complementando a análise da infraestrutura técnico-científica, o levantamento dos cursos técnicos revela expressivo crescimento quantitativo entre 2001 e 2014. Em 2001, havia 143 cursos técnicos ofertados no Estado: 69 particulares, 48 estaduais, 22 federais e 4 cursos municipais. Já, em 2014, havia 4.322 cursos, a maioria oferecida pela Rede Estadual de Ensino (2.234). Em seguida,

aparecem os cursos ofertados pela Rede Privada (1.863), enquanto os cursos técnicos ofertados pela Rede Federal apareciam em menor número (225) (tabela A2.1).

Levando-se em consideração o número de estabelecimentos que ofertam esses cursos, verifica-se que houve, também, significativo aumento no número deles, passando de 239, em 2007, para 408 estabelecimentos em 2014, um crescimento de mais de 70% no período. De 2009 a 2010, verifica-se a maior taxa de crescimento dos estabelecimentos (mais de 35%), resultado da política implementada pelo governo estadual, em 2009, que incentivava a criação de escolas técnicas no Paraná (quadro 1).

QUADRO 1 - NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS COM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL - PARANÁ - 2007-2014

ANO CENSO	NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS ⁽¹⁾
2007	239
2008	243
2009	246
2010	333
2011	337
2012	351
2013	369
2014	408

FONTE: MEC/INEP/DEED

NOTAS: Dados extraídos da Base de Dados do Estado (BDEweb).

O mesmo estabelecimento pode oferecer mais de uma etapa/
modalidade de ensino;

(1) Estabelecimentos em atividade. Não inclui estabelecimentos exclusivos de turmas de atendimento complementar (AC) e atendimento educacional especializado (AEE).

Essa expansão também resultou em ampliação de acesso aos cursos ofertados: as matrículas nos cursos técnicos do Estado passaram de 41.767 em 2007 para 66.362 matrículas em 2014, contabilizando um crescimento de quase 59% (quadro 2).

QUADRO 2 - NÚMERO DE MATRÍCULAS NA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL -
PARANÁ - 2007-2014

ANO CENSO	NÚMERO DE MATRÍCULAS
2007	41.767
2008	44.722
2009	52.140
2010	57.289
2011	55.480
2012	54.574
2013	53.069
2014	66.362

FONTE: MEC/INEP/DEED

NOTA: Dados extraídos da Base de Dados do Estado (BDEweb).

O desempenho econômico e institucional do Paraná foi acompanhado por importante avanço social, quando verificados os dados de 2000 e 2010. A análise do conjunto dos indicadores sociais selecionados neste trabalho revelou que, com exceção do déficit habitacional, houve melhora significativa em todos os indicadores analisados para o Estado (quadro 3). Acredita-se que essa melhora se deva, especialmente, aos programas e políticas públicas sociais implementados ao longo do período estudado, que além de refletir a melhora no desempenho econômico geral do país, contribuíram para a melhoria da qualidade de vida da população mais carente, em seus mais diversos aspectos.

QUADRO 3 - EVOLUÇÃO DOS INDICADORES SOCIAIS SELECIONADOS - PARANÁ - 2000, 2010, 2012

INDICADOR	EVOLUÇÃO NO PERÍODO
Taxa de Mortalidade Infantil (TMI)	A TMI diminuiu de 19,44, em 2000, para 11,67, em 2012.
Óbitos 0-5 por Causa evitáveis	A proporção de óbitos de 0-5 anos por causas evitáveis diminuiu de 63,81 em 2000 para 58,02 em 2012.
Esperança de Vida ao nascer	A esperança de vida ao nascer aumentou de 69,8 anos em 2000 para 74,80 anos em 2010.
Índice de Idosos	O índice de idosos aumentou de 19,70 em 2000 para 32,98 em 2010.
Renda <i>per capita</i>	A renda <i>per capita</i> aumentou de R\$ 638,27 em 2000 para R\$ 890,89 em 2010.
Índice de Gini	O índice de Gini diminuiu de 0,60 em 2000 para 0,53 em 2010.
Proporção de pobres	A proporção de pobres diminuiu de 18,90% em 2000 para 6,46% em 2010.
Número Absoluto de Pobres	O número de pobres diminuiu de 1.784.817 em 2000 para 670.535 em 2010.
IDH-M	O IDH-M aumentou de 0,650 em 2000 para 0,749 em 2010.
Déficit Habitacional	O déficit habitacional relativo subiu de 7,38% em 2000 para 8,70% em 2010.
	O déficit habitacional absoluto subiu de 169.227 domicílios em 2000 para 287.467 domicílios em 2010.
População em domicílios com densidade > 2 pessoas por dormitório	A proporção da população em domicílios com densidade > 2 pessoas por dormitório diminuiu de 27,53% em 2000 para 16,85% em 2010.
Domicílios sem esgotamento sanitário (rural e urbano)	A proporção de domicílios sem esgotamento sanitário diminuiu de 46,96% em 2000 para 35,03% em 2010.
Taxa bruta de frequência escolar	A taxa de frequência escolar da população de 7 a 22 anos aumentou de 82,90%, em 2000, para 97,47%, em 2010.
Taxa de analfabetismo	A taxa de analfabetismo da população de 10 anos e mais diminuiu de 8,57%, em 2000, para 5,78%, em 2010.
Anos de estudo do responsável pelo domicílio - Sem instrução e Ensino fundamental incompleto	A proporção de responsáveis pelos domicílios com baixa escolaridade diminuiu de 62,72%, em 2000, para 49,70%, em 2010.
Anos de estudo do responsável pelo domicílio - Ensino Médio e Ensino Superior incompleto e completo	A proporção de responsáveis pelos domicílios com alta escolaridade aumentou de 22,42%, em 2000, para 34,56%, em 2011.

FONTES: IBGE - Censo Demográfico; PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil - 2013; Ministério da Saúde - DATASUS

A Taxa de mortalidade infantil,²¹ de crianças menores de 1 ano, em nível nacional, foi de 13,46, sendo que a Região Sul registrou a menor taxa entre as regiões brasileiras em 2012 (11,10). O Paraná ainda apresenta taxa superior aos demais estados da Região. Porém, diminuiu o distanciamento ao longo da década estudada, por ter registrado a maior queda na taxa entre os três estados da região (de 19,44, em 2000, e 11,67 em 2010). Essa redução pode estar relacionada aos programas federais de saúde direcionados ao primeiro ano de vida e implementados, fundamentalmente, pelos municípios.

Outro indicador de saúde com melhora ao longo do período é o de Óbitos de crianças de 0 a 5 anos por causas evitáveis²² – doenças infecciosas e parasitárias, doenças do aparelho respiratório e afecções originárias no período perinatal. Nesse caso, observou-se diminuição na proporção de óbitos, mas que ainda tem representação significativa no total dos óbitos dessa faixa etária. Em 2000, as causas evitáveis representavam 63,81% dos óbitos em crianças de 0 a 5 anos no Paraná e 58,02% em 2012. Esse dado aponta a necessidade de fortalecimento dos programas de saúde infantil e materno-infantil, articulados a outros voltados à infraestrutura, como saneamento básico e melhoria das condições de moradia.

Vale lembrar que a mortalidade por causas evitáveis são definidas como aquelas preveníveis, total ou parcialmente, por ações efetivas dos serviços de saúde que estejam acessíveis em um determinado local e época. Essas causas devem ser revisadas à luz da evolução do conhecimento e tecnologias para as práticas da atenção à saúde. A mortalidade infantil e, em especial, a mortalidade perinatal, deve ser destacada devido à sua importância no contexto brasileiro. É fundamental aprofundar a investigação e a compreensão de seu comportamento, para discutir metodologias de mensuração de mortes evitáveis, a partir da melhor abordagem sob o ponto de vista

²¹ Frequência com que ocorrem óbitos infantis (menores de 1 ano) em uma população, em relação ao número de nascidos vivos de determinado ano civil. Contabiliza os óbitos de menores de 1 ano a cada 1.000 nascidos vivos.

²² As causas evitáveis incluem o grupo das doenças infecciosas e parasitárias, o grupo das doenças do aparelho respiratório e o grupo das afecções originadas no período perinatal. O cálculo é feito a partir da razão do número de óbitos ocorridos nos grupos de causas definidas, na população-alvo residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado, e o número total de óbitos da população-alvo residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado, multiplicado por 100. Na mortalidade proporcional, as causas de mortes incluídas no numerador são subconjuntos do denominador e expressam a proporção da letalidade dessas causas no total de óbitos de um mesmo grupo etário, considerados o mesmo período e espaço geográfico.

clínico, que resulta na clareza das causas de morte e seus determinantes. Também, por ser um instrumento de monitoramento, avaliação e planejamento de políticas de saúde, particularmente, da gestão e planejamento dos serviços de saúde (MALTA et al., 2007).

Acompanhando o desempenho nos indicadores de saúde, a Esperança de vida ao nascer²³ aumentou no período 2000 e 2010, de 69,8 anos para 74,8 anos de idade, também o maior aumento verificado entre os estados da Região Sul. O Paraná foi o único dos três estados que tinha esse indicador abaixo de 70 anos no ano 2000. Santa Catarina apresentou 73,69 anos naquele ano e o Rio Grande do Sul, 73,22 anos. Em 2010, esses estados apresentaram, respectivamente, 76,61 e 75,38 anos.

Na área educacional, a Taxa de analfabetismo²⁴ do Paraná diminuiu de 8,57% para 5,79% entre os anos de 2000 e 2010. No Brasil, neste mesmo período, a taxa recuou de 12,82% para 9,02%, e na Região Sul, de 6,95% para 4,74%. Para os demais estados da região, foram registradas as seguintes taxas: Rio Grande do Sul, 6,11% em 2000 e 4,25% em 2010; Santa Catarina, 5,72% no ano de 2000 e 3,86% em 2010. Embora ainda permaneça com taxa superior à média do sul do país, o Paraná foi o estado que apresentou, proporcionalmente, a maior diminuição de população analfabeta, com um recuo de 2,79%. Assim, diminuiu o hiato existente entre os demais estados da Região Sul.

Quanto ao atendimento educacional da Educação Básica, medida pela Taxa bruta de frequência escolar,²⁵ no âmbito nacional, percebe-se a existência, para 2000 e 2010, de taxa superior a 100% – 102,05% em 2000, e 101,49% em 2010, o que pode estar indicando distorção idade-série, mas também o retorno à escola de população com faixa etária superior, visto que a frequência na modalidade Educação de Jovens e Adultos é considerada nesse indicador. Para os estados da Região Sul, o Paraná apresentou o maior avanço no

²³ Número médio de anos que as pessoas deverão viver a partir do nascimento, se permanecerem constantes ao longo da vida o nível e o padrão de mortalidade por idade prevalentes no ano do Censo Demográfico.

²⁴ Indica a porcentagem das pessoas analfabetas na população de 10 anos ou mais de idade. Foram consideradas analfabetas as pessoas que declararam não saber ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhecem, quando da realização do Censo Demográfico.

²⁵ Razão entre o número total de pessoas de qualquer idade frequentando a Educação Básica (Ensino Fundamental ou Médio) e a população na faixa etária de 6 a 17 anos, multiplicado por 100. Inclui o ensino regular seriado e não seriado, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e supletivo.

período, evoluindo de 95,38% para 97,47%. Rio Grande do Sul permanece registrando as maiores taxas em 2000 e 2010, com 97,83% e 97,97%, respectivamente. Santa Catarina apresentou leve declínio nesse indicador, passando de 95,62% para 94,49%.

Outro indicador importante para avaliar o resultado educacional é Anos de estudos do responsável pelo domicílio.²⁶ A análise realizada a partir das duas faixas de escolaridade, Sem instrução e Ensino Fundamental incompleto, e Ensino Médio completo e Ensino Superior incompleto e completo, demonstra declínio na primeira faixa e aumento na segunda, para o Brasil, Região Sul e para o Paraná, fator considerado positivo por revelar ampliação da escolaridade ao longo da década.

Na faixa Sem instrução e Ensino Fundamental incompleto, na Região Sul, em 2000, foram contabilizados 62,5% dos responsáveis pelo domicílio e 48,2% em 2010. O Paraná e o Rio Grande do Sul apresentaram praticamente os mesmos percentuais em 2000: respectivamente, 62,7% e 62,5%. Em 2010, os valores levantados para esses estados foram 49,7% e 48,2%, respectivamente. Santa Catarina apresentou o maior decréscimo, evoluindo de 62,1% em 2000, para 45,8% em 2010, colocando-se em melhor situação entre os estados da Região Sul nessa faixa de instrução do responsável pelo domicílio. Para o Brasil, em 2010, a proporção registrada foi de 50,81%.

Na faixa de instrução mais elevada, a Região Sul contabilizou, em 2000, 22,3% dos responsáveis pelo domicílio na faixa Ensino Médio completo e Ensino Superior incompleto e completo, e 35,0% em 2010. Novamente, Santa Catarina registrou o melhor desempenho entre os estados da Região Sul, partindo de 21,8%, em 2000, para 36,6% em 2010. Paraná e Rio Grande do Sul tiveram resultado semelhante nos dois períodos: ambos apresentaram 22,4% dos chefes de domicílio nessa faixa de instrução em 2000, o Paraná contabilizou 34,6% em 2010 e o Rio Grande do Sul, 34,5%. Em nível nacional, a proporção em 2010 nessa faixa de instrução foi de 33,41%.

Quanto às condições de moradia, o Paraná registrou, em 2000, 46,96% dos domicílios permanentes sem esgotamento sanitário,²⁷ e 35,03% em 2010, melhorando as condições em relação a este serviço público essencial ao longo da década. Em nível

²⁶ A classificação segundo os anos de estudo é obtida em função da série, etapa e nível educacional que a pessoa estava frequentando ou havia frequentado, quando da realização do Censo Demográfico, considerando a última série concluída com aprovação.

²⁷ Percentual de domicílios particulares permanentes da zona rural e urbana sem esgotamento/atendimento sanitário, isto é, sem rede geral e/ou fossa séptica.

nacional, também foi obtida melhora no período, contabilizada pela redução de domicílios sem esse recurso, de 37,80% para 32,94%. A proporção para a Região Sul era, respectivamente, de 36,22% e 28,54%. Chama a atenção o fato de os resultados nacionais e da Região Sul serem melhores que os do Paraná, demonstrando a necessidade do Estado de aprimorar o atendimento nessa área.

Outro indicador importante que avalia as condições de moradia é o Percentual da população residente em domicílios com densidade maior que 2 pessoas por dormitório,²⁸ um indicativo de insuficiência habitacional e de condições habitacionais precárias. Nesse indicador, o Paraná apresenta desempenho melhor que o nacional nos dois períodos analisados. Em 2000, o Censo Demográfico registrou 39,13% da população brasileira residindo nessas condições, e o Paraná, 27,53%. Em 2010, o Brasil registrou 27,83% e o Paraná 16,85%.

Os estados da Região Sul destacam-se pelos melhores resultados nesse indicador. Santa Catarina registrou o menor percentual nacional em 2000 e 2010, respectivamente, de 20,66% e 13,15%, e o Rio Grande do Sul o segundo melhor resultado nacional, com 24,11% e 16,25%. Embora em desvantagem, registre-se que o Paraná apresentou a maior evolução nesse indicador ao longo da década entre os estados da Região Sul.

Ainda que tenha ocorrido um esforço na área habitacional nos últimos anos, o Brasil contava com um déficit na ordem de 7 milhões de habitações, ou 10,09% em termos relativos, segundo informações da Fundação João Pinheiro para o ano de 2010. A Região Sul destaca-se por apresentar o menor Déficit habitacional²⁹ no conjunto das grandes regiões brasileiras, com 8,66%, e seus estados são os que registraram, em 2010, os menores percentuais nessa área: Rio Grande do Sul, com 8,42%; Paraná, com 8,70%; e Santa Catarina, com 9,01%. Ainda que tenha apresentado o maior percentual de déficit da região, Santa Catarina apresenta o menor volume, com 179.763 unidades habitacionais, seguida do Paraná, com 287.466, e do Rio Grande do Sul, com 303.521. Destaca-se que, em 2000, o Paraná contabilizou um déficit de 169.227 unidades, o que correspondia a 7,38%.

²⁸ Percentual da população que vive em domicílios com densidade superior a 2 pessoas por dormitório.

²⁹ O déficit habitacional relativo apresenta o percentual de domicílios improvisados, co-habitação familiar e co-habitação disfarçada (cômodos cedidos ou alugados) e adensamento excessivo no total de domicílios existentes.

Outro aspecto social investigado neste estudo é a Renda *per capita*.³⁰ Para o Brasil, em 2000, a renda foi de R\$ 592,46 e R\$ 793,87 em 2010. O Paraná apresentou rendimento maior nos dois períodos, respectivamente, de R\$ 638,27 e R\$ 890,89, e aumento proporcional maior que o obtido em nível nacional. Na Região Sul, manteve-se como o Estado com menor rendimento nos dois períodos. Santa Catarina registrou a segunda maior renda *per capita* da região em 2000, com R\$ 693,82, e a primeira em 2010, com R\$ 959,24, por ter apresentado o maior acréscimo proporcional na década (acima de 41%). Rio Grande do Sul apresentava R\$ 708,12, em 2000, e R\$ 959,24 em 2010. Em 2000 e 2010, o Paraná se manteve como a unidade da Federação com a sexta maior renda *per capita*.

O crescimento de renda do Paraná aconteceu favorecendo a população com menor rendimento, reproduzindo a tendência nacional. A renda média *per capita* paranaense do primeiro quinto da população mais pobre (20%) cresceu 77,45% (R\$ 146,41, em 2000, e R\$ 259,80 em 2010), enquanto o crescimento para o quinto mais rico foi de 26,17% (R\$ 2.062,75, em 2000, para R\$ 2.602,63). Ressalte-se a importância do crescimento nessas proporções na medida em que aponta para a possibilidade de diminuir a desigualdade de renda interna no Estado. Reitera-se que esse movimento ocorreu em nível nacional, embora no Paraná o acréscimo da renda do quinto mais pobre da população tenha sido maior que o obtido em nível nacional (73,01% para o Brasil e 77,45% para o Paraná) e praticamente o mesmo que para o quinto mais rico em nível nacional (26,40% para o Brasil e 26,17% para o Paraná).

O aumento no rendimento *per capita* guarda relação com a redução percentual e absoluta da população estadual classificada como pobres.³¹ Em 2000, o Paraná totalizou 18,90% de sua população com essa classificação, sendo o estado da Região Sul com a maior proporção: Santa Catarina tinha 12,79% de sua população classificada como pobre e o Rio Grande do Sul, 15,56%. A região se destacou com as menores proporções em nível nacional naquele ano, quando para o Brasil foram contabilizados 27,9% de pobres (tabela 5).

³⁰ A renda *per capita* é a razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos. Valores em reais de 1.º de agosto de 2010.

³¹ É a proporção de indivíduos que viviam em domicílios particulares permanentes com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais, em agosto de 2010.

TABELA 5 - NÚMERO E PERCENTUAL DE POBRES DO BRASIL E ESTADOS DA REGIÃO SUL - 2000 E 2010

UNIDADES TERRITORIAIS	2000		2010	
	N.º	%	N.º	%
Paraná	1.784.817	18,90	670.535	6,46
Rio Grande do Sul	1.567.816	15,56	676.387	6,37
Santa Catarina	677.313	12,79	226.712	3,65
Brasil	46.826.878	27,90	28.799.033	15,20

FONTE: PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil - 2013

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Em 2010, enquanto em nível nacional 15,20% da população brasileira foi classificada como pobre, reduzindo de modo importante a pobreza no período, na Região Sul a redução foi ainda maior. Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina registraram, respectivamente, 6,46%, 6,37% e 3,65% de pobres no conjunto de suas populações. Santa Catarina registrou a maior redução da população em condição de pobreza ao longo da década estudada, conquistando a menor proporção em nível nacional em 2010. Em termos absolutos, para os três estados, houve a importante redução de, aproximadamente, 2,5 milhões de pessoas nessa condição.

O decréscimo na população de pobres e o fato de o maior acréscimo da renda *per capita* ter ocorrido na população mais pobre contribuíram para a diminuição da desigualdade da distribuição de renda em nível nacional e, particularmente, no Paraná. O Índice de Gini³² nacional foi de 0,64, em 2000, e 0,60 em 2010, enquanto para o Paraná foi, respectivamente, de 0,60 e 0,53. O Paraná tinha o quarto menor índice em 2000 e o segundo em 2010. No entanto, o maior decréscimo nacional foi obtido por Santa Catarina, que tinha 0,56, em 2000, e 0,49 em 2010, registrando o menor Índice de Gini entre todas as unidades da Federação em ambos os períodos. O Rio Grande do Sul obteve decréscimo no nível obtido pelo Brasil, ficando com 0,58, em 2000, e 0,54 em 2010. Os estados da Região Sul apresentaram os menores índices entre as unidades da Federação em 2010, apontando melhores condições quanto à distribuição de renda.

³² O Índice ou coeficiente de Gini indica o grau de concentração de renda em determinado grupo. Considera-se que quanto maior o índice, maior a desigualdade de renda.

Sendo um indicador-síntese, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) captura as conquistas sociais acima arroladas para o país e para o Estado. Em 2000, o Paraná apresentou o sexto maior IDH entre as unidades da Federação, com 0,650, classificação de desenvolvimento humano médio,³³ e o terceiro entre os estados da Região Sul. Santa Catarina, como na maioria dos demais indicadores sociais, permaneceu com a melhor posição entre os estados da região. O IDH do Brasil, nesse ano, foi de 0,612, também classificado como desenvolvimento humano médio.

Em 2010, o Paraná conquista avanço importante nesse indicador vindo a se colocar como o quarto maior IDH entre os estados brasileiros, com 0,749, progredindo para a faixa de desenvolvimento humano alto. Em nível nacional, houve também acréscimo importante, com o registro de 0,727.³⁴ Santa Catarina permanece com o maior IDH da região nesse ano, com 0,774, enquanto o Rio Grande do Sul se manteve com a quinta posição nacional, mas segunda da região (0,746). O crescimento do IDH em nível nacional foi maior que o obtido pelos estados da Região Sul em razão do crescimento substancialmente superior obtido pelos estados das regiões Norte e Nordeste.

A análise das dimensões do IDH demonstra que o melhor resultado do Paraná está na dimensão da longevidade, em que o Estado computou o índice de 0,747, em 2000, e 0,830 em 2010, conquistando a classificação de muito alto neste último ano. Esta é também a dimensão com melhor desempenho em nível nacional (0,727 em 2000, e 0,816 em 2010) e entre os demais estados da Região Sul, que registraram índices superiores a 0,800 em 2000 e 2010.

A dimensão renda é a segunda com melhor desempenho, tendo o Paraná registrado o menor acréscimo entre as dimensões do IDH, entre 2000 e 2010, quando apresentou, respectivamente, os índices 0,704 e 0,757, novamente superiores ao obtido pelo Brasil e mais baixos que os estados da Região Sul.

Foi na dimensão educação que se obteve o maior avanço no IDH no período analisado tanto para o Brasil, como para todos os estados. Em 2000, o IDH-educação do Brasil foi de 0,456 e 0,637 em 2010; no Paraná, respectivamente, 0,522 e 0,668; Rio Grande do Sul, 0,505 e 0,642; e Santa Catarina, 0,526 e 0,697. Nessa dimensão, o Paraná superou o Rio Grande do Sul em 2010. Embora tenha sido a dimensão com o maior avanço, é aquela com os menores valores nas duas décadas investigadas.

³³ A classificação do IDH segue cinco faixas de desenvolvimento humano: muito alto, de 0,800 a 1,000; alto, de 0,700 a 0,799; médio, de 0,600 a 0,699; baixo, de 0,500 a 0,599; e muito baixo, de 0,000 a 0,499.

³⁴ Em 2014, o IDH do Brasil foi de 0,755, inserindo o Brasil em 75.º lugar no *ranking* que envolve 188 países.

3 A IDENTIFICAÇÃO DE ESPACIALIDADES SOCIOECONÔMICO-INSTITUCIONAIS

Essa etapa dos trabalhos foi realizada utilizando a mesma metodologia e indicadores empregados na pesquisa Os Vários Paranás: estudos socioeconômico-institucionais como subsídio aos planos de desenvolvimento regional, publicada pelo IPARDES em 2005 (IPARDES, 2005). Assim, foram organizadas matrizes de indicadores econômicos, institucionais e sociais e realizado o georreferenciamento dos dados, com o objetivo de identificar conjuntos de municípios com maiores similaridades, conformando espacialidades ou recortes particulares, que pudessem revelar a diversidade territorial paranaense, salientando suas características, peculiaridades, limitações e potencialidades.

Como síntese, o trabalho ora realizado, ainda que tenha se valido de dados atualizados em 10 anos, e que o Paraná tenha avançado nos âmbitos econômico, institucional e social, sustentou os resultados a que se chegou o estudo original. Ou seja, identificou-se a manutenção dos espaços econômico-institucionais de relevância (mapa 6), caracterizados pela concentração e densificação econômica e de ativos institucionais, em oposição, ou convivência, aos espaços socialmente críticos,³⁵ caracterizados pela carência e pela precariedade nas condições das pessoas e domicílios (mapas 7, 8, 9, 10, 11). As análises confirmaram os recortes espaciais que se seguem.

Espacialidade com máxima relevância

Destaca-se como espacialidade de máxima relevância, concentração e densidade o Primeiro Espaço Econômico Relevante, formado pela aglomeração metropolitana de Curitiba, pelo entorno de Ponta Grossa e por Paranaguá. Essa espacialidade continua participando de forma mais integrada, nacional e internacionalmente, na divisão social do trabalho, a partir do desempenho de um conjunto de atividades econômicas diversificadas, concentrando as principais estruturas constitutivas da sociedade paranaense. Ao longo da década, a mancha de municípios dessa espacialidade que se destacavam como relevantes expandiu-se em torno de Ponta Grossa, pela incorporação de Castro, Tibagi e Palmeira como relevantes. Dessa forma, houve fortalecimento desse espaço econômico relevante que manteve os mesmos municípios do estudo anterior mas ampliou o número de municípios com participação superior a 0,25% nos indicadores econômicos.

³⁵ Para melhor compreensão, ver Procedimentos Metodológicos neste documento.



Espacialidades com elevada relevância

Com elevada relevância econômica e institucional, permanecem o Segundo Espaço Econômico Relevante, no Norte-Central, e o Terceiro Espaço Econômico Relevante, no Oeste Paranaense.

O Segundo Espaço Econômico Relevante, polarizado pelas aglomerações de Londrina e Maringá, fortaleceu sua matriz produtiva e, por sua diversificação, ampliou sua inserção na divisão social do trabalho. Entretanto, manteve ainda grande distância do Primeiro Espaço Econômico Relevante, nos volumes de geração de riquezas, ativos institucionais e na diversidade de opções produtivas, de comércio e de serviços. As atividades agropecuárias permanecem mantendo participação significativa no total de sua produção. Ao longo da década percebe-se ampliação de municípios relevantes nesse espaço econômico em torno de Maringá, pela incorporação de Sarandi e Marialva; e em torno de Londrina, com Iporã emergindo como relevante em 2013 e por Rolândia ter ampliado sua participação na geração de valor econômico. Em 2005, foram identificados dois sub-recortes espaciais a partir de Londrina, num vetor para o Norte Pioneiro, e de Maringá, num vetor para o Noroeste, que também foram evidenciados no estudo atual, embora de forma mais expressiva no segundo caso.

O Terceiro Espaço Econômico Relevante tem Cascavel como principal polo, que já desenvolvia um vetor de dinamismo no sentido de Toledo e Marechal Cândido Rondon, e participa na divisão social do trabalho a partir de um número menor de atividades, ligadas, fundamentalmente, à produção agroindustrial. Essa espacialidade também se fortaleceu economicamente, com a incorporação de municípios que ampliaram sua participação nos indicadores econômicos. Surgiram como relevantes, em 2013, Assis Chateaubriand e Cafelândia, mais próximos de Cascavel e Toledo; já Matelândia, Medianeira e São Miguel do Iguaçu reforçam o vetor que segue de Cascavel em direção a Foz do Iguaçu. Toledo ampliou participação econômica no período, ao contrário de Foz do Iguaçu. Em 2005, o setor Serviços destacou-se nessa espacialidade, influenciado pela posição fronteiriça desse município e pelo peso das atividades ligadas ao comércio internacional. Ainda que tais atividades tenham permanecido ao longo da década, elas perderam importância nesse Espaço Econômico Relevante para as atividades ligadas à produção agroindustrial.

Espacialidades com média relevância

Três recortes permanecem como espacialidades de média relevância: o Espaço Especializado do Centro-Oriental, a Porção Noroeste e a Porção Sudoeste. Guarapuava, em 2005, embora não chegasse a conformar uma espacialidade territorial agregando outros municípios, foi classificada com média relevância, juntamente com Irati. Ambos os municípios estão imersos em vasta extensão territorial na porção central do Paraná, formada por quase um quarto dos municípios paranaenses que, excetuando Campo Mourão, não obtiveram relevância em indicadores econômicos. No presente estudo, Guarapuava manteve seu nível de participação, Irati aparece como relevante em maior número de indicadores e veio a somar-se ao grupo o município de Pinhão, anexo a Guarapuava, que emergiu como relevante em 2013.

O Espaço Especializado do Centro-Oriental conserva seus vínculos nacionais e internacionais em função da atividade papelreira. Como mencionado no capítulo anterior, o Paraná foi responsável por mais de um quarto da produção nacional de produtos da madeira e mais de 10% da fabricação de celulose e papel e seus produtos em 2013, atividades que geraram mais de 90% do VAF industrial dessa espacialidade nesse ano. Esse perfil deverá ser aprofundado tendo em vista os elevados investimentos empresariais na fabricação de papel e similares. É um espaço econômico composto por poucos municípios, porém com tendência a se ampliar, dada a necessidade de expansão do uso da terra. Devido à especialização das atividades presentes na região, com caráter verticalizado, há relativa dificuldade para estabelecer atividades diferentes local e regionalmente. Este espaço permanece economicamente relevante, circundado e até infiltrado por extensas áreas socialmente críticas.

A Porção Noroeste destacou-se com desempenho superior à média estadual na maior parte dos indicadores econômicos que mensuram a geração de valor e emprego. Cianorte, Umuarama e Paranavaí persistem como polos regionais, com maior destaque dos dois primeiros ao longo da década estudada. Contudo, não surgiram outros municípios como relevantes. A indústria alimentar e a indústria têxtil são as principais responsáveis pelo maior número de postos de trabalho nesta espacialidade, além da forte participação da produção agropecuária. Os ativos institucionais foram ampliados nesse espaço econômico relevante, especialmente pela presença de Instituições de Ensino Superior e cooperativas, relacionadas à sua base produtiva, consolidando a relevância econômico-institucional dessa espacialidade.

A Porção Sudoeste insere-se na divisão social do trabalho com predominância da produção e transformação agropecuária. Sua estrutura produtiva industrial está assentada fundamentalmente na indústria alimentar. Insere-se internacionalmente na atividade de abate de aves, importante item da pauta de exportação paranaense. Ao longo da década, essa espacialidade tornou ainda mais robusto o sistema de integração entre os produtores rurais (avicultores) e os frigoríficos (abatedores de aves), consolidando as atividades econômicas relacionadas à produção animal. O sistema de integração envolve a produção de grãos (soja, milho e feijão), proteína animal e arranjos em torno do fornecimento de aves ainda jovens, rações, medicamentos e assistência técnica aos avicultores.

Espacialidade com mínima relevância

O Norte Pioneiro acompanhou a média de desempenho econômico do Estado, razão pela qual assegurou sua caracterização como espacialidade com mínima relevância em 2013. Em sua maioria, os municípios registram perda de população, taxa de urbanização menor que a estadual, elevado índice de idosos, além de menor capacidade de geração de emprego e renda. Jacarezinho deixou de ser município econômico relevante em 2013. Por conseguinte, percebe-se que o desempenho econômico observado ocorreu de forma concentrada, não conseguindo avançar territorialmente e incorporar a população residente, aspectos característicos de espacialidades consideradas socialmente críticas.

Espacialidades socialmente críticas

A Porção Central do Estado e o Vale do Ribeira permanecem como espacialidades socialmente críticas, ainda que tenham elevado, no conjunto, suas condições sociais. Ambas concentram ainda grande quantidade de municípios com elevada incidência entre os indicadores sociais mais críticos do Estado. Paralelamente, à exceção de Pinhão, na Porção Central, essas porções territoriais não conseguiram elevar seus municípios à condição de relevantes do ponto de vista econômico e institucional. Além disso, apresentam volumes expressivos de carência em seu interior, quando analisados os números absolutos de população de pobres e condições de moradia. Dessa forma, conforma-se como espacialidade socialmente crítica em termos relativos e absolutos. Em relação ao Vale do Ribeira, aparentemente houve recrudescimento da precariedade social em que se encontrava em 2003 (ver mapas 8, 9, 10 e 11).

Para além desses recortes espaciais, permanecem incrustados no território estadual, nas espacialidades de relevância econômica, vários municípios com indicadores sociais em condições críticas. Nestes, geralmente observa-se grande dependência da produção agropecuária e do emprego público.

Os números absolutos de alguns indicadores sociais revelam também que os maiores volumes de carência ocorrem em municípios dinâmicos em termos econômicos, situados nas espacialidades classificadas como de extrema e elevada relevância. Ainda que pesem os avanços econômicos que conquistaram ao longo da década, essas espacialidades têm reiterado sua incapacidade de oferecer ocupação e atendimento social em níveis compatíveis a toda população residente.

Como síntese, pode-se afirmar que, ainda que tenham sido observadas algumas alterações nos indicadores empregados para a identificação das espacialidades econômicas e socialmente críticas paranaenses, no conjunto elas foram sutis, reforçando a tendência verificada no início dos anos 2000 e consolidando os espaços econômicos relevantes e os socialmente críticos que emergiram do estudo publicado em 2005.

Tal constatação impôs o prosseguimento do trabalho, com a finalidade de verificar a existência de movimentos na dinâmica socioeconômica internamente a cada espacialidade e investigar a existência de trajetórias econômicas e sociais que possam alterar ou consolidar suas características.

Essa investigação tornou-se possível na proporção em que os espaços econômicos relevantes e os socialmente críticos permaneceram conformando porções territoriais similares. O trabalho investigativo foi realizado a partir das mesmas matrizes de indicadores empregadas até então – econômica, institucional e social – para a década e para a totalidade das espacialidades, mas não se esgotou nelas. Outros indicadores foram acrescentados, de modo a contribuir para a interpretação das situações identificadas. A sistematização dessa etapa dos trabalhos encontra-se no próximo capítulo.



4 A EVOLUÇÃO DAS ESPACIALIDADES SOCIOECONÔMICO-INSTITUCIONAIS

4.1 PRIMEIRO ESPAÇO ECONÔMICO RELEVANTE

4.1.1 Dimensão Econômica

Os primeiros estudos de Os Vários Paranás demonstraram que a concentração econômica paranaense ocorrida no período 1975-2003 desenvolveu-se em torno do Primeiro Espaço Relevante. E, conforme já adiantado, no período de análise, 2003 a 2013, essa espacialidade assegurou sua condição de elevada relevância econômica e institucional, mantendo grande distância ante os demais espaços econômicos relevantes.

Em relação ao Valor Adicionado Fiscal (VAF) Total, em 2013 essa espacialidade foi responsável por 46,54% do VAF estadual (tabela A1.1). Enquanto o estudo realizado em 2003 apontou a existência de 16 municípios relevantes nesse indicador no Primeiro Espaço, em 2013 foram observados 19. Com isso, a mancha de municípios relevantes que configurava essa espacialidade foi reforçada e ampliada, especialmente pela extensão territorial de três novos municípios que se agregaram a ela, segundo o VAF Total: Tibagi e Castro, mais ao norte, e Palmeira ao sul (mapa 12). Além destes, o município de Fazenda Rio Grande também foi classificado como relevante em 2013.

Em 2003, Curitiba, São José dos Pinhais e Araucária já se apresentavam como os municípios com os melhores desempenhos econômicos do espaço, situação mantida em 2013, quando geraram, respectivamente, 17,24%, 8,00% e 7,85%. Ponta Grossa, Paranaguá e Pinhais aparecem na sequência com participações acima de 1% do VAF Estadual Total, apresentando, respectivamente, 2,76%, 1,50% e 1,44% (tabela A1.2).

Dos demais 13 municípios relevantes dessa espacialidade em 2013, 7 reforçam a importância da RMC para a espacialidade e para o Estado, embora tenham registrado VAF abaixo de 1%: Colombo (0,95%), Campo Largo (0,85%), Rio Branco do Sul (0,51%), Carambeí (0,42%), Quatro Barras (0,29%), Balsa Nova (0,29%), Almirante Tamandaré (0,27%) e Fazenda Rio Grande (0,25%). Observa-se

que muitos desses municípios se inseriram na dinâmica metropolitana como cidades-dormitório e vêm evoluindo com o tempo, pela constituição e fortalecimento de atividades econômicas importantes, alterando seu perfil socioeconômico. Também, tornaram mais representativo o centro da mancha de municípios relevantes que consolida o Primeiro Espaço Relevante.

Os demais municípios relevantes ampliaram essa mancha em sentido norte e sul, conferindo-lhe maior extensão. São eles: Castro (0,69%), Lapa (0,39%), São Mateus do Sul (0,34%), Palmeira (0,31%) e Tibagi (0,28%).

Curitiba permanece respondendo pelo maior VAF de Serviços desse espaço e do Estado, com 29,22% em 2013 (tabela A1.3). São José dos Pinhais vem ampliando sua economia neste setor ao longo do tempo, tendo registrado o segundo maior VAF de Serviços do espaço e do Estado, com 7,99% nesse ano. Paranaguá, obteve o terceiro maior VAF de Serviços do espaço em 2013, com 5,04%. Registre-se que, somados, os três municípios respondem por 42,26% do VAF estadual de Serviços, o que demonstra a elevada concentração deste setor econômico (mapa 13).

Com participações importantes, acima de 1%, que reforçam a contribuição desse espaço no setor Serviços, tem-se também Araucária (3,95%), Ponta Grossa (3,60%), Pinhais (1,29%) e Colombo (1,15%). Totalizando os municípios relevantes no setor em 2013, aparecem Campo Largo (0,69%), Almirante Tamandaré (0,50%), Rio Branco do Sul (0,40%), Fazenda Rio Grande (0,31%) e Castro (0,30%).

Em relação ao setor Industrial, reitera-se o papel dessa espacialidade na indústria paranaense, não somente por sua capacidade de agregação de valor, mas também pela diversidade e evolução positiva ao longo do tempo, situando o Paraná como importante polo da produção industrial nacional. Em 2013, o Primeiro Espaço participou com 64,89% do VAF Industrial do Estado, mas atingiu participação ainda maior em 2007, com 72,32% (tabela A1.4). Em síntese, esse espaço econômico relevante tem respondido por dois terços do VAF industrial do Paraná (mapa 14). Três municípios surgiram como relevantes em 2013, Castro (0,42%), Fazenda Rio Grande (0,36%) e Rio Negro (0,31%), os dois primeiros com participação crescente desde 2007. Contrariamente, também a partir desse ano Araucária vem apresentando perda expressiva, de mais de 6 pontos percentuais, atingindo 16,57% em 2013 (tabela A1.5).

Curitiba registrou o maior VAF da Indústria em 2013, com 18,16%, seguido de São José dos Pinhais, com 14,85%. Ponta Grossa destacou-se com participação acima de 1%, pelo registro de 3,98%, acompanhado de Campo Largo (1,52%), Pinhais (1,34%), Colombo (1,08%) e Rio Branco do Sul (1,07%). Além destes, também foram classificados como relevantes no VAF Industrial em 2013,

Paranaguá (0,87%), Balsa Nova (0,62%), Quatro Barras (0,56%), Carambeí (0,52%), São Mateus do Sul (0,41%), Almirante Tamandaré (0,39%), Piên (0,38%) e Lapa (0,31%).

O Primeiro Espaço tem mantido participação importante na maioria das atividades da indústria da transformação, com valores acima de 60% do faturamento total das atividades industriais no Paraná em 2013, particularmente naquelas com maior intensidade de capital e agregação de valor, como na Indústria de veículos e equipamentos de transporte (94,42%); Indústria de máquinas, equipamentos em geral e material eletroeletrônico e aparelhos de telecomunicações (81,27%), Indústria de produtos de borracha, plásticos e de minerais não metálicos (80,41%); e Indústria de produtos químicos e de coque e refino de petróleo (79,37%) (tabela 6) (mapas 15, 16, 17, 18).

TABELA 6 - VALOR E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO VAF ESTADUAL E NA ESPACIALIDADE, SEGUNDO ATIVIDADES DA INDÚSTRIA DA TRANSFORMAÇÃO - PRIMEIRO ESPAÇO RELEVANTE - 2013

ATIVIDADES INDUSTRIAIS	VALOR ABSOLUTO (R\$ 1,00)	PART. NO ESTADO (%)	PART. NO ESPAÇO (%)
Produtos têxteis e de confecções de artigos do vestuário e acessórios (CNAE 13 e 14)	2.275.134.842	18,48	0,96
Indústria alimentar e fabricação de bebidas (CNAE 10 e 11)	33.643.656.423	28,67	14,15
Indústria de veículos e equipamentos de transporte (CNAE 29 e 30)	63.378.390.238	94,42	26,66
Produtos da madeira, fabricação de móveis, papel celulose (CNAE 16, 17, 31)	12.140.287.085	39,51	5,11
Indústria de máquinas e equipamentos em geral e material eletrônico e aparelhos de telecomunicações (CNAE 26, 27, 28, 32, 33)	37.914.974.098	81,27	15,95
Borracha e plástico e de minerais não metálicos (CNAE 23 e 25)	12.961.142.804	80,41	5,45
Indústrias diversas (CNAE 12, 15, 18, 22 e 24)	14.090.564.824	66,45	5,93
Indústria de produtos químicos, e de coque, refino de petróleo (CNAE 19, 20 e 21)	61.284.687.766	79,37	25,78

FONTE: SEFA-PR

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Internamente à espacialidade, as maiores participações são da Indústria de veículos de equipamentos de transporte (26,68% do faturamento do espaço – mais de 50% devidos a São José dos Pinhais e Curitiba), Indústria de produtos químicos e de coque e refino de petróleo, com 25,80% do faturamento da espacialidade (com as maiores proporções em Araucária e Paranaguá); Indústria de máquinas e

equipamentos em geral e material eletrônico e aparelhos de telecomunicações (15,96%), com mais da metade do faturamento concentrado em Curitiba; e Indústria alimentar e fabricação de bebidas (14,16%), atividade com maior distribuição do faturamento entre os municípios da espacialidade, embora mais de 50% sejam gerados por empresas de Curitiba, Ponta Grossa, Paranaguá, Carambeí e Araucária (tabela A1.6) (mapas 19, 20, 21, 22).

O Primeiro Espaço concentra também a maior geração de valor adicionado da indústria extrativa do Estado, respondendo por 71,88% do VAF estadual deste segmento em 2013. Os municípios que se destacam nessa área são: São Mateus do Sul (19,73% do VAF estadual da indústria extrativa), Rio Branco do Sul (9,72%), Campo Largo, Paranaguá, Ponta Grossa, Castro, São José dos Pinhais, Almirante Tamandaré, Colombo, Araucária e Balsa Nova (tabela A1.7).

Em relação ao Comércio, essa espacialidade respondeu por 50,35% do VAF setorial do Estado em 2013 e registrou 13 municípios relevantes. Curitiba, São José dos Pinhais e Araucária responderam, respectivamente, por 26,37%, 5,99% e 4,09% do VAF estadual do Comércio em 2013 (tabelas A1.8 e A1.9). Novamente, observa-se elevada concentração econômica nesses três municípios que somaram neste setor mais de um terço do VAF paranaense do Comércio (mapa 23).

Com mais de 1% do VAF do Comércio em 2013 aparecem Pinhais (3,10%), Ponta Grossa (2,52%), Paranaguá (2,34%) e Colombo (1,44%). Ainda como relevantes estão: Campo Largo, Castro, Lapa, Campina Grande do Sul, São Mateus do Sul e Fazenda Rio Grande.

Na Construção Civil, o Primeiro Espaço obteve a maior agregação de valor do setor em 2013, com 49,35% do VAF setorial do Estado, e computou 13 municípios relevantes (tabela A1.10). Novamente, Curitiba reproduz a concentração setorial, tendo sido responsável por 23,63% do VAF da Construção Civil do Estado, e São José dos Pinhais (4,65%), Campo Largo (4,39%), Pinhais (4,13%), Araucária (3,85%), Paranaguá (2,89%), Ponta Grossa (1,73%) e Colombo (1,17%) com as maiores participações. Com registros entre 0,25% e 0,50% têm-se: Rio Negro, Quatro Barras, Mandirituba e Fazenda Rio Grande (mapa 24).

A análise das compras e vendas de bens e insumos intermediários e finais segundo suas origens e destinos, conforme identificadas pelo valor de entrada e pelo valor de saída, permite conhecer as relações econômicas das espacialidades com o restante do Estado, com o país e com o exterior. Esse tipo de análise revela que o conjunto das atividades econômicas presente no Primeiro Espaço é

responsável por mais da metade do faturamento (valor de saída) estadual para todos os destinos: o próprio Estado, outros estados e o exterior, padrão que se manteve ao longo da década (tabelas A1.13, A1.14, A1.28 e A1.29).

O Primeiro Espaço Econômico Relevante responde por mais de 50% do VE e do VS estadual desde 2007 em todas as origens. Entretanto, observa-se que essa proporção vem diminuindo ao longo do tempo, sendo superior a 60% em 2007. Os maiores percentuais são observados nas origens para outros estados e para o exterior, revelando a existência, nessa espacialidade, de empresas modernas que estabelecem relações mais complexas (tabela 7).

TABELA 7 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO VALOR DE ENTRADA E DE SAÍDA, SEGUNDO ORIGENS - PRIMEIRO ESPAÇO RELEVANTE - PARANÁ - 2007/2013

ORIGEM DO VE E DESTINO DO VS	2007		2013	
	Estado	Espacialidade	Estado	Espacialidade
Valor de entrada				
Origem do Estado	63,18	58,81	51,32	58,13
Origem de outros estados	74,66	34,95	63,27	30,42
Origem do exterior	83,04	6,24	81,75	11,46
Valor de saída				
Para o Estado	68,74	67,52	54,20	61,08
Para outros estados	73,07	27,14	67,42	33,43
Para o exterior	72,20	5,34	58,52	5,49

FONTE: SEFA-PR

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Com origem no exterior, verifica-se que no VE (importação) a participação dessa espacialidade foi muito superior ao VS (exportação) em 2013. Além disso, houve importante perda de participação no faturamento das exportações de 72,20% e 58,52% do Estado, respectivamente, entre 2007 e 2013. Observa-se, contudo, que, em termos absolutos, essa espacialidade obteve aumento em importação e em exportação no mesmo período. Paralelamente, a participação no faturamento de vendas para outros estados teve seu melhor momento em 2007, com 73,03%, e declinou também continuamente até atingir 67,42% em 2013. Mesmo assim, ainda com forte concentração nesse espaço econômico relevante.

Quando se verifica o valor sumário de entrada (compras), nota-se que no período analisado houve também redução da participação dessa espacialidade. Em 2007, o Primeiro Espaço foi responsável por 67,84% das compras do Estado, enquanto que em 2013 respondeu por 57,03% (tabelas A1.11 e A1.12). As compras dessa espacialidade são realizadas, em sua maioria, em municípios do próprio Estado (58,13%), outros estados fornecem 30,42% dos insumos, enquanto que 11,46% das compras dessa espacialidade são realizadas no exterior.

Ainda com base nos dados de entradas e saídas, observa-se que essa espacialidade importou mais que exportou no período analisado. Apenas em 2013 as importações (valor de entrada do exterior) somaram R\$ 59,6 bilhões, o equivalente a 81,75% do total importado pelo Paraná, enquanto as exportações (valor de saída para o exterior) foram de R\$ 28,4 bilhões (58,52% do total exportado pelo Paraná). Do total importado por esse espaço econômico relevante, 22,0% foi destinado à Fabricação de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias em 2013. O caso da indústria automotiva demonstra que parcela importante das importações dessa espacialidade é composta por itens que chegam à indústria local apenas para a montagem do produto final para atender ao comércio nacional (Paraná e outros estados). Isto ocorre também em outras atividades industriais, como fabricação de tratores, equipamentos de informática, fogões, refrigeradores e máquinas de lavar, que são indústrias importantes nessa espacialidade.

Os municípios do Primeiro Espaço Econômico Relevante com as maiores participações no valor de saída do Estado e da espacialidade, em 2013, são Curitiba (18,62%), Araucária (13,11%), São José dos Pinhais (8,56%) e Paranaguá (6,32%) (tabela A1.13). A maior proporção do valor de saída de Curitiba (56,41%) tem destino para o próprio Estado, seguida de outros estados (35,06%); Araucária apresenta 81,19% de seu valor de saída com destino no Estado e São José dos Pinhais com 54,83% de outros estados. Paranaguá é responsável pelo maior valor de saída do exterior de todo o Paraná, com 6,32%, mas no conjunto do valor de saída do município, a maior

parte de seu faturamento decorre de transações entre empresas do próprio Estado (54,35%). São 12 municípios dessa espacialidade com participações superiores a 0,25% do valor de saída do Estado, portanto, relevantes nesse indicador.

Quanto ao valor de entrada, que retrata a origem das compras realizadas pelos setores econômicos, o comportamento se diferencia, em parte. Em 2013, o Primeiro Espaço permanece com participação superior a 50% do total das compras estaduais e em todas as origens. Maior proporção ocorreu nas compras externas (importação) no total do Estado, em percentuais acima de 80% desde 2007, atingindo 81,75% em 2013. Internamente à espacialidade, o valor de entrada do exterior corresponde a 10,87% do valor de entrada total da espacialidade.

Os municípios desse espaço com os maiores valores de entrada do Estado são: Curitiba (16,10%), Araucária (13,20%), São José dos Pinhais (8,08%) e Paranaguá (8,04%) (ver tabela A1.13). São também esses municípios que possuem as maiores participações no valor de entrada do exterior: Curitiba (24,05%), São José dos Pinhais (22,11%), Paranaguá (12,48%) e Araucária (10,79%). Chama-se a atenção para esses dados, na proporção em que esses quatro municípios responderam por, aproximadamente, 70% das importações paranaenses em 2013.

Enquanto as empresas de Curitiba realizaram, em 2013, a maior parte das suas compras com origem no próprio Estado (41,22%) e em outros estados (40,00%), Araucária tem a maior origem das compras no próprio Estado (72,69%), e em São José dos Pinhais as compras são mais distribuídas segundo as origens, com 37,70% do Estado, 35,89% de outros estados e 20,69% do exterior.

Em síntese, os dados fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda revelam que o Primeiro Espaço permanece sendo a espacialidade com a maior inserção na divisão internacional do trabalho. Os elevados percentuais de participação em todas as origens do valor de entrada e de saída – acima de 50% em toda a década – apontam os mais sólidos vínculos econômicos desse espaço em relação ao conjunto das espacialidades dos Vários Paranás, com o exterior, outros estados e com o próprio Paraná, para os setores econômicos ora analisados.

Esta situação se modifica no estudo do setor primário. No que se refere à participação no Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP), o Primeiro Espaço Econômico Relevante apresentou participação em torno de 12% do total do VBP paranaense e se manteve na terceira colocação em relação às três principais espacialidades identificadas no estudo Os Vários Paranás. Quanto aos segmentos

produtivos, ao longo da década houve crescimento do VBP da Agricultura e da Pecuária nesse espaço, em detrimento da participação do VBP das atividades florestais (tabela A1.15) (mapa 25).

Em 2013, as atividades agropecuárias de destaque no Primeiro Espaço foram os grupos grãos de verão (36,1%), hortaliças (16,7%) e avicultura de corte (9,0%). As lavouras de soja e milho predominam no grupo de grãos de verão, e correspondiam, respectivamente, a 64,5% e 19,5% do VBP (tabela A1.16). Considerando apenas a lavoura de soja, esta representava 23,2% do VBP da espacialidade, sendo os municípios de Castro e Tibagi os principais produtores (mapa 26).

O segundo grupo de produção agropecuária em importância é representado pela produção de hortaliças, com 16,7% do total do VBP dessa espacialidade (tabela A1.17). Os municípios de São José dos Pinhais, Colombo e Araucária concentraram 45,1% do VBP de hortaliças do Primeiro Espaço. A proximidade desses municípios com Curitiba indica também o destino do abastecimento alimentar. Em terceira posição, e representando apenas 9,0% do VBP da espacialidade, encontra-se a produção de frangos de corte, ligada aos complexos agroindustriais instalados nessa espacialidade. Cabe destacar, também, no Primeiro Espaço Econômico Relevante a contribuição das atividades de outros três grupos, que participam com 16,2% do VBP Agropecuário: serraria e laminadora (5,8%), leite bovino (6,2%) e tabaco (4,2%) (tabela A1.18) (mapa 27, 28).

Assim, embora se observe aparente concentração na produção de soja, principal item na pauta exportadora paranaense, a produção agropecuária nessa espacialidade apresenta-se diversificada e contribui tanto para o abastecimento alimentar interno quanto para o comércio exterior.

No que se refere ao mercado de trabalho, o Primeiro Espaço Econômico Relevante se manteve agregando o maior número de ocupados e como o grande gerador de emprego do Estado, concentrando os maiores volumes de postos de trabalho formais (empregos formais) e a maior representação de municípios relevantes nesse indicador.

O fato de ser a espacialidade com a maior população e a maior capacidade de atrair população migrante favorece substancialmente essa posição. No Primeiro Espaço estão 9 dos 18 municípios do Paraná com mais de 100 mil habitantes³⁶ em 2010. O conjunto de municípios desse espaço econômico relevante totaliza 38% do total da população do Estado.

³⁶ São eles: Curitiba, Ponta Grossa, São José dos Pinhais, Colombo, Paranaguá, Araucária, Pinhais, Campo Largo e Almirante Tamandaré.

Como resultado, o Primeiro Espaço Econômico Relevante concentra a maior proporção da População Economicamente Ativa (PEA)³⁷ do Paraná, com 38,1%. Enquanto em nível estadual, no período 2000-2010, o crescimento da PEA foi de 20,1%, no Primeiro Espaço foi de 25,5%, e todos os seus municípios apresentaram crescimento nesse indicador. Entre os municípios que se destacaram com maior crescimento estão: Itaperuçu (62,1%), Mandirituba (59,0%) e Carambeí (47,8%). Em termos absolutos, Curitiba destacou-se pelo acréscimo de 166.826 pessoas na PEA no período, seguida por São José dos Pinhais (45.472) e Ponta Grossa (30.569) (tabela A1.19).

Entre os anos 2000 e 2010, o Primeiro Espaço contribuiu com o crescimento da taxa de ocupação³⁸ obtida em nível estadual, que evoluiu de 87,2%, em 2000, para 95,0% em 2010. As maiores taxas de ocupação, em 2000, foram observadas em: Antônio Olinto, Tijucas do Sul, Quitandinha, Imbituva, Morretes, Mandirituba, Teixeira Soares, Contenda, Piên e Tibagi. E, em 2010, em: Rio Branco do Sul, Itaperuçu, Piên, Imbituva, Almirante Tamandaré, Tijucas do Sul, Contenda, Campo Magro, São Mateus do Sul e Lapa.

Em 2000, 25 municípios da espacialidade apresentaram taxas de ocupação menores que a taxa do Estado, valor que decresceu para 23 em 2010. Itaperuçu registrou a menor taxa de ocupação em 2000 (77,6%) e avançou significativamente na geração de trabalho para sua população ao longo da década, ficando acima da média estadual em 2010, com 97,18%, sendo o município com maior evolução nesse indicador. Ainda com as menores taxas em 2000 estavam, além de Itaperuçu, Fazenda Rio Grande, Pontal do Paraná, Piraquara, Antonina, Campina Grande do Sul, Pinhais, Almirante Tamandaré, Matinhos e Araucária. Em 2010, as menores taxas foram registradas em Antonina, Paranaguá, Balsa Nova, Teixeira Soares, Ponta Grossa, Campo do Tenente, Mandirituba, Araucária, Carambeí e Fazenda Rio Grande (tabela A1.20).

³⁷ A PEA reflete o conjunto de pessoas inseridas em ocupações formais, informais ou desempregados com 10 anos ou mais de idade.

³⁸ A taxa de ocupação é a razão entre o número de ocupados e a população economicamente ativa de determinada localidade, na semana de referência do Censo Demográfico. Foram classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que tinham trabalho durante todo ou parte desse período.

Em relação ao emprego formal, essa espacialidade ampliou em 60% o número de postos de trabalho³⁹ entre 2003 e 2013, mas perdeu em participação no total do Estado, de 48,3% para 47,9% (tabela A1.21). Mesmo assim, continuou sendo a principal espacialidade na geração de postos de trabalho no Paraná, bem como permaneceu apresentando a maior concentração de municípios relevantes nesse indicador. No total, em 2013, o Primeiro Espaço contabilizou 17 municípios relevantes no emprego formal (tabela A1.22) (ver mapa 4). Apenas Curitiba concentrou 29,99% do emprego formal paranaense em 2013. Outros seis municípios desse espaço, São José dos Pinhais, Ponta Grossa, Pinhais, Araucária, Colombo e Paranaguá, apresentam participações acima de 1,00% dos postos de trabalho formais do Paraná. Também, com participações importantes, tem-se Castro e Campo Largo (acima de 0,50%); e Fazenda Rio Grande, Almirante Tamandaré, Carambeí, Quatro Barras, Lapa, São Mateus do Sul, Campina Grande do Sul e Piraquara, com participações acima de 0,25%.

Não somente em termos quantitativos, mas essa espacialidade se sobressai também em relação à qualidade do trabalho que gera. Os dados de escolaridade de sua força de trabalho demonstram que, até a faixa de escolarização Ensino Fundamental completo, o Primeiro Espaço Econômico Relevante registrou, em 2013, proporções menores que a média do Estado. Esse quadro se modifica na medida em que aumenta o nível de escolaridade. Como resultado, responde por 59,77% dos postos de trabalho com Ensino Superior completo e 55,76% com Mestrado e Doutorado no Paraná. Internamente à espacialidade, 72,28% dos empregos formais estão registrados com nível de escolaridade igual e acima ao Ensino Médio completo, o único espaço econômico relevante com média acima do Estado (66,17%) com esse nível de formação educacional (tabela A1.23).

Em termos de remuneração, esta situação se reproduz. Até a faixa de remuneração média de 1 a 3 salários mínimos, o Primeiro Espaço registrou, em 2013, percentuais menores que a média do Estado, revertendo-se esse quadro para as faixas de remuneração mais elevadas, ultrapassando a média estadual. Enquanto para o Estado, 71,15% dos trabalhos formais apresentaram registro com remuneração média na faixa entre 1,01 a 3,00 salários mínimos, esse espaço apresentou 62,76%. Com salários mais elevados, a partir de 5 salários mínimos, concentrou mais de 70% dos postos de trabalho estaduais: 72,88% com 5,01 a 10,00 salários mínimos, 75,26% com

³⁹ O número de postos de trabalho corresponde ao total de vínculos empregatícios ativos. É diferente do número de pessoas empregadas, pois um mesmo indivíduo pode estar ocupando mais de um posto de trabalho na data de referência. Por vínculo empregatício entende-se a relação de emprego mantida com o empregador durante o ano-base e que se estabelece sempre que ocorrer trabalho remunerado com submissão hierárquica ao empregador e horário preestabelecido por este. Essa relação pode ser regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou pelo Regime Jurídico Único, no caso de empregado estatutário.



10,01 a 20,00 salários mínimos e 83,13% com mais de 20,01 salários mínimos. Em síntese, os melhores postos de trabalho do Paraná estão, em maior proporção, no Primeiro Espaço Econômico Relevante (tabela A1.24).

O setor Serviços foi responsável por 52,3% do número de empregos gerados em 2013, comportamento que se repete para a maior parte das espacialidades. Contribui para esse resultado a presença da capital do Estado nessa espacialidade que, além de abrigar a sede dos poderes públicos estaduais, possui densa estrutura administrativa municipal, sedia as principais representações administrativas do governo federal, além de parcela substantiva das atividades de serviços ligadas aos diversos segmentos produtivos do Estado. Do total de postos de trabalho do setor Serviços de Curitiba, 64,5% foram registrados, na RAIS, como emprego no setor público. Com essa estrutura, somente Curitiba foi responsável, em 2013, por 41,5% do emprego formal do setor Serviços do Paraná; em 2003, esse percentual era de 40,8% (tabela A1.25).

Além de Curitiba, destacaram-se ainda com participações acima de 1,00% do emprego formal estadual, em 2003, Ponta Grossa, Paranaguá, São José dos Pinhais, Colombo, Pinhais e Araucária. Em 2013, Colombo deixou de participar desse grupo, apresentando participação de 0,98%.

Reunidos, os municípios do Primeiro Espaço Econômico Relevante concentraram, em 2013, 56,86% dos postos de trabalho formais do setor Serviços do Paraná. Com percentual de emprego público, no total do emprego municipal, superior à média do Estado (46,65%), em 2013, estão 13 municípios, sendo que, além de Curitiba, destacam-se Antonina (71,0%), Tijucas do Sul (67,4%) e Paranaguá (62,1%) com as proporções mais elevadas (mapa 29).

O Comércio foi outro setor com elevada geração de postos de trabalho no Primeiro Espaço no período em análise. Se em nível estadual foram gerados 301.077 postos de trabalho entre 2003 e 2013, 122.919 foram gerados nessa espacialidade. Entretanto, considerando que outras espacialidades registraram, proporcionalmente, um número maior, a participação do Primeiro Espaço nos postos de trabalho formais do Comércio estadual regrediu de 43,8% para 42,5%. Todavia, manteve grande representação também neste setor econômico. Em 2003, havia 18 municípios relevantes nesse espaço nos empregos formais do Comércio, e 17 em 2013.

Curitiba concentrou, em 2003, 28,11% dos postos de trabalho do Comércio do Estado, e cinco municípios participaram com mais de 1,00%: Ponta Grossa (3,55%), São José dos Pinhais (2,04%), Paranaguá (1,30%), Pinhais (1,23%) e Colombo (1,09%). Em 2013,

Curitiba respondeu por 24,34% e com mais de 1,00% foram registrados: Ponta Grossa (3,48%), São José dos Pinhais (2,78%), Pinhais (1,52%), Colombo (1,48%) e Paranaguá (1,21%).

Na Indústria, o Primeiro Espaço manteve 20 municípios como relevantes em 2003 e em 2013. Ampliou o número de postos de trabalho no período em 60%, porém diminuiu sua participação em relação ao total dos postos de trabalho estaduais na Indústria de 41,08% para 39,00%, respectivamente, em 2003 e 2013. Piên era considerado município relevante nesse indicador em 2003, deixando essa condição em 2013, posição que foi assumida por Palmeira. Em 2003, constam com participações acima de 1,00%: Curitiba (18,88%), São José dos Pinhais (4,46%), Ponta Grossa (2,71%), Araucária (2,20%), Campo Largo (1,86%), Pinhais (1,62%) e Colombo (1,42%). Em 2013, esse conjunto permaneceu o mesmo, embora tenham variado as posições e participações do grupo: Curitiba (16,34%), São José dos Pinhais (5,23%), Araucária (2,71%), Ponta Grossa (2,21%), Pinhais (1,76%), Colombo (1,59%) e Campo Largo (1,40%).

Chamam a atenção os municípios Imbituva, Piên e Quatro Barras, que possuem mais de 50% dos postos de trabalho do município no setor industrial. Araucária, que faz parte do grupo com mais de 1% do emprego formal do Estado, registrou 46,18% do emprego municipal neste setor.

O Primeiro Espaço Econômico Relevante concentrava 52,7% dos empregos formais na Construção Civil do Paraná em 2013, enquanto em 2003 participou com número menor, 50,9%. Apenas Curitiba foi responsável por 31,1% dos empregos, em sintonia com o observado em outros setores, e com o VAF, que também está concentrado na capital do Estado. Quando se observa a importância da Construção Civil no total de empregos municipais, chamam a atenção alguns municípios dessa espacialidade que têm valores muito acima da média do Estado em 2013 (2,3%), como Pinhais (10,7%), Itaperuçu (23,0%) e Porto Amazonas (31,7%).

Na Agropecuária, setor com elevada taxa de informalidade, o Primeiro Espaço participou com 15,78% dos empregos formais do Estado, praticamente igual à participação que teve em 2003 (15,85%). Em grande medida, esses postos de trabalho estão sediados em Castro, Ponta Grossa, Curitiba, Carambeí e Tibagi, que registraram mais de 1,00% do emprego neste setor.

Destaca-se nessa espacialidade a região litorânea. Formada por sete municípios, apenas Paranaguá apresenta participação no número total de empregos formais do Estado acima de 1,00%, em 2003 e 2013, decorrente, em grande medida, da influência das atividades portuárias e acessórias a estas. Os outros seis municípios da região apresentam números inferiores a 0,25% dos postos de trabalho formais do Estado.

4.1.2 Infraestrutura Técnico-Científica

Em 2003, o Primeiro Espaço Econômico Relevante apresentava a maior concentração da infraestrutura técnico-científica do Estado, sendo responsável por 39,06% desses ativos (tabela A2.2) (mapa 30). Nele destacou-se o grande número de Instituições de Ensino Superior (IES), com a presença de uma universidade federal (UFPR), uma universidade estadual (UEPG) e três faculdades estaduais, além das principais instituições do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia.⁴⁰ Esse espaço abrigava também a maioria dos institutos de pesquisa e incubadoras do Estado, bem como o maior número de cursos técnicos (mapas 31 e 32).

No levantamento realizado em 2015, este espaço aparece como aquele que obteve os maiores ganhos em termos absolutos (34 novos ativos), mas proporcionalmente perde representatividade, passando a contribuir com 37,59% do total de ativos do Paraná. Mesmo assim, continua com a maior concentração dessa infraestrutura. As IES (19) foram responsáveis por esse incremento, principalmente as faculdades particulares. Já as IES das esferas federal e estadual tiveram incremento menor, embora mais robusto pela constituição de universidades, que são instituições de ensino superior mais complexas.⁴¹

Em relação aos demais ativos institucionais, destaca-se o surgimento de novos laboratórios de calibração em Curitiba, fundamentais na prestação de serviços para empresas, adequando produtos e processos produtivos para atender alguns mercados, principalmente os internacionais. Surge, neste período, mais uma incubadora na Universidade Positivo, como também foi instituído o Programa Curitiba Tecnoparque na Agência Curitiba de Desenvolvimento, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento de empresas de base tecnológica e instituições de ciência e tecnologia (tabela A2.3).

Em 2015, os 20 municípios que possuíam algum ativo institucional são os mesmos verificados em 2003, com pouca alternância de posição entre eles. Curitiba continua concentrando a infraestrutura técnico-científica desse espaço, seguida muito de longe por Ponta Grossa, São José dos Pinhais, Castro e Paranaguá (quadro 4).

⁴⁰ Entre elas, destaca-se o Fundo Paraná, o Conselho Paraná de Ciência e Tecnologia, a Fundação Araucária e o Tecpar.

⁴¹ Destaca-se o surgimento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná IFPR – Campus Paranaguá, e do CEFET alçado à condição de universidade, passando a ser UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná). No âmbito estadual, destaca-se a criação da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), com um *campus* em Matinhos e outro em Pinhais.

QUADRO 4 - TOTAL DA INFRAESTRUTURA TÉCNICO-CIENTÍFICA, SEGUNDO MUNICÍPIOS - PRIMEIRO ESPAÇO RELEVANTE - PARANÁ - 2003/2015

2003		2015	
Município	n.º Infraestrutura	Município	n.º Infraestrutura
Curitiba	71	Curitiba	96
Ponta Grossa	15	Ponta Grossa	14
São José dos Pinhais	5	São José dos Pinhais	9
Castro	3	Araucária	4
Araucária	2	Castro	3
Colombo	2	Paranaguá	3
Lapa	2	Pinhais	3
Paranaguá	2	Colombo	2
Pinhais	2	Guaratuba	2
São Mateus do Sul	2	Lapa	2
Campina Grande do Sul	1	Matinhos	2
Campo Largo	1	São Mateus do Sul	2
Guaratuba	1	Campina Grande do Sul	1
Matinhos	1	Campo Largo	1
Morretes	1	Morretes	1
Palmeira	1	Palmeiras	1
Piraquara	1	Piraquara	1
Pontal do Paraná	1	Pontal do Paraná	1
Quatro Barras	1	Quatro Barras	1
Rio Negro	1	Rio Negro	1
TOTAL	116	TOTAL	150

FONTES: SICAP-MP; APROTEC; REPARTE; TECPAR; INMETRO, SETI, MEC/INEP/DEED

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Complementando o levantamento da infraestrutura técnico-científica, houve expressivo aumento de cursos técnicos no Paraná e nessa especialidade ao longo do período estudado. Em 2003, seis municípios do Primeiro Espaço sediavam 58 cursos técnicos, representando 40,85% do total de cursos do Estado. Em 2014, este espaço passou a responder por 43,50% desses cursos, mas, em



termos absolutos, contabilizou 1.880 cursos distribuídos em 23 municípios, principalmente em Curitiba (1.160 cursos), Ponta Grossa (234), Paranaguá (70), Araucária (62), Pinhais (57) e São José dos Pinhais (52). Nos dois levantamentos, realizados em 2005 e em 2015, este espaço concentrou a grande maioria dos cursos técnicos paranaenses (tabela A2.4).

Quanto às cooperativas agropecuárias,⁴² percebe-se, também, considerável aumento em termos absolutos em todo o Estado, sendo que no Primeiro Espaço elas possuem pouca representatividade, passando de 10%, em 2001, para aproximadamente 9% em 2014 (tabela A2.5). O espaço abriga a sede de cinco grandes cooperativas,⁴³ responsáveis também pela maioria das unidades presentes nos municípios deste espaço, atuando principalmente na linha de laticínios, carnes, rações e sementes. Ponta Grossa apresenta o maior número delas (5 unidades), seguida de Palmeira (3 unidades), e Balsa Nova, Carambeí, Castro, Lapa, Paranaguá e São José dos Pinhais, com duas unidades de cooperativas. Já as cooperativas de crédito estão presentes principalmente em Curitiba,⁴⁴ com uma única representatividade na Lapa, Ponta Grossa e Rio Branco do Sul.

Em relação às agências de desenvolvimento atuantes no Primeiro Espaço, são as mesmas que se destacaram no estudo anterior: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Instituto Euvaldo Lodi (IEL), Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividades (IBPQ) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e Fomento Paraná.

A concentração e densidade verificada na distribuição dos ativos institucionais no Primeiro Espaço apresentam o mesmo padrão de concentração encontrado na análise dos dados econômicos, reforçando assim as características de máxima relevância atribuídas a essa espacialidade.

⁴² Aqui estão incluídas as sedes e as unidades das cooperativas.

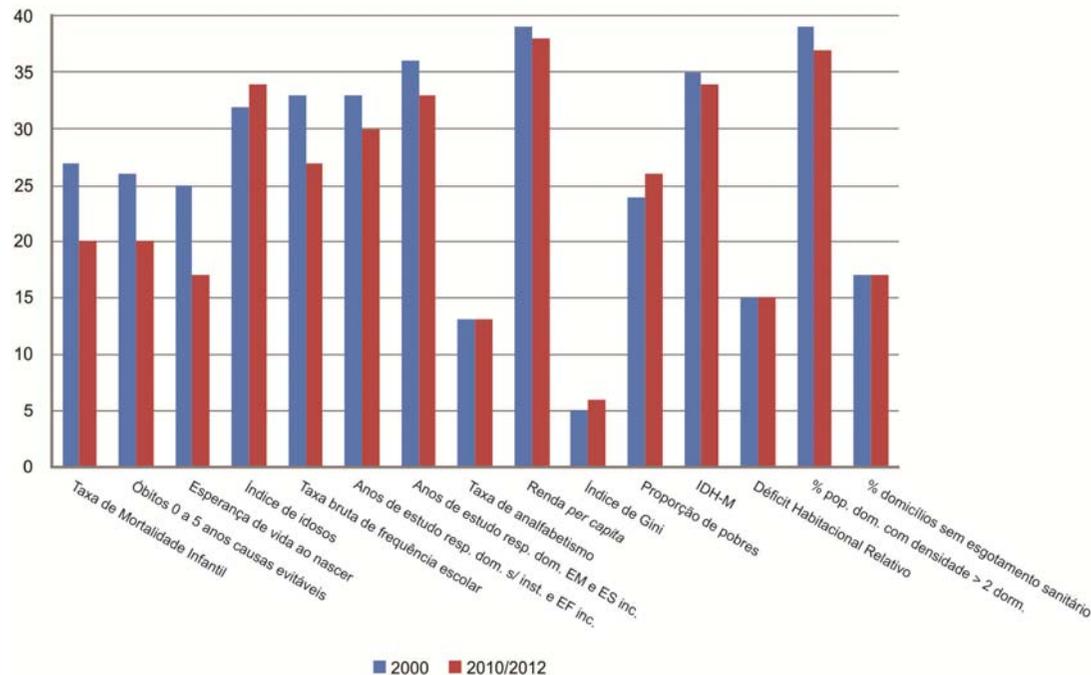
⁴³ Batavo (que passou a se chamar Frísia), Bom Jesus, Castrolanda, Coopagrícola e Witmarsum.

⁴⁴ Principalmente do Sistema SICREDI, SICOOB e UNIPRIME.

4.1.3 Dimensão Social

Mesmo apresentando-se como a espacialidade paranaense mais diversificada em termos econômicos, maior geradora de emprego e renda, o Primeiro Espaço possui vários municípios com desempenho abaixo da média estadual em todos os indicadores sociais analisados, além de várias incidências entre as situações mais críticas do Estado, tanto em 2000 como em 2010 (ver mapas 8 e 9). Ao comparar as médias estaduais e municipais para o conjunto dos indicadores, no geral, houve diminuição do número de municípios em situação pior que a média estadual (gráfico 4). Contudo, é nas condições de moradia que a espacialidade tem apresentado maiores dificuldades de superação no período analisado.

GRÁFICO 4 - NÚMERO DE MUNICÍPIOS DO PRIMEIRO ESPAÇO RELEVANTE COM INDICADORES PIORES QUE A MÉDIA DO ESTADO - PARANÁ - 2000 E 2010/2012



FONTE: IPARDES
 NOTA: Esse espaço agrega 40 municípios.

Cabe destacar que, dos 40 municípios que compreendem essa espacialidade, somente seis não registraram, nos dois períodos, qualquer ocorrência entre os municípios mais críticos do Estado no conjunto dos indicadores sociais analisados: Campo Largo, Contenda, Mandirituba, Matinhos, Pontal do Paraná e Rio Negro.⁴⁵

Ainda, 22 municípios mantiveram o mesmo número de ocorrências nos dois períodos analisados (2000 e 2010) e 11 municípios o ampliaram: Almirante Tamandaré, Antonina, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Guaratuba, Morretes, Paranaguá, Piên, Piraquara, Ponta Grossa e Teixeira Soares.

Nesse conjunto, destacam-se Antonina e Paranaguá por terem obtido os maiores acréscimos de situações críticas. Antonina não esteve no grupo de municípios mais críticos do Estado em 2000 em nenhum dos indicadores, mas passou a integrá-lo em 2010 em dois indicadores de saúde – Taxa de mortalidade infantil e Óbitos por doenças evitáveis entre crianças de 0 a 5 anos; no Índice de Gini, que expressa a desigualdade de distribuição de renda; e na área habitacional, no indicador Percentual de população por domicílio com densidade maior que duas pessoas por dormitório. Paranaguá também não aparecia em 2000 em situação crítica em qualquer indicador. Contudo, em 2010, ainda que tenha melhorado seu desempenho no conjunto dos indicadores sociais, no Índice de idosos e no Percentual de população por domicílio com densidade maior que duas pessoas por dormitório, tal melhora foi inferior à obtida pela maioria dos municípios do Estado, o que o colocou entre os críticos em 2010 nesses dois indicadores (tabelas A3.1 e A3.2).

De outro lado, ressalta-se que 7 municípios do Primeiro Espaço diminuíram sua participação em condições sociais críticas: Antônio Olinto, Castro, Lapa, Porto Amazonas, Rio Branco do Sul, São Mateus do Sul e Tibagi. Do grupo, Tibagi e Rio Branco tiveram os maiores decréscimos (em dois indicadores).

Antônio Olinto registrou 5 indicadores em situação crítica em 2000. Dois deles ocorreram em Anos de estudo do responsável pelo domicílio, nas categorias Sem instrução e Ensino Fundamental incompleto e em Ensino Médio completo e Ensino Superior completo e incompleto. Embora, em ambos, o município tenha melhorado seu desempenho, ainda assim a melhora não foi suficiente para tornar mais

⁴⁵ Para melhor compreensão, ver Procedimentos Metodológicos neste estudo.

proporcional a relação entre os níveis de escolaridade dos chefes de domicílio, na medida em que 81,1% foram registrados na categoria Sem instrução e Ensino Fundamental incompleto em 2010, ou seja, um grau de escolaridade que compromete a inserção social e econômica em níveis capazes de se traduzirem em qualidade de vida para toda a família. E não é por coincidência que Antônio Olinto estava entre os municípios com os menores valores de Renda *per capita* do Estado, em 2000 e 2010. Em 2000, a Renda *per capita* municipal era de R\$ 227,23, sendo ampliada para R\$ 393,68 em 2010. No Paraná esses valores eram, respectivamente, de R\$ 638,27 e R\$ 890,89. Complementarmente, o município diminuiu a proporção de pobres, de 49,11% da população, para 23,67%. Todavia, isso não o tirou da condição de participar do grupo de 10% dos municípios com resultados mais críticos do Estado nesse indicador, visto que aproximadamente um quarto de sua população se manteve nessa condição (mapas 33 e 44). O indicador IDHM foi o quinto em que o município esteve entre as situações críticas em 2000, mas deixando essa condição em 2010, quando contabilizou 0,656; mesmo assim, um índice inferior ao do Estado (0,749) (mapas 35 e 36). Vale mencionar que Antônio Olinto e Antonina foram os únicos municípios do Primeiro Espaço que obtiveram diminuição absoluta de população entre 2000 e 2010.

No caso de Campo do Tenente, foram registradas três ocorrências em situações críticas em 2000 e 2010, alternando os indicadores nos dois períodos, à exceção do Percentual de população em domicílios com densidade superior a 2 pessoas por dormitório. Nesse indicador, diminuiu a proporção de domicílios com essa densidade, de 46,11%, em 2000, para 27,80% em 2010, um decréscimo considerável. Contudo, apresentou-se como crítico nos dois momentos. Em Esperança de vida, Campo do Tenente registrou condições classificadas como críticas em 2000, elevando os anos de vida de sua população ao nascer de 63,64 para 73,34 na década, deixando de estar entre as situações críticas nesse indicador em 2010 (mapas 37 e 38). No Índice de idosos, apesar de mostrar aumento da população de idosos de 14,2 para 20,86 pessoas acima de 65 anos em relação à população com até 15 anos de idade, em nível estadual esse indicador teve acréscimo proporcionalmente maior, o que o colocou na condição de crítico em 2010 (mapas 39 e 40). No entanto, a ocorrência mais preocupante se deu na Taxa de mortalidade infantil, que aumentou significativamente no período (de 17,86 para 33,90) (mapas 41 e 42).

Três municípios do Primeiro Espaço aumentaram suas taxas de mortalidade infantil (Campo do Tenente, Campo Magro e Teixeira Soares), sendo que Campo do Tenente destaca-se com o maior aumento, o que chama a atenção para a proposição de políticas

voltadas a essa área e avaliação daquelas que estão em andamento, mesmo que o município tenha apresentado redução da proporção de óbitos por causas evitáveis entre crianças de 0 a 5 anos, indicador em que esteve entre os críticos em 2000 (mapas 43 e 44).

Há também que se ressaltar o município de Itaperuçu, que apresentou 4 ocorrências em situações críticas em ambos os períodos. Em 2000, duas das ocorrências aconteceram em indicadores de educação: Taxa bruta de frequência escolar, que ampliou significativamente de 57,65 para 93,58 em 2010, e Anos de estudo do chefe de domicílio no grau de instrução Ensino Médio completo e Superior completo ou incompleto, resultado de um salto de 5,4 para 15,0, apontando melhora importante na área educacional.

Em Esperança de vida ao nascer, de 66,01 passou para 71,72 anos de vida, mas ficou entre os menores valores do Estado em 2010 (ver mapas 37 e 38). Paralelamente, no Índice de idosos, evoluiu de 9,19 para 14,30, mas se manteve entre as situações mais críticas do Estado nos dois períodos (ver mapas 39 e 40). No indicador que mede a densidade da população por domicílio, diminuiu de 39,58% para 31,72%, ficando entre as condições mais críticas em 2010. Com relação ao IDHM, apesar de mostrar melhora pela evolução de 0,474 para 0,637, verifica-se que está entre os municípios com os menores valores do Estado nos dois períodos (ver mapas 35 e 36).

Ainda que o Primeiro Espaço tenha registrado as graves situações arroladas anteriormente, é importante evidenciar que, de modo geral, foi observada melhoria em quase todos os indicadores sociais, à exceção do déficit habitacional e para os indicadores que apontam o volume das carências. Essa espacialidade continua agregando os maiores volumes (valores absolutos) de população e domicílios com essas características. Esse espaço econômico relevante concentra, aproximadamente, 37% do déficit habitacional, 41% dos domicílios com densidade superior a duas pessoas por dormitório e 15% dos domicílios sem esgotamento sanitário do Paraná. Além disso, permanece abrigando praticamente um quarto da população classificada na linha de pobreza. Em 2000, 24,7% (441.487 pessoas) dos pobres do Estado residiam nessa espacialidade, e 26,0% (174.342 pessoas) em 2010. Cabe reiterar que entre 2000 e 2010 o Paraná diminuiu em 670.535 mil o número de pessoas nessa condição, e nesse espaço a redução foi de mais de 50% (tabelas A3.3 e A3.4). Contudo, proporcionalmente, a diminuição no volume de pobres foi menor nesse espaço que na média do Estado, o que pode também estar relacionado ao movimento da população em direção a essa espacialidade (ver mapas 10 e 11).

Em relação à renda, Curitiba é o município com a maior Renda *per capita* do espaço e do Estado. A segunda maior renda da espacialidade é a de Pinhais que, juntamente com Curitiba, são os únicos municípios desse espaço com renda *per capita* acima da média estadual.

A desigualdade na distribuição de renda contabilizada pelo Índice de Gini indicou, para 2000, a existência de três municípios em condições consideradas críticas em relação a esse indicador – Castro, Palmeira e São Mateus do Sul. Em 2010, esse número aumentou para cinco – Antonina, Curitiba, Guaratuba, Palmeira e Tibagi –, mesmo que tenham mantido praticamente os mesmos índices de 2000. Além disso, Porto Amazonas e Fazenda Rio Grande apresentaram aumento nesse indicador (mapas 45 e 46). Considerando que esses sete municípios registraram elevação da renda *per capita* no período, evidencia-se que o aumento da renda aconteceu de forma concentrada.

4.1.4 Dimensão Ambiental

Com relação ao ambiente natural, o Primeiro Espaço Econômico Relevante abrange as bacias litorâneas, do Ribeira, do Alto Iguaçu e parte do Alto Tibagi (mapa 47), o que lhe confere enorme diversidade de ambientes naturais, tanto no que diz respeito à sua configuração geológica quanto à sua cobertura vegetal e recursos hídricos. No âmbito de sua conformação geomorfológica, este espaço mostra-se um tanto peculiar, pois se assenta sobre as áreas do Litoral Paranaense e Primeiro e Segundo Planalto Paranaense. Neste espaço ocorre um grande estoque contínuo de Mata Pluvial Atlântica, que se encontra recobrimdo toda a planície litorânea e a Serra do Mar, seguido de pequenas áreas com Floresta Ombrófila Densa e Campos Naturais, nas porções do Primeiro e Segundo Planaltos (mapa 48).

No que diz respeito ao balanço hídrico, a bacia do Alto Iguaçu tem a maior demanda hídrica (23% do volume total) entre todas as outras bacias do Estado, com consumo de 9.560 l/s. Devido à sua alta demanda hídrica, decorrente da grande concentração de usuários na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), esta bacia também se apresenta como a maior geradora de efluentes, principalmente relacionada às atividades de abastecimento público, e, apesar de possuir 74% de seus efluentes tratados, a concentração de Demanda Bioquímica por Oxigênio (DBO) é das maiores do Estado (tabela A4.1) (IPARDES, 2013).

O processo de crescimento urbano da RMC vem aumentando a pressão de ocupação sobre espaços vulneráveis e com restrições ambientais e legais, como áreas de mananciais de abastecimento, várzeas dos rios e terrenos com formação cárstica, o que vem comprometendo as condições ambientais e a qualidade da urbanização. O maior problema da bacia refere-se à qualidade das águas para abastecimento, que registraram, em 2012, situações muito críticas, com águas medianamente a muito poluídas no entorno de Curitiba (mapa 49). Tal situação vem se registrando sem melhoras desde 2002, provocando impacto nos rios próximos dessas áreas e em seus mananciais de abastecimento.

Na região litorânea, o consumo de recursos hídricos é marcado por demanda pequena, com grande participação do abastecimento público e concentrado nos mananciais superficiais. Os efluentes são em pequena vazão, mas somente 31% são tratados, percentual muito abaixo da média do Paraná.

Por outro lado, na bacia do Alto Tibagi observa-se grande disponibilidade hídrica, com 75.724 l/s e, desse total, 6% são os recursos utilizados. A maior demanda desse recurso provém do setor industrial (63%), e os maiores efluentes gerados são provenientes da indústria local. Do total de efluentes lançados, 87% são tratados.

No que diz respeito ao uso da terra, áreas de uso misto, em pequenas parcelas, são observadas na porção central do espaço e na bacia do Alto Iguaçu (em torno de 50%), enquanto que na região de Ponta Grossa ocorrem áreas com agricultura intensiva consolidada (parcelas superiores a 50 ha) (ver mapa 48). Nas porções norte e disseminadas em pequenas áreas no litoral e porção sul ocorrem solos com inaptidão natural por potencial erosivo, sendo que na maior parte da área total a aptidão dos solos é boa para a prática de atividades agropecuárias (mapa 50). Cabe destacar que neste espaço a silvicultura é uma atividade relevante, com a concentração de plantio florestal dos gêneros pinus e eucalipto, voltada para a indústria papelreira e madeireira, e aparece com destaque nos municípios de Ponta Grossa, Teixeira Soares e Castro.

Neste espaço ocorre a maioria das Unidades de Conservação (UCs) do Estado, tanto em área como em número de unidades. Destacam-se a Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaratuba, o Parque Nacional Saint Hilaire, o Parque Estadual (PE) Guartelá, PE de Vila Velha, PE do Marumbi e APA da Escarpa Devoniana (mapa 51).

A análise de outros indicadores ambientais sinaliza para situações importantes a serem consideradas na avaliação da sustentabilidade do desenvolvimento do Primeiro Espaço Econômico Relevante.

No tocante ao volume de agrotóxicos utilizado nas lavouras, este espaço posiciona-se com indicador de 9,30 kg/ha/ano, muito próximo da média do Estado (9,69 kg/ha/ano), sendo considerado um volume alto de aplicação nas lavouras de hortigranjeiros e grãos, principalmente soja e trigo, que ocupam 61% da área da bacia. Os maiores indicadores de consumo de agrotóxico, com taxa superior a 10 kg/ha/ano, foram observados nos municípios de Colombo (21,8kg/ha/ano), Almirante Tamandaré (17,14 kg/ha/ano) e Contenda (15,18 kg/ha/ano), onde a atividade agrícola dominante é a produção de verduras para abastecimento dos municípios da RMC. Ainda que esses municípios tenham apresentado as taxas mais elevadas de uso de agrotóxico, são outros os que registram as taxas mais altas de intoxicação por esses agentes: Quatro Barras (94,43 por 100 mil), Quitandinha (52,24), Castro (47,51 por 100 mil) e Irati (30,1 por 100 mil) (tabela A4.2) (mapa 52).

Em relação à oferta de serviços de saneamento, observa-se que essa espacialidade apresenta serviço de coleta de lixo melhor que outras espacialidades. No Paraná, 22,03% das residências não são atendidas por este serviço, enquanto no Primeiro Espaço essa proporção é de 13,33%. Antônio Olinto é o município com o pior resultado, com 67,19% de residências não atendidas pelo serviço de coleta de lixo, seguido de São Mateus do Sul (32,91%) e Teixeira Soares (30,98%). Este último encontra-se em situação de alta vulnerabilidade com relação à coleta e destino dos resíduos sólidos, pois além de apresentar mais de 30% de seus domicílios sem acesso à coleta de lixo, destinam seus resíduos sólidos para lixões (mapa 53).

Quanto aos assentamentos precários, Curitiba aparece como o município com maior incidência desse indicador, com 390 áreas de ocupação nessas condições, seguido de Almirante Tamandaré, com 117, e São José dos Pinhais, com 92, todos pertencentes à RMC. Adicionalmente, a média de ocorrências de desastres naturais nesse espaço (28,08) é bastante superior à média do Estado (11,40). O município de Curitiba apresentou o maior número de ocorrências (119), o maior do Estado, seguido de São José dos Pinhais (76) e Paranaguá (73). Os altos valores desses dois indicadores, ocorrendo associados em Curitiba e São José dos Pinhais, sugerem alta vulnerabilidade socioambiental para esses municípios (mapa 56).

Confrontando-se todos os indicadores apresentados, verifica-se que Curitiba apresenta posição crítica em relação a três importantes indicadores avaliados para o espaço: o índice de qualidade das águas, ocorrências de desastres naturais e ocupações irregulares. A associação desses dois últimos indicam alta vulnerabilidade socioambiental, fato que também ocorre nos municípios de São José dos Pinhais e Paranaguá.

Como já mencionado, uma fonte de recursos importante que pode contribuir com as intervenções nessa área, e para a gestão e conservação ambiental dos recursos naturais nessa espacialidade, é o ICMS Ecológico. Nessa espacialidade, 34 municípios (84%) recebem recursos dessa fonte. Destes, 20 são beneficiados com o imposto em razão de possuírem Unidades de Conservação (UC), 5 por conterem mananciais de abastecimento e 9 por possuírem, em seu perímetro, Unidades de Conservação e mananciais. Essa combinação de unidades de conservação e mananciais preservados, considerados os fatores de cálculo que apuram os valores a serem repassados aos municípios, faz com que o Primeiro Espaço apresente as maiores receitas advindas do ICMS Ecológico do Paraná. Isto ocorre em razão de esse espaço conter grandes áreas de UC na região litorânea, UC e mananciais na RMC e Ponta Grossa e, ainda, pela existência de municípios que preservam mananciais de abastecimento público que atendem a demanda da capital e da região de Ponta Grossa (tabela 4) (mapa 55).

Nessa espacialidade destacaram-se os municípios de Antonina, na região litorânea, e São José dos Pinhais, na RMC, quanto ao recebimento do ICMS Ecológico no período 2004-2013. Estes municípios apresentaram a maior evolução em termos percentuais, 473% e 450%, respectivamente, em relação aos valores recebidos no período, já deflacionados (mapa 56 e 57).

Importante observar que o Primeiro Espaço apresenta um dos mais elevados níveis de cobertura vegetal do Estado, restando apenas 17% dos municípios com cobertura abaixo de 7% (mapa 58). Conforme a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, a cobertura vegetal natural mínima considerada recomendável no bioma Mata Atlântica foi estabelecida em 10%. O indicador informa os progressos no sentido da Meta 1.1, decisão VII/30, da Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB (pelo menos 10% de cada uma das regiões ecológicas do mundo efetivamente conservada), o equivalente à Meta 4 da Estratégia Global para a Conservação de Plantas (Decisão VI/9).

Em valores absolutos, considerando os totais de ICMS em relação aos totais de ICMS Ecológico transferidos pelo Governo do Estado em 2013, destacam-se os municípios de Antonina e Morretes, tendo em vista as grandes áreas de UC que possuem; Campo Magro, em razão dos mananciais de abastecimento que servem Curitiba e Campo Largo; e Piraquara, cuja quase totalidade do perímetro é formada por UC e mananciais de abastecimento, importantíssimos para atender a demanda da capital.

A importância do recurso para os municípios pode ser observada considerando o exemplo do município Antônio Olinto, localizado a sudoeste dessa espacialidade. Esse município obteve seu primeiro repasse de ICMS Ecológico no ano de 2010. Em 2013, o repasse de ICMS Ecológico relativo à UC representou um montante 105,41% superior ao montante do total de ICMS repassado pelo Governo do Estado nesse mesmo ano.

O total de ICMS Ecológico repassado pelo Estado aos municípios que compõem o Primeiro Espaço, no ano de 2013, foi de R\$ 77.258.440,55. Esse valor é 73,50% superior a 2004 (R\$ 44.530.354,15), já devidamente deflacionado, representando uma variação considerável no período.

4.2 SEGUNDO ESPAÇO ECONÔMICO RELEVANTE

4.2.1 Dimensão Econômica

Como a segunda espacialidade econômica em termos de contribuição para a renda estadual, o Segundo Espaço Econômico Relevante reforçou sua posição ao longo da década estudada pelo crescimento contínuo de participação no conjunto dos indicadores econômicos analisados nessa etapa dos estudos dos Vários Paranás. Ainda que estabeleça suas trocas de mercadorias – compra e venda – em maior medida com o próprio Estado, essa espacialidade vem ampliando sua inserção na divisão nacional e internacional do trabalho, expressa em crescentes vínculos com outras unidades da Federação e em importações e exportações.

Os dados fiscais da SEFA são reveladores dessa constatação. Esse espaço manteve índices crescentes no VAF Total do Estado desde 2007, vindo a atingir 15,64% em 2013 (ver tabela A1.1). Parte desse crescimento se deve à ampliação do número de municípios relevantes da espacialidade, de 8 para 9.

O crescimento da atividade econômica do Segundo Espaço tem ocorrido em torno dos dois conjuntos de municípios que formam as aglomerações urbanas de Londrina e Maringá (ver mapa 12). Em 2013, esse crescimento aparece representado por duas manchas de municípios relevantes, separados por Mandaguari (0,24% do VAF Total do Estado nesse ano), sendo o aglomerado de Londrina ainda o mais representativo. Destaca-se a incorporação de Sarandi e Marialva como municípios relevantes em 2013, ambos vinculados, historicamente, à dinâmica socioeconômica e institucional de Maringá.

Londrina e Maringá eram os municípios com maior participação no VAF do Estado em 2003, nessa espacialidade, e mantiveram a mesma condição em 2013, embora o primeiro com comportamento declinante, desde 2007, e o segundo, crescente: Londrina respondeu por 3,48%, em 2007, e 3,23% em 2013; e Maringá, por 2,72% e 3,18%, respectivamente (ver tabela A1.2).

Na sequência, os cinco próximos municípios em termos de geração de valor em 2013 são todos vinculados à Aglomeração Urbana de Londrina: Araongas (1,07%), Cambé (0,99%), Apucarana (0,67%), Ibiporã (0,67%) e Rolândia (0,65%). Os outros dois pertencem à Aglomeração Urbana de Maringá: Sarandi (0,31%) e Marialva (0,26%).

A indústria foi um dos setores que mais contribuíram para o desempenho econômico do espaço. Em 2013, 12 municípios paranaenses surgiram como relevantes no VAF Industrial: eram 41, em 2007, e 53 em 2013 (ver tabela A1.4). O Segundo Espaço teve grande responsabilidade nesse acréscimo, com a ampliação de seu número de municípios relevantes de 9 para 12, formando uma mancha contínua de municípios a partir de Londrina e Maringá (ver mapa 14). Os três municípios que adquiriram esse *status* pertencem à Aglomeração Urbana de Maringá: Sarandi (0,37%), Mandaguari (0,35%) e Marialva (0,28%). Maringá registrou o maior VAF da Indústria estadual da espacialidade, com 2,35% (ver tabela A1.5).

Entre os que já surgiram como relevantes em 2003, destacam-se em 2013 os municípios de Londrina (2,26%), Araongas (1,79%), Cambé (1,33%), Rolândia (0,99%) e Apucarana (0,82%), vinculados à aglomeração urbana de Londrina. Mais distantes das

aglomerações urbanas, tem-se Colorado e Paranacity, respectivamente, com 0,31% e 0,25% do VAF Industrial do Estado em 2013. O Segundo Espaço Econômico Relevante contribuiu com 13,50% do VAF Industrial do Paraná em 2013.

Cinco municípios dessa espacialidade tinham, em 2013, mais de 50% do VAF proveniente do setor industrial: Paranacity (66,25%), Araongas (61,65%), Santo Inácio (57,58%), Rolândia (56,21%), Mandaguari (53,19%) e Colorado (52,32%).

No setor Serviços, o Segundo Espaço vem ampliando participação desde 2007 e mantendo o mesmo número de municípios relevantes, somando 8 deles. O conjunto dos municípios da espacialidade respondeu, em 2013, por 19,51% do VAF do setor Serviços, enquanto respondia por 17,44% em 2007 (tabela A1.26). Os municípios que se agregaram a Londrina e Maringá em 2013, como relevantes, foram: Cambé, Araongas, Apucarana, Sarandi, Rolândia e Ibiporã. Londrina e Maringá permanecem com a primeira e segunda melhor participação do VAF de Serviços do espaço em 2013, com 6,64% e 6,07%, respectivamente. Há que se registrar que ambos vêm ampliando participação neste setor desde 2007. Entre os setores econômicos, Serviços é responsável por mais de 20% do VAF Total desses dois municípios e também de Sarandi (ver tabela A1.3) (ver mapa 13).

Em relação ao Comércio, o Segundo Espaço manteve participação estável, apesar da concentração deste setor no conjunto do Estado. Registrou 19,34% do VAF estadual do Comércio em 2013 e 8 municípios relevantes (ver tabela A1.8). Maringá respondeu pela melhor participação no VAF estadual do Comércio nesse ano (5,89%), e Londrina secundariamente, com 5,34%, liderando os municípios dessa espacialidade no setor. Ibiporã apresentou o maior acréscimo de participação da espacialidade em 2013, com 1,79%. Ainda, como relevantes em 2013, aparecem Cambé (com 1,04%), Apucarana, Araongas e Rolândia, os três últimos, respectivamente, com 0,81%, 0,70% e 0,39%. Sarandi foi incorporado ao grupo de relevantes com a participação de 0,30% (ver tabela A1.9). Diferentemente da análise espacial do VAF Industrial, no VAF do Comércio as Aglomerações Urbanas de Maringá e Londrina aparecem como polos separados, sem formar uma mancha contínua (ver mapa 23).

Na Construção Civil, essa espacialidade apresentou 9,24% do VAF estadual do setor em 2007, declinou em 2010 para 7,21%, vindo a melhorar significativamente sua posição em 2013, registrando 13,33% do VAF da Construção Civil do Paraná, posicionando-se como a segunda espacialidade nesse indicador (ver tabela A1.10). Maringá foi responsável por mais da metade dessa participação, com 7,18%, o que o colocou como o município com maior participação no VAF deste setor em 2013 da espacialidade. Embora com a segunda melhor participação do espaço, Londrina registrou proporção menor – 2,51% (tabela A1.27) (ver mapa 24).

Também como relevantes neste setor econômico em 2013 emergiram Marialva (0,89%), Apucarana (0,72%), Jaguapitã (0,30%), Rolândia (0,28%) e Nova Esperança (0,25%).

Ao longo da década, o Segundo Espaço ampliou sua inserção nacional e internacional, segundo o que demonstra a análise do Valor de Entrada e de Saída. Em 2007, a participação dessa espacialidade no total do Valor de Entrada do Estado foi de 14,64% ampliando para 20,19% em 2013. No Valor de Saída, o acréscimo foi de 12,94% para 19,33% (ver tabelas A1.11 E A1.12) (tabelas A1.28 E A1.29).

Internamente à espacialidade, o Segundo Espaço estabelece a maior parte de suas relações econômicas com o próprio Estado, mas vem ampliando sua participação externa, particularmente nas exportações (valor de saída). Enquanto as importações aumentaram de 2,97%, em 2007, para 4,31% em 2013, a exportação aumentou ainda mais, evoluindo de 4,14%, em 2007, para 6,84% em 2013. Embora a participação do comércio internacional seja pequena em relação aos demais destinos e origens, observa-se que essa espacialidade apresentou expansão nas atividades de importação e exportação (tabela 8). As relações comerciais com municípios do próprio Estado e outros estados se mantiveram estáveis.

TABELA 8 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO VALOR DE ENTRADA E DE SAÍDA, SEGUNDO ORIGENS - SEGUNDO ESPAÇO RELEVANTE - PARANÁ - 2007/2013

ORIGEM DO VE E DESTINO DO VS	2007		2013	
	Estado	Espacialidade	Estado	Espacialidade
Valor de entrada				
Origem do Estado	14,64	68,91	20,19	68,51
Origem de outros estados	11,88	28,12	18,88	27,19
Origem do exterior	7,81	2,97	10,26	4,31
Valor de saída				
Para o Estado	12,94	70,78	19,33	69,60
Para outros estados	12,12	25,07	14,87	23,56
Para o exterior	10,06	4,14	22,80	6,84

FONTE: SEFA-PR

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Em síntese, o Segundo Espaço Econômico Relevante apresentou crescimento contínuo na participação do conjunto dos indicadores econômicos analisados.

Na agropecuária, o Segundo Espaço Econômico Relevante ocupa posição intermediária em relação às três principais espacialidades e contribuiu, em média, com 14% do Valor Bruto da Produção (VBP) total em 2013 (ver mapa 25). Entre 2007 e 2013, entretanto, apresentou significativa queda na participação da agricultura em relação ao VBP total. Tal redução foi compensada pelo crescimento da participação dos setores produtivos florestais e pecuária (tabela A1.15).

Em 2013, as atividades agropecuárias que se destacaram no Segundo Espaço Econômico Relevante foram os grupos grãos de verão (39,2%), avicultura de corte (18,8%) e outras culturas de verão (12,6%) (ver tabela A1.17). Os três principais grupos de atividade representam 70,6% do total do VBP desta espacialidade. A lavoura de soja corresponde a 28,9% do VBP total, o que denota a especialização desta região em termos de atividade agrícola. Os municípios de Londrina e Sertaneja se destacam como líderes na produção de milho e soja da espacialidade (ver mapa 26). Outra peculiaridade diz respeito à evolução do segmento produtivo da produção animal nos municípios desse espaço: passando de 30,3%, em relação ao VBP total em 2007, para 32,8% em 2013. Este crescimento reflete a produção de frango de corte, que foi a segunda maior atividade da espacialidade em 2013 (ver mapa 28).

O grupo Outras culturas de verão representa 12,6% do VBP desta espacialidade em 2013 (ver tabela A1.18). Nele estão incluídas as lavouras de cana-de-açúcar, café e mandioca. Das três atividades, apenas a produção de cana-de-açúcar representa 9,2% do VBP total desta espacialidade se encontra distribuída de forma descentralizada: os 10 principais municípios produtores agregam cerca de 47,3% do total de cana-de-açúcar. No caso da lavoura cafeeira e do cultivo de mandioca, os 10 principais municípios produtores representam, respectivamente, 76,2% e 83,2%.

O fato de essa espacialidade contar com duas aglomerações urbanas que, por natureza, possuem elevada atratividade de população em busca de trabalho, explica em parte sua participação no total da População Economicamente Ativa (PEA) estadual. O Segundo Espaço Econômico Relevante obteve crescimento da PEA de 20,9% no período 2000-2010. Em termos absolutos, os maiores acréscimos aconteceram em Maringá (52.649) e Londrina (44.834). Proporcionalmente, Paranapoema se destacou como o maior

crescimento (40,9%). Na outra ponta, dos 74 municípios que compõem essa espacialidade, 11 apresentaram redução da PEA no período, com Miraselva (-10,8%) e Ivatuba (-14,6%) apresentando as maiores perdas (ver tabela A1.19).

Ao longo do período em análise, o Segundo Espaço manteve a segunda maior concentração de empregos formais no Paraná no período 2003-2013, respectivamente, com 19,39% e 19,49%. Em números absolutos, o número de postos de trabalho foi ampliado em 70%. Em 2003, possuía 10 municípios relevantes e 11 em 2013, sendo que 6 pertencem à aglomeração urbana de Londrina: Londrina (5,62%), Araongas (1,22%), Apucarana (1,16%), Cambé (0,76%), Rolândia (0,43%) e Ibiporã (0,31%). Articulados à aglomeração urbana de Maringá, encontra-se Maringá (5,00%), Sarandi (0,36%), Mandaguari (0,31%), Marialva (0,26%); e mais ao norte dessa aglomeração aparece Colorado (0,25%) (ver mapa 12).

Foram gerados cerca de 243 mil postos de trabalho nessa espacialidade no período entre 2000 e 2010, o que fez com que todos os municípios ampliassem sua taxa de ocupação, alguns com crescimentos expressivos, com exceção de Novo Itacolomi, mas que manteve taxa de ocupação acima da média do Estado em 2000 e em 2010, na ordem de 98% (ver tabela A1.20). É o caso de Jardim Olinda, que registrou o maior avanço de todo o Estado: de 59,4%, em 2000, para 94,7%, em 2010. Com acréscimos acima de 10% na taxa de ocupação estão Mauá da Serra, Marumbi, Sarandi, Iguaçu, Paiçandu, Sertaneja, Mandaguari, Miraselva e Paranapoema, embora somente Sarandi, Mandaguari e Miraselva tenham registrado taxas acima da média do Estado. Observa-se a importância dessa conquista na medida em que se trata de municípios com dinâmica econômica mais frágil e, como é o caso de Sarandi, Iguaçu e Paiçandu, que se desenvolveram como cidades-dormitório (ver tabela A1.22).

Em termos absolutos, a maior geração de postos de trabalho no período aconteceu nos setores Serviços, Indústria e Comércio, nessa ordem. Em Serviços o crescimento foi de 60%, como resultado da ampliação de 93.067 novos postos de trabalho, ou seja, a mesma média de crescimento ocorrida em todo o Paraná. Com isso, esse espaço manteve praticamente a mesma participação em 2003 (16,72%) e em 2013 (16,97%) e os 8 municípios relevantes (Londrina, Maringá, Apucarana, Araongas, Cambé, Rolândia, Sarandi e Ibiporã). Londrina e Maringá permanecem como os grandes propulsores do emprego neste setor, tendo registrado, respectivamente, 6,14% e 5,01% do emprego de Serviços do Estado, em 2013. Jardim Olinda, Miraselva, Ivatuba e Santa Inês tinham mais de 70% do emprego municipal no setor Serviços (ver tabela A1.25).

Dos 74 municípios dessa espacialidade, 20 tinham registro de postos de trabalho formal na administração pública com percentuais acima de 80% do total do emprego formal do município em 2013.⁴⁶ Os municípios de Londrina e Maringá registraram, respectivamente, 50,94% e 46,74% de postos de trabalho no setor Serviços, e 5,39% e 6,89% de emprego público no total do emprego municipal em 2013 (mapa 59 e ver mapa 29).

O Segundo Espaço Econômico Relevante continua sendo a segunda espacialidade com maior número de empregos formais na Indústria, participando com 23,15% no total dos empregos estaduais do setor em 2013 (era de 22,47% em 2003). Em 2003, possuía 15 municípios relevantes e 17 em 2013. Porecatu e Engenheiro Beltrão deixaram de ser relevantes em 2013, e Ibiporã, Astorga, Santo Inácio e Florestópolis assumiram essa condição nesse ano.

Cabe destacar que neste indicador houve inversão de posição entre os municípios mais relevantes em 2013, com Maringá ficando à frente de Londrina. Maringá representava 4,6%, em 2003, e passou para 4,2%, em 2013, enquanto Londrina teve queda mais expressiva, de 4,7%, em 2003, para 3,8%, em 2013. Essa vantagem de Maringá foi obtida principalmente na indústria de transformação, que gerou 10.635 empregos formais no período, e Londrina, 7 mil empregos. O setor industrial respondeu por 16,16% do emprego municipal de Londrina e 20,18% de Maringá. Com proporções acima de 50% há oito municípios: Santo Inácio (76,52%), Paranacity (74,39%), Jaguapitã (68,75%), Florestópolis (65,06%), Colorado (61,57%), Rolândia (53,80%), Prado Ferreira (53,24%) e Mandaguari (52,99%) – mapa 62.

Na Construção Civil, o Segundo Espaço Econômico Relevante concentrou 20,4% dos empregos formais do Estado em 2013, e 20,8%, em 2003. Os municípios de Londrina e Maringá respondiam por aproximadamente 7% dos postos de trabalho estaduais do setor (mapa 63).

⁴⁶ Jardim Olinda, Santa Inês, Leópolis, Paranapoema, Uniflor, Inajá, Ourizona, Ângulo, Prado Ferreira, Miraselva, Pitangueiras, Nossa Senhora das Graças, Cafeara, Novo Itacolomi, Kaloré, Rancho Alegre, Marumbi, Munhoz de Melo, Itambé e Flórida.

No Comércio, esse espaço participava com 21,4% dos postos de trabalho formais do Estado, em 2003, e 20,9% em 2013. A análise do emprego desse setor no total do emprego municipal evidencia proporção, na maior parte dos municípios, menor que 25% dos postos de trabalho municipais. Mandaguaçu apresentou o maior percentual, com 31,85% de empregos municipais neste setor. Londrina e Maringá, que responderam por 6,61% e 6,02% do emprego estadual do setor, totalizaram aproximadamente 25% do emprego municipal no Comércio (mapa 62).

Como já mencionado, com participação da ordem de 14% da produção agropecuária estadual, a proporção de empregos formais neste setor atingiu pouco mais de 3% do total dos empregos formais da espacialidade em 2013 (tabela 9). As maiores participações no emprego estadual do setor agropecuário são de Londrina (2,82%) e São Pedro do Ivaí (2,60%), mas neste último o setor agropecuário respondeu por mais de 60% da totalidade do emprego municipal, apontando a importância deste setor para o município (ver mapa 59).

TABELA 9 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS SETORES ECONÔMICOS NO TOTAL DOS POSTOS DE TRABALHO FORMAIS - SEGUNDO ESPAÇO ECONÔMICO RELEVANTE - 2013

SETOR ECONÔMICO	PARTICIPAÇÃO
Serviços	40,62
Indústria	28,31
Comércio	23,07
Construção Civil	4,94
Agropecuária, silvicultura, extração vegetal e pesca	3,07
TOTAL	100,00

FONTE: MTE/RAIS

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Quanto à escolarização, 27,18% da força de trabalho do Segundo Espaço Econômico Relevante possuía somente até o Ensino Fundamental completo, em 2013, e 80,7% até o Ensino Médio. Com Ensino Superior completo e pós-graduação *strictu sensu* eram 15,21% dos trabalhadores formais. Considerando que níveis de escolaridade mais baixos têm correspondência com as mais baixas remunerações, 81,14% dos trabalhadores receberam, em 2013, remuneração média de até 3 salários mínimos, percentual acima da média do Estado, que foi de 74,71% (ver tabelas A1.23 e A1.24).

4.2.2 Infraestrutura Técnico-Científica

Em relação à infraestrutura técnico-científica, o Segundo Espaço Relevante destacou-se, em 2003, como aquele que detinha o terceiro maior número de ativos (14,81%) e a segunda posição em relação às instituições de ensino superior, com destaque para as duas universidades estaduais – Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Universidade Estadual de Maringá (UEM). Naquele ano, esse espaço apresentou, também, a maior concentração de cooperativas agropecuárias do Estado (24,5%), distribuídas em 21 municípios. Quanto aos cursos técnicos, representavam, em 2001, 23,7% do total de cursos oferecidos no Paraná, ficando atrás somente do Primeiro Espaço e muito além da espacialidade seguinte.

No levantamento atual, este espaço obteve pequeno aumento de participação (15,04%) e continuou ocupando a terceira posição em número de ativos no Estado. No entanto, deixou de ocupar a segunda posição em relação às instituições de ensino superior, ocupada agora pelo Terceiro Espaço Relevante (ver tabela A2.2). Mesmo assim, como nas demais espacialidades, são as IES as responsáveis pelo aumento do total da infraestrutura técnico-científica nesta espacialidade, com destaque para as IES privadas⁴⁷ e para a implantação de algumas instituições federais e estaduais em Londrina e Apucarana.⁴⁸ Quanto aos demais ativos tecnológicos, ressalta-se os laboratórios de calibragem que surgiram em Londrina e Maringá no período analisado, e a iniciativa do Projeto Parque Tecnológico de Maringá, uma articulação entre o poder público e o setor produtivo, a academia e a comunidade, que prevê o desenvolvimento de estudos analíticos e de modelagem para o referido parque. O parque tem como objetivo abrigar empresas que invistam em produtos inovadores a partir de pesquisas feitas na universidade (ver tabela A2.3).

Verifica-se que os 14 municípios identificados no primeiro levantamento, como aqueles que possuíam alguma infraestrutura técnico-científica, permanecem no levantamento atual, acrescidos de dois outros – Marialva e Porecatu – alternando uma ou outra posição em relação ao número de ativos em cada um deles. Londrina, Maringá e Apucarana continuam concentrando mais de 76% dessa infraestrutura do Segundo Espaço Relevante (quadro 5).

⁴⁷ Entre elas destaca-se a Faculdade de Tecnologia SENAI em Londrina e em Maringá.

⁴⁸ Na esfera federal: Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) em Londrina e em Apucarana e *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR) em Londrina. Na esfera estadual: *campus* da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), com a incorporação da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana (FECEA).

QUADRO 5 - TOTAL DA INFRAESTRUTURA TÉCNICO-CIENTÍFICA, SEGUNDO MUNICÍPIOS -
SEGUNDO ESPAÇO RELEVANTE - PARANÁ - 2003 E 2015

2003		2015	
Município	N.º infra-estrutura	Município	N.º infra-estrutura
Londrina	18	Londrina	23
Maringá	11	Maringá	19
Apucarana	3	Apucarana	4
Sarandi	2	Ibiporã	2
Arapongas	1	Arapongas	1
Astorga	1	Astorga	1
Cambé	1	Cambé	1
Colorado	1	Colorado	1
Ibiporã	1	Ivatuba	1
Ivatuba	1	Jandaia do Sul	1
Jandaia do Sul	1	Mandaguari	1
Mandaguari	1	Marialva	1
Nova Esperança	1	Nova Esperança	1
Rolândia	1	Porecatu	1
		Rolândia	1
		Sarandi	1
TOTAL	44	TOTAL	60

FONTES: SICAP-MP; APROTEC; REPARTE; TECPAR; INMETRO, SETI, MEC/INEP/DEED

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Nos levantamentos complementares, chama a atenção o crescente número de unidades/sedes de cooperativas agropecuárias que continuam se destacando na espacialidade, apesar da perda de participação no total do Estado. Em 2015, o Segundo Espaço perde posição e passa a responder por 22,16% do total de cooperativas, ficando atrás do Espaço Socialmente Crítico – Porção Central. Estão presentes no

Segundo Espaço sedes de diversas cooperativas⁴⁹ com suas várias unidades, bem como unidades e entrepostos de outras cooperativas com sede em outras regiões (ver tabela A2.5). Atuam principalmente na produção de soja, milho, trigo, café, laranja e laticínios. Londrina se destaca com o maior número delas (6), seguida de Arapongas, Assaí, Astorga, Doutor Camargo, Floresta e Mandaguari, cada uma com três unidades de cooperativas agropecuárias. No que se refere às cooperativas de crédito,⁵⁰ estas têm representação principalmente em Londrina e Maringá, aparecendo em menor número em Apucarana, Arapongas, Colorado, Mandaguari e Rolândia.

Em 2014, apesar de esta espacialidade perder participação em relação aos cursos técnicos (19,62%), em termos absolutos houve significativo acréscimo, passando de 34 cursos, em 2001, para 848 cursos em 2014, seguindo a tendência verificada no Estado (ver tabela A2.4). Londrina (392 cursos) e Maringá (212) concentram a oferta de cursos técnicos do Segundo Espaço, seguidos de Apucarana (55), Arapongas (34) e Porecatu (22).

Em relação às agências de desenvolvimento, continua se destacando a atuação dos escritórios regionais da EMATER, IEL e SEBRAE, além de algumas iniciativas de agências municipais, principalmente em Londrina e Maringá.

O levantamento atual indica que o Segundo Espaço Relevante continua apresentando expressividade institucional, que o coloca como terceiro espaço de concentração dessa infraestrutura, apesar da perda de algumas posições em relação às IES e cooperativas agropecuárias. Apresenta uma condição, em termos de representatividade e diversidade institucional, muito semelhante ao Terceiro Espaço Relevante e guarda distância considerável em relação ao Primeiro Espaço.

⁴⁹ COCAMAR, COCARI, COLARI, COCEAL, CONFEPAR, COROL, INTEGRADA.

⁵⁰ Principalmente Sistema SICREDI, SICOOB, UNIPRIME.



4.2.3 Dimensão Social

Embora tenha registrado desempenho econômico considerável na década estudada, particularmente em algumas atividades, a melhoria nas condições sociais da população do Segundo Espaço não alcançou a mesma proporção.

Dos 74 municípios que compreendem essa espacialidade, 27 (36,5%) ampliaram o número de ocorrências em situações críticas⁵¹ em algum dos indicadores estudados: Assaí, Bom Sucesso, Califórnia, Cambira, Centenário do Sul, Colorado, Doutor Camargo, Flórida, Itambé, Jataizinho, Leópolis, Lobato, Mandaguaçu, Mandaguari, Marumbi, Munhoz de Melo, Nova Esperança, Ourizona, Paranacity, Presidente Castelo Branco, Primeiro de Maio, Rancho Alegre, Rio Bom, Sabáudia, São Jerônimo da Serra, Sertanópolis e Uniflor. Destaca-se que, desse conjunto, São Jerônimo da Serra, Marumbi e Rio Bom possuíam apenas uma incidência em situação crítica em 2000, enquanto os demais não compunham o grupo de municípios críticos, ou seja, não possuíam qualquer ocorrência em situação crítica naquele ano e vieram a apresentá-la em 2010 (ver tabelas A3.1 e A3.2).

Entre aqueles que possuíam alguma ocorrência em 2000 e mantiveram o mesmo número em 2010 foram 12 (16,2%) municípios. Tamarana apresentou o maior número de ocorrências desse grupo, com 5 ocorrências nos dois períodos.

Os municípios que diminuíram o número de ocorrências em situações críticas, em 2010, são 12 (16,2%): Bela Vista do Paraíso, Cafeara, Floresta, Florestópolis, Jardim Olinda, Kaloré, Lupionópolis, Novo Itacolomi, Paranaipoema, Prado Ferreira, Santa Inês e Sertaneja.

Sem registro de ocorrência em situação crítica, em 2010, são 31 (41,9%) municípios: Apucarana, Arapongas, Astorga, Bela Vista do Paraíso, Cambé, Engenheiro Beltrão, Floraí, Floresta, Florestópolis, Guaraci, Ibiporã, Iguaçu, Ivatuba, Jaguapitã, Jandaia do Sul, Kaloré, Londrina, Lupionópolis, Marialva, Maringá, Nossa Senhora das Graças, Paiçandu, Porecatu, Prado Ferreira, Rolândia, Santa Fé, Santa Inês, São Jorge do Ivaí, Sarandi, Sertaneja e Uraí.

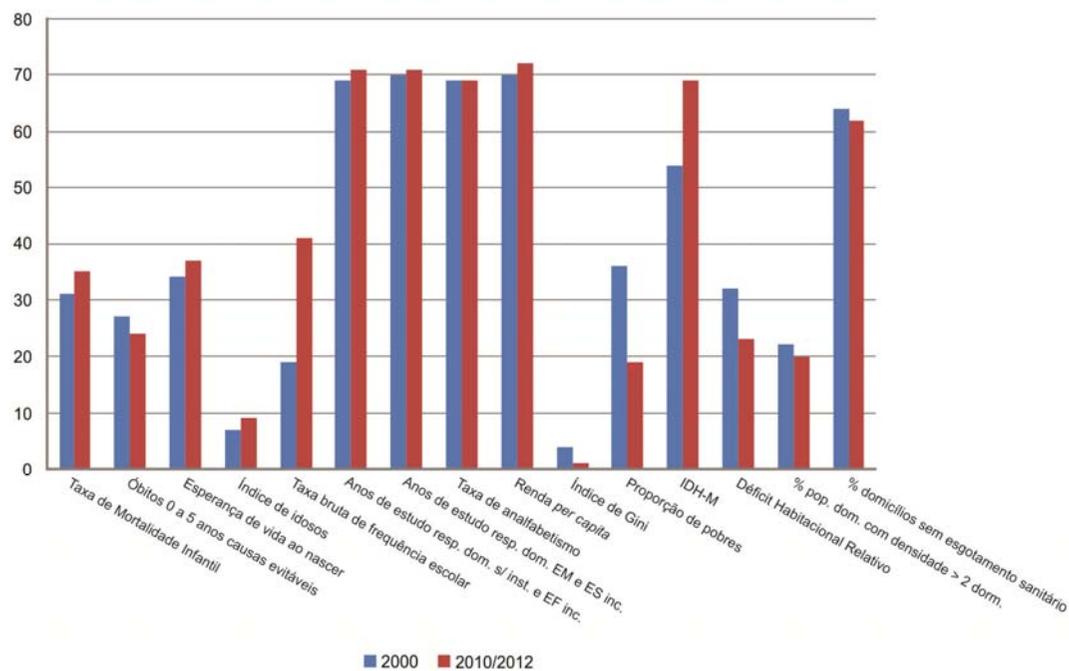
Os municípios com maior número de ocorrências em situações críticas, em 2010, são: Tamarana, com 5 ocorrências (como já mencionado, eram 5 em 2000); São Jerônimo da Serra, com 4 ocorrências, registrando apenas 1 em 2000; e Marumbi, com 3 ocorrências,

⁵¹ Para melhor compreensão, ver Procedimentos Metodológicos neste estudo.

também com somente uma em 2000. Os municípios Bom Sucesso, Jataizinho, Leópolis, Primeiro de Maio, Sabáudia, Sertanópolis e Uniflor não possuíam qualquer ocorrência em situação crítica em 2000 e registraram 2 em 2010. Chama-se a atenção para o elevado número de incidências em situações críticas de Tamarana, pertencente à Região Metropolitana de Londrina, e São Jerônimo da Serra, e por registrarem médias municipais no conjunto dos indicadores em situação pior que a média estadual (ver mapas 8 e 9).

A análise comparativa das médias do Estado e dos municípios da espacialidade no conjunto dos indicadores selecionados indicou aumento da proporção de municípios com médias piores que a estadual (gráfico 5). O maior aumento ocorreu no IDH-M, em que 69 municípios apresentaram índice menor que o do Estado em 2010.

GRÁFICO 5 - NÚMERO DE MUNICÍPIOS DO SEGUNDO ESPAÇO RELEVANTE COM INDICADORES PIORES QUE A MÉDIA DO ESTADO - PARANÁ - 2000 E 2010/2012



FONTE: IPARDES
 NOTA: Esse espaço agrega 74 municípios.

No IDH-M, somente dois municípios foram considerados críticos em 2010: São Jerônimo da Serra e Tamarana. Os maiores índices do espaço são de Iguaraçu, Ivatuba, Londrina, Mandaguari e Maringá, todos acima da média do Estado. Os demais municípios apontaram índice inferior ao estadual.

De outro lado, diminuiu a quantidade de municípios com proporção de pobres maior que a média estadual. Mesmo assim, Tamarana e São Jerônimo da Serra foram considerados críticos em 2010 nesse indicador. Em relação a volumes, o maior número absoluto de população nessa condição está em Londrina (16.466 pessoas), Maringá (4.928), Sarandi (4.318) e Apucarana (3.723), todos incluídos entre os mais críticos do Estado em valores absolutos. Esses municípios estavam também neste grupo, em 2000, diminuíram substancialmente a população na linha de pobreza, mas não o suficiente para eliminar sua condição de crítico. O único município do espaço que deixou de ser considerado crítico em número de pessoas em condição de pobreza, em 2010, foi Cambé.

Todos os municípios ampliaram a renda *per capita*, com diferentes variações. Santo Inácio apresentou a maior variação no período, praticamente dobrando a renda *per capita* municipal, que evoluiu de R\$ 429,04, em 2000, para R\$ 829,40 em 2010. Por outro lado, apresentou aumento no Índice de Gini municipal, o que demonstra que o aumento da renda ocorreu de forma desigual. Há ainda dois municípios considerados críticos quanto à renda *per capita*, mesmo mostrando elevação da renda na década: São Jerônimo da Serra e Sertanópolis que apresentaram renda *per capita* de R\$ 393,81 e R\$ 398,24, respectivamente.

À exceção de Santo Inácio, Rancho Alegre, Prado Ferreira e Assaí, os demais municípios apresentaram diminuição no índice de Gini, o que resulta em diminuição da desigualdade social municipal. Em 2000, eram 4 os municípios considerados críticos (Itaguajé, Jardim Olinda, Marilândia do Sul e Sertanópolis) e, em 2010, somente Assaí foi considerado nessa condição.

Na área educacional, o Segundo Espaço demonstrou não ter acompanhado, na mesma proporção, o avanço verificado em nível estadual. Em taxa bruta de frequência escolar, por exemplo, ampliou significativamente o número de municípios com taxa menor que a média estadual, de 19, em 2000, para 41 em 2010. As maiores taxas, em 2010, foram registradas em Prado Ferreira, Marialva, Marilândia do Sul, Inajá e Miraselva; e as menores em Alvorada do Sul, Bom Sucesso, Flórida, Jataizinho, Lobato, Mandaguaçu, Marumbi, Novo Itacolomi, Primeiro de Maio, Sabáudia e São Pedro do Ivaí, todos com percentuais entre os mais críticos do Paraná.

Na taxa de analfabetismo, os municípios que apresentavam as maiores taxas, em 2010, foram São Jerônimo da Serra (15,62%), Cafeara (14,24%), Tamarana (13,89%), Inajá (13,01%) e Centenário do Sul (12,51%). Registre-se que São Jerônimo da Serra e Cafeara apresentaram percentuais que se encontravam entre os mais críticos do Estado (ver mapas 60 e 63).

No indicador Anos de estudo do responsável pelo domicílio, na faixa Sem instrução ou com o Ensino Fundamental incompleto, que traduz baixa escolaridade, os municípios com os valores mais altos de chefes de família nessa classificação, em 2010, são: São Jerônimo da Serra, Tamarana, Prado Ferreira, Centenário do Sul e Marilândia do Sul, com percentuais superiores à média estadual. E na faixa Ensino Médio e Ensino Superior incompleto e completo, os percentuais mais elevados, em 2010, eram os de Maringá, Londrina, Lobato, Floresta e Iguaraçu, ressaltando-se que os dois últimos apresentaram índices inferiores à média estadual. Os que tiveram os menores índices foram Mauá da Serra, São Jerônimo da Serra, Sarandi, Prado Ferreira e Tamarana.

Na área da saúde, aponta-se um agravamento em um conjunto significativo de municípios. Com relação à mortalidade infantil, 19 municípios apresentaram aumento da taxa em 2010: Uniflor, Sarandi, Rolândia, Rancho Alegre, Ourizona, Nossa Senhora das Graças, Marialva, Mandaguari, Lobato, Leópolis, Kaloré, Jataizinho, Jandaia do Sul, Floraí, Engenheiro Beltrão, Doutor Camargo, Centenário do Sul, Cambira e Astorga, sendo que, destes, 5 foram considerados críticos: Uniflor, Rancho Alegre, Leópolis, Doutor Camargo e Cambira. Somam-se a esses, outros 2 municípios entre os críticos do grupo, apesar de terem diminuído a Taxa de mortalidade infantil entre 2000 e 2012: Ângulo e Bom Sucesso (ver mapas 41 e 42).

Nos Óbitos de crianças de 0 a 5 anos de idade por causas evitáveis, 21 municípios pioraram a proporção: Apucarana, Arapongas, Astorga, Bela Vista do Paraíso, Colorado, Ibiporã, Itambé, Jaguapitã, Jataizinho, Mandaguari, Mauá da Serra, Munhoz de Melo, Nova Esperança, Paranacity, Presidente Castelo Branco, Primeiro de Maio, Rio Bom, Sabáudia, Sarandi, Sertanópolis e Tamarana. Outros 8 mantiveram a mesma proporção que tinham em 2000. Deste total de 29 municípios, 17 estão entre os críticos em 2012 neste indicador (ver mapas 43 e 44).

Quase todos os municípios registraram aumento na Esperança de vida ao nascer, sendo que a maior diferença ocorreu em Santo Inácio, que passou de 66,1, em 2000, para 75,6 em 2010. A exceção ficou com os municípios de Sertaneja, Ourizona, Miraselva e Ibiporã, que apresentaram leve queda neste indicador. Complementando, com exceção de Leópolis, todos os municípios apresentaram



aumento no Índice de idosos, sendo que o município de Kaloré apresenta a maior diferença, passando de 38,6, em 2000, para 78,83, em 2010. Mauá da Serra mantém a sua condição de município crítico ainda em 2010, e Leópolis passou de 25,1, em 2000, para 9,67 em 2010, sendo considerado como município crítico nesse indicador em 2010. Muito desse desempenho está associado ao movimento da população. Leópolis e Kaloré perderam população no período (ver mapas 37 e 38).

Quanto às condições de moradia, a grande maioria dos municípios apresenta aumento no Déficit absoluto habitacional, com apenas 17 deles registrando pequena queda. Entre os municípios que apresentaram aumento neste indicador, 8 continuam sendo considerados críticos em 2010: Apucarana, Arapongas, Cambé, Ibiporã, Londrina, Maringá, Rolândia e Sarandi. Em termos relativos, os municípios de Alvorada do Sul, Miraselva, Pitangueiras, Sertanópolis e Tamarana foram considerados críticos em 2010 (ver mapas 10 e 11).

Os dados sobre os domicílios apontam para a exacerbação das más condições de saneamento das moradias existentes. Em termos absolutos, 56,8% dos municípios do espaço (42 municípios) aumentaram o número de domicílios sem essa infraestrutura. Os municípios de Apucarana, Arapongas, Cambé, Londrina, Maringá, Rolândia e Sarandi permaneceram na condição de críticos em 2010. O município de Marialva passou a ser considerado crítico em 2010, enquanto os municípios de Mandaguari e Paiçandu deixaram essa condição nesse ano.

Por outro lado, todos os municípios apresentaram diminuição no Percentual da população em domicílios com densidade maior do que 2 pessoas por cômodo. No entanto, Tamarana ainda foi considerado crítico em 2010. Em termos absolutos, todos os municípios apresentaram redução no número de pessoas que vivem em domicílios com densidade superior a 2 pessoas por dormitório, entretanto 6 municípios continuaram apresentando a condição de críticos em 2010: Apucarana, Arapongas, Cambé, Londrina, Maringá e Sarandi. Um novo município passou a ser considerado crítico em 2010: Ibiporã.

4.2.4 Dimensão Ambiental

O Segundo Espaço Econômico Relevante situa-se quase que exclusivamente assentado no Terceiro Planalto Paranaense, fato este que, associado à presença de um tipo único de cobertura florestal, confere ao espaço a presença de ambientes naturais mais homogêneos no que diz respeito à cobertura remanescente e às formações geológicas. Formam este espaço as bacias hidrográficas Paranapanema 3, Pirapó, Baixo Tibagi e pequenas porções do Baixo e Alto Ivaí. Localizado nos domínios da Floresta Estacional Semidecidual, caracteriza-se por apresentar alta taxa de degradação ambiental, consequência direta do intenso desmatamento dos anos de 1980. Atualmente, os remanescentes não chegam a 10% da área total do espaço, que ocorrem de maneira descontínua e fragmentada.

Esse quadro de ausência de florestas nativas tem sua situação agravada com relação à conservação da biodiversidade devido à falta de áreas remanescentes que estejam protegidas por Unidades de Conservação Integral. Neste espaço, as Unidades de Conservação (UC) totalizam uma área de cerca de 3.600 ha, sendo que a maioria delas são Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs).

No tocante aos recursos hídricos, em quase todas as bacias que compõem o espaço, com exceção da bacia do Parapanema 2, observa-se grande volume de disponibilidade hídrica superficial, sendo que as maiores pressões de uso decorrem de abastecimento doméstico, seguido do setor industrial, e estão localizadas nos maiores centros urbanos – Londrina e Maringá (ver tabela A4.1).

Seu território é constituído, na maior parte, de solos férteis (mais de 80%) com aptidão natural boa para práticas agrícolas. Apesar disso, algumas áreas de solos com potencial à erosividade são encontradas na parte central e sul do espaço. Com relação às atividades de uso da terra, a agricultura intensiva está consolidada com as lavouras de grãos, cana-de-açúcar e plantio de café, que são predominantes (cerca de 65%). Na porção noroeste do espaço, ocorrem, em menor proporção, áreas de agricultura mista, onde a atividade pecuária está associada à agricultura em pequenas extensões.

Apesar do intenso uso produtivo de suas terras, o consumo de agrotóxicos por área nesse espaço (8,30 kg/ha/ano) em 2011 foi menor que o consumo do Estado (9,69 kg/ha/ano) (ver tabela A4.2). Os municípios com os maiores volumes são Jataizinho (13,60 kg/ha/ano), Pitangueiras (13,28 kg/ha/ano), Floraí (12,20 kg/ha/ano) e Maringá (12,13 kg/ha/ano). As notificações por intoxicação de agrotóxicos em 2011 apresentaram municípios com taxas altas neste indicador, sendo que Jataizinho apresenta o maior registro de



agravos neste item para o Paraná (411,18 notif./100mil hab.). Secundariamente, no espaço, aparecem Floraí (258,35), Flórida (196,00) e Santa Inês (111,36).

Quanto aos indicadores ambientais de infraestrutura, no destino de resíduos sólidos urbanos, verifica-se que 38% dos municípios desse espaço utilizam-se de lixões, sendo que a média do total de domicílios que não possuem coleta de lixo (11,36%) está abaixo da média do Estado (22,03%) (ver mapa 53). Os municípios de Novo Itacolomi, Tamarana e São Jerônimo da Serra apresentam os maiores valores de domicílios sem acesso à coleta de lixo – 44,24%, 41,57% e 39,48%, respectivamente. Ressaltam-se com indicadores ruins os municípios de Novo Itacolomi e Tamarana, que além de destinar seus resíduos sólidos urbanos em lixões, registraram cerca de 40% de seus domicílios sem coleta de lixo.

Os desastres naturais se apresentaram com uma média de 7,53 ocorrências nessa espacialidade, lembrando que a média no Estado é de 11,40. Os municípios de Londrina (54), Maringá (48) e Apucarana (35) foram os que tiveram as maiores ocorrências. Nas ocupações irregulares, o Segundo Espaço também obteve média (2,23) menor que a estadual (5,12), com os municípios de Londrina, Apucarana e Paiçandu apresentando os maiores valores: 81, 14 e 10, respectivamente. Londrina e Apucarana indicaram alta vulnerabilidade socioambiental, pois estão entre os municípios com os maiores valores no espaço para esses dois últimos indicadores (ver mapa 56).

Dois municípios apresentaram pelo menos três indicadores negativos quanto à relação com o passivo ambiental: Londrina, com altos valores de uso de agrotóxico, ocorrências de desastres e ocupações irregulares; e Tamarana, com alta taxa de notificações de intoxicação por agrotóxicos, destinação inapropriada dos resíduos sólidos urbanos em lixões e elevada proporção de residências sem coleta de lixo.

A análise dos dados referentes ao repasse do ICMS Ecológico evidencia que 31 municípios do Segundo Espaço Relevante contam com essa fonte de recursos (42%), sendo 16 em razão de possuírem Unidades de Conservação, 8 por conterem mananciais de abastecimento em seu interior e 7 por possuírem ambos, Unidades de Conservação e mananciais. Ainda neste espaço apresenta-se a maior concentração de municípios que possuem mananciais de abastecimento – 15 (20%) do Estado. Em decorrência, é a segunda espacialidade em volume de recursos repassados a título de ICMS Ecológico no ano de 2013.

Essa espacialidade apresenta, em sua região central, um agrupamento de municípios – Londrina, Apucarana, Mandaguari, Arapongas, Cambé e Rolândia – que se caracterizam por combinar Unidades de Conservação e mananciais preservados, contando com os maiores volumes de recursos recebidos. Em contrapartida, 76% dos municípios apresentam cobertura vegetal inferior a 7%.

Avaliando a série histórica sobre o assunto, vê-se que o Segundo Espaço Relevante distingue-se por apresentar crescimento significativo no número de Unidades de Conservação no período 2004-2013, passando de 11 para 16, favorecendo a espacialidade com maior volume de ICMS Ecológico. Como resultado, houve acréscimo de 84,30% no recebimento de recursos dessa fonte, passando de R\$ 15.414.518,28 para R\$ 28.409.755,04. Os municípios que recebem os maiores volumes desse recurso, em valores absolutos, são Cambé, Arapongas e Rolândia.

Jardim Olinda, localizado no extremo noroeste do espaço, apresenta a maior amplitude verificada entre o valor de ICMS recebido em 2013, (R\$ 720,53) e o valor de ICMS Ecológico recebido em 2013 (R\$ 341.814,56), demonstrando a importância da preservação da área de UC contida nesse município, tanto pelo bem ambiental quanto pelo benefício financeiro auferido.

4.3 TERCEIRO ESPAÇO ECONÔMICO RELEVANTE

4.3.1 Dimensão Econômica

O Terceiro Espaço Econômico Relevante manteve sua posição como espacialidade de alta relevância econômica para o Paraná entre 2007 e 2013. Sua participação no VAF total do Estado, que em 2007 foi de 12,9%, manteve-se praticamente a mesma, registrando 12,8% em 2013. O número de municípios relevantes subiu de 10, em 2007, para 11 em 2013. Comparativamente ao que se observou em 2003, essa espacialidade tem demonstrado uma dinâmica econômica regional com capacidade de se estender para o território (ver tabela A1.1).

Ao longo da década, houve reforço no vértice que parte de Cascavel em direção aos municípios de Toledo e Foz do Iguaçu, sendo estes os que ainda polarizam a dinâmica econômica da espacialidade (ver mapa 12). Foz do Iguaçu permanece com o maior VAF do espaço, embora tenha regredido em participação: de 3,70%, em 2007, para 2,50% em 2013 (ver tabela A1.2). Por outro lado, Cascavel e



Toledo ampliaram participação no período, respectivamente, de 2,04% para 2,16%, no caso de Cascavel, e 1,33% para 1,45% no caso de Toledo. Os demais municípios com participação acima de 0,25%, em 2013, foram: Marechal Cândido Rondon, Palotina, Medianeira, Assis Chateaubriand, Cafelândia, São Miguel do Iguaçu, Matelândia e Ubitatã.

No VAF da Indústria, essa espacialidade apresentou crescimento contínuo de participação ao longo do período analisado (ver tabela A1.4). Em 2013, foi responsável por 6,06% do VAF da Indústria no Estado, com 7 municípios relevantes – um acréscimo de 3 municípios a esse grupo, comparado a 2007: Medianeira, Matelândia e Palotina, todos com VAF Industrial na faixa de 0,25% e 0,50% em 2013. Com isso, a espacialidade reforçou sua participação no VAF Industrial do Estado, ampliou o vértice que parte de Cascavel em direção a Marechal Cândido Rondon e fortaleceu a outra direção em sentido a Foz do Iguaçu (embora não tenha sido considerado relevante nesse indicador), pela incorporação de Medianeira e Matelândia como relevantes (ver tabela A1.5).

Todos os municípios desse espaço, considerados relevantes em 2007, mantiveram essa condição em 2013. Toledo se mantém como o município com o maior VAF Industrial da espacialidade (1,40%), seguido de Cascavel, com 1,24%, e Cafelândia, com 0,53%. A atividade industrial predominante dessa espacialidade é a Indústria alimentar e fabricação de bebidas, com 81,11% do faturamento da indústria da transformação do espaço, confirmando sua tendência à especialização identificada em 2003 e em 2008 (IPARDES, 2008) (ver tabela A1.6). Os municípios com as maiores proporções nesse indicador são Toledo, Cascavel, Cafelândia, Marechal Cândido Rondon, Palotina e Medianeira. Em 2013, esse espaço respondeu por 7,1% do faturamento da indústria da transformação do Paraná.

No VAF do Comércio, o Terceiro Espaço possuía 8 municípios considerados relevantes em 2007, e passou para 7 em 2013 (ver tabela A1.8). Somente Cascavel e Medianeira ganharam participação na década, embora inexpressivas. Cascavel permanece com o maior VAF do Comércio da espacialidade (3,89%), seguido por Foz do Iguaçu (1,69%), Toledo (0,98%), Marechal Cândido Rondon (0,53%), Palotina (0,41%), Medianeira (0,40%) e Assis Chateaubriand (0,37%) (ver tabela A1.9).

Em 2007, esse espaço econômico relevante era responsável por 7,4% do VAF da Construção Civil no Estado, mantendo praticamente estável sua participação em 2013, com 7,12% (ver tabela A1.10). O município de Cascavel representa a maior participação da espacialidade em 2013 (2,15%), apresentando queda considerável em comparação com 2007, quando registrou 5,04% de participação (ver tabela A1.27).

Quanto ao VAF do setor de Serviços, essa espacialidade apresentou queda na participação de 10,27%, em 2007, para 9,42% em 2013 (ver tabela A1.26). Em 2003, essa espacialidade se destacava com elevada participação neste setor econômico, devido, essencialmente, a Foz do Iguaçu. Tal situação se modificou em 2013, embora ainda registre a maior participação no VAF do setor nesse ano. A distribuição do VAF dos Serviços está concentrada em 6 municípios relevantes em 2013, com a seguinte ordem de participação: Foz do Iguaçu, Cascavel, Toledo, Palotina, Medianeira e Marechal Cândido Rondon (ver tabela A1.3).

O estudo dos dados que evidenciam a abrangência das relações econômicas das espacialidades e seus municípios aponta que, enquanto o Segundo Espaço Econômico ampliou seus vínculos econômicos com o exterior, o Terceiro Espaço manteve forte seus vínculos com o próprio Estado e com outros estados. As relações com o Estado são da ordem de 75,92% do total realizado em 2013. Observando o Valor de Entrada com origem no exterior, nota-se que a espacialidade elevou suas compras no exterior de 2,47%, em 2007, para 3,53% em 2013; no entanto, o vínculo com o comércio internacional segue pouco representativo. O Valor de Saída reforça essa observação, considerando que as vendas para outros países tiveram queda no período, de 5,69% em 2007 para 4,70% em 2013 (tabela 10).

TABELA 10 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO VALOR DE ENTRADA E DE SAÍDA, SEGUNDO ORIGENS - TERCEIRO ESPAÇO RELEVANTE - PARANÁ - 2007/2013

ORIGEM DO VE E DESTINO DO VS	2007		2013	
	Estado	Espacialidade	Estado	Espacialidade
Valor de entrada				
Origem do Estado	8,37	76,19	10,12	75,92
Origem de outros estados	4,66	21,34	6,46	20,55
Origem do exterior	3,37	2,47	3,80	3,53
Valor de saída				
Para o Estado	7,11	76,96	9,56	76,22
Para outros estados	4,24	17,35	5,44	19,08
Para o exterior	6,98	5,69	7,08	4,70

FONTE: SEFA-PR

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

No setor primário, o Terceiro Espaço Relevante foi a espacialidade com o maior VBP em 2013, sendo responsável por 20,8% do VBP total da agropecuária paranaense. No período analisado, houve redução na participação da agricultura em relação ao VBP total, compensada pelo crescimento da participação da produção animal. Em 2007, a agricultura representava 47,6% do VBP total da espacialidade; em 2013, esta participação cai para 42,9%. Em movimento contrário, a pecuária, que representava 51,3% em 2007, apresentou expansão para 56,0% do VBP total da espacialidade em 2013 (ver tabela A1.15).

O grupo Grãos de verão representava 38,2% do VBP total do Terceiro Espaço Econômico Relevante em 2013. A lavoura de soja foi responsável por 25,2% do VBP total dessa espacialidade, tendo os municípios de Cascavel, Assis Chateaubriand e Toledo como principais produtores. Entretanto, o Terceiro Espaço se destaca pela forte presença da indústria alimentar, relacionada à produção animal. As atividades econômicas mais relevantes em 2013 representam 53,3% do VBP total dessa espacialidade e se distribuem na produção de aves (44,5%), suínos (26,1%), produção pecuária comercial (16,2%); silagens e alimentação animal (7,5%), e bovino de corte (5,7%). Cabe destacar, também, que essa espacialidade comporta importante bacia leiteira, integrada ao complexo agroindustrial cooperativista (ver tabela A1.17).

Na composição da PEA, no Terceiro Espaço Relevante houve crescimento de 19,1%, abaixo da média de crescimento no Paraná (20,1%) no período entre 2000 e 2010. Dos 49 municípios que compõem este espaço, 10 registraram redução na PEA, com destaque para Lindoeste tendo decréscimo de 31,1% (ver tabela A1.19).

De outro lado, seis municípios registraram acréscimos acima de 10% na taxa de ocupação entre 2000 e 2010: Santa Tereza do Oeste (16,31%), Uiratã (13,82%), Lindoeste (10,85%), São Miguel do Iguaçu (10,78%), São José das Palmeiras (10,47%) e Santa Terezinha do Itaipu (10,10%); contudo, os dois últimos ainda tiveram taxa de ocupação menor que a estadual em 2013 (94,99%). Toledo, Cascavel e Foz do Iguaçu, os municípios com maior atratividade de população em busca de trabalho, registraram taxas de ocupação de 95,33%, 95,13% e 92,58%, respectivamente. Observa-se que, desses três municípios, somente Toledo apresentou taxa de ocupação superior à do Estado em 2000 e em 2010. Cascavel obteve crescimento de 9,17% entre os dois períodos, superando a média estadual em 2013, com 95,13%, enquanto Foz do Iguaçu se manteve entre os municípios com as maiores taxas de ocupação do Estado nos dois períodos, 83,20%, em 2000, e 92,58%, em 2010 (ver tabela A1.20).

No mercado de trabalho formal, o Terceiro Espaço Relevante apresenta situação relativamente proporcional na distribuição dos postos de trabalho entre os setores Serviços, Indústria e Comércio, com percentual menor que a média estadual em Serviços e maior na Indústria e no Comércio (tabela 11).

TABELA 11 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS SETORES ECONÔMICOS NO TOTAL DOS POSTOS DE TRABALHO FORMAIS - TERCEIRO ESPAÇO ECONÔMICO RELEVANTE - 2013

SETOR ECONÔMICO	PARTICIPAÇÃO
Serviços	41,44
Indústria	24,99
Comércio	25,38
Construção Civil	4,70
Agropecuária, silvicultura, extração vegetal e pesca	3,49
TOTAL	100,00

FONTE: MTE/RAIS

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Esse espaço respondeu por 10,93% dos postos de trabalho formais do Estado em 2013 e por 10,21% em 2003 (ver tabela A1.21). Houve acréscimo de 148.733 postos de trabalho no período, o que corresponde a 80% do montante registrado em 2003. Cascavel continua contabilizando o maior número de empregos formais, com 3,21% de participação no total do Estado em 2010 (mais de 100 mil), seguido de Foz do Iguaçu (1,91%) e Toledo (1,36%).

Cascavel e Toledo caracterizam-se pela maior proporção do emprego municipal no setor Serviços. Mas Foz do Iguaçu apresentou percentual mais elevado, de 58,62% dos postos de trabalho municipais neste setor, em 2013, justificado pelas atividades ligadas ao turismo e pelos serviços inerentes à sua posição fronteiriça (tabela 12). Toledo apresenta maior proporção de trabalhos formais na Indústria, situação que já era evidente em 2003.



TABELA 12 - NÚMERO E PARTICIPAÇÃO DE EMPREGOS FORMAIS POR SETOR ECONÔMICO, SEGUNDO MUNICÍPIOS SELECIONADOS - TERCEIRO ESPAÇO RELEVANTE - 2013

MUNICÍPIO	INDÚSTRIA		CONSTRUÇÃO CIVIL		COMÉRCIO		SERVIÇOS		AGROPECUÁRIA, SILVIC., ESTR. VEGETAL E PESCA		TOTAL
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º
Cascavel	19.953	19,91	6.031	6,02	28.877	28,81	42.264	42,17	3.104	3,10	100.229
Foz do Iguaçu	4.035	6,57	4.019	6,55	17.119	27,89	35.982	58,62	222	0,36	61.377
Toledo	18.032	39,23	2.068	4,50	9.130	19,86	15.576	33,89	1.159	2,52	45.965

FONTE: MTE/RAIS

NOTA: Dados extraídos da Base de Dados do Estado (BDEweb).

Foi no setor industrial que esse espaço econômico mais avançou em relação à totalidade do Paraná: respondia por 9,71% dos empregos industriais e 8 municípios relevantes, em 2003, e 11,45% de participação e 9 municípios relevantes em 2013. Houve acréscimo de 90% de postos de trabalho formais neste setor no conjunto da espacialidade. Cascavel e Toledo responsabilizaram-se por 2,68% e 2,42% do emprego formal da indústria do Estado em 2013, avançando em relação à participação que tinham em 2003 (2,16% e 2,19%, respectivamente). Cascavel obteve acréscimo de mais de 100% no número de postos de trabalho de 2003, razão pela qual passou a ser o município com a maior participação do espaço nesse indicador em 2013, suplantando Toledo, que tinha essa posição em 2003 (ver tabela A1.25).

Eram considerados relevantes no emprego industrial, em 2003, os municípios de Toledo, Cascavel, Foz do Iguaçu, Cafelândia, Medianeira, Marechal Cândido Rondon, Palotina e Matelândia. Em 2013, esses municípios inverteram posições, mas permaneceram como relevantes, além de Terra Roxa, que veio a compor o grupo nesse ano.

Embora tenha ampliado em 80% os postos de trabalho formais no setor Comércio, entre 2003 e 2013, o Terceiro Espaço declinou em participação no total do emprego paranaense deste setor, de 13,23% para 12,92%, porém ampliando o número de municípios relevantes de 7 para 8. Eram Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo, Palotina, Marechal Cândido Rondon, Medianeira e Assis Chateaubriand em 2003, acrescido de Guaíra em 2013. Somente Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo obtiveram participações acima de 1% do emprego neste setor econômico, no último ano de análise.

Nessa espacialidade estão 10,9% dos empregos formais da Construção Civil do Estado, com destaque para Cascavel (6.031 postos de trabalho), Foz do Iguaçu (4.019) e Toledo (2.068), que são os municípios que oferecem os maiores números de postos de trabalho formais neste setor. Entretanto, houve declínio de participação desse espaço econômico na Construção Civil, que foi de 14,35% em 2003.

No setor Serviços, o Terceiro Espaço ampliou o número de empregos formais em 70%, acima da média estadual (de 60%), resultado da ampliação de mais de 93 mil postos de trabalho entre 2003 e 2013. Com isso, a participação do espaço evoluiu de 8,95%, em 2003, para 9,71% em 2013, além de ampliar o número de municípios relevantes de 5 para 6: ao grupo formado por Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo, Medianeira e Marechal Cândido Rondon, em 2003, passou a integrar também Cafelândia em 2013. Esses seis municípios apresentam baixa dependência (abaixo de 10% dos postos totais de trabalho) do poder público na geração dos postos de trabalho. Por outro lado, os municípios Ramilândia, Anahy, Iguatu, Campo Bonito e Boa Vista da Aparecida, que tinham mais de 50% dos postos de trabalho municipais no setor Serviços, apresentaram percentuais acima de 80% do emprego neste setor vinculado à administração pública.

Embora seja uma espacialidade pujante na produção agropecuária, tendo se destacado em nível estadual e nacional nessa área, o número de postos de trabalho formais ligados a este setor representaram, em 2013, somente 3,49% do emprego formal do espaço e 11,43% do estadual. O tipo de produção, o uso extensivo de mecanização e a elevada informalidade histórica neste setor são os principais fundamentos para esse resultado. Cascavel e Toledo são os maiores empregadores neste setor, todavia, Entre Rios do Oeste e Ouro Verde do Oeste apresentaram as maiores proporções (acima de 20%) dos postos de trabalho formais neste setor.

Os níveis de escolaridade e remuneração do Terceiro Espaço, em 2013, estiveram em situação pior que a média estadual. Enquanto 24,9% da força de trabalho paranaense possuía somente o Ensino Fundamental completo, nesse espaço econômico essa proporção foi de 27,1%. Nas faixas educacionais mais elevadas, Ensino Superior completo e pós-graduação, o Terceiro Espaço apresentou registro de 14,91%, enquanto em nível estadual esse número foi de 18,30% (ver tabela A1.23).

Os dados dos postos de trabalho por faixa de remuneração apontam a mesma tendência: 74,71% da força de trabalho estadual recebia até 3 salários mínimos, em 2013, e no Terceiro Espaço essa proporção foi de 82,66%. Nas faixas salariais mais elevadas, acima de 5 salários mínimos, foram registrados 10,93% dos postos de trabalho formais estaduais e 5,90% do Terceiro Espaço (ver tabela A1.24). Esses dados indicam a existência de maior proporção de postos de trabalho com menor qualificação nessa espacialidade, o que sugere uma presença maior de atividades econômicas em empresas com menor conteúdo tecnológico e níveis de renda mais baixos para a população.

4.3.2 Infraestrutura Técnico-Científica

Em 2003, a análise do conjunto dos ativos institucionais apontou o Terceiro Espaço Relevante como o segundo espaço mais bem posicionado em relação a esses ativos (15,2%). Essa espacialidade destacou-se pela concentração de parques tecnológicos e pelo número de instituições de ensino superior, muito próximo às do Segundo Espaço, e pela relevância da atuação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), principal instituição de ensino superior do oeste paranaense. Já, os cursos técnicos possuíam pouca representatividade, participando com aproximadamente 7% do total do Estado. Quanto às cooperativas agropecuárias, representavam pouco mais que 14% do total.

Em 2015, o Terceiro Espaço Relevante foi aquele que registrou o maior aumento na participação da infraestrutura técnico-científica do Estado (16,5%), muito em decorrência do surgimento de novas IES na região, principalmente particulares (ver tabela A2.2). Também contribuiu para isso a iniciativa de desconcentração de instituições do governo federal, apontando-se o surgimento de universidades e institutos federais na espacialidade.⁵² Com isso, esse espaço passa a ser o segundo em número de IES no Paraná. Quanto aos demais ativos tecnológicos, aponta-se o surgimento de uma nova incubadora⁵³ em Cascavel (ver tabela A2.3).

No levantamento anterior, em 2003, 12 municípios respondiam pela infraestrutura técnico-científica neste espaço. Atualmente, são 13 municípios que possuem alguma infraestrutura, sendo que Cafelândia e Matelândia foram incluídos por conta de uma IES cada, e Santa Terezinha do Itaipu não aparece no levantamento atual. Destacam-se, pelo número maior de ativos, Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo (quadro 6).

⁵² Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), em Foz do Iguaçu; Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), em Santa Helena e Toledo, e *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR), em Assis Chateaubriand e Foz do Iguaçu. Em Cascavel, também foi criado um *campus* da IFPR, porém não há oferta de cursos superiores.

⁵³ Incubadora do Núcleo de Inovações Tecnológicas - NIT UNIOESTE.

QUADRO 6 - TOTAL DA INFRAESTRUTURA TÉCNICO-CIENTÍFICA, SEGUNDO MUNICÍPIOS - TERCEIRO ESPAÇO RELEVANTE - PARANÁ - 2003 E 2015

2003		2015	
Município	N.º infraestrutura	Município	N.º infraestrutura
Cascavel	11	Cascavel	16
Foz do Iguaçu	10	Foz do Iguaçu	17
Toledo	7	Toledo	9
Medianeira	5	Medianeira	5
Marechal Cândido Rondon	3	Marechal Cândido Rondon	4
Palotina	3	Palotina	4
Assis Chateaubriand	1	Santa Helena	3
Guaíra	1	Assis Chateaubriand	2
Santa Helena	1	Cafelândia	1
Santa Terezinha do Itaipu	1	Guaíra	1
São Miguel do Iguaçu	1	Matelândia	1
Ubiratã	1	São Miguel do Iguaçu	1
		Ubiratã	1
TOTAL	45	TOTAL	65

FONTES: SICAP-MP; APROTEC; REPARTE; TECPAR; INMETRO, SETI, MEC/INEP/DEED

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Complementando a análise, em relação à participação no total dos cursos técnicos do Estado, verifica-se que, além do crescimento expressivo em números absolutos (de 10 cursos, em 2001, para 513 em 2014), também registrou aumento na participação em relação aos outros espaços (11,87%). Nas demais espacialidades também ocorreu aumento significativo de cursos técnicos, porém somente em três a participação relativa foi maior que a do período anterior (Primeiro Espaço, Terceiro Espaço e Espaço Socialmente Crítico, assim posicionados) (ver tabela A2.4).

Quanto às cooperativas agropecuárias, verifica-se importante acréscimo no número delas, embora tenha havido pequena alteração em termos proporcionais (15,34%) (ver tabela A2.5). O Terceiro Espaço abriga a sede de quatro cooperativas,⁵⁴ além de várias unidades de outras cooperativas. Cascavel (5) e Toledo (4) possuem o maior número delas, seguidas de Assis Chateaubriand, Marechal Cândido Rondon, Nova Aurora, Nova Santa Rosa e Ubitatã, cada uma delas com 3 unidades.

Em relação às agências de desenvolvimento, os escritórios regionais da EMATER, IEL e SEBRAE continuam desempenhando importante papel no espaço, além de haver algumas iniciativas de agências locais.

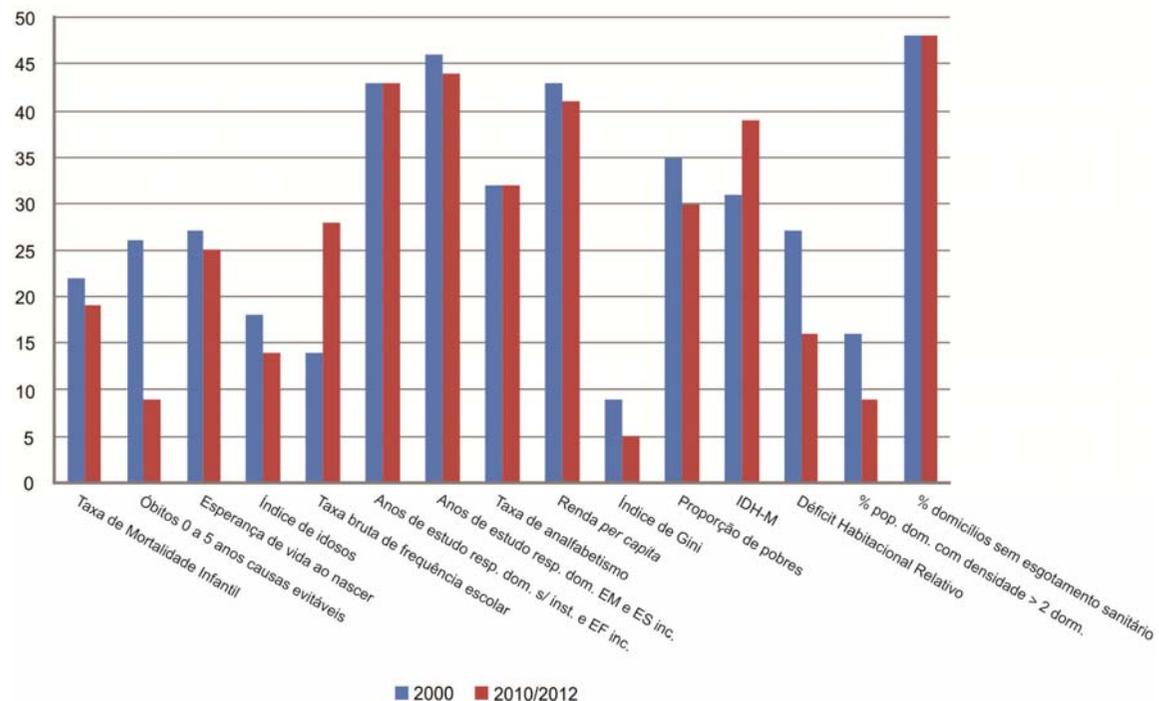
Embora o Terceiro Espaço apresente relevância institucional não tão expressiva como a do Primeiro Espaço, o estudo atual o aponta como aquele que obteve os maiores ganhos no período analisado, constituindo-se em um espaço diversificado institucionalmente, com grandes possibilidades de articulações em prol do desenvolvimento do Oeste Paranaense.

4.3.3 Dimensão Social

O Terceiro Espaço Econômico Relevante, no geral, melhorou em quase todos os indicadores sociais estudados. Comparativamente à média estadual, o conjunto de municípios melhorou suas médias, à exceção do IDH-M e da Taxa bruta de frequência escolar (gráfico 6).

⁵⁴ LAR, FRIMESA, C.VALE, PRIMATO.

GRÁFICO 6 - NÚMERO DE MUNICÍPIOS DO TERCEIRO ESPAÇO RELEVANTE COM INDICADORES PIORES QUE A MÉDIA DO ESTADO - PARANÁ - 2000 E 2010/2012



FONTES: IPARDES
NOTA: Esse espaço agrega 49 municípios.

Entre os 49 municípios pertencentes a essa espacialidade, 14 apresentaram Taxa de frequência escolar abaixo da média do Paraná no ano 2000, quantidade que aumentou para 28, em 2010. Nesse ano, as maiores taxas foram observadas em Catanduvas, Vera Cruz do Oeste, Nova Aurora, Toledo e Pato Bragado; e as menores em Anahy, Tupãssi, Iguatu, Santa Tereza do Oeste e Três Barras do Paraná, todos os cinco com índices elencados entre os municípios mais críticos⁵⁵ do Paraná (ver tabelas A3.1 e A3.2).

⁵⁵ Para melhor compreensão, ver Procedimentos Metodológicos neste estudo.

No ano de 2010, as menores taxas de analfabetismo no Terceiro Espaço foram registradas em Quatro Pontes (1,12%), Nova Santa Rosa (2,84%), Entre Rios do Oeste (2,99%), Maripá (3,13%) e Pato Bragado (3,54%). Em contrapartida, os municípios que apresentavam as taxas mais elevadas foram Diamante do Oeste (15,03%), Iracema do Oeste (14,29%), Boa Vista da Aparecida (13,83%), Ramilândia (13,62%) e São José das Palmeiras (12,84%). Os municípios de Diamante do Oeste e Iracema do Oeste apresentaram percentuais que se encontravam entre os mais críticos do Estado (ver mapas 60 e 63).

Em relação à escolaridade do responsável pelo domicílio, na faixa Sem instrução e Ensino Fundamental incompleto, os maiores percentuais, em 2010, foram levantados em Ramilândia, Campo Bonito, Diamante do Oeste, Boa Vista da Aparecida e Santa Lúcia. Registre-se que o índice de Ramilândia estava entre os mais críticos do Paraná. Os menores índices foram verificados em Cascavel, Toledo, Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon e Cafelândia.

Com escolaridade de Ensino Médio completo e Superior incompleto e completo, as maiores proporções, em 2010, foram verificadas em Cascavel, Toledo, Marechal Cândido Rondon, Foz do Iguaçu e Palotina, todos com índices superiores à média estadual. Os menores índices foram registrados em Campo Bonito, Santa Lúcia, Lindoeste, Diamante do Oeste e Ramilândia, e os três últimos apresentaram percentuais que estão entre os mais críticos do Estado.

A análise da Taxa de mortalidade infantil revela 8 municípios com aumento da taxa em 2010: Cafelândia, Maripá, Mercedes, Nova Santa Rosa, Ramilândia, Santa Terezinha do Itaipu, Serranópolis do Iguaçu e Vera Cruz do Oeste. Outros 7 municípios não registraram mortalidade infantil em 2000, e 17 em 2010. Os demais apontaram para um declínio da taxa no período. Entretanto, Braganey e Pato Bragado foram considerados como críticos em 2010, com taxas de 29,41 e 32,26, respectivamente (ver mapas 41 e 42).

Ainda em relação à infância, 8 municípios aumentaram a proporção de óbitos por causas evitáveis na faixa etária de 0 a 5 anos: São Pedro do Iguaçu, Nova Aurora, Missal, Mercedes, Maripá, Marechal Cândido Rondon, Ibema e Capitão Leônidas Marques. Os municípios de São Pedro do Iguaçu, São José das Palmeiras, Mercedes, Maripá, Marechal Cândido Rondon e Capitão Leônidas Marques são considerados municípios críticos em 2010, todos apontando 100% dos óbitos por causas evitáveis neste segmento etário (ver mapas 43 e 44).

Todos os municípios do Terceiro Espaço apresentaram aumento no Índice de idosos. E, com exceção dos municípios de Tupãssi, Quatro Pontes, Pato Bragado, Maripá, Formosa do Oeste e Entre Rios do Oeste, que registraram declínio na Esperança de vida ao nascer, os demais apresentaram aumento nesse indicador (ver mapas 39 e 40).

A maioria dos municípios ampliou a Renda *per capita*, sendo que o maior aumento ocorreu em Itaipulândia, que passou de R\$ 475,49, em 2000, para R\$ 1.003,38, em 2010. Mesmo assim, Quatro Pontes e Marechal Cândido Rondon apresentaram a maior Renda *per capita* do espaço, respectivamente, com R\$ 1.093,43 e R\$ 1.036,38.

O aumento da renda traduziu-se em aumento da concentração de renda em parte dos municípios. Itaipulândia, Quatro Pontes e Ramilândia apresentaram aumento no Índice de Gini, o que significa que neles a desigualdade na distribuição de renda aumentou. Cabe mencionar que eram 7 os municípios críticos nesse indicador em 2000 (Assis Chateaubriand, Boa Vista da Aparecida, Capitão Leônidas Marques, Catanduvas, Jesuítas, São Miguel do Iguaçu e Serranópolis). Em 2010, esse número reduziu para 3 (Guaíra, Itaipulândia e Nova Aurora) (ver mapas 45 e 46).

Todos os municípios diminuíram a proporção de pobres, mas Ramilândia apresenta ainda 21,21% de sua população nessa condição, aparecendo como o único município crítico em 2010. Em termos absolutos, também se verificou queda do número de pobres em todos os municípios. Entretanto, Cascavel e Foz do Iguaçu aparecem como críticos ainda em 2010, provavelmente por terem a maior população do espaço (ver tabelas A3.3 e A3.4) (ver mapas 33 e 34).

Todos os municípios apresentaram aumento no IDH-M, no entanto, dois deles aparecem como críticos em 2010: Diamante do Oeste e Ramilândia, com 0,644 e 0,630, respectivamente. Com exceção de 10 municípios (Cascavel, Entre Rios do Oeste, Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Medianeira, Palotina, Quatro Pontes, Serranópolis do Iguaçu e Toledo) que apresentaram índice igual ou superior à média do Paraná, os demais apontaram índice inferior ao do Estado.

Quanto à habitação, 32 municípios desse espaço aumentaram o déficit habitacional relativo. As piores situações foram observadas em Santa Tereza do Oeste, Lindoeste e Santa Terezinha de Itaipu, respectivamente com 14,60%, 12,20% e 11,70%, os três

pertencentes ao grupo de críticos nesse indicador. Em termos absolutos, os municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon e Toledo aparecem como críticos em 2010.

Sobre a densidade de pessoas por domicílio, todos os municípios apresentaram queda na proporção da população em domicílios com densidade maior do que 2 pessoas por dormitório. Em termos absolutos, o único município que apresentou aumento de pessoas que vivem em domicílios com densidade maior do que 2 pessoas por dormitório foi Entre Rios do Oeste. Os municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo mantiveram a condição crítica em 2010.

De outro lado, 15 municípios tiveram aumento na proporção de domicílios sem esgotamento sanitário, e seis estão entre os mais críticos do Paraná, em 2010: Iguatu, São Pedro do Iguaçu, São José das Palmeiras, Santa Lúcia, Iracema do Oeste e Ibema, com taxas em torno de 98% dos domicílios sem esse serviço. Em termos absolutos, os municípios de Assis Chateaubriand, Cascavel, Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon, Medianeira e Toledo mantiveram a condição crítica em 2010. Somente o município de Ubitatã deixou de ser crítico nesse ano (ver mapas 10 e 11).

Na análise intraespaço quanto às incidências em situação crítica, verifica-se que 18 municípios (36,7%) diminuíram o número de incidências em relação ao ano 2000: Anahy, Assis Chateaubriand, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Catanduvas, Corbélia, Diamante do Oeste, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Ibema, Itaipulândia, Jesuítas, Ouro Verde do Oeste, Quatro Pontes, São José das Palmeiras e Serranópolis do Iguaçu.

Entre os que aumentaram o número de incidências encontram-se 11 municípios (22,4%): Guaíra, Iguatu, Lindoeste, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Mercedes, Nova Aurora, Ramilândia, Santa Teresa do Oeste, São Pedro do Iguaçu e Três Barras do Paraná.

Nos indicadores relativos, em 2010, não registraram qualquer ocorrência em situação crítica 23 municípios (46,9%): Assis Chateaubriand, Boa Vista da Aparecida, Cafelândia, Campo Bonito, Cascavel, Céu Azul, Corbélia, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Jesuítas, Matelândia, Medianeira, Missal, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Quatro Pontes, Santa Helena, Serranópolis do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo e Ubitatã.

Com o maior número de ocorrências nas situações críticas, em 2010, tem-se Ramilândia, com 6 ocorrências; Diamante do Oeste, com 4 ocorrências; e Lindoeste, com 3 ocorrências. Desse grupo, somente Diamante do Oeste diminuiu o número de ocorrências em situações críticas, enquanto os outros dois aumentaram (ver mapas 8 e 9).

4.3.4 Dimensão Ambiental

Situado no Terceiro Planalto, inteiramente localizado nos domínios do bioma da Floresta Estacional Semidecidual, é nesse espaço que ocorre o terceiro maior estoque de cobertura vegetal remanescente do Estado, protegido pelo Parque Nacional do Iguaçu. Essa condição posiciona esse Espaço Econômico Relevante com destaque em relação à preservação de áreas de estoque da biodiversidade das Florestas Pluviais de Interior, que sofreram desmatamento quase total no Estado e no País, em decorrência da presença de madeiras nobres de alto valor para indústria madeireira. As bacias hidrográficas presentes nessa espacialidade são a do Paraná 3 e parte das bacias do Piquiri e Baixo Iguaçu. Está situada neste espaço a maior usina hidrelétrica do Estado, Itaipu, que determinou uma dinâmica de uso do recurso hídrico diferenciada.

Predominantemente, seu solo apresenta boa aptidão natural para atividades agrícolas, com poucas áreas esparsas de solos inaptos devido ao potencial erosivo. Em cerca de 70% da área, localizada principalmente na porção central, norte e oeste do espaço, o uso da terra se dá por agricultura mecanizada e intensiva, consolidada em atividades de plantio de grãos, destacando-se a produção de soja, milho e trigo. Secundariamente, ocorre a ocupação da terra em parcelas menores com atividades de agricultura associadas à pecuária leiteira e florestas plantadas. A qualidade do solo predominante no espaço, associada às condições de relevo e a um estruturado sistema de cooperativas, estão na base de um sólido desempenho agropecuário no local.

No contraponto desse desempenho, o indicador ambiental desfavorável do espaço é a quantidade média de agrotóxico consumida (11,20 kg/ha/ano), acima da média do Estado (9,69 kg/ha/ano). Os municípios que mais se destacam nessa condição são: Capitão Leônidas Marques (21,63 kg/ha/ano), Santa Lucia (17,17 kg/ha/ano) e Mercedes (16,71 kg/ha/ano).

Com relação à taxa de notificações de intoxicação por agrotóxicos. Em 2011, enquanto a média paranaense de notificações foi de 5,17 por 100 mil habitantes, nos municípios de Entre Rios do Oeste, Lindoeste e Santa Terezinha de Itaipu as taxas de notificações foram bem maiores – 277, 57, 29, respectivamente (ver tabela A4.2).

No Terceiro Espaço, em 2015, os municípios de Braganey, Formosa do Oeste e Terra Roxa realizaram sua destinação de resíduos sólidos em lixões, sendo que, em relação à coleta de lixo, a média de residências dos municípios desse espaço que não têm acesso a este serviço é de 21,21%, muito próximo à média do Estado (22,03%). Os três municípios com os maiores percentuais de domicílios sem este serviço são Lindoeste (48,62%), Campo Bonito (42,30%) e Três Barras do Paraná (42,00%) (ver mapa 53).

As ocorrências de desastres apresentam nesse espaço média de 10,53, que é similar à média do Estado (11,40), e apenas os municípios de Cascavel (56) e Foz do Iguaçu (54) têm valores significativos.

O município de Foz do Iguaçu apresenta alta vulnerabilidade socioambiental, pois além do alto valor de ocorrências de desastres naturais, possui 65 ocupações irregulares. Apesar disso, para esse indicador o espaço tem uma média de 3,45 que é menor que a média estadual (5,12) (ver mapa 54).

Nessa espacialidade, 29 municípios (59%) recebem recursos provenientes do ICMS Ecológico. As Unidades de Conservação estão presentes em 24 deles, os mananciais de abastecimento em apenas um (Tupãssi) e a combinação de UC e mananciais ocorre em 4 municípios. Entre 2004 e 2013 houve acréscimo de UC (eram 22 em 2004), mantendo inalterado o número de municípios com mananciais. Nessa espacialidade, 63% dos municípios apresentam cobertura vegetal inferior a 7%.

Céu Azul, Serranópolis do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu e Matelândia são os que mais recebem recursos do ICMS Ecológico nesse espaço, com volumes acima de 3 milhões de reais. São estes os municípios que possuem grandes áreas do Parque Nacional do Iguaçu. Santa Terezinha de Itaipu dispõe também de mananciais de abastecimento que atendem a demanda de Foz do Iguaçu.

O município Serranópolis do Iguaçu é o que apresenta o valor de ICMS Ecológico recebido mais expressivo em relação ao ICMS, apresentando ainda acréscimo de 45,36% no período 2004-2013, demonstrando efetividade quanto à preservação das áreas de UC contidas em seu interior.

4.4 PORÇÃO SUDOESTE

4.4.1 Dimensão Econômica

A Porção Sudoeste continua sendo classificada como espacialidade de média relevância pelo registro, em 2007, de 4,23% no VAF Total estadual, e pequeno acréscimo em 2013, quando registrou 4,73% nesse indicador (ver tabela A1.1). Seu desempenho econômico permanece ancorado em três municípios: Pato Branco, que apresentou o maior VAF da espacialidade ao longo do período investigado, 0,71%; Francisco Beltrão, com 0,63%; e Dois Vizinhos, com 0,43% de participação no VAF total do Estado em 2013. Ainda, como município relevante, tem-se São Jorge d'Oeste, que obteve 0,36% nesse indicador no mesmo ano (ver tabela A1.2).

Na indústria, a Porção Sudoeste ganhou participação no período – de 1,84% em 2007 para 2,71% em 2013 – e se manteve como a sétima espacialidade na participação do VAF Industrial (ver tabela A1.4). Em 2007, apenas Francisco Beltrão e Pato Branco eram considerados relevantes nesse indicador. Em 2013, o município de Dois Vizinhos se incorporou a este grupo. Os três ampliaram participação no período, passando da faixa de 0,25% e 0,50% do VAF Industrial, em 2007, para 0,50% a 1,00% em 2013 (ver tabela A1.5).

Foi na Indústria alimentar e fabricação de bebidas que esse espaço obteve o maior faturamento da indústria de transformação em 2013, com 70,16% do faturamento desse segmento industrial do espaço, gerados fundamentalmente em Francisco Beltrão, Dois Vizinhos e Pato Branco. As outras atividades mais importantes são: Indústria de máquinas e equipamentos em geral e Material eletrônico e aparelhos de telecomunicações (com 10,16% do faturamento da indústria de transformação do espaço); Indústria da madeira, fabricação de móveis, papel e celulose (7,70% do faturamento da indústria de transformação do espaço, em Quedas do Iguaçu, Ampére e Francisco Beltrão); e Produtos têxteis e de confecções de artigos do vestuário e acessórios (5,58% em Quedas do Iguaçu, Ampére e Santo Antônio do Sudoeste) (tabelas 13 e ver tabela A1.6).

TABELA 13 - VALOR E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO VAF ESTADUAL E NA ESPACIALIDADE, SEGUNDO ATIVIDADES DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - PORÇÃO SUDOESTE - 2013

ATIVIDADES INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	VALOR ABSOLUTO	ESTADO	ESPAÇO
Produtos têxteis e de confecções de artigos do vestuário e acessórios (CNAE 13 e 14)	548.071.837	4,45	5,58
Indústria alimentar e fabricação de bebidas (CNAE 10 e 11)	6.890.614.916	5,87	70,16
Indústria de veículos e equipamentos de transporte (CNAE 29 e 30)	45.248.961	0,07	0,46
Produtos da madeira, fabricação de móveis, papel celulose (CNAE 16, 17, 31)	755.925.263	2,46	7,70
Indústria de máquinas e equipamentos em geral e material eletrônico e aparelhos de telecomunicações (CNAE 26, 27, 28, 32, 33)	997.517.026	2,12	10,16
Borracha e plástico e de minerais não metálicos (CNAE 23 e 25)	184.414.602	1,13	1,88
Indústria de produtos químicos, e de coque, refino de petróleo (CNAE 19, 20 e 21)	49.825.205	0,06	0,51
Indústrias diversas (CNAE 12, 15, 18, 22 e 24)	349.492.947	1,64	3,56
TOTAL	9.821.110.757	2,52	100,00

FONTE: SEFA-PR

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

No Comércio, Pato Branco se manteve como o município com maior participação da espacialidade, embora tenha declinado de 1,31% do VAF estadual do Comércio, em 2007, para 1,05% em 2013. O município de Francisco Beltrão se manteve também como relevante, ganhando participação de 0,58% em 2007 para 0,74% no último ano analisado (ver tabela A1.9).

Todavia, essa espacialidade que respondia por 16,61% do VAF estadual da Construção Civil, em 2007, chegou a registrar 18,44% em 2010, e regrediu em 2013 para 10,00% (ver tabela A1.10). O município de Pato Branco foi o responsável por grande parte desta queda: em 2007 respondia por 12,44% do VAF estadual da Construção Civil, e em 2013 passou a representar 2,29% (ver tabela A1.27).

Para o VAF de Serviços, o Sudoeste se manteve na quinta posição entre as espacialidades, com 2,7% em 2007 e 2,9% em 2013 do VAF setorial do Estado (ver tabela A1.26). Somente os municípios de Pato Branco (0,70%), Francisco Beltrão (0,62%) e Dois Vizinhos (0,29%) foram considerados relevantes em 2013 (ver tabela A1.3).

A análise do valor de entrada e de saída do conjunto das atividades econômicas demonstra os vínculos mais sólidos da Porção Sudoeste com o próprio Estado. Em 2013, atingiu 3,06% do valor de entrada e 2,98% do valor de saída do Estado (ver tabelas A1.12 e A1.29).

Quanto ao valor de entrada, observa-se que as principais compras do município continuam tendo como origem o próprio Estado. As origens do exterior apresentaram um crescimento de 1,59% em 2007 para 2,46% em 2013 (tabela 14). No entanto, ainda continua sendo pouco expressiva quando comparada ao total do Estado, mesmo que apresente extensa fronteira com a Argentina. O mesmo ocorre com o valor de saída. Ou seja, em termos absolutos houve aumento nas exportações, de modo que ampliou sua participação estadual nessa origem de faturamento do exterior. Mas, na espacialidade, os vínculos de compra e venda com o próprio Estado foram os que mais se fortaleceram ao longo da década.

TABELA 14 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO VALOR DE ENTRADA E DE SAÍDA, SEGUNDO ORIGENS - PORÇÃO SUDOESTE - PARANÁ - 2007/2013

ORIGEM DO VE E DESTINO DO VS	2007		2013	
	Estado	Espacialidade	Estado	Espacialidade
Valor de entrada				
Origem do Estado	2,44	73,52	3,51	73,94
Origem de outros estados	1,64	24,89	2,64	23,59
Origem do exterior	0,65	1,59	0,95	2,46
Valor de saída				
Para o Estado	2,26	74,83	3,27	71,84
Para outros estados	1,89	23,66	2,72	26,37
Para o exterior	0,60	1,51	0,98	1,79

FONTE: SEFA-PR

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

As atividades com maiores valores de importação, em 2013, foram Comércio atacadista de frutas, verduras, hortaliças e legumes frescos (18,92%), Transporte rodoviário de carga (14,91%) e Fabricação de equipamentos e aparelhos elétricos (10,51%). As atividades com maiores valores de exportação foram Abate de aves (37,64%), Serrarias com desdobramento de madeira (20,74%) e Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (12,93%).

A contribuição da agropecuária na Porção Sudoeste alcançou 11,9% do total do VBP paranaense e ocupou a quinta colocação no *ranking* do VBP total em 2013. Considerando os segmentos produtivos, em 2003 a produção agropecuária estava distribuída de forma

quase equilibrada entre as atividades agrícolas e pecuárias. Entretanto, esse quadro se alterou ao longo da década e as atividades econômicas relacionadas à produção animal assumiram posição de destaque. Em 2013, a pecuária foi responsável por 64,1% do VBP da Porção Sudoeste e a agricultura teve participação de 33,9%. Os principais grupos de produção agropecuária são: aves (28,9%), grãos de verão (26,3%), produção pecuária comercial (18,1%), bovinos de corte (5,8%), suínos (4,9%), e silagens e alimentação animal (4,4%). Cabe observar que, das seis principais atividades econômicas, cinco estão diretamente ligadas à produção animal (ver tabela A1.15).

A produção de aves em 2013, na Porção Sudoeste, não se limitou à criação de frango de corte, mas apresenta duas atividades relevantes para o processamento industrial: frango de corte (87,1%) e peru (12,9%) (ver tabela A1.16). A produção de frango de corte é encontrada em todos os municípios dessa espacialidade. Entretanto, 59,4% da produção estava concentrada em 10 municípios: Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Verê, São João, Salto do Lontra, Capanema, Chopinzinho, Bom Sucesso do Sul, Itapejara do Oeste, Enéas Marques. A espacialidade registrou também a criação de peru em 15 municípios, mas com concentração no município de Francisco Beltrão (49,1% do total) (ver tabela A1.17).

Entre as atividades agropecuárias observadas na espacialidade, é possível ainda destacar a bovinocultura de leite e a produção de ovos férteis de galinha, ligada diretamente à principal atividade econômica da espacialidade. Por sua vez, o grupo representado por silagens e alimentação animal totalizou 4,4% do VBP, reforçando a importância da produção de origem animal. No tocante à produção agrícola, o grupo Grãos de verão respondeu por 26,3% do VBP total da Porção Sudoeste, distribuído nas seguintes lavouras: soja (63,6%), milho (21,6%) e feijão (14,5%). A lavoura de soja representa 16,7% do VBP da Porção Sudoeste.

O Sudoeste Paranaense registrou o maior crescimento proporcional no emprego formal, entre 2003 e 2013, entre os espaços econômicos relevantes, próximo de 100%. Com isso, esse espaço elevou sua participação no emprego formal do Estado de 3,48% para 4,11%, nesses anos, em grande medida devido aos seus principais municípios geradores de trabalho – Francisco Beltrão, Pato Branco e Dois Vizinhos –, considerados relevantes nesse indicador ao longo do período analisado (ver tabelas A1.21 e A1.26).

O maior acréscimo aconteceu na Indústria, setor que respondeu por 32,18% dos postos de trabalho do espaço, em 2013. Em 2003, essa porção territorial era responsável por 4,61% do emprego industrial do Paraná e 5,55% em 2013. Eram cinco os municípios considerados relevantes em 2003 e 2013 – Francisco Beltrão, Pato Branco, Dois Vizinhos, Ampére e Quedas do Iguaçu. Destes, Ampére

possuía mais de 50% dos postos de trabalho formais na indústria. Itapejara d'Oeste também registrou mais da metade do emprego formal neste setor econômico (tabela 15).

TABELA 15 - PARTICIPAÇÃO DOS SETORES ECONÔMICOS NO TOTAL DOS POSTOS DE TRABALHO FORMAIS - PORÇÃO SUDOESTE - 2013

SETOR ECONÔMICO	PARTICIPAÇÃO
Serviços	33,48
Indústria	32,18
Comércio	25,21
Construção Civil	4,99
Agropecuária, silvicultura, extração vegetal e pesca	4,14
TOTAL	100,00

FONTE: MTE/RAIS

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Os três municípios relevantes na geração de postos de trabalho formais apresentam distribuição equilibrada entre os setores econômicos. Dois Vizinhos apresentou, em 2013, maior proporção de empregos na Indústria (41,81%), enquanto Francisco Beltrão e Pato Branco, embora com participação significativa neste setor, geraram maior percentual de postos de trabalho no setor Serviços (tabela 16).

TABELA 16 - NÚMERO E PARTICIPAÇÃO DE EMPREGOS FORMAIS POR SETOR ECONÔMICO, SEGUNDO MUNICÍPIOS SELECIONADOS - PORÇÃO SUDOESTE - 2013

MUNICÍPIO	INDÚSTRIA		CONSTRUÇÃO CIVIL		COMÉRCIO		SERVIÇOS		AGROPECUÁRIA, SILVIC., ESTR. VEGETAL E PESCA		TOTAL
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	
Francisco Beltrão	6.959	25,91	1.550	5,77	7.329	27,28	9.879	36,78	1.145	4,26	26.862
Pato Branco	7.922	30,76	1.456	5,65	6.964	27,04	8.952	34,76	461	1,79	25.755
Dois Vizinhos	5.250	41,81	379	3,02	2.363	18,82	3.670	29,23	895	7,13	12.557

FONTE: MTE/RAIS

NOTA: Dados extraídos da Base de Dados do Estado (BDEweb).

A Porção Sudoeste também ampliou sua participação estadual no número de postos de trabalho formais do setor Serviços: de 2,61% em 2003 para 2,95% em 2013. Ainda, ampliou o número de municípios relevantes em 2013, com Dois Vizinhos vindo a compor esse grupo junto a Francisco Beltrão e Pato Branco. Menos de 10% dos postos de trabalho de Serviços desses três municípios estavam registrados na administração pública, os mais baixos percentuais da especialidade. Entre aqueles que tiveram percentuais mais elevados, acima de 40%, estão Bela Vista da Caroba, Manfrinópolis, Boa Esperança do Iguaçu e Bom Jesus do Sul, destacando-se que apresentaram, ainda, as menores quantidades de postos de trabalho formais do Sudoeste, juntamente com Pinhal de São Bento.

No setor Comércio, esse espaço mais que dobrou o número de postos de trabalho (de 15.386 para 63.325), ampliou participação estadual (de 4,17% para 4,82%) e manteve os mesmos municípios relevantes entre 2003 e 2013 (Pato Branco, Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, nessa ordem de participação).

Na Construção Civil aumentou o número de postos de trabalho de 1.256, em 2003, para 6.403, em 2013, ampliando participação estadual de 2,28% para 4,35%. Neste setor, destacaram-se Pato Branco, Francisco Beltrão, Capanema, Chopinzinho, Salto do Lontra e Dois Vizinhos como relevantes em 2013.

Na Agropecuária, em 2013, o maior número de postos de trabalho formais foi contabilizado em Pato Branco, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão e Santo Antônio do Sudoeste, nessa ordem. Nesse ano, o Sudoeste participou com 5,10% dos postos de trabalho neste setor, um acréscimo em relação a 2003, quando participou com 4,69%.

Aproximadamente 85% da força de trabalho da Porção Sudoeste recebia até 3 salários mínimos, proporção maior em 10% da média estadual. Destes, 5,88% recebiam até um salário mínimo, aproximando-se da proporção encontrada na Especialidade Socialmente Crítica – Porção Central, o que denota a existência de postos de trabalho com menor qualificação (ver tabela A1.24).

Essa observação se confirma pela análise dos dados de escolaridade: 28,08% dos registros formais de trabalho estão na faixa até o Ensino Fundamental Completo. Com até o Ensino Médio completo eram 82,05% da força de trabalho da Porção Sudoeste, proporção superior à obtida em nível estadual, que era de 77,93% em 2013 (ver tabela A1.23).

Em termos absolutos, Francisco Beltrão (12.557) e Pato Branco (9.326) tiveram os maiores acréscimos na População Economicamente Ativa entre 2000 e 2010. Chama a atenção o município Pinhal de São Bento, que quase dobrou essa faixa da população,

registrando crescimento de 90,3%. Entre os municípios que tiveram maior redução estão Manfrinópolis (-17,9%) e Bom Jesus do Sul (-23,8%) (ver tabela A1.15).

O maior acréscimo na taxa de ocupação da espacialidade foi observado em Mariópolis, de 10,04%, entre 2000 e 2010; ainda assim, ficou abaixo da média estadual em ambos os períodos. Em 2000, eram três os municípios com taxas de ocupação abaixo da média do Estado – Cruzeiro do Iguaçu, Mariópolis e Quedas do Iguaçu; e, em 2010, somente os dois primeiros, o que assegura melhor condição dessa espacialidade, nesse indicador, no conjunto dos espaços econômicos relevantes aqui estudados. As maiores taxas foram observadas em Pérola d'Oeste e Boa Esperança do Iguaçu (acima de 99%), enquanto os municípios mais dinâmicos do espaço – Francisco Beltrão, Pato Branco e Dois Vizinhos – obtiveram, respectivamente, taxas de 96,69%, 96,63% e 95,79% (ver tabela A1.16).

4.4.2 Infraestrutura Técnico-Científica

O estudo anterior evidenciou que na Porção Sudoeste há importante representatividade de ativos institucionais, principalmente em relação às instituições de ensino superior, com a presença de universidades das redes estadual, federal e privada de ensino.⁵⁶ Em 2003, o Sudoeste respondia por 6,73% do total da infraestrutura técnico-científica do Estado (ver tabela A2.2).

O levantamento atual reforça a presença das IES com a implantação de novas universidades federais e estaduais na espacialidade.⁵⁷ A implantação de duas novas incubadoras, uma em Dois Vizinhos e outra em Francisco Beltrão, também fortalece a infraestrutura técnico-científica existente (ver tabela A2.3).

Em 2003, nove municípios respondiam pela infraestrutura técnico-científica do espaço; em 2015, mais dois municípios (Ampére e Capanema) passaram a incorporar essa relação, ambos com uma IES cada um. Por outro lado, Quedas do Iguaçu perdeu representatividade (quadro 7).

⁵⁶ Campus da UNIOESTE e UNIPAR e dois *campi* da UTFPR.

⁵⁷ Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR em Francisco Beltrão e *campus* da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS em Realeza. Como iniciativa estadual, a implantação do *campus* da Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO em Chopinzinho.

Quanto às cooperativas agropecuárias, houve significativo aumento, não só no número delas como também houve ampliação no número de municípios que abrigam as sedes e unidades; porém, sua participação em relação ao total do Estado diminuiu (11,26%, em 2003, e 9,66% em 2015) (ver tabela A2.5). O mesmo comportamento se verifica nos cursos técnicos, que representavam 5,63% em 2003, e em 2015 passaram a representar 4,37% do total do Estado, apesar do significativo aumento quantitativo ocorrido (8 cursos, em 2003, e 189 em 2015) (ver tabela A2.4).

A Porção Sudoeste continuou, ao longo da última década, mantendo sua posição em relação aos demais espaços e também sua característica de possuir diversas instituições envolvidas com o desenvolvimento desse espaço econômico.

QUADRO 7 - TOTAL DA INFRAESTRUTURA TÉCNICO-CIENTÍFICA, SEGUNDO MUNICÍPIOS - PORÇÃO SUDOESTE - PARANÁ - 2003 E 2015

2003		2015	
Município	N.º Infraestrutura	Município	N.º Infraestrutura
Pato Branco	7	Pato Branco	8
Francisco Beltrão	4	Francisco Beltrão	7
Dois Vizinhos	3	Dois Vizinhos	5
Barracão	1	Coronel Vivida	2
Chopinzinho	1	Realeza	2
Coronel Vivida	1	Ampére	1
Quedas do Iguaçu	1	Barracão	1
Realeza	1	Capanema	1
Planalto	1	Chopinzinho	1
		Planalto	1
TOTAL	20	TOTAL	29

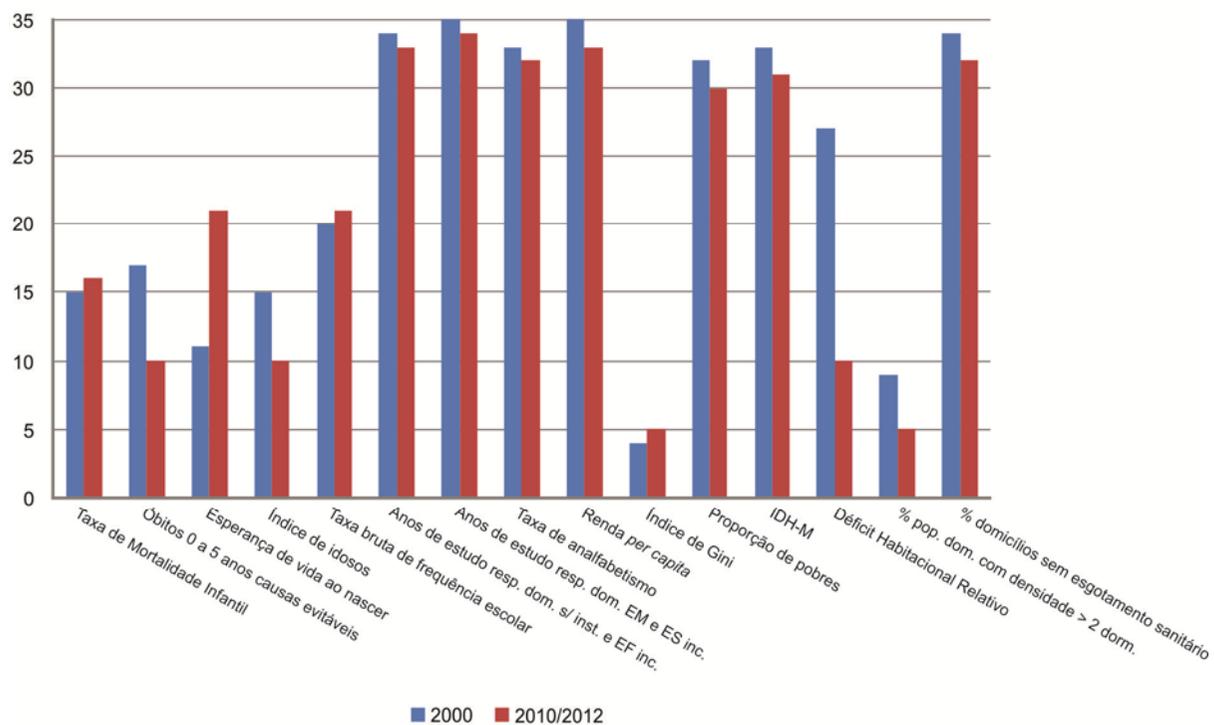
FONTES: SICAP-MP; APROTEC; REPARTE; TECPAR; INMETRO, SETI, MEC/INEP/DEED

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

4.4.3 Dimensão Social

Os avanços econômicos da Porção Sudoeste observados neste estudo refletiram em melhoria nas condições sociais em geral de sua população, no conjunto dos indicadores analisados. Comparando as médias municipais com a média estadual, essa espacialidade aumentou a quantidade de municípios que conseguiram conquistar valores iguais ou melhores que a média estadual (gráfico 7).

GRÁFICO 7 - NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA PORÇÃO SUDOESTE COM INDICADORES PIORES QUE A MÉDIA DO ESTADO - PARANÁ - 2000 E 2010/2012



FONTE: IPARDES
 NOTA: Esse espaço agrega 36 municípios.

Todos os municípios diminuíram a proporção de pobres e o número absoluto de pobres. Os dados também demonstram que houve aumento na renda *per capita* em todos os municípios. A maior variação ocorreu em Renascença, que passou de R\$ 349,31, em 2000, para R\$ 831,49 em 2010; e a menor variação, em Santa Isabel do Oeste, que passou de R\$ 407,30, em 2000, para R\$ 540,49 em 2010. Os municípios de Manfrinópolis e Bom Jesus do Sul continuaram aparecendo como críticos⁵⁸ em 2010, com R\$ 435,82 e R\$ 430,51 de renda *per capita*, respectivamente (ver tabelas A3.1 e A3.2).

O aumento na renda *per capita* de Renascença ocorreu de forma concentrada, o que foi apontado pelo aumento no Índice de Gini em 2010. E, enquanto em 2000 havia somente dois municípios considerados críticos nesse indicador (Quedas do Iguaçu e Pinhal de São Bento), em 2010, esse número se elevou para 5: Enéas Marques, Barracão, Chopinzinho, Renascença e Quedas do Iguaçu.

No IDH-M, todos os municípios obtiveram melhora. O único considerado crítico, em 2010, foi Manfrinópolis, condição que já possuía em 2000.

Na área da educação, foi verificada melhora em todos os municípios, exceto em Bela Vista da Caroba, que aumentou, no período, a Taxa de analfabetismo para as faixas etárias com 10 anos ou mais. No ano de 2010, as maiores taxas foram registradas em Manfrinópolis (12,90%), Bela Vista da Caroba (12,79%), Cruzeiro do Iguaçu (11,51%), Santo Antônio do Sudoeste (10,46%) e Quedas do Iguaçu (9,96%); e as menores em Bom Sucesso do Sul, Pato Branco, Vitorino e Francisco Beltrão (ver mapas 60 e 61).

As maiores Taxas brutas de frequência escolar foram registradas em Bom Jesus do Sul, Bela Vista da Caroba, Dois Vizinhos, Itapejara d'Oeste e Pranchita; e as menores taxas em Vitorino (83,16%), Mariópolis (86,54%), Barracão (88,88%), Nova Esperança do Sudoeste (89,45%) e Marmeleiro (90,64%), todos com índices elencados entre os mais críticos do Paraná.

Considerando que os percentuais mais elevados traduzem baixa escolaridade, os municípios com os valores mais elevados de percentual de responsáveis pelo domicílio sem instrução ou com o Ensino Fundamental incompleto, em 2010, são Manfrinópolis (76,4%), Bela Vista da Caroba (74,5%), Flor da Serra do Sul (73,4%), Verê (71,3%) e Salgado Filho (70,6%). Os valores levantados para

⁵⁸ Para melhor compreensão, ver Procedimentos Metodológicos neste estudo.

Manfrinópolis, Bela Vista da Caroba e Flor da Serra do Sul estavam entre os mais críticos do Paraná. Em 2010, os menores índices foram verificados em Pato Branco, Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Ampére e Pranchita.

De outro lado, os percentuais mais elevados, para o mesmo ano, de responsáveis pelo domicílio com escolaridade em nível de Ensino Médio completo e Superior incompleto e completo foram registrados em Pato Branco, Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Pranchita e Chopinzinho. Somente Pato Branco e Francisco Beltrão obtiveram percentuais superiores ao do Estado. Os menores percentuais foram observados em Flor da Serra do Sul (12,74%), Bela Vista da Caroba (12,99%), Verê (13,67%), Manfrinópolis (14,23%) e Nova Esperança do Sudoeste (15,47%). Flor da Serra do Sul, Bela Vista da Caroba e Verê apresentaram percentuais elencados entre os mais críticos do Estado.

Embora em nível estadual tenha aumentado a Esperança de vida ao nascer, 7 municípios dessa espacialidade registraram diminuição nesse indicador em 2010: Salgado Filho, Pranchita, Planalto, Pato Branco, Mariópolis, Coronel Vivida e Capanema, sendo que Planalto foi considerado crítico nesse ano. Dois Vizinhos obteve o maior aumento, passando de 67,9 anos, em 2000, para 76 anos em 2010 (ver mapas 37 e 38). Registra-se que todos os municípios tiveram aumento do Índice de idosos, sendo que o maior aumento ocorreu em Pranchita – de 22,3, em 2000, para 48,8 em 2010 (ver mapas 39 e 40).

Na Taxa de mortalidade infantil, sete municípios obtiveram acréscimo: Bom Jesus do Sul, Coronel Vivida, Marmeleiro, Realeza, Flor da Serra do Sul, Itapejara d'Oeste e Verê, sendo que os quatro primeiros foram considerados críticos em 2010. Com exceção de dois municípios que mantiveram essa taxa em zero (Boa Esperança do Iguaçu e Manfrinópolis), nos demais houve redução (ver mapas 41 e 42).

Quanto aos Óbitos em crianças de 0 a 5 anos de idade por causas evitáveis, 6 municípios apresentaram aumento – Verê, Santo Antônio do Sudoeste, Salto do Lontra, Quedas do Iguaçu, Chopinzinho – e 21 registraram redução. Somente 3 municípios registraram índice zero em 2000 e se mantiveram nessa condição em 2010: Boa Esperança do Iguaçu, Manfrinópolis e Itapejara d'Oeste. Foram 6 os municípios considerados críticos em 2010 com 100% dos Óbitos por causas evitáveis no grupo etário de 0 a 5 anos: Verê, Santo Antônio do Sudoeste, Santa Isabel do Oeste, Salto do Lontra, Bom Jesus do Sul e Ampére (ver mapas 43 e 44).

Sobre a habitação, 17 municípios aumentaram o déficit habitacional relativo: Ampére, Barracão, Chopinzinho, Coronel Vivida, Dois Vizinhos, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Itapejara d'Oeste, Pato Branco, Pranchita, Realeza, Salto do Lontra, Santa Isabel do

Oeste, Santo Antônio do Sudoeste, São João, São Jorge do Oeste e Vitorino. Em números absolutos, além destes, outros 3 também obtiveram aumento: Nova Prata do Iguaçu, Quedas do Iguaçu e Marmeleiro. Francisco Beltrão e Pato Branco foram considerados críticos em déficit habitacional absoluto em 2010 (ver tabelas A3.3 e A3.4).

Entretanto, todos os municípios apontaram redução na proporção da população em domicílios com densidade maior que duas pessoas por dormitório, mas Francisco Beltrão e Pato Branco foram considerados críticos em 2000 e mantiveram essa condição em 2010. Também, 9 municípios apresentaram aumento no percentual de domicílios sem esgotamento sanitário: Barracão, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Enéas Marques, Itapejara d'Oeste, Mariópolis, Nova Esperança do Sudoeste, Renascença e Salgado Filho. Destes, dois foram considerados críticos em 2010, Salgado Filho e Boa Esperança do Iguaçu, ambos com mais de 98%, além de Manfrinópolis que, apesar de ter apresentado declínio no período, registrou, em 2010, 97,93% dos domicílios sem essa infraestrutura, sendo, portanto, também classificado como crítico. Em termos absolutos, os municípios de Dois Vizinhos e Francisco Beltrão mantiveram sua condição crítica em 2000 e em 2010.

4.4.4 Dimensão Ambiental

A Porção Sudoeste encontra-se na bacia do Baixo Iguaçu e está localizada no Terceiro Planalto. Possui dois tipos de remanescentes vegetais, a Floresta Estacional Semidecidual, que ocorre ao longo do rio Iguaçu formando importante corredor de conectividade da biodiversidade, e a Floresta Ombrófila Mista, que se estende na maior parte do território. Entretanto, a intensidade da ocupação agrícola no espaço resultou em grande perda da cobertura nativa, da qual restam apenas 6,37%.

A bacia do Baixo Iguaçu tem como característica natural a maior disponibilidade hídrica superficial do Estado (ver tabela A4.1). Além disso, a extraordinária condição natural do rio Iguaçu, com quedas acentuadas no seu percurso, propiciou a instalação de grandes usinas hidroelétricas – Salto Osório, Salto Caxias, e ainda a instalação de importantes Pequenas Centrais Hidroelétricas nos rios Chopim e Vitorino. Esse fato determina que a pressão de uso deste recurso esteja concentrada na produção de energia hidroelétrica, sendo que a demanda para abastecimento público e para a indústria se dá em percentuais muito baixos.

Com relação ao uso da terra, as áreas com agricultura mista, com atividades de agricultura associadas à pecuária e áreas de mata, estão presentes em 70% da extensão do território, enquanto no restante tem-se a agricultura intensiva consolidada. Com relação à inaptidão natural dos solos, há uma divisão igualitária entre as áreas de solos aptos e inaptos. Áreas com inaptidão por potencial erosivo aparecem concentradas a sudoeste desta Porção, onde os terrenos são bastante dobrados.

A espacialidade não possui muitas Unidades de Conservação, tanto de uso sustentável como de proteção integral, provavelmente por não ter recursos naturais que pudessem justificar a criação delas. Entretanto, deve-se salientar que órgãos internacionais responsáveis pela proteção de recursos naturais, a exemplo do Conselho de Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, recomendam que em distintos recortes territoriais deva-se ter preservado, no mínimo, 10% de sua área em remanescentes vegetais originais ou sua recomposição nessa proporção.

Os municípios que mais usam agrotóxicos por área são adjacentes entre si e encontram-se às margens do rio Iguaçu (ver mapa 52), apresentando valores acima da média do Estado (9,69 kg/ha/ano): Quedas do Iguaçu (17,76 kg/ha/ano), São Jorge do Oeste (12,80 kg/ha/ano), Verê (12,30 kg/ha/ano) e Enéas Marques (12,0 kg/ha/ano). E os municípios com os valores mais elevados de notificações de intoxicação por agrotóxicos em 2011 foram Capanema (334,27 notif./100mil hab.), Boa Esperança do Iguaçu (109,57) e Salgado Filho (69,33), com valores muito superiores à média do Estado (5,17 notif./100mil hab.) (ver tabela A4.2).

Os municípios de São João e Realeza são os únicos dessa porção territorial que destinam seus resíduos sólidos urbanos em aterro controlado, sendo que o restante já possui aterro sanitário. O serviço de coleta de lixo é bastante deficiente em Manfrinópolis, que apresenta 72,72% de seus domicílios sem acesso ao serviço, seguido de Flor da Serra do Sul, com 54,38%, e Bom Sucesso do Sul, com 49,12%. A média desse indicador no espaço (30,00%) é superior à média do Estado (22,03%) (ver tabela A4.2 e mapa 53).

A média de ocorrências de desastres no espaço (16,30) também é superior à média do Estado (11,40), com os municípios de Francisco Beltrão (54), Pato Branco (36) e Santo Antônio do Sudoeste (32) apresentando as maiores quantidades de registros. Quanto à média do número de ocupações irregulares, o espaço apresenta um número (3,61) inferior à média estadual (5,12), com os municípios de Itapejara d'Oeste, Chopinzinho e Santo Antônio do Sudoeste apresentando os maiores números dessas ocupações (16, 12 e 11,

respectivamente). Este último pode ter uma alta vulnerabilidade socioambiental já que, além desses altos valores de ocorrência de assentamentos precários, também estão associados altos valores de registros de desastres naturais.

Da totalidade de seus municípios, 21 (58%) recebem recursos referentes ao ICMS Ecológico. Nessa porção territorial, 7 municípios possuem UC, 10 contêm mananciais de abastecimento e 4 possuem UC e mananciais. Esse espaço apresentou o sexto volume de recursos repassados a título de ICMS Ecológico, totalizando R\$ 12.121.298,44, no ano de 2013. No período 2004-2013, a Porção Sudoeste ampliou em 61,71% o ICMS Ecológico transferido.

Concentrados ao sul e a leste do espaço, Flor da Serra do Sul, Mariópolis e Chopinzinho contêm as maiores áreas de UC e mananciais de abastecimento. O total de ICMS Ecológico repassado a esses três municípios representou 54,50% do total da Porção Sudoeste no ano de 2013. Nesta espacialidade, 80% dos municípios apresentam cobertura vegetal abaixo de 7%.

Destaca-se nessa espacialidade o município Flor da Serra do Sul no que tange ao recebimento do ICMS Ecológico, R\$ 2.027.905,53, em relação ao ICMS recebido, R\$ 163.612,24, no ano de 2013. Os valores do ICMS ecológico repassados ao município devem-se a UC e mananciais de abastecimento público, que atendem as demandas de Francisco Beltrão e, em parte, o município de Salgado Filho.

4.5 PORÇÃO NOROESTE

4.5.1 Dimensão Econômica

No estudo original Os Vários Paranás (IPARDES, 2005), a Porção Noroeste se apresentou como espacialidade de média relevância no desenvolvimento socioeconômico do Paraná, apesar de suas fragilidades de solo, que lhe impôs a busca de alternativas que pudessem impulsionar uma dinâmica econômica própria. O conjunto dos indicadores analisados neste trabalho indica que essa porção territorial prosperou economicamente e conseguiu melhorar o desempenho de seus municípios em grande parte dos indicadores sociais estudados.

Na análise do VAF estadual, apresentou crescimento contínuo ao longo do período analisado, evoluindo de 4,73% do VAF estadual, em 2007, para 5,90% em 2013, colocando-se com quinta espacialidade na agregação do valor adicionado fiscal do Estado (ver tabela A1.1). Em 2007, apresentava três municípios classificados com relevantes – Cianorte, Umuarama e Paranavaí – os mesmos em 2013 (ver tabela A1.2).

O município de Cianorte, que respondia pela maior participação em 2007, registrou crescimento contínuo ao longo da década, evoluindo de 0,46% para 0,73% em 2013, sendo o maior VAF do espaço. Também como relevantes em 2013 aparecem Umuarama, com 0,45% do VAF estadual, e Paranavaí, com 0,43%, ambos também com participações crescentes desde 2007. São estes os municípios que capitaneiam o desenvolvimento econômico da Porção Noroeste.

A análise do VAF por setor econômico aponta que o desempenho observado na análise do VAF estadual é resultado do crescimento contínuo no conjunto dos setores econômicos. Na indústria, a Porção Noroeste registrou 2,88% do VAF da indústria do Paraná e quatro municípios relevantes em 2007 (Cianorte, Paranavaí, Umuarama e Tapejara). Para o ano de 2013, a contribuição dessa espacialidade cresceu para 4,85% e o número de municípios relevantes subiu para 5, com o acréscimo de Pérola àquele grupo. Todos esses municípios tiveram participações crescentes no VAF industrial do Estado desde 2007 (ver tabelas A1.4 e A1.5).

Umuarama, que respondia por 0,25% do VAF da indústria do Estado em 2007, dobrou sua participação até 2013, quando conquistou 0,52% em 2013, o segundo maior da espacialidade. Paranavaí apresentou crescimento menor e evoluiu de 0,31% para 0,41%. Cianorte foi o município com registro do maior VAF industrial do espaço, também com contínuo crescimento ao longo do período, partindo de 0,41%, em 2007, vindo a atingir 0,71% em 2013 – o maior VAF estadual da Porção Noroeste nesse ano.

Além disso, essa porção territorial apresenta um conjunto significativo de municípios em que a principal atividade econômica é a industrial, com valores de VAF neste setor acima de 50% do VAF municipal, a exemplo de Pérola (72,69%), São Carlos do Ivaí (63,92%) e Tapejara (62,99%).

Entre os segmentos industriais, a Indústria alimentar e fabricação de bebidas é a maior geradora de renda industrial da espacialidade, respondendo por 60,35% do faturamento industrial do espaço. Encontra-se mais pulverizada entre os municípios da espacialidade, e os faturamentos mais expressivos foram verificados em Umuarama, Paranavaí, Cianorte, Indianópolis, Tapejara e Cidade Gaúcha, todos superiores a R\$ 1 bilhão no ano de 2013 (ver tabela A1.6) (ver mapa19).

Outro segmento importante para a Porção Noroeste é Fabricação de produtos têxteis e de confecções de artigos do vestuário e acessórios, que totalizou 21,44% do faturamento da indústria de transformação do espaço, contudo, concentrada fundamentalmente nos municípios Pérola e Cianorte. Destaca-se que esta é a espacialidade com registro, em 2013, do maior faturamento do Paraná neste segmento industrial – 38,08% desse indicador (ver mapa 21).

A Indústria de produtos químicos, e de coque, refino de petróleo registrou 10,93% do faturamento da indústria de transformação do Noroeste, gerado fundamentalmente em São Carlos do Ivaí e Terra Rica. Na Indústria extrativa, São Pedro do Paraná responde por 2,25% dos 3,46% do VAF dessa espacialidade neste segmento industrial (ver tabela A1.7).

Na Construção Civil, a Porção Noroeste ampliou participação de 1,48% no VAF estadual do setor, em 2007, para 2,44% em 2013, e os municípios com os registros mais elevados no final do período foram Umuarama, Paranavaí e Cianorte (ver tabelas A1.10 e A1.27).

Com desempenho semelhante, no Comércio essa espacialidade avançou de 3,79% em 2007, para 4,43% do VAF estadual do setor em 2013, com maior geração também em Umuarama, Cianorte e Paranavaí (ver tabela A1.8 e A1.9). Douradina também era relevante no VAF estadual do Comércio em 2007 (0,38%) e deixou de ser em 2013 (0,10%). Cianorte apresentou o maior crescimento ao longo do período, evoluindo de 0,55% para 0,88%. Umuarama responde pelo maior VAF do setor em 2013, com 0,92%.

No setor de Serviços, essa espacialidade apresentou queda de participação no período. Em 2007, representava 3,24% do VAF estadual do setor e 2,76% em 2013, e Umuarama, Cianorte e Paranavaí mantiveram-se como relevantes no período. O decréscimo de participação da espacialidade decorreu da perda de participação de Umuarama e Paranavaí. Entre os relevantes, somente Cianorte registrou crescimento, de 0,38% para 0,42%, e se manteve com o segundo melhor resultado dessa porção territorial (ver tabelas A1.3 e A1.26).

A Porção Noroeste ampliou sua participação no valor de entrada e de saída do Estado. Em 2007, o valor de entrada era de 2,25% do VE estadual e 3,92% em 2013. No valor de saída, essa relação foi de 2,56% e 4,02% (ver tabelas A1.11, A1.12, A1.28 e A1.29). A análise dos dados por origem demonstra que tal crescimento ocorreu pela ampliação das transações com municípios do próprio Estado, tanto nas compras quanto nas vendas no período 2007-2013. Internamente à espacialidade, a origem do próprio Estado ampliou ao longo do período, mantendo-se superior a 70% no valor de entrada e de saída (tabela 17).

TABELA 17 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO VALOR DE ENTRADA E DE SAÍDA, SEGUNDO ORIGENS - PORÇÃO NOROESTE - PARANÁ - 2007/2013

ORIGEM DO VE E DESTINO DO VS	2007		2013	
	Estado	Espacialidade	Estado	Espacialidade
Valor de entrada				
Origem do Estado	2,95	72,53	5,03	80,86
Origem de outros estados	2,09	25,84	2,69	18,33
Origem do exterior	0,82	1,63	0,41	0,82
Valor de saída				
Para o Estado	2,34	71,31	4,59	76,81
Para outros estados	2,18	25,18	2,90	21,38
Para o exterior	1,53	3,51	1,30	1,81

FONTE: SEFA-PR

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

É importante observar que, em termos absolutos, os valores de saída e de entrada em todas as origens ampliaram significativamente nessa espacialidade. Contudo, proporcionalmente, a maior ampliação ocorreu nas origens do próprio Estado. Umuarama e São Carlos do Ivaí são os municípios com maior faturamento oriundo de exportações em 2013, todos com valores superiores a R\$ 100 milhões.

O conjunto de municípios que compõem a Porção Noroeste contribuiu com 10,3% do total do VBP paranaense e ocupou a sexta colocação no *ranking* do VBP total em 2013. Quanto aos segmentos produtivos, em 2007 a produção agrícola respondia por 52,5%, e a produção pecuária alcançava 44,7% do total das atividades agropecuárias (ver tabela A1.15). Em 2013, observou-se que o VBP da atividade pecuária se aproximou da produção agrícola. Enquanto a atividade agrícola foi responsável por 51,7%, a pecuária aumentou sua participação em 47,3% do VBP da Porção Noroeste em 2013. Os principais grupos de produção agropecuária são: Outras culturas de verão (28,2%), Bovinos (19,2%), Aves (19,1%) e Grãos de verão (19,1%). Uma especificidade desse espaço é a produção de frutas, que representava 2,8% do VBP da espacialidade e teve na laranja sua principal atividade (ver tabela A1.16).

Em 2013, o principal grupo de atividade na Porção Noroeste foi Outras culturas de verão, que apresenta duas lavouras de processamento industrial: cana-de-açúcar (51,0%) e mandioca (43,7%). A cana-de-açúcar contribuiu com 14,4% do VBP total da Porção Noroeste e teve registro de cultivo em 56 municípios dessa espacialidade. Os principais produtores de cana-de-açúcar são Rondon, Umuarama e Tapejara, porém 45,2% do VBP desta cultura foi obtido em 10 municípios. Quanto à lavoura de mandioca, a mesma foi encontrada em todos os municípios da Porção Noroeste e alcançou relevância nos municípios de Araruna, Cianorte, Tuneiras do Oeste e Paranavaí (ver tabela A1.17).

Uma característica a ser destacada é que três grupos de atividades alcançaram 19% do VBP dessa espacialidade em 2013: bovinos, aves e grãos de verão. Esta distribuição equitativa entre os grupos de atividades revela que a Porção Noroeste é diversificada quanto aos empreendimentos agropecuários, dadas as características distintas de produção de cada grupo em particular.

No tocante à produção agrícola, o grupo Grãos de verão também tem nas lavouras de soja e milho as principais atividades: soja (65,6%), milho (25,9%). Cabe lembrar que essa porção territorial tem limitações quanto ao uso do solo para o cultivo de lavouras temporárias, o que contribui para que a lavoura de soja represente apenas 12,5% do VBP do espaço.

Quanto ao mercado de trabalho, a Porção Noroeste se destacou no primeiro estudo Os Vários Paranás pela evolução positiva e contínua, alicerçada em postos de trabalho ligados especialmente à indústria alimentar e à indústria têxtil. O estudo que ora se desenvolve apontou que esse comportamento se manteve no período 2003-2013, com o acréscimo no número de postos de trabalho formais em, aproximadamente, 80%; portanto, acima da média estadual. Umuarama, Cianorte e Paranavaí permaneceram como polos regionais e relevantes na geração do emprego formal em 2013 (ver tabela A1.25).

Em termos absolutos, o setor industrial foi o maior responsável por esse resultado, de modo que a participação dessa porção territorial no emprego formal estadual da Indústria saltou de 7,64% para 9,96%, com a geração de mais de 39 mil novos postos de trabalho. Esse acréscimo representou 113% em relação à base original de 2003, que era de 34.663 postos de trabalho. O número de municípios relevantes nesse indicador aumentou significativamente, de 8 para 14. Eram Cianorte, Umuarama, Paranavaí, Tapejara, Ivaté, Terra Boa, Altônia e Araruna em 2003, somando-se a esse grupo Rondon, Cidade Gaúcha, Terra Rica, Loanda, São Tomé e Pérola em 2013. Cianorte é o maior gerador de empregos industriais do espaço, e possui 45,63% dos postos de trabalho formais do município neste setor econômico.

A Porção Noroeste mais que dobrou o número de postos de trabalho na Construção Civil ao longo da série analisada, acréscimo que se concentrou em Paranavaí, Umuarama e Cianorte, classificados como relevantes em 2003 e 2013.

No setor Comércio, o aumento dos postos de trabalho foi da ordem de 90% entre 2003 e 2013, e a participação desse espaço econômico relevante foi ampliada de 5,31% para 5,60% do emprego estadual do Comércio, enquanto os municípios relevantes permaneceram os mesmos: Umuarama, Paranavaí, Cianorte e Goioerê.

Nessa espacialidade, Umuarama e Paranavaí foram os municípios que apresentaram as maiores participações no emprego estadual no setor Serviços em 2013, com 0,77% e 0,50%, respectivamente. Outro município classificado como relevante nesse indicador, em 2013, foi Cianorte, com 0,45% do emprego estadual do setor. Oito municípios apresentaram mais da metade do emprego municipal no setor Serviços: Porto Rico, Brasilândia do Sul, Itaúna do Sul, Diamante do Norte, Santo Antônio do Caiuá, São João do Caiuá, Mariluz e Marilena. E em todos eles o vínculo empregatício é em mais de 60% com a administração pública. Com mais de 90% de emprego público no total de postos de trabalho municipais, em 2013, eram: Mirador, São Manoel do Paraná, Nova Aliança do Ivaí, Cafezal do Sul, Esperança Nova, Alto Paraíso, Guaporema e Santo Antônio do Caiuá. Observa-se a dependência do poder público desse grupo na geração de empregos e na renda municipal.

Na Agropecuária, esse espaço teve participação estadual importante no número de postos de trabalho, embora tenha apresentado leve declínio de participação entre 2003 (14,37%) e 2013 (13,56%). Possuía 15 municípios relevantes em 2003 e 14 em 2013. Mirador, Jussara, Paraíso do Norte, Cruzeiro do Sul, Santo Antônio do Caiuá, Guairaça e Santa Mônica registraram mais de 30% do total dos postos de trabalho formais municipais neste setor econômico.

Ainda que venha se destacando como gerador de emprego, os postos de trabalho gerados, em sua maioria, se caracterizam por baixa e média qualificação, como demonstram os dados de remuneração e escolaridade de empregos registrados na RAIS. O Noroeste possuía, em 2013, 10,96% de força de trabalho classificada como analfabeta e 20,10% com o Ensino Fundamental incompleto. Nessas duas faixas, essa porção territorial ficou com participações acima da média estadual. Nas faixas de escolaridade mais elevadas, à exceção do Ensino Médio incompleto e completo, apresentou participações inferiores à média estadual (ver tabela A1.23). O mesmo fenômeno se reproduziu nas faixas de remuneração mais baixas, em que a espacialidade apresentou participações superiores à média estadual, e inferiores nas faixas de remuneração mais elevadas (ver tabela A1.24).

Refletindo o avanço no mercado de trabalho, houve aumento nas taxas de ocupação do conjunto dos municípios desse espaço econômico relevante, à exceção de Brasilândia do Sul (decréscimo de 2,69%). Cinco municípios tiveram acréscimos acima de 10%: Alto Paraíso, São Tomé, Terra Rica, Itaúna do Sul e Goioerê. Os três primeiros apresentaram taxas inferiores à média do Estado em 2003 e saíram dessa condição em 2013. Os outros dois registraram taxas menores que a do Estado nos dois períodos. Embora tenham ampliado suas taxas de ocupação em mais de 5%, Paranavaí e Umuarama apresentaram taxas inferiores à média estadual em 2013, e Cianorte taxas superiores em 2003 e 2013 (ver tabela A1.20).

Chama a atenção o fato de que, em termos absolutos, Cianorte (12.129) teve o maior acréscimo de População Economicamente Ativa entre 2000 e 2010, superando municípios mais populosos do espaço, como Umuarama (8.745) e Paranavaí (43.835). No entanto, foi Cidade Gaúcha que registrou o maior acréscimo dessa faixa de população (41,0%) no período e, mesmo tendo ampliado sua taxa de ocupação em mais de 6%, ficou com taxa mais baixa que a estadual em 2013. Por outro lado, o município de Alto Paraíso se destacou por ter perdido quase um terço de sua PEA, registrando queda de 32,8% em 2010 (ver tabela A1.19).

4.5.2 Infraestrutura Técnico-Científica

A análise da infraestrutura técnico-científica realizada no estudo anterior apontou que a Porção Noroeste participava com pouco mais de 5% no total da infraestrutura do Estado. Paranavaí e Umuarama apareciam como municípios com maior representatividade, principalmente em relação à presença de IES. Entre elas, destacou-se a UNIPAR, com *campi* espalhados em municípios desse espaço e em mais outras duas espacialidades.⁵⁹ Verificou-se, também, a presença de cooperativas agropecuárias, enquanto os cursos técnicos possuíam pouca expressão nesse espaço.

⁵⁹ No Terceiro Espaço e no Sudoeste.

No levantamento atual, a região passou a responder por 6,35% do total dos ativos do Estado, sendo as IES as principais responsáveis por esse incremento (ver tabela A2.2). Paranavaí e Umuarama continuaram se sobressaindo, principalmente com a instalação de novas IES.⁶⁰ reforçando a concentração da infraestrutura técnico-científica. Destaca-se, também, a instalação de uma incubadora em Umuarama⁶¹ (ver tabela A2.3).

Em 2003, oito municípios respondiam pela infraestrutura técnico-científica do espaço. Em 2015, mais dois municípios (Cruzeiro do Oeste e Paraíso do Norte) passaram a incorporar essa relação, ambos com uma IES cada (quadro 8).

Estudos complementares demonstraram que as cooperativas agropecuárias tiveram expressivo aumento na espacialidade, tanto em números absolutos como na participação no total do Estado: de 13 cooperativas (sede ou unidades), em 2003, passaram a 41 em 2015, representando 8,61% e 11,65%, respectivamente, em cada ano (ver tabela A2.5).

Já, os cursos técnicos, apesar de em números absolutos terem crescido significativamente, em termos relativos diminuíram sua participação em relação ao total do Paraná. Respondiam por 6,34% dos cursos no Paraná, em 2003, e passaram a responder por 4,70% em 2014 (ver tabela A2.4).

A Porção Noroeste foi a espacialidade que obteve a maior taxa de crescimento da infraestrutura técnico-científica do Estado, avançando uma posição em relação a 2005, superando, assim, a porção do Norte Pioneiro, em 2015.

⁶⁰ O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR) instalou *campi* com ofertas de curso superior em Paranavaí e Umuarama.

⁶¹ Incubadora tecnológica da Região de Entre Rios (INTEC Entre Rios) - parceria da Associação Comercial Industrial e Agrícola de Umuarama (ACIU) com a Universidade Estadual de Maringá (UEM) *campus* Umuarama, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Prefeitura de Umuarama e Sindicato Patronal Rural.

QUADRO 8 - TOTAL DA INFRAESTRUTURA TÉCNICO-CIENTÍFICA, SEGUNDO MUNICÍPIOS - PORÇÃO NOROESTE - PARANÁ - 2003 E 2015

2003		2015	
Município	N.º infraestrutura	Município	N.º infraestrutura
Paranavaí	4	Umuarama	7
Umuarama	4	Paranavaí	6
Cianorte	2	Goioerê	3
Loanda	1	Cianorte	2
Cidade Gaúcha	1	Cidade Gaúcha	1
Diamante do Norte	1	Cruzeiro do Oeste	1
Goioerê	1	Diamante do Norte	1
Porto Rico	1	Loanda	1
Xambrê	1	Paraíso do Norte	1
		Xambrê	1
TOTAL	16	TOTAL	24

FONTES: SICAP-MP; APROTEC; REPARTE; TECPAR; INMETRO, SETI, MEC/INEP/DEED

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

4.5.3 Dimensão Social

O desempenho positivo da Porção Noroeste nos indicadores econômicos foi acompanhado de melhoria na maior parte dos indicadores sociais em quase todos os municípios. Do conjunto de 62 municípios dessa espacialidade, 32 (51,6%) não apresentaram qualquer registro de situação crítica,⁶² em 2010, nos 15 indicadores sociais relativos analisados: Alto Paraíso, Alto Piquiri, Altônia, Cianorte, Cidade Gaúcha, Cruzeiro do Oeste, Douradina, Goioerê, Guairaçá, Icaraíma, Indianópolis, Ivaté, Japurá, Jussara, Loanda, Maria Helena, Marilena, Nova Londrina, Nova Olímpia, Paraíso do Norte, Paranavaí, Pérola, Planaltina do Paraná, Porto Rico, Querência do Norte, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica, Tapejara, Terra Rica, Tuneiras do Oeste, Umuarama e Xambrê (ver mapas 8 e 9) (ver tabela A3.2).

⁶² Para melhor compreensão, ver Procedimentos Metodológicos neste estudo.

Entretanto, a análise de números absolutos aponta situações críticas nos indicadores déficit habitacional, domicílios sem esgotamento sanitário e com densidade maior que duas pessoas por dormitório em Umuarama, Cianorte e Paranavaí, em 2000 e em 2010 – destaca-se que são os municípios que mais recebem população no Noroeste do Estado (ver tabelas A3.3 e A3.4). Ainda, em domicílios sem esgotamento sanitário, Altônia também se inseriu entre os críticos em 2010. E, no déficit habitacional relativo, três municípios estão entre os críticos: Esperança Nova, Guaporema e Perobal, com taxas de 17,20%, 14,10% e 16,80%, respectivamente (mapas 66, 67, 68, 69, 70 e 71).

Todos os municípios apresentaram diminuição no percentual de volume de população em domicílios com densidade maior do que duas pessoas por dormitório. Todavia, 18 aumentaram o percentual de domicílios sem esgotamento sanitário, sendo 9 considerados críticos em 2010: Brasilândia do Sul, Cafezal do Sul, Cruzeiro do Sul, Francisco Alves, Guaporema, São Jorge do Patrocínio, São Pedro do Paraná, São Tomé e Tamboara – todos com mais de 98% de seus domicílios sem esgotamento sanitário.

Entre os que possuíam algum registro em situação crítica em 2000, 23 municípios diminuíram o número de ocorrências, especialmente Mariluz (de cinco para duas ocorrências, entre 2000 e 2010) e Santa Mônica (de três para zero) – ver tabela A3.2. Com decréscimos de duas ocorrências encontram-se Cafezal do Sul, Maria Helena, Tuneiras do Oeste, Querência do Norte, Planaltina do Paraná e Alto Paraíso.

Entre os críticos em 2000 que mantiveram essa condição em 2010, com o mesmo número de ocorrências, são 9 municípios: Amaporã e Esperança Nova, com duas ocorrências, e Cruzeiro do Sul, Moreira Sales, Santa Cruz de Monte Castelo, Santo Antônio do Caiuá, São Carlos do Ivaí, Tamboara e Tapira, com uma ocorrência.

Porém, 16 municípios ampliaram o número de ocorrências no período em análise: Alto Paraná, Araruna, Diamante do Norte, Francisco Alves, Guaporema, Iporã, Nova Aliança do Ivaí, Peabiru, Perobal, Rondon, São João do Caiuá, São Jorge do Patrocínio, São Manoel do Paraná, São Pedro do Paraná, São Tomé e Terra Boa. Destaca-se que Francisco Alves e São Jorge do Patrocínio não possuíam qualquer incidência de situação crítica em 2000 e registraram, respectivamente, 5 e 4 incidências em 2010, colocando-se como os municípios que possuem as piores condições sociais da espacialidade.

Francisco Alves registrou ocorrência entre os municípios mais críticos do Paraná, em 2010, nos seguintes indicadores: Óbitos de 0 a 5 anos por causas evitáveis, Taxa de mortalidade infantil, Esperança de vida ao nascer, Taxa de analfabetismo e Percentual de domicílios sem esgotamento sanitário. São Jorge do Patrocínio registrou ocorrências em Óbitos de 0 a 5 anos por causas evitáveis; Anos de estudo do responsável pelo domicílio nas duas faixas de escolaridade – Sem instrução e Ensino Fundamental incompleto, e Ensino Médio e Ensino Superior incompleto e completo; e Percentual de domicílios sem esgotamento sanitário. Acrescenta-se que São Manoel do Paraná aumentou a Taxa de analfabetismo.

Em educação, no ano de 2010, os municípios da Porção Noroeste com as maiores Taxas bruta de frequência escolar foram Cruzeiro do Oeste, Altônia, Japurá, Araruna e São Manoel do Paraná. As menores taxas para esse indicador foram verificadas em Itaúna do Sul (79,53%), Mirador (85,15%), São João do Caiuá (87,87%), Nova Aliança do Ivaí (88,17%) e Alto Paraná (90,28%), todos com índices elencados entre os mais críticos do Paraná e que agravaram a situação nesse indicador ao longo do período analisado.

As maiores taxas de analfabetismo foram registradas em Itaúna do Sul (17,41%), Mariluz (15,67%), Francisco Alves (14,47%), Moreira Sales (14,38%) e Brasilândia do Sul (14,16%). À exceção de Brasilândia do Sul, os demais apresentavam percentuais que se encontravam entre os mais críticos do Estado. As menores taxas, ou seja, as melhores situações, foram levantadas em Cianorte (5,14%) e Umuarama (5,78%), únicos municípios da espacialidade com taxas inferiores à média do Estado (ver mapas 64 e 67).

Os municípios com os valores mais altos de responsáveis pelo domicílio com nível de escolaridade Sem instrução ou com o Ensino Fundamental incompleto, em 2010, que denunciam baixa escolaridade, foram levantados em São Jorge do Patrocínio, Itaúna do Sul, Marilena, São Carlos do Ivaí e Icaraíma. Ainda nesse ano, os menores índices, foram levantados em Umuarama, Paranavaí, Cianorte, Ivaté e Porto Rico.

Com o nível de escolaridade Ensino Médio e Ensino Superior incompleto e completo, os municípios que apresentavam os percentuais mais elevados, em 2010, foram Umuarama, Paranavaí, Cianorte, Diamante do Norte e Nova Londrina. Somente Umuarama e Paranavaí obtiveram índices superiores à média estadual. Os menores índices foram levantados em São Jorge do Patrocínio, Itaúna do Sul, Maria Helena, Marilena e Alto Paraíso.

As situações que merecem mais atenção, do ponto de vista da educação, são os municípios que apresentaram índices entre os mais críticos do Paraná em vários indicadores, como Itaúna do Sul (Taxa de analfabetismo e Anos de estudo do responsável pelo domicílio/ Ensino Médio e Ensino Superior incompleto e completo e Taxa bruta de frequência escolar) e São Jorge do Patrocínio (Anos de estudo do responsável pelo domicílio nas modalidades: Sem instrução e Ensino Fundamental incompleto e completo, e Ensino Médio e Ensino Superior incompleto e completo). Outros também registraram percentuais entre os mais críticos do Paraná em ao menos um indicador educacional: Alto Paraná, Nova Aliança do Ivaí, São João do Caiuá, Mirador (Taxa bruta de frequência escolar); Mariluz, Francisco Alves e Moreira Sales (Taxa de analfabetismo).

Além disso, 14 municípios aumentam a Taxa de mortalidade infantil: Tapejara, São Jorge do Patrocínio, São João do Caiuá, Santo Antônio do Caiuá, Santa Cruz do Monte Castelo, Perobal, Paraíso do Norte, Ivaté, Indianópolis, Icaraíma, Francisco Alves, Araruna, Altônia e Alto Piquiri. Os municípios de Francisco Alves e Santo Antônio do Caiuá foram considerados críticos em 2010 (ver mapas 41 e 42).

Nos Óbitos de crianças com 0 a 5 anos de idade por causas evitáveis, 19 municípios apresentaram aumento: Terra Boa, Tapejara, São Tomé, São Manoel do Paraná, São Jorge do Patrocínio, São João do Caiuá, São Carlos do Ivaí, Santa Cruz do Monte Castelo, Rondon, Pérola, Paranavaí, Paraíso do Norte, Iporã, Goioerê, Francisco Alves, Diamante do Norte, Araruna, Altônia e Alto Paraná. Outros quatro mantiveram a proporção de Óbitos por causas evitáveis que tinham em 2000, sendo que Tapira, Esperança Nova e Amaporã em 100% e Moreira Sales em 50%. Outros 10 municípios não registraram óbito nessa faixa etária em 2010: São Pedro do Paraná, Porto Rico, Planaltina do Paraná, Perobal, Nova Aliança do Ivaí, Mirador, Marilena, Indianópolis, Guaporema e Guairaçá (ver mapas 43 e 44).

Com exceção de Cianorte e Tamboara, onde a Esperança de vida ao nascer caiu ligeiramente entre 2000 e 2010, de 75,9 para 75,5, e de 76,5 para 76,1, respectivamente, todos os demais municípios apresentaram aumento neste indicador, sendo que o maior foi verificado em Santa Cruz do Monte Castelo, que passou de 64,0 para 74,8 (ver mapas 37 e 38).

Também, todos os municípios apresentaram aumento no Índice de idosos, sendo o menor em Amaporã, que passou de 20,2 em 2000, para 26,24 em 2010, mesmo assim, inserindo-se entre os 10% piores do Paraná neste indicador, e São Jorge do Patrocínio, que subiu de 28,1 para 62,73 no período, registrando o maior aumento (ver mapas 39 e 40).

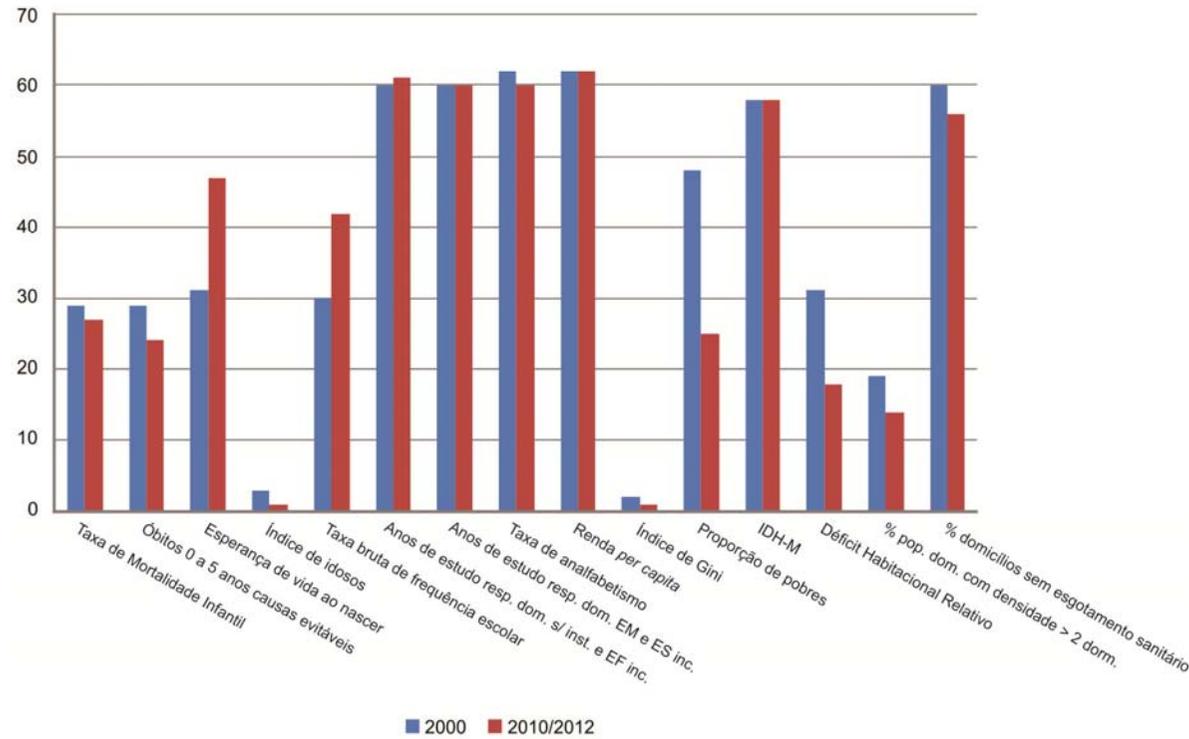
Quanto à renda, todos os municípios apresentaram aumento da Renda *per capita*. A menor variação ocorreu em Alto Piquiri, que passou de R\$ 466,19 em 2000, para R\$ 515,07 em 2010; e a maior variação em São Manoel do Paraná, que passou de R\$ 338,99 em 2000, para R\$ 710,62 em 2010. Conseqüentemente, todos os municípios tiveram decréscimo na proporção e número absoluto de pobres, sendo o maior decréscimo verificado em São Jorge do Patrocínio, que passou de 35,05%, em 2000, para 2,17%, em 2010, resultado de uma redução absoluta de 2.179 pessoas pobres (ver tabelas A3.3 e A3.4).

A análise do Índice de Gini aponta que o aumento do rendimento não ocorreu de forma concentrada, como em outras espacialidades. Com exceção de três municípios que apresentaram aumento nesse índice (Alto Paraíso, Jussara e Santa Mônica), os demais apresentaram diminuição nesse indicador. Mesmo assim, em 2010, Peabiru apresentou índice acima da média do Paraná e nenhum município foi considerado crítico (ver mapas 45 e 46).

O IDH-M contabilizou essa melhora, visto que todos os municípios apresentaram aumento nesse índice. Com exceção de Cianorte, Nova Londrina, Paranavaí e Umuarama, que tiveram índice igual ou superior ao do Estado, os demais apresentaram IDH-M inferior ao do Paraná. O único município que apareceu como crítico em 2010 foi Mariluz (ver mapas 35 e 36).

Comparativamente à média estadual, os municípios tiveram desempenho diferenciado conforme a área social, sendo que foi em condições de moradia que o desempenho melhorou no conjunto dos indicadores analisados dessa área, o que também distingue essa espacialidade das demais (gráfico 8).

GRÁFICO 8 - NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA PORÇÃO NOROESTE COM INDICADORES PIORES QUE A MÉDIA DO ESTADO - PARANÁ - 2000 E 2010/2012



FONTES: IPARDES
 NOTA: Esse espaço agrega 62 municípios.

4.5.4 Dimensão Ambiental

A Porção Noroeste está situada no Terceiro Planalto Paranaense, sendo formada integralmente pelas bacias Paraná 1 e 2, Paranapanema 4, Baixo Ivaí e uma pequena parte da bacia do Piquiri. Situada no bioma da Floresta Pluvial, apresenta altas taxas de degradação ambiental, consequência direta do intenso desmatamento, inclusive das matas ciliares, restando cerca de 7,7% de cobertura

vegetal remanescente. Ao longo do rio Paraná, estão presentes as áreas de planícies de inundação, compondo juntamente com a Mata Pluvial de Várzea, um dos últimos remanescentes do ecossistema de várzea do rio Paraná, e constituindo importante corredor biológico de conexão com a fauna do Parque Nacional do Iguaçu.

Associada à situação de ausência de matas nativas, tem-se a presença de grande extensão de solos arenosos de origem coluvial, da formação Arenito Caiuá, com alto potencial erosivo, o que confere à região posição de alta vulnerabilidade ambiental. Esta porção encontra-se atualmente recuperada, em grande medida, de seus problemas de erosão dos solos, ocasionados por práticas agrícolas inadequadas para este tipo de solo e relevo. As várzeas do rio Iguaçu, que são Áreas de Preservação Permanente, estão ocupadas em grandes extensões com o plantio de arroz.

Seu potencial hídrico é alto, posicionando-se entre um dos espaços com maior contribuição hídrica do Paraná, sendo que nesta porção a atividade agrícola é responsável por um percentual significativo da demanda hídrica total das bacias (ver tabela A4.1).

Na Ilha Grande e nas margens do rio Paraná ocorrem solos com inaptidão natural causada por excesso hídrico, enquanto os solos oriundos do Arenito Caiuá apresentam inaptidão causada por potencial erosivo, ocorrendo principalmente nas calhas dos rios da região. Apesar disso, cerca de 40% desta Porção tem boa aptidão natural dos solos para atividades agrossilvopastoris. Com relação ao uso da terra, áreas de pastagens associadas às lavouras de mandioca e cana-de-açúcar ocorrem em cerca de 80% do território e, com menor proporção, tem-se áreas com atividades agrícolas intensas e consolidadas de grãos, em parcelas com áreas superiores a 50 ha que se localizam, principalmente, às margens do Baixo Ivaí.

As planícies de inundações do rio Paraná estão protegidas por duas grandes Unidades de Conservação: APA das Ilhas e Várzeas do rio Paraná e Parque Nacional de Ilha Grande, embora sofram pressão de ocupação, especialmente pelo cultivo de arroz e pecuária. Na parte sudeste da porção encontra-se a Reserva Biológica das Perobas, que é de administração federal e protege considerável área de remanescentes da Floresta Pluvial.

Em relação aos indicadores ambientais, verifica-se que a média de uso de agrotóxicos por área nessa porção territorial (10,81 kg/ha/ano) é mais alta que a do Estado (9,69 kg/ha/ano), mas bem próxima. Os maiores valores por município são bem superiores a

essas médias e foram registrados em Paranavaí (45,91 kg/ha/ano), Alto Paraná (27,09 kg/ha/ano), Brasilândia do Sul (22,29 kg/ha/ano) e Iporã (20,11 kg/ha/ano) (ver tabela A4.2) (ver mapa 52). Os últimos três municípios encontram-se margeando o rio Piquiri e, segundo a SEAB/DERAL, apresentaram aumento significativo no VBP da soja e de hortaliças entre os anos de 2007 e 2013. Tais culturas usam quantidades significativas de agrotóxicos em sua produção.

Os municípios que apresentaram taxas altas de intoxicação por agrotóxicos, bem acima da média do Estado (5,17 notif./100mil hab.), foram São Jorge do Patrocínio (216,71), Santa Mônica (194,44) e Maria Helena (151,95).

Dos 62 municípios desse espaço sete ainda fazem descarte de seus resíduos sólidos urbanos em lixões, sendo que a média de domicílios que não tem acesso à coleta de lixo chega a 16,56%, abaixo da média do Estado (22,03%). Os municípios que apresentam maiores valores para esse indicador são: Tapira (34,13%), Querência do Norte (31,33%) e São Pedro do Paraná (31,29%) (ver mapa 53).

No que se refere à vulnerabilidade socioambiental, as médias dos valores de ocorrências de desastres (8,68) e ocupações irregulares (1,55) se apresentam bem mais baixas que as médias do Estado (11,40 e 5,12, respectivamente). Os municípios com maior ocorrência de desastres são Umuarama (35), Querência do Norte (32) e Paranavaí (30), e com maior número de ocupações irregulares são Umuarama (18), Cianorte (13) e Paranavaí (7). Mesmo com as médias baixas, pode-se perceber que os municípios de Umuarama e Paranavaí apresentam esses dois indicadores em valores elevados no espaço, sugerindo a possibilidade de alta vulnerabilidade socioambiental.

O município de Querência do Norte deve ser destacado na Porção Noroeste por ter quatro indicadores com valores que lhe conferem passivos ambientais: notificações de intoxicação por agrotóxicos, ocorrências de desastres, lixão e falta de coleta de lixo.

Da totalidade, 35 municípios dessa espacialidade (56%) recebem recursos referentes ao ICMS Ecológico. Destes, 27 municípios contêm UC, 2 municípios contêm mananciais de abastecimento e 6 possuem UC e mananciais. A Porção Noroeste apresentou, em 2013, o terceiro maior volume de recursos do Estado repassado a título de ICMS Ecológico, e no período 2004-2013 obteve acréscimo de 59,82% no montante total recebido. Os municípios com as maiores arrecadações são São Jorge do Patrocínio, Alto Paraíso e Altônia, que respondem por 52% do total do ICMS Ecológico recebido pela espacialidade.

A Porção Noroeste reduziu o número de municípios que contêm UC no período 2004-2013, passando de 29 para 27. No contraponto, o número de municípios com mananciais de abastecimento passou de 1 para 2, e de 5 para 6 os municípios que contêm UC e mananciais. Nessa espacialidade, 82% dos municípios apresentam cobertura vegetal abaixo de 7%, a maior concentração no Estado.

4.6 ESPAÇO ESPECIALIZADO DO CENTRO-ORIENTAL

4.6.1 Dimensão Econômica

Em 2005, o estudo Os Vários Paranás identificou um espaço econômico com reduzida capacidade de diversificação englobando um conjunto de municípios entre o Primeiro e o Segundo Espaço Econômico Relevante, com atividade econômica voltada ao complexo madeira, papel e papelão. Em razão disso, foi denominado Espaço Especializado do Centro-Oriental. Passados dez anos, esse espaço mantém sua característica de especialização setorial, com 89,89% do faturamento da indústria de transformação de 2013, gerados pela indústria de produtos da madeira, fabricação de móveis, papel e celulose, concentrados por empresas de Telêmaco Borba, Jaguariaíva e Arapoti, que respondiam por 22,78% do faturamento estadual desse conjunto de atividades (ver tabela A1.6). Cabe chamar a atenção que essa espacialidade é composta por apenas nove municípios.

Em relação ao VAF estadual, o Espaço Especializado Centro-Oriental se manteve praticamente estável no período, registrando 2,64% em 2007 e 2,58% em 2013 (ver tabela A1.1). No entanto, reduziu o número de municípios relevantes de 4 para 3, com a saída de Piraí do Sul, permanecendo apenas Telêmaco Borba, Jaguariaíva e Arapoti (ver tabela A1.2).

No VAF industrial, essa espacialidade aumentou sua participação de 2,92%, em 2007, para 3,43% em 2013, passando a ser a quinta espacialidade nesse indicador (ver tabela A1.4). Telêmaco Borba continua respondendo pelo melhor desempenho municipal da espacialidade nesse indicador, com 2,23% de participação em 2013, sendo o setor industrial responsável por 68,85% do VAF municipal.

Outro município com elevada participação neste setor é Jaguariaíva, com 53,30% do VAF municipal gerado pela indústria. Na Indústria extrativa, Figueira é responsável por 2,65% do VAF estadual desse segmento industrial (ver tabela A1.5).

No VAF de Serviços, o Espaço Especializado do Centro-Oriental perdeu participação – em 2007 representava de 1,60% do VAF estadual do setor, enquanto que, em 2013, representou apenas 1,17% (ver tabela A1.26). Telêmaco Borba e Jaguariaíva eram relevantes em 2007, respectivamente com 0,55% e 0,42%; em 2013, somente Telêmaco Borba se manteve nessa condição, mas com declínio de participação (0,48%) (ver tabela A1.3). O mesmo ocorreu no Comércio, onde participava com 1,01% em 2007 e diminuiu sua participação para 0,87% em 2013, e somente Telêmaco Borba se manteve como relevante em ambos os períodos, também com participação declinante (0,34% para 0,25%) (ver tabelas A1.8 e A1.9). Na Construção Civil, esse espaço evoluiu de 0,28%, em 2007, para 0,87% em 2013, vindo a ter como relevantes, no final da série, Telêmaco Borba (0,49% do VAF setorial do Estado) e Arapoti (0,33%) (ver tabelas A1.10 e A1.27).

No valor de entrada e de saída, essa espacialidade se diferencia das demais do Estado por apresentar as maiores proporções de transações econômicas com origem em outros estados e no exterior. Quanto às vendas (valor de saída), o principal destino continua sendo o próprio Estado, mas as exportações têm apresentado ganho de participação. Essa espacialidade é a que apresenta maior proporção de vendas para o exterior em 2013, com 20,57% do valor de saída com destino ao exterior. Com origem do Estado, apresentou 0,97% do VE do Estado e 1,24% do VS (ver tabelas A1.11, A1.12, A1.28 e A1.29).

As compras (valor de entrada) dessa espacialidade com origem no próprio Estado tiveram elevação de 54,14% em 2007 para 72,13% em 2013, em detrimento das demais origens (tabela 18).

TABELA 18 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO VALOR DE ENTRADA E DE SAÍDA, SEGUNDO ORIGENS - ESPAÇO ESPECIALIZADO CENTRO-ORIENTAL - PARANÁ - 2007/2013

ORIGEM DO VE E DESTINO DO VS	ESTADO (%)		ESPACIALIDADE (%)	
	2007	2013	2007	2013
Valor de entrada				
Origem do Estado	1,13	1,08	54,14	72,13
Origem de outros estados	1,46	0,78	35,42	22,11
Origem do exterior	2,69	0,70	10,45	5,76
Valor de saída				
Para o Estado	0,78	0,89	47,65	47,09
Para outros estados	1,51	1,38	34,81	32,35
Para o exterior	3,82	4,65	17,54	20,57

FONTE: SEFA-PR

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Os municípios que compõem o Espaço Especializado do Centro-Oriental participaram com apenas 3,3% do total do Valor Bruto da Produção Agropecuária em 2013 e ocuparam a penúltima colocação no *ranking* estadual nesse indicador. Quanto aos segmentos produtivos, ao longo da década, houve redução do VBP das atividades florestais e crescimento do VBP das atividades de pecuária. A participação da produção florestal no VBP total da espacialidade passou de 35,1%, em 2007, para 20,1% em 2013; em contrapartida, a participação da produção pecuária passou de 33,5%, em 2007, para 40,1% em 2013. A participação da produção agrícola no VBP apresentou crescimento, passando de 31,4%, em 2007, para 39,8% em 2013 (ver tabela A1.15).

Nesse espaço econômico relevante, dois grupos de atividades foram responsáveis pela metade do VBP em 2013: Grãos de verão (29,2%) e Madeiráveis (20,0%) (ver tabela A1.16). A produção de grãos de verão inclui soja (69,3%), milho (16,7%) e feijão (13,6%). A lavoura de soja corresponde a 20,3% do VBP da espacialidade. Cabe observar que duas atividades econômicas correspondem a 90,0%

do grupo Madeiráveis: Serraria e Laminadora (57,1%) e Papel e Celulose (33,0%). Os principais municípios produtores são Telêmaco Borba, Curiúva e Jaguariaíva (ver tabela A1.17).

Entretanto, ao se analisarem os dados do VBP sob o ponto de vista dos segmentos produtivos, a espacialidade se destaca pela produção animal, que contribui com 40,0% do VBP total em 2013 e se apresenta diversificada: suínos (12,0%), aves (10,7%), bovinos (6,8%) e produção pecuária comercial (6,6%).

O Espaço Especializado do Centro-Oriental foi o que apresentou o menor crescimento de empregos formais comparativamente aos outros espaços econômicos relevantes no período 2003-2013, na ordem de 30% (lembrando que a média estadual foi de 70%). Isto se explica pela característica das atividades econômicas que predominam na espacialidade, de pouca absorção de força de trabalho. Os setores econômicos com melhores resultados foram o Comércio, com acréscimos de postos de trabalho de 65%, aproximadamente, e Serviços, com 33%. Por conseguinte, reduziu sua participação no número de postos de trabalho estaduais do Comércio, de 1,61%, em 2003, para 1,46% em 2013; e diminuiu no setor Serviços, de 1,42% para 1,20%. Telêmaco Borba foi o único município considerado relevante nos dois setores e nos dois períodos em análise (ver tabelas A1.25).

Também registrou queda de participação estadual nos demais setores econômicos: na Indústria, de 3,04% para 2,15%; na Construção Civil, de 2,02% para 0,67%; e na Agropecuária, de 5,42% para 4,64%.

Os municípios de Telêmaco Borba, Sengés, Jaguariaíva e Ventania foram classificados como relevantes no emprego industrial, em 2003, e Ventania deixou essa classificação em 2013. Sengés e Figueira registraram mais de 40% do emprego municipal no setor industrial. Telêmaco Borba foi também considerado relevante na geração de empregos na construção civil, e Arapoti, Jaguariaíva, Piraí do Sul, Ibaiti, Sengés e Ventania na agropecuária, silvicultura, extração vegetal e pesca.

Internamente à espacialidade, em 2013, 20,10% dos postos de trabalho foram registrados com Ensino Fundamental incompleto e 0,50% como analfabetos; 18,09% com Ensino Fundamental completo; 44,97% com o Ensino Médio completo (a média estadual é de 44,11%); e 10,68% com Ensino Superior completo (a média estadual é de 17,60%) (ver tabela A1.23.). Ou seja, os níveis de escolaridade

da força de trabalho desse espaço econômico estão abaixo da média estadual. Em relação à remuneração, 4,63% de sua força de trabalho recebia até 1 salário mínimo em 2013; 74,42% de 1 a 3 salários mínimos, e 12,65% de 3,01% a 5,00% (ver tabela A1.24).

Em relação à População Economicamente Ativa, Telêmaco Borba apresentou acréscimo de 7.242 pessoas, a maior variação absoluta entre 2000 e 2010 na espacialidade. O município de Ventania teve maior crescimento relativo (40,4%). O único município neste espaço que apresentou redução nesse indicador foi Figueira (-12,6%) (ver tabela A1.19).

Quanto à taxa de ocupação, embora todos os municípios tenham ampliado sua base, sendo Figueira com o maior percentual (10,53%), todos apresentaram taxas inferiores à média estadual em 2013. Em síntese, o Espaço Especializado Centro-Oriental não conseguiu acompanhar o desempenho no mercado de trabalho, obtido pelas demais espacialidades econômicas (ver tabela A1.20).

4.6.2 Infraestrutura Técnico-Científica

No primeiro estudo Os Vários Paranás (IPARDES, 2005), verificou-se a baixa presença de infraestrutura técnico-científica no Espaço Especializado do Centro-Oriental. Ele respondia por pouco mais de 2% do total do Estado, sendo que a quase totalidade dessa infraestrutura era composta por IES (ver tabela A2.2).

Em 2015, a situação se mantém, apesar da implantação de três novas IES, duas em Telêmaco Borba e uma em Jaguariaíva.⁶³ Tanto em 2003 como em 2015, são os mesmos municípios que respondiam por essa infraestrutura, concentrada em Telêmaco Borba (quadro 9).

⁶³ Faculdade de Tecnologia SENAI e um *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR) em Telêmaco Borba e a União Latino Americana de Tecnologia (ULT FAJAR) em Jaguariaíva.

QUADRO 9 - TOTAL DA INFRAESTRUTURA TÉCNICO-CIENTÍFICA, SEGUNDO MUNICÍPIOS - ESPAÇO ESPECIALIZADO CENTRO - ORIENTAL - PARANÁ - 2003 E 2015

2003		2015	
Município	N.º infraestrutura	Município	N.º infraestrutura
Telêmaco Borba	3	Telêmaco Borba	5
Arapoti	1	Jaguariaíva	2
Ibaiti	1	Arapoti	1
Jaguariaíva	1	Ibaiti	1
TOTAL	6	TOTAL	9

FONTES: SICAP-MP; APROTEC; REPARTE; TECPAR; INMETRO, SETI, MEC/INEP/DEED

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Complementando as análises, o levantamento das cooperativas e cursos técnicos existentes no espaço apontou que, apesar do aumento em termos absolutos, principalmente destes últimos, em 2014 representavam pouco mais de 1% do total do Estado (ver tabelas A3.3 e A3.4).

4.6.3 Dimensão Social

Como visto, essa espacialidade se caracteriza pela especialidade econômica voltada a atividades de produção e extração de madeira, integrada à indústria de fabricação de madeira, papel e celulose. Mesmo agregando somente nove municípios, na área social apresentou, no estudo publicado em 2005, condições precárias no conjunto dos indicadores analisados, tendo seus municípios registrado índices e proporções piores que a média estadual, além de comporem o conjunto dos municípios mais críticos do Estado em alguns casos.

Este cenário pouco se modificou ao longo da década estudada. Somente Curiúva diminuiu o número de ocorrências entre os municípios mais críticos⁶⁴: obteve 5 registros em 2000 (Óbitos de crianças com 0 a 5 anos de idade por causas evitáveis, Esperança de vida ao nascer, Renda *per capita*, IDH-M, Percentual de domicílios sem esgotamento sanitário) e 2 registros em 2010 (Óbitos de crianças com 0 a 5 anos de idade por causas evitáveis e Anos de estudo do responsável pelo domicílio, na categoria Sem instrução e Ensino Fundamental incompleto) (ver tabelas A3.1 e A3.2).

De outro lado, quatro municípios aumentaram o número de ocorrências em situações críticas: Arapoti (de 1 para 2), Sengés (de 2 para 3) e Jaguariaíva e Piraí do Sul (de 0 para 1 ocorrência em 2010).

Ventania possuía quatro incidências entre os críticos em 2000 e manteve esse número, embora tenha alterado os indicadores de incidência. Em 2000, esteve entre os críticos na Taxa bruta de frequência escolar, e melhorou de modo significativo nesse indicador, superando, inclusive, a média estadual em 2010. Deixou também de ser considerado crítico em Anos de estudos do responsável pelo domicílio, no nível Ensino Médio e Ensino Superior incompleto e completo no levantamento de 2010; contudo, ainda com proporção menor que a média do Estado. Esteve entre os críticos, em 2000, em Esperança de vida ao nascer, e melhorou esse indicador em 2010, deixando sua condição de crítico, mas mesmo assim ainda não superou a média estadual. E se manteve como crítico em Percentual da população em domicílio com densidade maior que duas pessoas por cômodo em 2000 e 2010. Ainda, em 2010, foi classificado como crítico em Índice de idosos, Renda *per capita* e IDH-M.

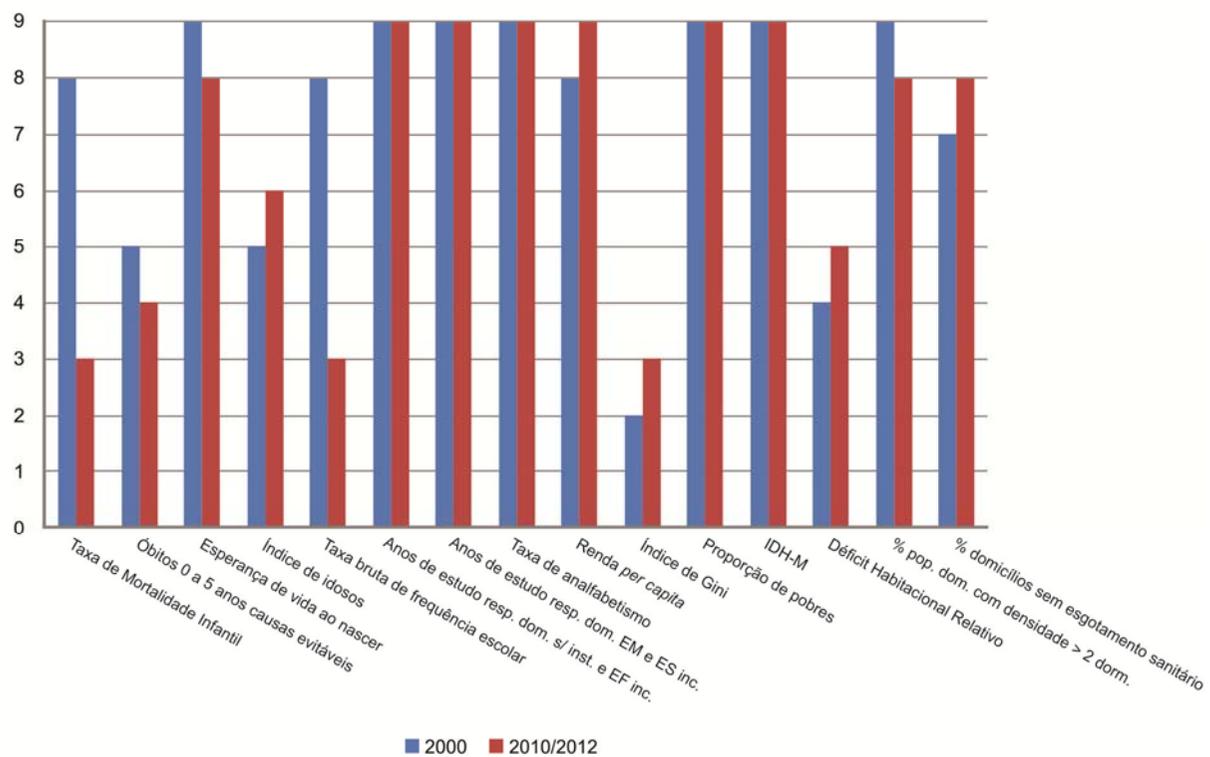
Ibaiti também manteve o número de ocorrência nos dois períodos (somente uma), embora em 2000 tenha participado do grupo dos mais críticos em Esperança de vida ao nascer e, em 2010, no Índice de Gini.

Figueira e Telêmaco Borba não registraram nenhuma ocorrência em situações críticas nos indicadores relativos, embora Telêmaco Borba esteja entre os municípios com maiores números absolutos de pobres, déficit habitacional, domicílios sem esgotamento sanitário e com densidade superior a duas pessoas por cômodo, inserindo-se como crítico, em volumes, nesses indicadores (ver tabelas A3.3 e A3.4).

⁶⁴ Para melhor compreensão, ver Procedimentos Metodológicos neste estudo.

Comparativamente às médias do Estado, somente nos indicadores de saúde e na taxa bruta de frequência escolar essa espacialidade obteve melhora (gráfico 9). Nos demais, ou permaneceu na mesma situação ou sofreu agravamento.

GRÁFICO 9 - NÚMERO DE MUNICÍPIOS DO ESPAÇO ESPECIALIZADO DO CENTRO-ORIENTAL COM INDICADORES PIORES QUE A MÉDIA DO ESTADO - PARANÁ - 2000 E 2010/2012



FONTE: IPARDES
 NOTA: Esse espaço agrega 9 municípios.

Figueira apontou redução do déficit habitacional relativo, passando de 7,78%, em 2000, para 4,50% em 2010. Todos os demais municípios apresentaram aumento nesse indicador, sendo que o maior aumento foi verificado em Sengés, que era de 5,73%, em 2000, e foi para 11,60% em 2010, sendo considerado crítico nesse ano.

Nas condições dos domicílios, todos os municípios apresentaram diminuição percentual em domicílios sem esgotamento sanitário e com densidade maior que duas pessoas por dormitório (à exceção de Jaguariaíva, que ampliou neste último); contudo, apresentaram médias piores que do Estado em todos os casos. Reitera-se o caso de Ventania, que esteve entre os mais críticos do Estado em densidade de pessoas por dormitório.

Em termos absolutos, os municípios de Curiúva, Jaguariaíva, Piraí do Sul e Ventania foram os que apresentaram aumento no número de domicílios sem esgotamento sanitário. Telêmaco Borba se manteve, em 2010, como município crítico, e Ibaiti passou a ser considerado crítico em 2010. Arapoti deixou de ser crítico nesse ano (ver mapas 10 e 11).

Todos os municípios da espacialidade apresentaram queda na proporção de pobres, sendo a maior redução verificada em Figueira, que passou de 32,88%, em 2000, para 9,41% em 2010 (ver mapas 33 e 34). Em termos absolutos, verificou-se também redução do número de pobres em todos os municípios do grupo. No entanto, Telêmaco Borba manteve, em 2010 como em 2000, a condição de crítico, e os municípios de Arapoti e Ibaiti, mesmo tendo diminuído a população de pobres, foram considerados críticos em 2010.

Todos os municípios apontaram um aumento do IDH-M mesmo se mantendo, ainda, com índices inferiores à média do Estado. Ventania foi considerado crítico em 2010, com 0,650 (ver mapas 35 e 36).

À exceção de Sengés, que apresentou declínio na Renda *per capita*, passando de R\$ 532,71, em 2000, para R\$ 479,70 em 2010, todos os demais municípios do Espaço Especializado do Centro-Oriental apresentaram aumento de renda *per capita*, com Ibaiti registrando o maior aumento: de R\$ 352,52, em 2000, para R\$ 787,74 em 2010. Entretanto, esse aumento ocorreu mediante condições desiguais, visto que o Índice de Gini desse município aumentou de 0,54 para 0,62, entre 2000 e 2010 – o único do espaço com aumento nesse indicador. Todos os demais registraram decréscimo, o que significa que apresentaram melhora no quesito Desigualdade de distribuição de renda (ver mapas 45 e 46).

Em 2000 eram dois os municípios com Índice de Gini acima da média paranaense (Arapoti, com 0,71, e Sengés, com 0,72) e também considerados críticos nesse ano. Em 2010 eram três, e também considerados críticos: Ibaiti, Piraí do Sul e Arapoti, que mesmo tendo reduzido o índice para 0,57, permaneceram críticos e ainda com média acima do Estado. Vale lembrar que esse espaço é pequeno e formado por apenas nove municípios.

Na área da saúde, todos os municípios tiveram queda na Taxa de mortalidade infantil no período (ver mapas 41 e 42). Nos Óbitos de crianças com 0 a 5 anos de idade por causas evitáveis, dois municípios registraram aumento: Curiuva e Jaguariaíva, sendo que Curiuva apresentou 100% nesse indicador, aparecendo como crítico em 2010 (ver mapas 43 e 44).

Todos os municípios obtiveram aumento na Esperança de vida ao nascer, sendo que três deles apresentaram as maiores diferenças: Ibaiti, Sengés e Ventania. Também, todos os municípios apresentaram aumento no Índice de idosos e três deles estão entre os críticos em 2010: Jaguariaíva, Sengés e Ventania (ver mapas 37 e 38).

Na educação, verificou-se avanço em todos os municípios. Contudo, deve-se destacar que não houve alterações significativas quando comparada a quantidade de municípios que estavam acima ou abaixo das médias do Estado nos indicadores selecionados para a educação, exceto no que se refere à Taxa bruta de frequência escolar. Nesse indicador, quase todos os municípios pertencentes à espacialidade estavam abaixo da média do Paraná no ano 2000, quantidade que diminuiu para três em 2010. Neste ano, os municípios com as maiores taxas eram Jaguariaíva (99,82%), Curiúva (99,4%) e Figueira (99,02%); e as menores foram verificadas em Arapoti (89,77%), Sengés (96,58%) e Ibaiti (96,86%). O município de Arapoti estava entre os mais críticos do Paraná em 2010.

Nesse espaço, todos os nove municípios registraram percentuais acima da média estadual nos Anos de estudos do responsável pelo domicílio na faixa Sem instrução e Ensino Fundamental incompleto, nos dois períodos em questão (2000 e 2010). Considerando que os percentuais mais elevados traduzem baixa escolaridade, os municípios com as maiores proporções de responsáveis pelo domicílio nesse nível de escolaridade, em 2010, foram Curiuva (73,45% – entre os mais críticos do Estado), Sengés (70,24%), Ventania (69,77%) e Figueira (69%). Em 2010, os menores índices foram levantados em Telêmaco Borba (50,09%), Jaguariaíva (51,95%) e Arapoti (53,65%).

Com ensino médio e superior, todos os municípios registraram percentuais abaixo da média estadual nos dois períodos em análise. Os municípios com os percentuais mais elevados, em 2010, foram Telêmaco Borba (33,7%), Arapoti (32,3%) e Jaguariaíva (30,9%). Os menores índices foram levantados em Curiuva (14,5%), Sengés (15,4%), Ventania (18,7%) e Figueira (19,8%).

No ano de 2010, as menores taxas de analfabetismo do Espaço Especializado do Centro-Oriental ocorreram em Piraí do Sul (6,07%) e Jaguariaíva (6,25%). Os municípios que apresentavam as maiores taxas foram Curiuva (12,20%), Figueira (12,61%) e Ibaiti (10,56%) (ver mapas 64 e 67).

Destaca-se que os municípios de Arapoti e Curiuva apresentaram índices entre os mais críticos do Estado, respectivamente, em Taxa bruta de frequência escolar e Anos de estudo do responsável pelo domicílio na faixa Sem instrução e Ensino Fundamental incompleto, indicando a necessidade em investimentos na área da educação para atendimento da faixa etária da Educação Básica, mas também da população adulta objeto da modalidade Educação de Jovens e Adultos.

4.6.4 Dimensão Ambiental

O Espaço Especializado do Centro-Oriental assenta-se sobre o 1.º Planalto e 2.º Planalto Paranaenses, havendo uma diversidade de substratos rochosos, e conseqüentemente dos solos, em cada uma dessas unidades geomórficas. A rede hídrica encontra-se dividida pelas bacias dos rios Cinza, Alto Tibagi e Itararé. Pequenas áreas de remanescentes de Floresta Ombrófila Mista são encontradas a sudeste da espacialidade, mas que não chegam a 10% da área total da mesma.

A tipificação de uso da terra nesse espaço apresenta-se bastante distinta, com predomínio de grandes extensões de florestas plantadas e a presença da agricultura intensiva em menores extensões. A atividade de silvicultura tipifica o uso da terra nessa porção territorial do Paraná, onde ocorre a maior concentração de plantio florestal de pínus e eucalipto do Estado. Em termos de conservação ambiental, a intensa atividade de silvicultura representa uma pressão sobre as áreas de remanescentes vegetais nativos, onde o pínus vem se configurando como espécie invasora nos Campos Naturais e nas Florestas de Araucária. Os solos encontram-se divididos em áreas de boa aptidão natural e inaptos por potencial erosivo.

A existência de Unidades de Conservação no espaço é destacada pela presença da APA Estadual da Escarpa Devoniana, que perfaz cerca de 20% da área total, e o Parque Estadual do Cerrado, que protege o último remanescente de Cerrados do Paraná, e ainda pela RPPN Fazenda Monte Alegre, na região de Telêmaco Borba, que protege ambientes de Floresta Ombrófila Mista.

No tocante ao volume de agrotóxicos utilizado, são consumidos uma média de 10,30 kg/ha/ano no Espaço Especializado do Centro-Oriental, que é bastante próxima da média do Estado (9,69 kg/ha/ano). Os municípios com maiores valores de consumo são Sengés (15,46 kg/ha/ano), Arapoti (de 14,75 kg/ha/ano) e Jaguariaíva (11,54 kg/ha/ano). Em relação à intoxicação por esse tipo de agente, alguns municípios apresentaram, em 2011, taxas muito acima da média do Estado (5,17), tais como Arapoti (107,67 notif./100 mil hab.), Figueira (36,43 notif./100 mil hab.) e Curiuva (28,57 notif./100 mil hab.) (ver tabela A4.2).

Com relação à coleta do lixo e destinação de RSU, a espacialidade apresenta taxa de coleta de lixo (15,38) inferior à média do Estado nos municípios de Curiuva, Piraí do Sul e Ventania. Apenas o município de Sengés destina o lixo para lixão (ver mapa 53).

Apesar de esse espaço não apresentar valores significativos de ocorrências de desastres naturais e ocupações irregulares, o município de Piraí do Sul teve valores (16 e 11 ocorrências, respectivamente) acima da média do espaço e do Estado, o que poderia conferir uma vulnerabilidade socioambiental.

Dos 9 municípios dessa espacialidade, 8 (89%) recebem recursos do ICMS Ecológico. No caso de Ventania, a transferência decorre da presença de manancial de abastecimento em seu perímetro. Nessa espacialidade, 44% dos municípios apresentam cobertura vegetal abaixo de 7%. Com valores mais elevados, 4 municípios – Arapoti, Jaguariaíva, Piraí do Sul e Telêmaco Borba – têm transferências na faixa de R\$ 500 mil a R\$ 1 milhão anuais, Sengés e Ventania na faixa de R\$ 250 a 500 mil, e Curiuva e Ibaiti na faixa de R\$ 1 a 250 mil.

Quanto ao recebimento do ICMS Ecológico no período 2004-2013, os municípios de Curiuva, que contém UC e manancial de abastecimento, e Ventania, com manancial, apresentaram as maiores variações positivas. Esse espaço é o que recebe a menor quantidade de recursos proveniente dessa fonte, totalizando R\$ 4.204.626,75 em 2013, o que representa 2% do total repassado pelo Governo do Estado nesse ano.

4.7 NORTE PIONEIRO

4.7.1 Dimensão Econômica

Classificado como espacialidade de mínima relevância econômica em 2005, o Norte Pioneiro manteve praticamente inalterado seu nível de participação no período 2003-2013. No VAF total do Estado, avançou de 2,22%, em 2007, para 2,49% em 2013, tendo Cornélio Procópio como o único município relevante nos dois períodos (0,28% em 2013) (ver tabela A1.1).

Na Indústria, o Norte Pioneiro manteve a oitava participação entre as espacialidades identificadas em Os Vários Paranás, com 1,58% do VAF industrial, em 2013, tendo apresentado 1,22% em 2007. Somente Cornélio Procópio destacou-se como município relevante nesse indicador, apenas em 2013, quando atingiu 0,26% do VAF industrial do Estado (ver tabela A1.4 e A1.5).

O maior faturamento da indústria de transformação em 2013 foi observado na indústria alimentar e fabricação de bebidas, que respondia por 66,52% do faturamento da indústria de transformação da espacialidade (com maior presença em Jacarezinho, Cambará, Joaquim Távora e Cornélio Procópio). A indústria de veículos e equipamentos de transporte obteve 8,66% em 2013, colocando-se como a segunda atividade industrial de maior faturamento do espaço, estando presente, na maior parte, em Santo Antônio da Platina. A Indústria de produtos têxteis e de confecções permanece como atividade importante, com 6,98% do faturamento industrial da transformação do espaço em 2013 (ver tabela A1.6).

No conjunto, os municípios dessa espacialidade não têm conseguido superar o crescimento industrial dos demais municípios do Estado, como ilustra o mapa 72, embora, em números absolutos, verifica-se aumento dos valores em todas as atividades industriais.

Chama atenção a ampliação de participação do Norte Pioneiro no VAF estadual da Construção Civil: evoluiu de 0,53%, em 2007, para 11,17% em 2013, justificada pela participação do único município relevante desse espaço no setor em 2013 – Wenceslau Braz, que obteve 10,92% do VAF da Construção Civil nesse ano (ver tabelas A1.10 e A1.27).

No Comércio, o Norte Pioneiro apresentou desempenho praticamente inalterado em termos de participação – 2,20%, em 2007, e 2,26% em 2013. Andirá, Cornélio Procópio e Santo Antônio da Platina eram relevantes em 2007 e, em 2013, somente os dois primeiros (ver tabelas A1.8 e A1.9). Crescimento parecido foi observado no setor Serviços, onde o espaço melhorou sua participação – de 1,95%, em 2007, para 2,16% em 2013. Jacarezinho e Cornélio Procópio surgiram como relevantes em ambos os períodos. A atividade deste setor com maior importância é Transporte, Armazenagem e Correio, particularmente em Jacarezinho (ver tabelas A1.26 e A1.3).

A análise do valor de entrada e de saída por origem aponta declínio de participação em relação ao total do Estado e mudança no perfil das compras e vendas das empresas alocadas do Norte Pioneiro. Internamente à espacialidade verifica-se que, no valor de entrada, houve expansão nas compras do próprio Estado e com o exterior, com redução importante nas compras de outros estados. Movimento semelhante foi observado no valor de saída (tabela 19).

TABELA 19 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO VALOR DE ENTRADA E DE SAÍDA, SEGUNDO ORIGENS - NORTE PIONEIRO - PARANÁ - 2007/2013

ORIGEM DO VE E DESTINO DO VS	2007		2013	
	Estado	Espacialidade	Estado	Espacialidade
Valor de entrada				
Origem do Estado	1,22	66,11	1,77	71,18
Origem de outros estados	1,20	32,67	1,56	26,58
Origem do exterior	0,28	1,22	0,45	2,24
Valor de saída				
Para o Estado	1,10	64,58	1,67	67,33
Para outros estados	1,38	30,65	1,56	27,64
Para o exterior	1,07	4,77	1,50	5,04

FONTE: SEFA-PR

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Os municípios que compõem o Norte Pioneiro participaram com apenas 7% do total do Valor Bruto da Produção Agropecuária do Paraná em 2013. Quanto aos segmentos produtivos, ao longo do período entre 2007 e 2013, houve queda do VBP da Agricultura e crescimento do VBP da Pecuária. A participação da produção agrícola no VBP total da espacialidade passou de 61,6%, em 2007, para 54,8% em 2013; em contrapartida, a participação da produção pecuária passou de 33,7%, em 2007, para 43,0% em 2013 (ver tabela A1.15).

Em 2013, as atividades agropecuárias que se destacaram no Norte Pioneiro foram os grupos grãos de verão (30,3%), avicultura de corte (16,4%), outras culturas de verão (13,8%) e bovinos (13,5%). Esses quatro grupos perfaziam 74% do total do VBP dessa espacialidade. As lavouras de soja e milho predominavam e correspondiam, respectivamente, a 69,9% e 23,7% do VBP do grupo grãos de verão (ver tabela A1.16). Considerando apenas a lavoura de soja, esta representava 21,2% do VBP da espacialidade; os municípios de Cornélio Procópio e Santa Mariana eram os principais produtores. Outra atividade importante era a produção de frango de corte, especialmente em Siqueira Campos e Joaquim Távora. Em terceira posição, e representando 13,8% do VBP, encontrava-se a produção de outras culturas de verão, grupo no qual se incluíam a cana-de-açúcar e a lavoura cafeeira. A região se destaca na produção de café *gourmet*. A criação de gado de corte representava 13,5% do VBP da espacialidade em 2013 (ver tabela A1.17).

O desempenho na geração de valor econômico no Norte Pioneiro foi acompanhado, na mesma medida, em seu mercado de trabalho. Entre 2003 e 2013, esse espaço econômico relevante ampliou em 50% o número de empregos formais, partindo de uma base de 58.851 postos de trabalho, chegando a 89.267, contudo, abaixo da média estadual, que foi de 70% no período (ver tabela A1.21). Por conseguinte, diminuiu sua participação no emprego formal estadual, de 3,12% para 2,86%. Cornélio Procópio, Bandeirantes, Jacarezinho e Santo Antônio da Platina foram classificados como relevantes em 2003, e Bandeirantes deixou esse grupo em 2013 (ver tabela A1.22).

O maior número de empregos em Cornélio Procópio ocorreu, em 2013, no setor Serviços (57,07%); em Jacarezinho, 38,32% ocorreu no setor Serviços, 27,47% na Indústria e 18,13% na Agropecuária; e Santo Antônio da Platina obteve praticamente a mesma participação em Serviços (31,96%) e Indústria (31,56%) e pouco inferior no Comércio (28,35%) (ver tabela A1.25). A proporção de empregos públicos no total do emprego municipal desses três municípios é de, aproximadamente, 10%. Com percentuais de emprego público no total do emprego municipal acima de 50% estão três municípios da espacialidade: Nova Santa Bárbara, Barra do Jacaré e Santo Antônio do Paraíso.

O Norte Pioneiro perdeu participação também no emprego formal dos setores Indústria, de 3,56%, em 2003, para 2,96%, em 2013; Serviços, de 2,46% para 2,40%; e Construção Civil, de 1,40% para 1,15%, por ter apresentado desempenho inferior à média estadual nesses três setores econômicos. No Comércio, registrou acréscimo de 2,65%, em 2003, para 2,88%, em 2013, e ampliou o número de municípios relevantes. Em 2003, eram Cornélio Procópio e Jacarezinho e, em 2013, Joaquim Távora também compôs o grupo de relevantes no emprego comercial.

Na Indústria, foram classificados, em 2003, seis municípios como relevantes – Bandeirantes, Cornélio Procópio, Jacarezinho, Cambará, Siqueira Campos e Andirá. Em 2013, Santo Antônio da Platina veio a compor esse grupo, com a maior participação estadual no emprego da Indústria do espaço, enquanto Bandeirantes e Andirá deixaram a condição de relevantes. Cornélio Procópio e Jacarezinho foram considerados relevantes em 2003 e 2013 no setor Serviços.

Na Agropecuária, em 2003, o Norte Pioneiro registrou 11,06% dos postos de trabalho formais do Paraná e 14 municípios relevantes, tendo Jacarezinho e Cornélio Procópio participações superiores a 1%. Em 2013, ampliou o número de postos de trabalho formais no setor, mas declinou em participação estadual, para 10,79% e 12 municípios relevantes, registrando Bandeirantes e Jacarezinho com participações acima de 1%.

Qualificando a força de trabalho do espaço, em 2013, os postos de trabalho estão registrados na RAIS com 5,92% de remuneração média até 1 salário mínimo e 81,46% na faixa de 1,01 a 3,00 salários mínimos. Portanto, nessas faixas de remuneração, a espacialidade ficou com percentuais acima da média do Estado, situação que se inverte em todas as faixas seguintes (ver tabela A1.24). O mesmo aconteceu com as faixas de escolaridade até o Ensino Médio incompleto, em que os postos de trabalho do espaço apresentaram percentuais acima da média do Estado e inferiores em todas as faixas a partir de Ensino Médio completo (ver tabela A1.23).

Em 2000, 28 dos 36 municípios do Norte Pioneiro apresentaram taxas de ocupação acima da média do Estado (87,19) (ver tabela A1.20). Em 2010, o espaço piorou sua situação nesse indicador, visto que 17 municípios (menos da metade) tiveram taxas de ocupação acima da média estadual (94,99%). Sapopema, Wenceslau Braz e Joaquim Távora ampliaram suas taxas em mais de 10%, mas Wenceslau Braz ficou ainda abaixo da média estadual em 2010. Enquanto isso, Jaboti, Santa Cecília do Pavão, Pinhalão e Santana do Itararé obtiveram queda nas taxas de ocupação em 2010, e Abatiá manteve a mesma taxa existente em 2000.

Santo Antônio da Platina obteve o maior incremento absoluto (de 3.189 pessoas) na faixa da população economicamente ativa (PEA), superando Cornélio Procópio (acréscimo de 778 pessoas) que é o município mais populoso do Norte Pioneiro. Conselheiro Mairinck apresentou maior crescimento proporcional, registrando 38,6% no período 2000-2010. Entre aqueles que mais perderam PEA no período, estão Tomazina (-10,0%) e Santa Amélia (-15,7%) (ver tabela A1.19).

4.7.2 Infraestrutura Técnico-Científica

Em 2003, o Norte Pioneiro respondia por pouco mais de 5% do total da infraestrutura técnico-científica do Estado, representada em sua grande maioria pelas instituições de ensino superior (ver tabela A2.2). Em 2015, o quadro permanece o mesmo, com a incorporação das faculdades estaduais de Jacarezinho e Cornélio Procópio pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) e a instalação de instituições de ensino superior privadas.⁶⁵ Destaca-se a iniciativa da região no Projeto Parque Tecnológico do Norte Pioneiro⁶⁶ (ver tabela A2.3).

Em síntese, nos dois períodos analisados, os municípios que possuem algum ativo institucional continuam os mesmos e com maior número em Cornélio Procópio (quadro 10).

⁶⁵ Campus da UNOPAR em Bandeirantes, Faculdade de Ensino Superior Dom Bosco e Faculdade de Ensino Superior KM 125 em Cornélio Procópio.

⁶⁶ O Parque Tecnológico do Norte Pioneiro é integrado, além do TECPAR e da UENP, pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/PR, regional norte), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI/PR), Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), Departamento de Estradas e Rodagem (DER), prefeitura de Jacarezinho e Associação dos Municípios do Norte Pioneiro (AMUNORPI).

QUADRO 10 - TOTAL DA INFRAESTRUTURA TÉCNICO-CIENTÍFICA, SEGUNDO MUNICÍPIOS - NORTE PIONEIRO - PARANÁ - 2003 E 2015

2003		2015	
Município	N.º Infraestrutura	Município	N.º Infraestrutura
Cornélio Procópio	5	Cornélio Procópio	7
Bandeirantes	3	Bandeirantes	4
Jacarezinho	4	Jacarezinho	2
Cambará	1	Cambará	1
Joaquim Távora	1	Joaquim Távora	1
Santo Antonio da Platina	1	Santo Antonio da Platina	1
Wenceslau Braz	1	Wenceslau Braz	1
TOTAL	16	TOTAL	17

FONTES: SICAP-MP; APROTEC; REPARTE; TECPAR; INMETRO, SETI, MEC/INEP/DEED

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Em relação às cooperativas agropecuárias, a participação da região caiu de 9,27 % para 5,97%, apesar do aumento em números absolutos (14 cooperativas em 2001 e 21 cooperativas em 2015) (ver tabela A2.5). O mesmo aconteceu com os cursos técnicos, que representavam 7% do total do Estado, em 2001, e passaram a representar 4,53% em 2015, apesar do significativo aumento quantitativo (10 cursos em 2001 e 196 cursos em 2014) (ver tabela A2.4).

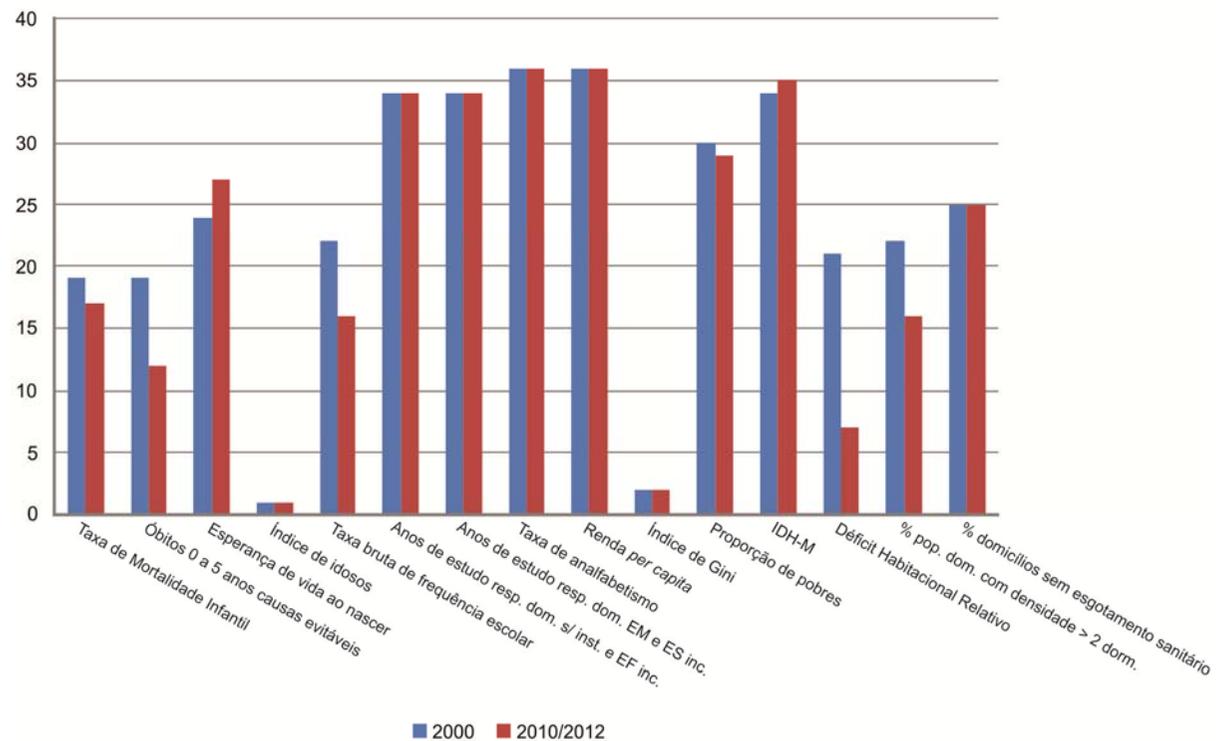
4.7.3 Dimensão Social

O Norte Pioneiro tem se caracterizado por perdas populacionais ao longo das últimas décadas. O Censo Demográfico de 2010 revelou que 22 municípios dessa espacialidade apresentaram queda na população total, tendo Santa Amélia e Santo Antônio do Paraíso as perdas mais expressivas ao longo da década (MAGALHÃES; CINTRA, 2012).



Além disso, essa espacialidade apresentou médias piores que o Estado no conjunto dos indicadores sociais analisados neste estudo, ainda que tenha diminuído a proporção de municípios nessa condição (gráfico 10).

GRÁFICO 10 - NÚMERO DE MUNICÍPIOS DO NORTE PIONEIRO COM INDICADORES PIORES QUE A MÉDIA DO ESTADO - PARANÁ - 2000 E 2010/2012



FONTES: IPARDES
 NOTA: Esse espaço agrega 36 municípios.

Os municípios que ampliaram o número de situações críticas⁶⁷ somam 12 e representam 33,3%. São eles: Abatiá, Guapirama, Itambaracá, Joaquim Távora, Jundiá do Sul, Nova Fátima, Nova Santa Bárbara, Quatiguá, Ribeirão do Pinhal, Santa Amélia, Santo Antônio da Platina e Wenceslau Braz (ver mapas 8 e 9).

Entre os que não registraram qualquer ocorrência em situação crítica em 2000 e 2010, estão Andirá, Bandeirantes, Barra do Jacaré, Cornélio Procópio, Jacarezinho, Siqueira Campos e Tomazina.

Sapopema é o município com maior número de situações críticas em 2000 (5 ocorrências) e em 2010 (4 ocorrências). No último período, manteve-se no grupo dos municípios mais críticos do Estado nos seguintes indicadores: Índice de Gini, Percentual de domicílios com densidade superior a dois habitantes por dormitório, Taxa de analfabetismo e Anos de estudo do responsável pelo domicílio no nível Sem instrução e Ensino Fundamental incompleto (ver tabelas A3.1 e A3.2).

Na taxa de mortalidade infantil, 10 municípios apresentaram aumento em 2012: Carlópolis, Congonhinhas, Cornélio Procópio, Itambaracá, Japira, Jundiá do Sul, Nova América da Colina, Nova Santa Bárbara, Sapopema e Wenceslau Braz, sendo Itambaracá e Nova Santa Bárbara os mais expressivos. Houve decréscimo nesse indicador em 13 municípios e 3 apresentavam taxa zero em 2000 e em 2012 (Barra do Jacaré, Conselheiro Mairinck e Pinhalão). Os municípios de Abatiá e Ribeirão Claro, apesar de terem apresentado declínio nessa taxa, permaneceram críticos em 2012. Além deles, foram considerados críticos Itambaracá, Jundiá do Sul e Nova América da Colina (ver mapas 41 e 42).

Nos Óbitos de crianças com 0 a 5 anos de idade por causa evitáveis, 9 municípios apresentaram aumento proporcional: Cornélio Procópio, Pinhalão, Siqueira Campos, Ribeirão do Pinhal, Santa Amélia, Quatiguá, Guapirama, Nova Fátima e Wenceslau Braz, sendo que os 6 últimos participaram do grupo de municípios em situação crítica, ao qual se insere, também, Nova Santa Bárbara, que apresentou 100% de óbitos por causas evitáveis 2012 (ver mapas 43 e 44).

⁶⁷ Para melhor compreensão, ver Procedimentos Metodológicos neste estudo.

Com exceção de Barra do Jacaré, que apresentou diminuição no indicador Esperança de vida ao nascer, passando de 76,8 anos, em 2000, para 73,8 anos em 2010, os demais municípios apontaram aumento. O maior foi verificado em Pinhalão, que atingiu, em 2010, 74,68 anos de esperança de vida (ver mapas 37 e 38). Todos os municípios apresentaram aumento no Índice de idosos (ver mapas 39 e 40).

O avanço educacional alcançado pelo Estado foi acompanhado pelo Norte Pioneiro em todos os municípios, exceto em Santa Amélia, onde houve recuo percentual na escolaridade dos responsáveis pelas famílias no nível Ensino Médio completo e/ou Superior incompleto e completo, vindo a participar do grupo dos municípios paranaenses mais críticos nesse indicador.

Ainda nesse indicador, os percentuais mais elevados, em 2010, foram registrados em Cornélio Procópio, Jacarezinho, Santo Antônio da Platina, Barra do Jacaré e Cambará. Cornélio Procópio e Jacarezinho eram os únicos municípios da espacialidade com índices superiores à média estadual. Os menores índices foram registrados em Santa Amélia, Sapopema, Santana do Itararé, São José da Boa Vista e Jundiá do Sul.

Na faixa Sem instrução e Ensino Fundamental incompleto, os percentuais mais elevados, que traduzem baixa escolaridade, foram levantados em Santa Amélia, Sapopema, Jundiá do Sul, Congonhinhas e Tomazina. Santa Amélia e Sapopema estavam entre os mais críticos do Paraná em 2010. Cornélio Procópio, Jacarezinho, Cambará, Barra do Jacaré e Santo Antônio da Platina registraram os percentuais mais baixos.

No ano de 2010, as maiores taxas de analfabetismo do Norte Pioneiro foram registradas em Santa Cecília do Pavão (16,15%), Congonhinhas (15,49%), Sapopema (15,01%), Nova Santa Bárbara (14,81%), Santana do Itararé (14,37%) e Abatiá (15,23%), todos com taxas entre as mais críticas do Paraná. As menores taxas foram levantadas em Cornélio Procópio, Ribeirão Claro, Carlópolis, Joaquim Távora e Quatiguá, com taxas superiores à média do Estado (ver mapas 64 e 67).

Em relação à Taxa bruta de frequência escolar, em 2010, os municípios com as maiores taxas eram Congonhinhas, Conselheiro Mairinck, Santa Amélia, Nova América da Colina e Tomazina, todos com valores superiores à média estadual. As menores taxas foram verificadas em Joaquim Távora, Guapirama, Barra do Jacaré, Nova Santa Bárbara e São José da Boa Vista. A taxa de Joaquim Távora está entre as mais críticas do Paraná.

Com exceção de Jundiá do Sul, que apresentou queda na renda *per capita* de R\$ 524,24, em 2000, para R\$ 485,95 em 2010, todos os outros municípios do espaço tiveram aumento de rendimento. O maior ocorreu em Sapopema, que passou de R\$ 248,67, em 2000, para R\$ 603,35 em 2010.

Todos os municípios dessa espacialidade tiveram queda na proporção e número absoluto de pobres. Contudo, 3 municípios tiveram aumento no índice de Gini, inclusive Sapopema, que obteve o maior aumento na renda *per capita* no período, demonstrando a forma concentrada de melhoria no rendimento da população. Com isso, passou a integrar o grupo dos 10% dos municípios mais críticos do Estado nesse indicador em 2010. Também com aumento nesse Índice, mas sem se situar entre os críticos, estão Ribeirão Claro e Andirá.

Embora a quase totalidade dos municípios do espaço apresentem IDH-M abaixo da média estadual, todos os municípios apontaram para aumento nesse indicador em 2010 (ver mapas 35 e 36).

Quanto à habitação, 15 municípios obtiveram diminuição no déficit habitacional relativo: Wenceslau Braz, Sapopema, São Sebastião da Amoreira, Santo Antônio do Paraíso, Santa Cecília do Pavão, Santa Amélia, Ribeirão do Pinhal, Nova Santa Bárbara, Nova Fátima, Nova América da Colina, Japira, Conselheiro Mairinck, Cambará, Barra do Jacaré e Andirá. E os municípios considerados críticos em 2010 foram Congonhinhas e Jundiá do Sul, com 13,90 e 14,10, respectivamente. Em termos de déficit habitacional absoluto, os municípios considerados críticos foram Cornélio Procópio e Santo Antônio da Platina (ver mapas 8 e 9).

Todos os municípios apontaram para diminuição da proporção de domicílios com densidade maior do que 2 pessoas por dormitório. Em termos absolutos, Jacarezinho é o único que foi considerado crítico e manteve essa condição em 2010. No entanto, 10 municípios apresentaram aumento na proporção de domicílio sem esgotamento sanitário: Wenceslau Braz, São Sebastião da Amoreira, Santo Antônio do Paraíso, Santa Cecília do Pavão, Santa Amélia, Pinhalão, Nova Fátima, Jundiá do Sul, Joaquim Távora e Conselheiro Mairinck. Destacam-se Jundiá do Sul e Santana do Itararé, considerados críticos em 2010, com 99,17% e 98,15%, respectivamente, dos domicílios sem esgotamento sanitário. Em termos absolutos, a metade dos municípios (18 municípios) apresentou aumento no número de domicílios sem esgotamento sanitário, e nenhum município desse espaço foi considerado crítico no período 2000-2010 nesse indicador (ver mapas 10 e 11).

4.7.4 Dimensão Ambiental

O Norte Pioneiro encontra-se assentado em substratos rochosos do Segundo e Terceiro Planaltos Paranaenses. Em termos hidrográficos, quase a totalidade de sua área está sob a influência da bacia hidrográfica Cinzas e Paranapanema 1, com ocorrência de pequenas porções das bacias Paranapanema 2, Baixo Tibagi e Itararé. O uso da terra ocorre predominantemente pela agricultura mista e, secundariamente, pela agricultura intensiva. Os remanescentes da Mata Pluvial não chegam a 2% da área total – a menor taxa e cobertura nativa do Estado, o que se configura num passivo ambiental muito grande para a região com relação à conservação dos remanescentes vegetais.

No tocante aos recursos hídricos, o Norte Pioneiro destaca-se pela presença das usinas hidrelétricas de Canoas I, Canoas II, Chavantes, Ourinhos e Salto Grande, no rio Paranapanema, o que lhe garante posição favorável na produção de energia limpa (ver tabela A4.1).

Solos com boa aptidão natural ocorrem em torno de 60% de toda a área, havendo algumas porções na área central do espaço, onde os solos apresentam inaptidão por potencial erosivo. Com relação às Unidades de Conservação, faz-se menção a apenas uma de proteção integral: Parque Estadual Mata São Francisco, com 832 ha, localizado a noroeste do espaço.

O indicador relacionado ao consumo de agrotóxicos no Norte Pioneiro mostra que a taxa média de consumo da espacialidade (6,87 kg/ha/ano) encontra-se pouco abaixo da média do Paraná (9,69 kg/ha/ano). Os municípios com as maiores taxas de consumo de agrotóxicos são Wenceslau Braz (12,50 kg/ha/ano), Guapirama (11,69 kg/ha/ano) e Santa Amélia (11,47 kg/ha/ano) (ver tabela A4.2).

Com relação às notificações de intoxicação por agrotóxicos, esse espaço apresenta municípios com valores bem acima da média do Estado (5,17): São Sebastião da Amoreira (127,43), Jundiá do Sul (87,02) e Santo Antônio do Paraíso (42,03) (ver mapa 52).

Um dos agravantes em relação à infraestrutura é que 7 dos 36 municípios desse espaço ainda utilizam os lixões como destino dos RSU (ver mapa 53). Entretanto, a média dos domicílios que não têm acesso ao serviço de coleta de lixo do espaço (17,48%) é menor que a do Estado, sendo os municípios mais prejudicados pela precariedade do serviço Tomazina (41,15%), Sapopema (36,24%) e Congonhinhas (33,40%).

A média de ocorrências de desastres nessa porção territorial (7,67) encontra-se abaixo da média do Estado (11,40), com os municípios de Santo Antônio da Platina (45), Cambará (21) e Jacarezinho (21) apresentando os maiores números de registro.

Quanto às ocupações irregulares, a média do espaço (2,33) apresentou-se bem abaixo da média do Estado (5,12), sendo que os municípios de Wenceslau Braz, Sapopema e Ribeirão Claro tiveram os maiores números de ocupações nessas condições (9, 8 e 8, respectivamente).

Vinte e três municípios (64%) do Norte Pioneiro recebem recursos referentes ao ICMS Ecológico: 9 em razão de possuírem UC, 12 por conterem mananciais de abastecimento e 2 por possuírem, em seu perímetro, UC e mananciais. Essa espacialidade apresenta 12 municípios com mananciais de abastecimento público preservados, o maior número entre as espacialidades estudadas.

Quanto ao recebimento do ICMS Ecológico, em relação ao ICMS no período 2004-2013, destacam-se os municípios Barra do Jacaré e Jacarezinho que evoluíram de forma mais significativa em termos percentuais, 241% e 229%, respectivamente. Em valores absolutos, considerando os totais de ICMS em relação aos totais de ICMS Ecológico repassados pelo Governo do Estado em 2013, destaca-se o município de Cornélio Procópio. Os repasses a esse município, R\$ 55.312,59, decorrem das áreas de UC contidas em seu interior, em menor percentual comparativamente à receita advinda dos mananciais de abastecimento público, que foi de R\$ 1.327.477,38 no mesmo ano, caracterizando o município com o maior volume de recursos provenientes do ICMS Ecológico nessa espacialidade. Nessa espacialidade, 75% dos municípios apresentam cobertura vegetal abaixo de 7%.

4.8 ESPACIALIDADES SOCIALMENTE CRÍTICAS

Conforme já mencionado, as Espacialidades Socialmente Críticas – Porção Central e Vale do Ribeira – foram identificadas fundamentalmente por reunirem conjuntos de municípios com as situações sociais mais precárias do Estado. A análise das espacialidades econômicas relevantes demonstrou a existência de vários municípios esparsos no território em situações também deficientes e críticas do ponto de vista social. Entretanto, eles não chegam a conformar agrupamentos específicos no estudo social e estão atrelados, mesmo que em condições mais restritas ou menos favoráveis, a municípios com expressividade econômica em alguma(s) área(s).



Nas espacialidades socialmente críticas a unidade se faz pela similaridade da precariedade social. Todavia, há que se registrar, também, a inexpressividade econômica de seus municípios, assentada em atividades econômicas de agregação de valor incipiente, baixa capacidade de incorporação da população em trabalho com maior remuneração e escolaridade, enfim, com capacidade limitada de geração de renda.

Por esse motivo, a apresentação do resultado do estudo dessas porções territoriais seguirá uma sistemática diferente, iniciando pelos resultados dos estudos dos indicadores sociais. Na sequência, pretende-se apontar como os municípios que conformam as duas porções territoriais classificadas como Espacialidades Socialmente Críticas evoluíram economicamente no período estudado. Considerando as características particulares de cada uma, essas duas porções territoriais foram analisadas separadamente.

4.8.1 Porção Central

4.8.1.1 Dimensão Social

Na Porção Central, que agrega 87 municípios, houve decréscimo da população total no período 2000-2010, determinado pela perda de população rural na ordem de 16%. As perdas mais expressivas aconteceram em 24 municípios, que estão entre os 10% com as menores taxas de crescimento da população. Além disso, 82 municípios apresentaram taxa de crescimento abaixo da média estadual em 2010, que foi de 0,89% ao ano. Vale observar que, em 2000, eram 73 municípios com taxa de crescimento menor que a média estadual (1,40% ao ano). Ou seja, uma condição que vem se agravando com o tempo. Outros indicadores contribuem para explicar esse fenômeno, como a queda da taxa de fecundidade, que se acentuou no Paraná e Brasil nos últimos anos (MAGALHÃES; CINTRA, 2012). Contudo, deve-se considerar, também, que esta é uma espacialidade com elevado movimento e perda de população para as demais porções do Estado e para fora do território estadual (mapas 73 e 74).

A análise da situação dos municípios dessa espacialidade quanto a sua participação nos 10% mais críticos⁶⁸ em cada um dos indicadores estudados apontou, no período 2000-2010, 37,9% (33 municípios) dos municípios melhoraram sua situação ao longo da década, ao mesmo tempo em que a mesma proporção de municípios piorou sua condição social, representando outros 37,9%, ou 33 municípios. Os demais 16 municípios mantiveram a condição que tinham em 2000, e 5 municípios não compuseram o conjunto dos 10% críticos (ver mapas 8 e 9).

Entre os municípios que apresentaram melhoria mais significativa em sua condição nos dois períodos, destacam-se: Turvo, que participava do conjunto de municípios críticos em 8 indicadores em 2000, reduzindo para apenas 1 em 2010; Goioxim, de 11 para 6; e São João do Triunfo, de 8 para 3, respectivamente. Os municípios que decresceram em 4 indicadores foram: Rio Bonito do Iguaçu e Altamira do Paraná, que reduziram sua participação de 10 para 6 situações críticas; Ariranha do Ivaí, de 5 para 1; e Cruzmaltina de 7 para 3. E com decréscimo de três ocorrências em situações críticas tem-se Guamiranga, de 6 para 3; Santa Maria do Oeste, de 9 para 6, e Porto Barreiro, de 5 para 2 (ver tabelas A3.1 e A3.2).

Este é o aspecto apenas quantitativo da análise. Uma análise qualitativa pode revelar com maior nível de detalhe quais indicadores estão vinculadas a essas conquistas e a intensidade com que elas aconteceram. Observa-se ainda que embora esse conjunto de municípios tenha melhorado sua situação no conjunto dos indicadores sociais, eles ainda se inserem em um ou mais indicadores como críticos. Além disso, a maioria permanece com situações piores em relação à média do Estado. Chama-se a atenção, por exemplo, de Goioxim, Rio Bonito do Iguaçu e Altamira do Paraná, que mesmo tendo diminuído o número de ocorrências em situações críticas, ainda se inserem no grupo de municípios mais críticos do Estado em 6 indicadores.

De outro lado, dos 33 municípios que ampliaram a ocorrência em situações críticas, em três deles o aumento ocorreu em mais 5 indicadores: Espigão Alto do Iguaçu, que tinha 4 ocorrências em 2000 e passou para 9 em 2010; Reserva do Iguaçu, com 2 em 2000 e 7 em 2010; e Corumbataí do Sul, com 4 em 2000 e 9 em 2010. Os municípios Coronel Domingos Soares, Fernandes Pinheiro e Arapuã aumentaram a

⁶⁸ Para melhor compreensão, ver Procedimentos Metodológicos neste estudo.



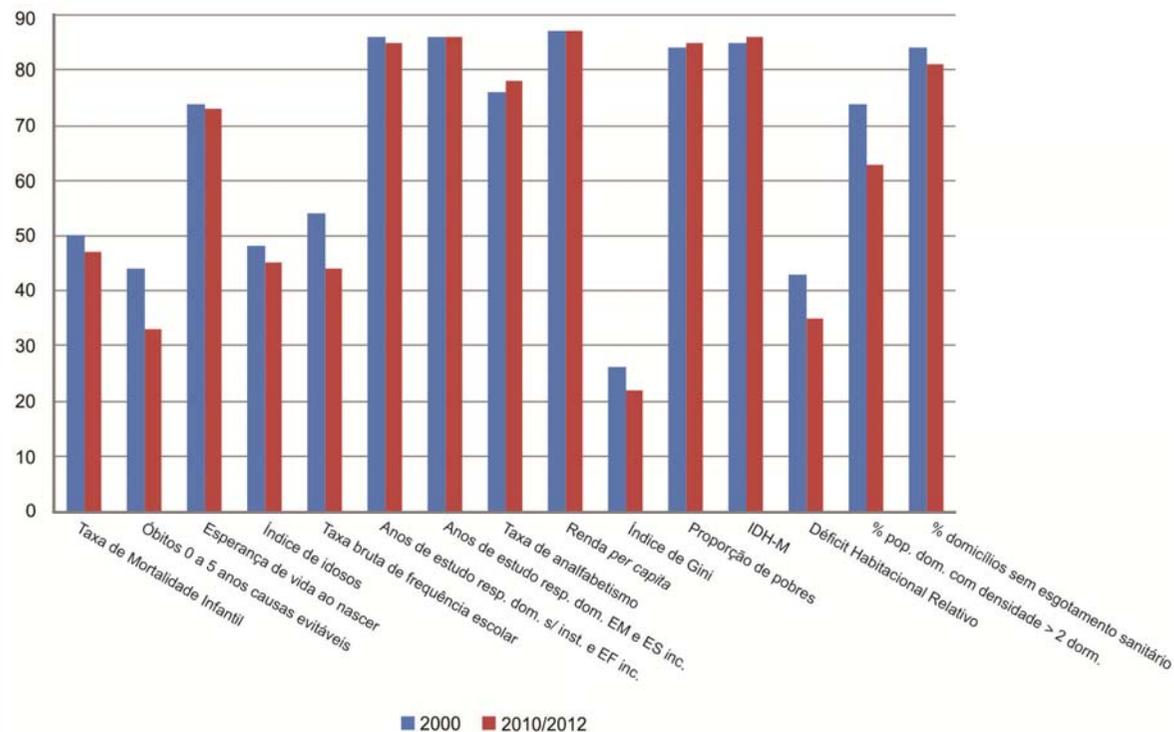
ocorrência em 4 indicadores como críticos: o primeiro passou de 6, em 2000, para 10 em 2010, o segundo de 3 para 7 e o terceiro de 2 para 6. Com acréscimo em 3 indicadores considerados críticos, tem-se Sulina, que em 2000 não apontava nenhum indicador entre os 10% mais críticos do Estado, e em 2010 registrou 3 ocorrências; e Imbaú, que estava com 4 participações em 2000 e passou para 7 em 2010.

Entre os municípios que mantiveram o mesmo número de incidências entre os mais críticos, registre-se que essa manutenção é meramente quantitativa, uma vez que no período houve alteração de participação como crítico de um indicador para outro. Como por exemplo, Diamante do Sul se manteve entre os críticos em 7 indicadores, sendo que em 2000 essa participação ocorreu na Taxa de mortalidade infantil, Óbitos de crianças 0 a 5 anos por causas evitáveis, Índice de Gini, Proporção de pobres, IDH-M, Percentual de população em domicílios com densidade maior que 2 pessoas por dormitório e Taxa bruta de frequência escolar. Em 2010, esse município esteve entre os críticos nos indicadores: Esperança de vida ao nascer, nas duas faixas de Anos de estudo do responsável pelo domicílio (Sem instrução e Ensino Fundamental incompleto e Ensino Médio e Ensino Superior), Taxa de analfabetismo, Renda *per capita*, Proporção de pobres e IDH-M.

Os municípios que não estão classificados como críticos em nenhum dos indicadores em 2000 e 2010 são: Campo Mourão, Irati, Ivaiporã, Mamborê e União da Vitória.

Considerando cada indicador isoladamente, verifica-se que a espacialidade já apresentava em 2000 melhores condições nos indicadores relacionados à condição social na faixa etária infante-juvenil. Em relação à mortalidade infantil em crianças menores de 1 ano, embora tenha decrescido o número de municípios com médias superiores à estadual, caindo de 50 em 2000 para 47 em 2012, mesmo assim 21 municípios aumentaram as taxas em 2012, comparativamente ao ano 2000 (gráfico 11). Essa constatação indica uma dificuldade de operacionalização e na capacidade de execução de políticas estaduais e federais para essa faixa etária nessa espacialidade (ver mapas 41 e 42).

GRÁFICO 11 - NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA ESPACIALIDADE SOCIALMENTE CRÍTICA - PORÇÃO CENTRAL COM INDICADORES PIORES QUE A MÉDIA DO ESTADO - PARANÁ - 2000 E 2010/2012



FONTE: IPARDES
 NOTA: Esse espaço agrega 87 municípios.

No que se refere aos Óbitos de crianças de 0 a 5 anos por causas evitáveis, 16 municípios registraram, em 2010, 100% dos óbitos nesse grande grupo de doenças (doenças infecciosas e parasitárias, doenças do aparelho respiratório e algumas afecções do período perinatal), todos eles destacados como críticos nesse indicador. Essas doenças são objeto prioritário das políticas públicas voltadas à atenção primária de saúde da infância, executadas fundamentalmente pelo poder público municipal, e estão vinculadas diretamente a outros fatores, como condições de moradia e saneamento básico (ver mapas 43 e 44).

Outro indicador que remete à avaliação das condições sociais na faixa etária infanto-juvenil é a Taxa bruta de frequência escolar. Para o conjunto dos municípios do Paraná, a taxa em 2000 era de 95,38% e atingiu, no ano de 2010, o patamar de 97,47%. No ano 2000 havia 206 municípios com taxas abaixo da média paranaense e 227 em 2010. Dos 87 municípios pertencentes à Porção Central, 54 estavam abaixo da média estadual no ano 2000, valor que diminuiu para 44 em 2010. No ano de 2010, os municípios da região com as maiores taxas⁶⁹ eram: Corumbataí do Sul (106,18%), Mallet (104,21%), Boa Esperança (102,96%), Godoy Moreira (102,5%), Quarto Centenário (102,26%), Diamante do Sul (102,17%), Honório Serpa (102,08%), Rio Branco do Ivaí (102,00%), Iretama (101,99%) e Espigão Alto do Iguaçu (101,5%), todos com taxas superiores à média do Estado. As menores taxas para esse indicador foram verificadas em Nova Cantu (87,67%), Arapuã (88,41%), Inácio Martins (89,85%), Sulina (89,95%) e Foz do Jordão (90,57%), que se encontravam entre as mais críticas do conjunto dos municípios do Estado em 2010.

Quanto ao indicador Anos de estudo do responsável pelo domicílio, na categoria Sem instrução e Ensino Fundamental incompleto, o levantamento para o conjunto dos municípios do Paraná apontou, no ano 2000, uma média de 62,7% dos responsáveis pelas famílias nessa condição, percentual que diminuiu para 49,7% em 2010. No ano 2000 havia 374 municípios abaixo da média estadual, e no ano 2010 foram detectados 372. Na Porção Central havia apenas um município abaixo da média do Paraná, em 2000, e dois em 2010.

Considerando que os percentuais mais elevados traduzem baixa escolaridade, os municípios com os valores mais altos de chefes de família sem instrução ou com o Ensino Fundamental incompleto, em 2010, da Porção Central do Estado, foram aferidos em Marquinho (83,07%), Laranjal (79,94%), Ortigueira (78,85%), Campina do Simão (78,81%) e Diamante do Sul (78,55%), índices situados entre os mais críticos do Estado. Para o mesmo ano, Campo Mourão (48,19%), União da Vitória (48,94%), Guarapuava (52,94%), Ivaiporã (57,85%) e Irati (58,49%) apresentavam os menores índices. Todavia, à exceção de Campo Mourão e União da Vitória, os demais apresentavam percentuais inferiores à média do Paraná.

⁶⁹ Os valores podem ser superiores a 100% porque o cálculo é feito sobre a faixa etária entre 6 e 17 anos, e, no conjunto de matriculados, é comum haver pessoas, com mais de 17 anos e menos de 6, estudando.

Na categoria de Anos de estudo do responsável pelo domicílio, com formação de Ensino Médio e Ensino Superior incompleto e completo, no ano 2000 o levantamento indicava, para o conjunto dos municípios do Estado, em média 22,4% dos responsáveis pelas famílias com esses níveis de escolaridade. No ano de 2010, a média verificada foi de 34,6%. Na Porção Central, no ano 2000, havia 86 municípios abaixo da média estadual, total que permaneceu inalterado em 2010. Os municípios desse espaço que apresentavam, para esse indicador, os percentuais mais elevados em 2010 eram Campo Mourão (36,51%), União da Vitória (32,18%), Guarapuava (31,12%), Irati (26,94%) e Ivaiporã (26,60%). Ressalve-se que, excetuando-se Campo Mourão, os demais apresentaram percentuais inferiores à média do Paraná. Os que tiveram os menores índices foram Marquinho (8,88%), Laranjal (9,87%), Ortigueira (10,76%), Campina do Simão (11,06%) e Rio Bonito do Iguaçu (11,37%), todos com valores entre os mais críticos do Estado.

A Taxa de analfabetismo, que considera a população de 10 anos ou mais de idade, do Paraná, no ano 2000, era de 8,57% e, em 2010, de 5,78%. A quantidade de municípios da Porção Central que tinha índices abaixo da média do Estado totalizava 11 no ano 2000 e 9 em 2010. Acima da média eram 76 em 2000, que aumentou para 78 no ano de 2010 (ver mapas 64 e 65).

Em 2010, as menores Taxas de analfabetismo na Porção Central foram levantadas em Mallet (3,01%), Paulo Frontin (3,37%), União da Vitória (3,66%), Rio Azul (3,93) e Irati (4,21%), taxas inferiores à média do Estado. Os municípios que apresentavam as maiores taxas, todos entre as situações mais críticas do Paraná em 2010, eram Corumbataí do Sul (17,53%), Rosário do Ivaí (17,48%), Lidianópolis (16,58%), Diamante do Sul (16,39%), Mato Rico (16,36%) e Nova Tebas (16,30%).

Os indicadores que expressam a renda das famílias e da população são aqueles em que a espacialidade apresenta o maior número de municípios com médias piores que a média estadual em 2010 (ver tabelas A3.1 e A3.2). Quanto à Renda *per capita*, todos os municípios apresentam renda abaixo da renda estadual. Se em 2000 eram 22 os municípios considerados críticos nesse indicador, em 2010 esse número subiu para 27. Considerando que foram destacados como críticos 39 municípios com renda *per capita* mais baixa que o Estado, essa espacialidade agrega aproximadamente 70% desse montante. Ainda, deve-se destacar que, destes, 16 municípios já estavam nessa condição em 2000. São eles: Arapuã, Campina do Simão, Cândido de Abreu, Coronel Domingos Soares, Corumbataí do Sul, Godoy Moreira, Goioxim, Laranjal, Marquinho, Mato Rico, Nova Tebas, Ortigueira, Rio Bonito do Iguaçu, Rio Branco do Ivaí, Rosário do Ivaí e Santa Maria do Oeste. A menor renda *per capita* de 2010 da espacialidade entre os municípios críticos foi registrada em Mato

Rico (R\$ 296,21), e a maior foi de R\$ 438,62 no município de Cândido de Abreu. Vale salientar que a maior renda *per capita* registrada entre os municípios da Porção Central é de Campo Mourão (R\$ 843,42), com um aumento de R\$ 284,30 no período, ainda assim, abaixo da média do Paraná (R\$ 890,89). Situação preocupante é também de Saudades do Iguaçu, o único município que diminuiu a renda *per capita*, de R\$ 627,32, em 2000, para R\$ 604,56 em 2010.

Quanto à Proporção de pobres, verificou-se que todos os municípios da espacialidade obtiveram redução nesse indicador, o que foi positivo. Todavia, somente dois municípios apresentaram proporção de pobres menor que a proporção verificada para o Paraná em 2010 (6,46%): Borrazópolis (6,05%) e Campo Mourão (4,58%). Em 2000, eram três os municípios com proporção menor que a média paranaense daquele período (18,9%): Campo Mourão (18,1%), União da Vitória (16,81%) e Rancho Alegre do Oeste (17,01%) (ver mapas 33 e 34).

Ademais, 20 municípios que já eram críticos nesse indicador em 2000 e continuaram assim em 2010. São eles: Altamira do Paraná, Arapuã, Boa Ventura de São Roque, Campina do Simão, Cândido de Abreu, Coronel Domingos Soares, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Goioxim, Inácio Martins, Laranjal, Marquinho, Mato Rico, Nova Laranjeiras, Nova Tebas, Ortigueira, Palmital, Rio Bonito do Iguaçu, Rio Branco do Ivaí e Santa Maria do Oeste. Dez novos municípios passaram a ser considerados críticos em 2010: Bituruna, Candói, Cantagalo, Cruz Machado, Fernandes Pinheiro, Ivaí, Jardim Alegre, Pinhão, Rebouças e Reserva do Iguaçu. Com isso, têm-se nessa porção do Estado 77% dos 39 municípios com as maiores proporções municipais de pobres do Paraná.

Por outro lado, em termos absolutos, todos os municípios reduziram o número de pessoas na condição de pobreza. Entretanto, se em 2000 eram 11 os municípios considerados críticos nesse indicador, representando 12,6% do espaço, em 2010 o número de municípios críticos subiu para 14, representando 16,1%. Em 2000, dos municípios com os maiores volumes de pobreza, 10 continuaram nessa condição em 2010. São eles: Campo Mourão, Cândido de Abreu, Guarapuava, Irati, Laranjeiras do Sul, Ortigueira, Palmas, Pinhão, Pitanga e Prudentópolis. Outros três novos municípios passaram a ser considerados críticos em 2010 em termos de número de pobres: Cruz Machado, Nova Laranjeiras e União da Vitória (ver tabelas A3.3 e A3.4). Há que se mencionar que nesse grupo estão os municípios mais populosos da Porção Central. Como resultado, em 2000, essa porção territorial concentrava, aproximadamente, 25% do número de pobres do Paraná, e em 2010 essa proporção elevou-se para 29% (ver mapas 10 e 11).

No Índice de Gini o comportamento da espacialidade é aparentemente diferente, se comparado aos demais indicadores sociais. O que se evidencia é que seis municípios apresentaram aumento de índice, significando assim aumento da desigualdade na distribuição de renda. Estes municípios são: Arapuã, Clevelândia, Jardim Alegre, Manoel Ribas, Quarto Centenário e Rio Azul. Se em 2000 eram 26 os municípios com Índice de Gini acima da média paranaense, representando 29,9% da Porção, em 2010, o número de municípios com Índice de Gini acima da média do Estado caiu para 22, representando 25,3% do espaço. Uma análise mais detida de cada um dos municípios no desempenho desse indicador demonstra movimentos não expressivos ao longo da década e que, na essência, revelam uma igualdade, na maior parte dos municípios e sua população, no lado mais perverso do indicador, pois se igualam na pobreza. E esse é um fenômeno que se agudiza na década, visto que em 2000 eram 18 os municípios considerados críticos nesse indicador, e esse número se elevou, em 2010, para 21 municípios, sendo que nove deles permaneceram críticos nos dois períodos, mesmo com a redução do Índice de Gini em todos eles: Altamira do Paraná, Cândói, Espigão Alto do Iguaçu, Guarapuava, Guaraniaçu, Iretama, Mangueirinha, Nova Laranjeiras e Reserva do Iguaçu (ver mapas 45 e 46).

Nos indicadores de moradia, 26 dos 87 municípios do espaço (quase 30%) apresentaram queda no déficit relativo de domicílios. Em 2000 eram 43 os municípios com déficit habitacional acima da média do Estado, e em 2010 esse número caiu para 35. De outro lado, o número de municípios críticos (aqueles que possuem os 10% maiores déficits habitacionais do Estado) aumentou de 12, em 2000, para 20 em 2010, sendo que Bituruna, Clevelândia, Espigão Alto do Iguaçu e Palmas estavam nesse grupo nos dois períodos.

Em termos absolutos, ou seja, em se tratando de volumes, são 19 os municípios que apresentaram queda no déficit habitacional (lembrando que em termos relativos são 26 municípios). Por outro lado, aumentou o número de municípios considerados críticos em maiores volumes de déficit habitacional. Em 2000, eram cinco municípios nessa condição – Campo Mourão, Guarapuava, Irati, Palmas e União da Vitória – e em 2010 eram sete, tendo se somado ao grupo Prudentópolis e Laranjeiras do Sul. Considerando que, à exceção de Laranjeiras do Sul, os demais seis municípios são os que registraram os maiores aumentos de população entre 2000 e 2010, a carência habitacional está vinculada, fundamentalmente, a esse fenômeno (ver mapas 10 e 11).

Quanto às condições de moradia, a análise do Percentual de população em domicílios com densidade maior que 2 pessoas por dormitório demonstra que todos os municípios apresentaram melhora nesse indicador. Se em 2000 eram 74 municípios (85% do espaço)

que apresentavam resultado acima da média paranaense, em 2010 esse número caiu para 63, mas mesmo assim ainda representando 72,4% da Porção Central.

Essa melhora é percebida também em termos absolutos, pois todos os municípios da Porção Central apresentaram redução no número da população que vive em domicílios com densidade superior a 2 pessoas por dormitório. Contudo, os municípios de Campo Mourão, Guarapuava, Irati, Palmas, Pinhão, Prudentópolis e União da Vitória permanecem entre os mais críticos do Estado nesse indicador, em 2010, provavelmente por possuírem maior contingente populacional. O município de Porto Barreiro foi o único do grupo que saiu da condição de crítico em 2010.

Complementando a análise das condições de moradia, vê-se que, em 2010, 24 municípios obtiveram aumento percentual de domicílios sem esgotamento sanitário. Em 2000, três municípios tinham esse indicador abaixo da média do Paraná (46,96%): São João do Ivaí (18,16%), Irati (39,57%) e União da Vitória (16,96%). Em 2010, esse número foi de cinco municípios, sendo que a média paranaense foi de 35,03%: Irati (25,71%), União da Vitória (17,39%), Campo Mourão (24,06%), Guarapuava (34,78%) e Palmas (33,47%). Chama a atenção São João do Ivaí, que piorou, acentuadamente, sua situação nesse indicador, por ter registrado, em 2010, 91,46% dos domicílios do município sem esgotamento sanitário.

O número de municípios críticos em relação à falta de esgotamento sanitário do espaço manteve-se em nove nos dois períodos analisados. Dois municípios estavam entre os críticos em 2000 e 2010: Janiópolis, que diminuiu ligeiramente a proporção de domicílios sem este serviço de 99,7%, em 2000, para 98,5% em 2010; e Farol, também com ligeira diminuição de 99,4% em 2000 para 98,4% em 2010. Em termos absolutos, 58,6% dos municípios do espaço (51 municípios) aumentaram o volume de domicílios sem esgotamento sanitário no período 2000-2010, enquanto em 36 houve redução. Contudo, mesmo tendo reduzido o número de domicílios sem essa infraestrutura, os municípios de Campo Mourão, Guarapuava, Ivaiporã, Laranjeiras do Sul e Pitanga foram classificados como críticos em 2000 e 2010. Prudentópolis foi considerado crítico em 2000, e em 2010 e mostrou aumento no número de domicílios sem esgotamento sanitário. Pinhão não estava entre os críticos em 2000, mas foi adicionado a esse grupo em 2010, pelo aumento no número de domicílios sem esgotamento sanitário ao longo da década.

Considerando a ampliação no número de ocorrências entre os municípios mais críticos do Estado no conjunto dos indicadores analisados, entre 2000 e 2010, alguns municípios da Porção Central do Estado merecem considerações complementares.

Arapuã apresentou duas incidências entre os municípios mais críticos em 2000 e seis em 2010: Taxa de mortalidade infantil (que subiu de 0 para 29,4), Renda *per capita* (subiu de R\$ 207,82 para R\$ 424,27, mas continuou crítico), Proporção de pobres (caiu de 47,3% para 23,9%, mas continua crítico), Taxa bruta de frequência escolar (aumentou de 81,48% para 88,41% inserindo-se entre os críticos em 2010), Taxa de analfabetismo (diminuiu de 18,60% para 14,92%, mas ficou entre os críticos em 2010), Anos de estudo do responsável pelo domicílio na faixa Sem instrução e Ensino Fundamental incompleto (diminuiu de 81,1% para 73,5%, ficando entre os críticos em 2010).

Bituruna estava entre os críticos em três indicadores em 2000 e se manteve com esse número em 2010, nos seguintes indicadores: Índice de idosos (subiu de 12,4 para 20,8, mas continuou crítico), Proporção de pobres (caiu de 33,4% para 21%, ainda assim tornou-se crítico em 2010) e déficit habitacional relativo (caiu de 14,5 para 11,7, mas ficou entre os nos 10% maiores déficits habitacionais do Estado).

Campina do Simão passou de seis para oito indicadores considerados críticos entre 2000 e 2010: Taxa de mortalidade infantil (aumentou de 26,09 para 33,33 e se tornou crítico em 2010), Índice de idosos (passou de 11,4 para 20,63, mas permaneceu crítico em 2010), Taxa bruta de frequência escolar (decreceu de 88,41% para 70,78%, deixando de ser crítico nesse indicador em 2010), Anos de estudo do chefe de domicílio na faixa Sem instrução e Ensino Fundamental incompleto (ampliou de 73,5% para 85,8%, mantendo-se como crítico em 2010), Renda *per capita* (passou de R\$ 229,43 para R\$ 330,48 e permaneceu crítico em 2010), Proporção de pobres (caiu de 48,35% para 31,12%, ainda assim permaneceu crítico em 2010), IDH-M (subiu de 0,491 para 0,630, ainda assim permaneceu crítico) e Percentual de domicílios sem esgotamento sanitário (aumentou de 97,66% para 97,86%, passando a se tornar crítico em 2010).

Cândido de Abreu estava entre os municípios mais críticos do Paraná em sete indicadores em 2000 e aumentou sua participação nesse grupo com nove indicadores em 2010: Esperança de vida ao nascer (aumentou de 67,1 para 71,96 e tornou-se crítico em 2010); Renda *per capita* (aumentou de R\$ 220,44 para R\$ 438,62 mas se manteve crítico também em 2010); Índice de Gini (manteve-se em 0,57, mas passou a ser considerado crítico em 2010); Proporção de pobres (caiu de 53,74% para 27,42%, mas se manteve como crítico também em 2010); IDH-M (subiu de 0,460 para 0,629, porém nos dois períodos se manteve como crítico); Percentual da população em domicílios com densidade superior a 2 pessoas por dormitório (caiu de 46,71% para 29,91%, porém continuou sendo crítico em 2010); Taxa de



analfabetismo (diminuiu de 19,60% para 14,33%, sendo crítico em ambos os períodos); e Anos de estudo do chefe de domicílio na faixa de escolaridade Sem instrução e Ensino Fundamental incompleto (com decréscimo de 84,9% para 73,5%, classificado como crítico nos dois períodos) e na faixa Ensino Médio completo e Ensino Superior incompleto e completo (mesmo tendo ampliado de 6,1% para 13,1%, compôs o grupo de críticos em 2010 nesse indicador). Além desses indicadores relativos, destaca-se que o município apresentou situação crítica também no número absoluto de pobres (caiu de 9.582 para 4.520 pessoas, mas se manteve como crítico ainda em 2010).

Candói ampliou sua participação como crítico de 6 para 8 indicadores considerados críticos entre 2000 e 2010: Óbitos de crianças de 0 a 5 anos por causas evitáveis (92,31% para 100%, passando a ser crítico em 2010); Esperança de vida ao nascer (ampliou de 66,1 para 71,69, passando a ser crítico em 2010); Índice de idosos (subiu de 11,2 para 19,95, mas continuou sendo crítico também em 2010); Índice de Gini (caiu de 0,63 para 0,54, mas se manteve como crítico ainda em 2010); Proporção de pobres (caiu de 41,7% para 22,52%, mas passou a ser considerado crítico em 2010); IDH (subiu de 0,509 para 0,635, mas se manteve como crítico ainda em 2010); e Anos de estudo do chefe de domicílio na faixa de escolaridade Sem instrução e Ensino Fundamental incompleto (diminuiu de 87,9% para 75,2%, sendo classificado como crítico nos dois períodos) e na faixa Ensino Médio completo e Ensino Superior incompleto e completo (com acréscimo de 6,3% para 13,4%, sendo classificado como crítico em 2010).

Cantagalo estava entre os municípios críticos do Estado em cinco indicadores, em 2000, e em sete em 2010: Taxa de mortalidade infantil (caiu de 35,93 para 32,43, passando a ser crítico em 2010), Esperança de vida ao nascer (subiu de 63,0 para 71,05, sendo considerado crítico nos dois períodos), Renda *per capita* (subiu de R\$ 298,39 para R\$ 424,57, passando a ser crítico em 2010), Percentual de pobres (caiu de 45,57% para 23,91%, passando a ser crítico em 2010), IDH-M (passou de 0,516 para 0,635, sendo considerado crítico nos dois períodos), Percentual da população residindo em domicílios com densidade superior a 2 pessoas por dormitório (caiu de 41,14% para 25,6%, sendo considerado crítico nos dois períodos) e Anos de estudo do chefe do domicílio na faixa Sem instrução e Ensino Fundamental incompleto (que subiu de 5,9% para 14,0% e se manteve entre os críticos nos dois períodos).

Civelândia esteve entre os municípios paranaenses considerados críticos em dois indicadores, em 2000, e apresentou incidência entre os críticos em três indicadores em 2010: Óbitos por causas evitáveis em crianças de 0 a 5 anos (subindo de 33,3% para

100%, sendo considerado crítico em 2010), Índice de Gini (subiu de 0,54 para 0,58, considerado crítico em 2010) e déficit habitacional relativo (subiu de 11,23% para 16,90%, sendo crítico nos dois períodos).

Finalmente, Coronel Domingos Soares passou de 6 para 10 indicadores entre os mais críticos do Paraná: Taxa de mortalidade infantil (passou de 19,74 para 34,48, sendo crítico em 2010), Óbitos por causas evitáveis em crianças de 0 a 5 anos (passou de 75% para 100%, sendo crítico em 2010), Esperança de vida ao nascer (ampliou de 71,0 para 72,49, sendo classificado como crítico em 2010), Índice de idosos (ampliou de 8,8 para 17,05, sendo considerado crítico nos dois períodos), Anos de estudos do chefe de domicílio na faixa Sem instrução e Ensino fundamental incompleto (diminuiu de 84,6% para 73,3%, vindo a ser considerado crítico em 2010), Renda *per capita* (evoluiu de R\$ 189,08 para R\$ 353,16, mas foi considerado crítico nos dois períodos), Índice de Gini (passou de 0,56 para 0,54, considerado crítico em 2010), Proporção de pobres (caiu de 54,39% para 35,15%, sendo crítico nos dois períodos), IDH-M (subiu de 0,426 para 0,600, sendo crítico nos dois períodos) e déficit habitacional relativo (subiu de 7,43% para 11,70%, sendo crítico em 2010).

Chama-se a atenção para o elevado número de situações apontando que os problemas sociais dessa espacialidade vão além de necessidades específicas e problemas vinculados a um ou outro indicador isoladamente, ou então, a uma ou outra área social em particular, mas apontam uma situação estruturalmente grave que coloca questões de ordem educacional, de saúde, renda e moradia na pauta para estabelecimento de uma política de desenvolvimento ampla para o Estado e que tome essa espacialidade como prioridade e foco principal de sua ação.

4.8.1.2 Dimensão Econômica

Na Porção Central estão dois municípios que se destacam economicamente – Guarapuava e Campo Mourão – e respondem pela maior proporção dos valores econômicos dessa espacialidade entre os indicadores analisados neste estudo. E em função do desempenho econômico favorável que vem apresentando, essa porção territorial aumenta sua participação ano a ano no VAF Total. Em 2007, seu conjunto de municípios foi responsável por 8,72% do VAF do Estado e 9,16% em 2013, garantindo a 4ª maior participação no VAF estadual neste ano (ver tabela A1.1). No entanto, o número de municípios relevantes diminuiu de 9 para 7 no mesmo período. Eram



Guarapuava, Campo Mourão, Mangueirinha, Saudade do Iguaçu, Irati, União da vitória, Pinhão, Palmas e Candói, em 2007, e os dois últimos deixaram essa condição em 2013 (ver tabela A1.2).

Guarapuava apresentou o maior valor da espacialidade nesse indicador, com comportamento crescente, evoluindo de 1,14% do VAF paranaense em 2007 para 1,28% em 2013. Campo Mourão registrou o mesmo comportamento com 0,57% e 0,68% em ambos os períodos. Mangueirinha, União da Vitória e Pinhão participaram com menos de 0,50% do VAF ao longo da série e se destacam do conjunto de relevantes que vêm perdendo participação continuamente.

No setor Serviços, essa porção perdeu participação em 2013, com 4,83% do VAF de Serviços (era 5,71% em 2007), mantendo em três o número de municípios relevantes em 2013: Guarapuava (1,31%), Campo Mourão (0,64%) e Palmas (0,27%). União da Vitória era relevante em 2007. Observa-se o ganho de participação de Guarapuava e Campo Mourão no período e a queda de Saudade do Iguaçu, que deve seu desempenho fundamentalmente à geração de energia elétrica, que representou 99% do VAF municipal em 2013 (ver tabelas A1.26 e A1.3).

No período 2007-2013 a espacialidade perdeu participação no VAF Industrial, com o registro de 2,90% do VAF Industrial do Estado em 2013 – a sexta posição –, e respondia por 3,05% em 2007 (ver tabela A1.4). Guarapuava continua com a melhor participação do espaço (0,80%), mas com decréscimo em relação a 2007, quando respondia por 0,85% do VAF Industrial. Campo Mourão, por outro lado, ganhou participação de 0,32%, em 2003, para 0,35%, colocando-se como o segundo município do espaço nesse indicador. Irati respondia por 0,22%, em 2007, e passou para 0,26% em 2013 (ver tabela A1.5). Na Indústria Extrativa, destaca-se União da Vitória, com 2,35% do VAF estadual desse segmento industrial. Com referência ao VAF da Construção Civil, a espacialidade apresentou ganho de participação no período – em 2007 representava 3,13% do VAF do setor, chegando a 5,71% em 2013 (ver tabela A1.7).

Relativamente ao Estado, o melhor desempenho da Porção Central foi obtido no setor Comércio, com 7,6% do VAF do Comércio estadual em 2013, embora tenha diminuído seu número de municípios relevantes: em 2007 eram 5 (Guarapuava, Campo Mourão, Irati, União da Vitória e Palmas) e 4 em 2013 (ver tabelas A1.8 e A1.9). Guarapuava guarda a melhor participação da espacialidade, com 1,90% do VAF do Comércio em 2013, seguida por Campo Mourão (0,79%), União da Vitória (0,38%) e Irati (0,36%). Palmas deixou de ser relevante nesse ano.

Essa espacialidade respondeu pelo quarto maior valor de entrada e valor de saída do Estado em 2013, com 5,57% e 5,47%, respectivamente (ver tabelas A1.11, A1.12, A1.28 e A1.29). Internamente à espacialidade, percebe-se que as transações econômicas ocorrem majoritariamente com empresas do próprio Estado, mantendo praticamente inalteradas as relações com empresas de outros estados e com o exterior ao longo do período (tabela 20).

TABELA 20 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO VALOR DE ENTRADA E DE SAÍDA, SEGUNDO ORIGENS - ESPACIALIDADE SOCIALMENTE CRÍTICA - PORÇÃO CENTRAL - PARANÁ - 2007/2013

ORIGEM DO VE E DESTINO DO VS	2007		2013	
	Estado	Espacialidade	Estado	Espacialidade
Valor de entrada				
Origem do Estado	6,05	82,18	6,93	80,32
Origem de outros estados	2,39	16,35	3,60	17,70
Origem do exterior	1,34	1,47	1,38	1,98
Valor de saída				
Para o Estado	4,71	74,23	6,45	77,52
Para outros estados	3,59	21,40	3,66	19,33
Para o exterior	3,68	4,37	3,15	3,15

FONTE: SEFA-PR

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Em se tratando da agropecuária, essa espacialidade tem participação significativa no Estado, alcançando 19,9% do total do VBP paranaense e ocupando a segunda colocação no *ranking* do VBP total por espacialidades em 2013. Essa posição de destaque é favorecida pela ampla região geográfica, que contém os 87 municípios dessa espacialidade, muitos dos quais têm sua atividade principal baseada na economia rural. Considerando os segmentos produtivos entre 2007 e 2013, a produção agrícola se manteve como principal atividade econômica, embora tenha havido queda de participação, compensada pelo crescimento da produção pecuária (ver tabela A1.15).

As atividades agropecuárias mais importantes são os grupos grãos de verão (46,6%), madeirável (9,8%), bovinos (8,9%), produção pecuária comercial (7,2%) e outras culturas de verão (5,6%). Esse conjunto de atividades representa 78,1% do VBP total do Espaço Socialmente Crítico – Porção Central (ver tabela A1.16). As lavouras de soja e milho respondem, respectivamente, por 71,3% e 18,9 % do VBP do grupo grãos de verão. Considerando apenas a lavoura de soja, esta representa 33,2% do VBP da espacialidade, sendo principais produtores os municípios de Guarapuava, Mamborê, Campo Mourão, Luiziana, Candói e Pitanga. Os demais grupos de atividades ocupam parcela inferior a 10% do VBP total dessa espacialidade (ver tabela A1.17).

Entre as peculiaridades agropecuárias, é possível destacar a bovinocultura de leite e a produção de tabaco. A produção de leite, que corresponde a 6,6% do VBP total da espacialidade, está distribuída em todos os municípios. Um conjunto de dez principais municípios responde por 38% da produção de leite, indicando que se trata de atividade em pequena escala. Outro destaque é a produção de tabaco, atividade encontrada em 56 municípios e que alcança 4,2% do VBP total da espacialidade. Em torno de 81,1% da produção total de tabaco no Paraná é obtida em apenas oito municípios: São João do Triunfo (18%), Rio Azul (13,3%), Prudentópolis (11,5%), Ipiranga (10,8%), Irati (8,6%), Guamiranga (7%), Ivaí (6,1%) e Paulo Frontin (5,7%).

Esse desempenho da agropecuária foi acompanhado de acréscimo no número de postos de trabalho formais do setor. Em 2003, a Porção Central respondia por 15,39% dos postos de trabalho formais da agropecuária, silvicultura, extração vegetal e pesca (na época, era a terceira espacialidade nesse indicador), participação que foi ampliada para 19,96%, situando-a como a espacialidade com maior geração de postos de trabalho nesse setor em 2013. O acréscimo foi da ordem de 60%, enquanto a média estadual era de 20%. Em 2003, registrou 17 municípios relevantes, sendo as maiores participações obtidas por Guarapuava e Campo Mourão, acima de 1%; e Palmas, Pinhão e Mamborê, com participações entre 0,50% e 1,00%. Em 2013, 19 municípios foram considerados relevantes, e as maiores participações foram de Guarapuava, com 4,28%; Palmas, com 2,16%; e Campo Mourão, Reserva, Pinhão e Irati, com participações entre 0,50% e 1,00% (ver tabela A1.25).

Essa porção territorial ampliou sua participação no conjunto do Estado também no emprego formal do setor Comércio. Com crescimento acima da média estadual, a Porção Central evoluiu de 7,67% e 7 municípios relevantes, em 2003, para 8,70% e 8 municípios

relevantes em 2013. Em 2003, eram relevantes: Guarapuava, Campo Mourão, União da Vitória, Irati, Ivaiporã, Prudentópolis e Palmas. Em 2013, Laranjeiras do Sul passou a compor esse grupo.

Na Construção Civil, o número de postos de trabalho também aumentou acima da média estadual e o espaço ampliou participação de 5,67%, em 2003, para 6,16% em 2013. Guarapuava (2,00%) e Campo Mourão (0,97%) contabilizaram os maiores números e proporções.

Embora tenha ampliado em 40% a força de trabalho formalizada no setor Serviços, esse espaço diminuiu participação no total dos empregos estaduais do setor, de 6,88%, em 2003, para 5,92% em 2013. Os municípios Guarapuava, Campo Mourão, União da Vitória e Irati mantiveram-se como relevantes em ambos os períodos. E nesses municípios o total de empregos públicos no total do emprego municipal foi da ordem de 10%.

Entretanto, chama a atenção o elevado número de municípios dessa porção do território estadual com grande participação no emprego público no conjunto dos empregos municipais. Enquanto em nível estadual 15,08% dos empregos formais foram registrados, em 2013, na administração pública, 80 dos 87 municípios desse espaço possuíam percentuais acima da média estadual. Os percentuais mais altos foram registrados em: acima de 70%, Mato Rico, Godoy Moreira, Diamante do Sul e Ariranha do Ivaí; entre 50% e 60%, Marquinho, Altamira do Paraná, Porto Barreiro, Laranjal e Nova Tebas; e entre 30% e 50%, Arapuã, Lidianópolis, Espigão Alto do Iguaçu, Corumbataí do Sul, Farol, Fênix, Lunardelli, Rancho Alegre D'Oeste e Goioxim.

Considerando que as maiores perdas de participação aconteceram nos setores com maior número de postos de trabalho – Serviços e Indústria –, a Porção Central diminuiu participação no total dos empregos formais do Paraná, de 7,58%, em 2003, para 6,91%, em 2013, e os municípios relevantes permaneceram os mesmos: Guarapuava (o único com participação acima de 1% em ambos os períodos), Campo Mourão, União da Vitória, Palmas e Irati.

Em 2013, Guarapuava e Campo Mourão apresentaram maior proporção de empregos no setor Serviços, com 37,19% e 40,56%, respectivamente. O setor Comércio apareceu secundariamente, com 28,20% em Guarapuava e 34,05% em Campo Mourão. União da Vitória apresentou proporção maior na Indústria, com 35,25%, seguida de Serviços, com 31,47%. Irati apresentou percentual mais

equilibrado, de 32,44% em Serviços, 29,75% na Indústria e 27,33% no Comércio. Palmas registrou a maior proporção de empregos formais em Serviços, com 26,77%, na Indústria, com 26,32%, e na Agropecuária, Silvicultura, Extração Vegetal e Pesca, com 26,77%.

Caracterizada como espacialidade com perdas importantes de população, a Porção Central do Estado ampliou a faixa de População Economicamente Ativa entre 2000 e 2010, sendo Palmas (5.527) Campo Mourão (7.717) e Guarapuava (10.090) os que mais cresceram em termos absolutos. Em termos relativos, o município que apresentou maior crescimento no período foi Ariranha do Ivaí (44,7%), e a maior redução ocorreu em Altamira do Paraná (-26,9%) (ver tabela A1.19).

Quer pela perda de população ou pela baixa capacidade de geração de trabalho, houve aumento no número de municípios desse espaço com taxa de ocupação menor que a média estadual, de 22, em 2000, para 27, em 2010. Sete municípios diminuíram suas taxas de ocupação no período: Campina do Simão, Laranjal, Goioxim, Grandes Rios, Arapuã, Cruz Machado e Sulina. Porém, desse conjunto, somente Campina do Simão e Arapuã ficaram com taxas abaixo da média estadual em 2010 (ver tabela A1.20).

Quanto à remuneração e escolarização da força de trabalho, a maior parte se encontra nas faixas mais baixas, o que denota a existência de postos de trabalho que requerem menor qualificação para o trabalho e que geram menor rendimento individual (ver tabelas A1.23 e A1.24).

4.8.1.3 Infraestrutura técnico-científica

No levantamento realizado em 2005, em relação à Porção Central a representatividade apontada se deu pela participação de poucos municípios, principalmente Guarapuava e Campo Mourão, que concentravam instituições de ensino superior e cooperativas agropecuárias. A grande maioria dos municípios desse espaço não possuía nenhum ativo institucional (ver tabela A2.2).

Já, no levantamento atual, evidencia-se que essa porção territorial ganhou, no período analisado, seis instituições de ensino superior federais e um *campus* de uma universidade estadual⁷⁰ (ver tabela A2.3).

Tais iniciativas são relevantes, pois a presença de instituições de ensino superior nesse espaço favorece a mobilização de competências necessárias à realização de estudos regionais que subsidiem a elaboração de programas e projetos estratégicos para o seu desenvolvimento, dando possibilidades para que esse espaço possa sair do patamar de precariedade em que se encontra. Ainda, fortalecendo essa espacialidade, surge também o Parque Técnico Científico da Unicentro, em Guarapuava.

Os municípios que apresentaram algum ativo institucional permanecem os mesmos nos dois levantamentos, com exceção de Mangueirinha, que aparece no levantamento atual com uma instituição de ensino superior (quadro 11).

Essa espacialidade se destaca pelo número de cooperativas agropecuárias, sendo que em 2001 representava 20,53% do total das cooperativas do Estado, ficando abaixo somente do Segundo Espaço Relevante. Já, em 2014, passou a representar 25% desse total, ocupando, com isso, na primeira posição. Guarapuava e Campo Mourão⁷¹ concentram o maior número de cooperativas desse espaço (6 e 4 cooperativas, respectivamente) (ver tabela A2.5).

Quanto aos cursos técnicos, estes representaram 9,53% do total do Estado em 2015, ocupando a quarta posição em relação às demais espacialidades (ver tabela A2.4).

⁷⁰ Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) em Campo Mourão e Guarapuava, um *campus* da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS em Laranjeiras do Sul e *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR), com oferta de curso superior, em Palmas, Irati e Ivaiporã. Como iniciativa estadual, a implantação de um *campus* da Universidade Estadual de Maringá (UEM) em Ivaiporã.

⁷¹ Destaca-se a sede da COAMO em Campo Mourão com várias unidades espalhadas na região.

QUADRO 11 - TOTAL DA INFRAESTRUTURA TÉCNICO-CIENTÍFICA, SEGUNDO MUNICÍPIOS - ESPAÇO SOCIALMENTE CRÍTICO - PORÇÃO CENTRAL - PARANÁ - 2003 E 2015

2003		2015	
Município	N.º infraestrutura	Município	N.º Infraestrutura
Guarapuava	6	Guarapuava	9
Campo Mourão	6	Campo Mourão	8
Laranjeiras do Sul	6	Laranjeiras do Sul	4
Ivaiporã	3	Ivaiporã	3
Palmas	2	Palmas	3
União da Vitória	2	União da Vitória	3
Clevelândia	2	Clevelândia	2
Pitanga	2	Pitanga	2
Irati	1	Irati	1
Nova Cantu	1	Nova Cantu	1
Prudentópolis	1	Prudentópolis	1
São João do Triunfo	1	São João do Triunfo	1
		Mangueirinha	1
TOTAL	33	TOTAL	39

FONTES: SICAP-MP; APROTEC; REPARTE; TECPAR; INMETRO, SETI, MEC/INEP/DEED

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

4.8.1.4 Dimensão Ambiental

Cerca de 30% da área da Porção Central, que se encontra a oeste, é representativa do Segundo Planalto Paranaense, enquanto o restante faz parte do Terceiro Planalto. As bacias hidrográficas presentes nesta porção são as do Médio Iguaçu, Alto Ivaí, Piquiri e, havendo em menos proporção as do Alto e Baixo Iguaçu. A área situada na Bacia do Médio Iguaçu caracteriza-se por ser grande geradora de energia hidrelétrica, devido à topografia acidentada do rio Iguaçu neste trecho, que propiciou a instalação de grandes usinas hidrelétricas, e como Salto Segredo, Foz de Areia e de Pequenas Centrais Hidrelétricas. Localizam-se também, nesta bacia, três das quatro Usinas Termoelétricas do Paraná que têm como fonte resíduos de madeira.

Com relação à presença de cobertura vegetal nativa, as áreas onde ocorrem remanescentes de floresta nativa e campos estão distribuídas de forma heterogênea e não ultrapassam 8% da área total da porção, indicando a necessidade de recomposição florestal na região. Na porção sul do espaço, nos municípios de General Carneiro, Reserva do Iguaçu, Coronel Domingos Soares, Inácio Martins, e outros, está concentrado um dos maiores estoques contínuos de Floresta de Araucária do Estado. Presentes também nesta região estão os maiores remanescentes dos Campos Naturais do Estado, no município de Palmas.

Por ser, em área, a maior entre todas as espacialidades do Estado, a Porção Central tem em seus domínios vários padrões de uso da terra, onde se destacam a agricultura intensiva com cultivo de grãos (com parcelas superiores a 50 ha) e, em seguida, as áreas de agricultura associada com pastagens e florestas.

A variedade dos tipos de solos que podem ser encontrados na Porção Central encontra-se dividida no âmbito de suas aptidões, sendo que metade da área apresenta solos com boa aptidão natural para a agropecuária, e a outra metade possui solos com inaptidão causada por potencial erosivo devido ao relevo acidentado. Como Unidades de Conservação, destacam-se a APA Estadual da Serra da Esperança, que protege considerável área de remanescentes do bioma de Floresta de Araucárias ao sul, e o Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas e o Parque Estadual do Lago Azul. De qualquer forma, a Porção Central carece de UCs. Localizada nesse espaço encontra-se a Área Indígena de Marrecas, com 2.098 ha de proteção integral de remanescentes de Floresta Estacional Semidecidual.

Agravando suas condições ambientais, essa porção territorial consome agrotóxicos em grandes quantidades (10,61 kg/ha/ano), o que a situa entre as espacialidades que mais utilizam esses produtos. Os municípios com maior consumo são Foz do Rio Jordão (40,14 kg/ha/ano), Virmond (28,80 kg/ha/ano) e Candói (23,24 kg/ha/ano) (ver tabela A4.2). O levantamento das notificações de taxa de intoxicação em 2011 (ver mapa 52) apresenta os maiores valores para os municípios de Foz do Jordão (187,06), Quinta do Sol (178,71) e Ariranha do Ivaí (165,29), todos muito acima da taxa média do Estado (5,17).

A Porção Central do Estado possui 17 municípios que ainda usam o lixão como destinação dos resíduos sólidos urbanos (RSU). A média de domicílios não atendidos pelo serviço de coleta de lixo na espacialidade chegou a 37,32%, superior à média do Estado, que foi de 22,03% no mesmo período. Os municípios com maior ausência de coleta de lixo foram: Nova Laranjeiras (73,96%), Mato Rico (71,83%) e Goioxim (69,84%) (ver mapa 53).

Sobrepondo esses dois indicadores, verifica-se que sete municípios realizam destinação dos RSU em lixões; além disto, possuem mais de 42% de domicílios sem acesso ao serviço de coleta de lixo: Nova Tebas, Cândido de Abreu, Boa Ventura de São Roque, Santa Maria do Oeste, Campina do Simão, Turvo e Coronel Domingos Soares.

A média de ocorrências de desastres naturais para este espaço é de 9,47 e, apesar de ser mais baixa que a média do Estado (11,40), três municípios apresentam valores bastante altos: Guarapuava (48), União da vitória (45) e Irati (36). Guarapuava e Irati tiveram mais ocorrências relacionadas aos vendavais, enquanto em União da Vitória as enchentes foram as mais registradas.

No que se refere aos assentamentos precários, o município de Pinhão se destaca nesse espaço, com 61 ocupações (ver mapa 54), seguido de Guarapuava (26) e Reserva (15). As ocorrências registradas em Pinhão são bastante elevadas, quando comparadas com a média obtida na Porção Central (4,4) e do Estado (5,1), estando relacionadas, principalmente, a loteamentos irregulares.

A maior parte dos municípios dessa espacialidade, 50 deles (57%), recebe recursos referentes ao ICMS Ecológico. As UCs encontram-se em 43 municípios dessa espacialidade, os mananciais de abastecimento em apenas dois municípios e a combinação de UC e mananciais em cinco municípios. Houve ligeiro acréscimo no número de municípios com UCs no período 2004-2013, passando de 40 para 43. O número de municípios apenas com mananciais de abastecimento decresceu, passando de 3 para 2. Nessa espacialidade, 38% dos municípios apresentam cobertura vegetal abaixo de 7%.

Os municípios que mais se destacaram quanto aos valores recebidos do ICMS Ecológico no ano de 2013 foram: Fernandes Pinheiro, referente a UC e mananciais de abastecimento; e Inácio Martins, referente a UC. Alguns municípios receberam, em 2013, repasses de ICMS Ecológico em percentuais consideráveis em relação ao repasse do ICMS. Os municípios Altamira do Paraná, Corumbataí do Sul, Fênix, Luiziana, Lunardeli e Mato Rico foram os que apresentaram os percentuais mais expressivos.

Entre 2004 e 2013, essa espacialidade obteve acréscimo de 95% de valores oriundos do ICMS Ecológico, demonstrando efetividade quanto à preservação das áreas de UC e mananciais de abastecimento público contidos em seus municípios.

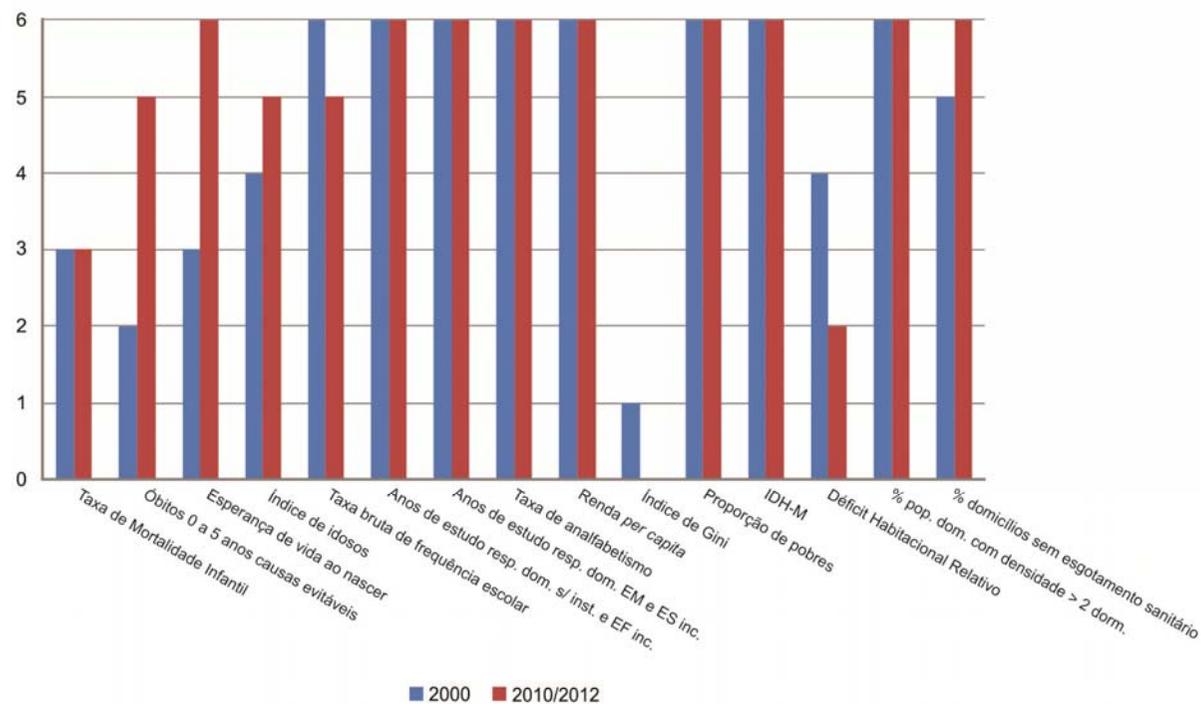
4.8.2 Vale do Ribeira

4.8.2.1 Dimensão Social

O Vale do Ribeira foi classificado como espacialidade socialmente crítica no primeiro estudo Os Vários Paranás, acompanhando análises realizadas em outros estudos socioeconômicos do Paraná (IPARDES, 2004). Situado na periferia da Região Metropolitana de Curitiba, o Vale do Ribeira tem se destacado pelo isolamento, baixo desempenho econômico, elevada precariedade social e dependência do poder público, mesmo localizando-se tão próximo da espacialidade econômica mais dinâmica do Estado. Ainda que, no conjunto de seus municípios, tenha melhorado o desempenho em alguns dos indicadores sociais analisados neste trabalho, acompanhando o desempenho estadual, esta porção do território paranaense permaneceu como espacialidade socialmente crítica em 2000 e 2010, aprofundando essa condição em alguns casos. Todavia, comparando os resultados de seus municípios com as médias estaduais para o conjunto dos indicadores analisados, é nítida a ampliação de situações piores que a média do Paraná (gráfico 12).

À exceção do déficit habitacional relativo e do Índice de Gini, essa espacialidade, mesmo com número tão reduzido de municípios, manteve ou ampliou sua participação na relação de municípios com indicadores piores que os do Estado, o que revela dificuldades estruturais para superação de sua condição social precária, que vão além das dificuldades apresentadas para todo o Paraná. Ainda há que se destacar que nesses dois indicadores as melhoras não foram expressivas e que podem estar associadas às perdas contínuas de população da maior parte dos municípios desse espaço, como no caso do déficit habitacional relativo. Em relação ao Índice de Gini, assim como na Porção Central do Estado, a igualdade de renda está ocorrendo em níveis de rendimento bastante baixos, como se verifica na baixa renda *per capita* da totalidade dos municípios nos dois períodos, assim como na elevada proporção de pobres no conjunto da população. Ou seja, a melhora nos dois únicos indicadores está associada a situações graves de aprofundamento das condições sociais regionais (ver tabelas A3.1 e A3.2).

GRÁFICO 12 - NÚMERO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA COM INDICADORES PIORES QUE A MÉDIA DO ESTADO - PARANÁ - 2000 E 2010/2012



FONTE: IPARDES
 NOTA: Esse espaço agrega 6 municípios.

Os Censos Demográficos de 2000 e 2010 demonstraram que três municípios do Vale do Ribeira reduziram sua população total: Adrianópolis, Doutor Ulysses e Guaraqueçaba, os três com perdas na população rural. Além destes, Cerro Azul também perdeu população rural, ainda que não tenha diminuído a população total. Todos os municípios do grupo ganharam população urbana, sendo que os que mais ganharam em termos absolutos foram Bocaiuva do Sul e Tunas do Paraná, os únicos do grupo que também ganharam população rural.

Entre os indicadores sociais estudados, verifica-se que todos os municípios ampliaram a Esperança de vida ao nascer. Por outro lado, na Taxa de mortalidade infantil houve agravamento da situação em dois municípios – Doutor Ulysses e Guaraqueçaba –, o primeiro passando de 12,66, em 2000, para 31,79, em 2012; e o segundo de 6,41 para 21,28, respectivamente. Os dois municípios considerados críticos⁷² nesse indicador em 2012 são Doutor Ulysses e Tunas do Paraná. Este, apesar de ter apresentado ligeira diminuição, ainda apresentou, em 2012, taxa de 38,76, a maior do grupo. A redução mais expressiva foi observada em Adrianópolis, que de 62,50, em 2000, caiu para zero em 2012.

Três municípios apontaram aumento no indicador Óbitos de crianças de 0 a 5 anos de idade por causas evitáveis: Adrianópolis, Cerro Azul e Tunas do Paraná; e são também três os municípios considerados críticos em 2012 nesse indicador: Adrianópolis, Dr. Ulysses e Tunas do Paraná, todos com 100% dos óbitos no segmento etário de 0 a 5 anos no subgrupo das causas evitáveis.

Tunas do Paraná apresentou redução no Índice de idosos, passando de 17,3, em 2000, para 12,63 em 2010, o único dos municípios do Vale do Ribeira com esse desempenho. Os demais apresentaram aumento neste índice, sendo que o maior foi em Adrianópolis, que passou de 24,1 para 37,99. Há dois municípios desse espaço considerados críticos em 2012 nesse índice: Doutor Ulysses e Tunas do Paraná, apresentando em 22,67 e 12,63, respectivamente.

Nos indicadores educacionais, verifica-se que na Taxa bruta de frequência escolar seis municípios dessa porção do Estado estavam abaixo da taxa estadual no ano 2000, valor que diminuiu para cinco em 2010. Deve-se ressaltar que apesar dos índices inferiores à média estadual na maioria dos municípios da região, todos eles tiveram, para este indicador, evolução considerável em suas taxas no período 2000-2010. Em 2010, os municípios que registraram as maiores taxas foram Guaraqueçaba (97,51%) e Bocaiuva do Sul (97,33%), sendo que este último ainda registrou taxa inferior à média estadual. As menores taxas foram verificadas em três municípios que se encontram, neste indicador, entre as situações mais críticas do Paraná: Doutor Ulysses (82,6%), Cerro Azul (89,15%) e Tunas do Paraná (89,86%).

Na Taxa de analfabetismo, os menores números foram levantados em Bocaiuva do Sul (8,08%) e Guaraqueçaba (13,14%), mesmo assim ambos com percentuais acima da média do Paraná. Os municípios que apresentaram as maiores Taxas de analfabetismo

⁷² Para melhor compreensão, ver Procedimentos Metodológicos neste estudo.

em 2010 foram Tunas do Paraná (16,65%), Cerro Azul (15,72%), Doutor Ulysses (15,19%) e Adrianópolis (14,90%), destacando-se que todos registram taxas entre os mais críticos do Paraná.

Em Anos de estudo do responsável pelo domicílio, na faixa Sem instrução e Ensino Fundamental incompleto, não havia nenhum município do Vale do Ribeira com números melhores que a média do Paraná em ambos os períodos analisados (2000 e 2010). Considerando que os percentuais mais elevados traduzem baixa escolaridade, o fato de todos os municípios da região se encontrarem acima da média do Estado para esse indicador revela menor escolaridade dos chefes de família desse espaço em relação ao conjunto do Paraná. Os municípios com os valores mais altos nesse indicador, ou seja, com proporção pior que a média do Estado, em 2010, são Cerro Azul (82,9%), Doutor Ulysses (80,9%) e Tunas do Paraná (76,4%). Para o mesmo ano, Adrianópolis (71,3%), Bocaiuva do Sul (72,8%) e Guaraqueçaba (73%), apresentaram os menores índices, todavia em condição pior que a média estadual.

De outro lado, em Anos de estudo do responsável pelo domicílio com Ensino Médio e Ensino Superior incompleto e completo, os seis municípios desse espaço estavam abaixo da média estadual, reforçando os indicativos que revelam baixa escolaridade entre os chefes de família da região. Os municípios que apresentavam, para esse indicador, os percentuais mais elevados, em 2010, foram Adrianópolis (17,9%), Bocaiuva do Sul (16,3%) e Guaraqueçaba (14,9%); no entanto, todos ainda abaixo da taxa média do Estado. Os que tiveram os menores índices, e todos eles apresentando taxas entre as mais críticas do Estado, foram Doutor Ulysses (5%), Cerro Azul (8,4%) e Tunas do Paraná (13,5%).

Em síntese, a análise dos indicadores selecionados para a educação evidenciou que três municípios do Vale do Ribeira estiveram, em 2010, entre os mais críticos do Estado em todos os indicadores. E no indicador Taxa de analfabetismo registra-se, ainda, a situação do município de Adrianópolis, que também se situava entre as piores taxas do Paraná.

Todos os municípios aumentaram a Renda *per capita* no período, sendo que a menor variação foi de R\$ 86,70, em Tunas do Paraná, que passou de R\$ 344,57 em 2000 para R\$ 431,27 em 2010, e a maior variação ocorreu em Adrianópolis, com um acréscimo de R\$ 212,08, passando de R\$ 228,71 em 2000 para R\$ 440,79 em 2010. Apenas Bocaiuva do Sul não foi considerado crítico em 2010 nesse indicador e apresentou a maior renda *per capita* do Vale do Ribeira, de R\$ 547,28. Destaca-se que a menor renda *per capita* do Estado foi registrada nessa espacialidade, Doutor Ulysses, nos dois períodos: R\$ 156,51 em 2000 e R\$ 277,33 em 2010.

No Índice de Gini, todos os municípios obtiveram diminuição, mostrando com isso redução da desigualdade na distribuição de renda, embora associada a níveis baixos de rendimento, conforme já mencionado. Não há nesse espaço nenhum município considerado crítico nesse indicador, e apenas Cerro Azul apresentou, em 2000, índice acima da média paranaense. Ou seja, considerando os baixos rendimentos dimensionados pela renda *per capita*, percebe-se que a igualdade na distribuição de renda acontece nos segmentos mais pobres da sociedade paranaense.

Todos os municípios registraram diminuição da Proporção de pobres, contudo quatro deles continuaram sendo considerados críticos em 2010: Adrianópolis, Cerro Azul, Dr. Ulysses e Guaraqueçaba, com respectivamente 22,59%, 29,26%, 38,11% e 36,05%. Esses dados refletem a diminuição no número absoluto de pobres. Entretanto, Cerro Azul, apesar de ter mostrado a maior diminuição da espacialidade (-4.056), continua aparecendo em 2010 como o único município crítico nesse indicador, com 4.938 pobres (ver tabelas A3.3 e A3.4).

Quanto ao IDH-M, todos os municípios apresentaram melhora, embora todos tenham, ainda, índice menor que o do Paraná. Cerro Azul, Doutor Ulysses, Guaraqueçaba e Tunas do Paraná foram considerados críticos em 2000 e mantiveram essa condição em 2010. Além destes, Bocaiuva do Sul passou a ser considerado crítico em 2010.

Em relação à moradia, quatro municípios apresentaram aumento no déficit habitacional relativo: Adrianópolis, Bocaiuva do Sul, Cerro Azul e Tunas do Paraná, e somente Adrianópolis aparece como crítico em 2010, com 14,40%. Em termos absolutos, o maior déficit aparece em Cerro Azul, com 219 moradias, seguido de Adrianópolis, com 154.

Em relação às condições de moradia, todos os municípios apresentaram redução na proporção da população em domicílios com densidade superior a duas pessoas por dormitório. Contudo, todos os 6 municípios do Vale do Ribeira continuam sendo considerados críticos nesse indicador também em 2010, com 29,85% em Adrianópolis, 25,54% em Bocaiuva do Sul, 29,19% em Cerro Azul, 32,57% em Doutor Ulysses, 29,21% em Guaraqueçaba e 37,05% em Tunas do Paraná. Em termos absolutos, à exceção de Tunas do Paraná, que apresentou aumento no número de pessoas que vivem em domicílios com essa densidade, os demais municípios do espaço apontaram redução no indicador. Em 2010, nenhum município foi considerado crítico em termos absolutos nesse indicador.

De outro lado, os municípios que aumentaram a Proporção de domicílios sem esgotamento sanitário foram Bocaiuva do Sul, que passou de 34,59%, em 2000, para 39,58% em 2010; e Tunas do Paraná, que passou de 91,51%, em 2000, para 94,82% em 2010. Bocaiuva do Sul é o município com menor proporção de domicílios sem este serviço no Vale do Ribeira, e Tunas do Paraná o município com maior proporção. Em termos absolutos, os municípios de Cerro Azul, Doutor Ulysses e Guaraqueçaba apresentaram, em 2010, redução de domicílios sem esgotamento sanitário e Adrianópolis, Bocaiuva e Tunas do Paraná tiveram aumento. Nenhum município foi considerado crítico nessa condição.

Ao longo da década, Guaraqueçaba foi o único que melhorou sua situação quanto ao número de indicadores em situações críticas, tendo diminuído sua ocorrência entre os municípios mais críticos do Estado de seis indicadores, em 2000, para quatro em 2010. Em 2010, manteve-se entre os 39 municípios mais críticos do Paraná nos indicadores: Renda *per capita* (era R\$ 205,43 em 2000 e aumentou para R\$ 307,80 em 2010), Proporção de pobres (diminuiu de 53,9% em 2000 para 36,1% em 2010), IDH-M (ampliou de 0,430, em 2000, para 0,587 em 2010) e Percentual da população residindo em domicílios com densidade superior a duas pessoas por dormitório (era de 45,67%, em 2000, e passou a 29,21% em 2010). Deixou de estar entre os mais críticos nos indicadores Esperança de vida ao nascer (era de 64,8 anos, em 2000, e avançou para 72,54 anos, mesmo assim ficando abaixo da média do Estado) e Taxa bruta de frequência escolar (67,8% em 2000 e 97,51% em 2010, ficando acima da média do Estado).

Entre os que mantiveram o mesmo número de ocorrências como críticos nos dois períodos, encontram-se Bocaiuva do Sul e Cerro Azul. Bocaiuva do Sul apresentou duas ocorrências entre os mais críticos em 2000 e em 2010, sendo um deles no indicador Percentual da população residindo em domicílios com densidade superior a duas pessoas por dormitório (era 42,02% em 2000 e passou para 25,54% em 2010). Em 2000, esteve entre os mais críticos na Taxa bruta de frequência escolar (67,80%), deixou esse grupo em 2010, com 97,33%, mas abaixo da média do Estado. A segunda ocorrência entre os críticos, em 2010, ocorreu no IDH-M, que era de 0,523, em 2000, e 0,640 em 2010. Ainda que tenha avançado no cálculo desse indicador, o avanço foi inferior ao obtido pelo conjunto do Estado, de modo que emergiu como crítico em 2010.

Cerro Azul possuía registro de 8 ocorrências em situação crítica em 2000 e 2010, sendo 7 nos mesmos indicadores: Taxa bruta de frequência escolar (era 65,26% em 2000 e 89,15% em 2010), Anos de estudos do responsável pelo domicílio na faixa Sem estudo e

Ensino Fundamental incompleto (87,5% e 82,9%, respectivamente), Taxa de analfabetismo (21,50% em 2000 e 15,72% em 2010), Renda *per capita* (R\$ 245,88 e R\$ 342,88), Proporção de pobres (55,03% e 29,26%), IDH-M (0,450 e 0,573, respectivamente) e Percentual da população residindo em domicílios com densidade superior a duas pessoas por dormitório (47,94% e 29,19%, respectivamente). Em 2000, incidiu como crítico também no Índice de Gini, com 0,62, diminuindo para 0,48 em 2010. Por outro lado, não estava entre os mais críticos no indicador Anos de estudos do responsável pelo domicílio na categoria Ensino Médio e Ensino Superior incompleto e completo em 2000, com 6,9% (mas abaixo da média do Estado) e passou a compor esse agrupamento, mesmo com a ampliação dos responsáveis por domicílio nesses níveis de escolaridade para 8,4% em 2010. Isto significa que a ampliação ocorrida foi inferior à obtida pelo conjunto dos municípios paranaenses. Acrescente-se que em termos absolutos, esse município compôs o grupo de críticos no número de pobres, tendo registrado 8.994 pessoas nessa condição em 2000 e 4.938 em 2010.

Adrianópolis, Doutor Ulysses e Tunas do Paraná ampliaram o número de situações críticas ao longo da década investigada. Adrianópolis contabilizava cinco situações críticas, em 2000, e seis em 2010; Doutor Ulysses, aumentou de 11 para 12, respectivamente; e Tunas do Paraná, com situação de maior gravidade, registrou ocorrência entre os municípios mais críticos do Estado em seis indicadores em 2000 e dez em 2010.

Em 2010, esses três municípios se inseriram entre os críticos nos seguintes indicadores:

- Adrianópolis: com 100% dos Óbitos por causas evitáveis em crianças de 0 a 5 anos, Taxa de analfabetismo (14,90%), Renda *per capita* (com R\$ 440,49), Proporção de pobres (22,59%), Déficit habitacional relativo (14,40%) e Percentual da população em domicílios com densidade superior a duas pessoas por dormitório (29,85%).
- Doutor Ulysses: Taxa de mortalidade infantil (32,79, sendo que era 12,66 em 2000), Óbitos por causas evitáveis em crianças de 0 a 5 anos (que foi de 100% em ambos os períodos), Esperança de vida ao nascer (72,45 anos), Índice de idosos (22,67), Renda *per capita* (R\$ 277,33, em 2010, e R\$ 156,51 em 2000, as menores do Estado nos dois períodos), Proporção de pobres (38,11% da população, mesmo que tenha diminuído significativamente, porque era 62,52% em 2000), IDH-M (0,377, em 2000, e 0,546, em 2010, também os menores índices nos dois anos), Percentual da população em domicílios com densidade superior a duas pessoas por dormitório (32,57%), Taxa bruta de frequência escolar (82,60%), Taxa de analfabetismo (15,19%)

- e Anos de estudo do responsável pelo domicílio nas duas classificações, Sem instrução e Ensino Fundamental incompleto (80,9%) e Ensino Médio e Superior incompleto e completo (5,0%).
- Tunas do Paraná: Taxa de mortalidade infantil (38,76), Óbitos por causas evitáveis em crianças de 0 a 5 anos (100% – era 50% em 2000), Índice de idosos (12,63), Renda *per capita* (R\$ 431,27), IDH-M (0,611), Percentual da população em domicílios com densidade superior a duas pessoas por dormitório (37,05), Taxa bruta de frequência escolar (89,86%), Taxa de analfabetismo (16,65%) e anos de estudo do responsável pelo domicílio nas duas faixas, Sem instrução e Ensino Fundamental incompleto (76,4%) e Ensino Médio e Superior incompleto e completo (13,5%).

4.8.2.2 Dimensão Econômica e infraestrutura técnico-científica

O Vale do Ribeira permaneceu, ao longo da série estudada, como a espacialidade com menor participação e sem registro de municípios relevantes no conjunto dos indicadores econômicos analisados. No VAF total, respondeu por 0,13% do VAF estadual, em 2013; 0,09% do VAF industrial; 0,11% do VAF do Comércio; e 0,13% no VAF de Serviços (ver tabela A1.1).

Na indústria de transformação, observa-se a presença de empresas da Indústria da madeira, fabricação de móveis, papel e celulose (Tunas do Paraná e Bocaiuva do Sul); e Indústria da borracha e plástico, e de minerais não metálicos (Bocaiuva do Sul) (ver tabela A1.6). Mas foi na Indústria extrativa que essa espacialidade apresentou o melhor desempenho, com 3,04% do VAF estadual desse segmento industrial, pelo registro de valores maiores que 1% em Bocaiuva do Sul e Cerro Azul na atividade extração de minerais não metálicos, e Adrianópolis em atividades de apoio à extração de minerais (ver tabelas A1.4 e A1.7).

Em relação às compras e vendas, essa porção territorial obteve 0,09% do valor de entrada e 0,04% do valor de saída do Estado, em 2013 (ver tabelas A1.11, A1.12, A1.28 e A1.29). Internamente à espacialidade, alterou a composição do VE e VS, reduzindo a representatividade das entradas do Estado, e expandindo as entradas do exterior. No valor de saída, a maior alteração ocorreu no faturamento das vendas para outros estados, que quase dobrou de tamanho na comparação entre 2007 e 2013 (tabela 21).

TABELA 21 - PARTICIPAÇÃO DO VALOR DE ENTRADA E DE SAÍDA, SEGUNDO ORIGENS - ESPACIALIDADE SOCIALMENTE CRÍTICA - VALE DO RIBEIRA - PARANÁ - 2007/2013

ORIGEM DO VE E DESTINO DO VS	2007		2013	
	Estado	Espacialidade	Estado	Espacialidade
Valor de entrada				
Origem do Estado	0,03	80,35	0,05	33,08
Origem de outros estados	0,01	18,76	0,14	40,80
Origem do exterior	0,00	0,89	0,30	26,12
Valor de saída				
Para o Estado	0,03	75,29	0,05	67,41
Para outros estados	0,02	15,35	0,04	28,40
Para o exterior	0,05	9,36	0,03	4,20

FONTE: SEFA-PR

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Ou seja, o setor empresarial do Vale do Ribeira, embora ainda com menor capacidade de agregação de valor, vem expandindo suas relações para além do Paraná, o que pode estar indicando um amadurecimento nas relações empresariais, ou a implantação de empresas de perfil diferenciado do existente no início da série estudada.

Com relação à produção agropecuária, essa espacialidade perdeu participação no VBP estadual, caindo de 1,48% em 2007 para 0,94% em 2013 (ver tabela A1.15). Em 2007, dois municípios contribuía com mais de 0,25% do VBP estadual: Cerro Azul (0,52%) e Doutor Ulysses (0,29%). No entanto, em 2013, apenas Cerro Azul continuou relevante nesse indicador, participando com 0,35% do VBP estadual. A atividade florestal continua sendo a mais importante, representando 49,68% do VBP da espacialidade em 2013. Os principais produtos em termos de contribuição para o VBP da espacialidade em 2013 foram: serraria e laminadora (43,40%), mandioca (7,70%), milho (7,28%) e tangerina (6,95) (ver tabela A1.18).

No mercado de trabalho, a representação do Vale do Ribeira é também pequena. Com municípios poucos populosos e reduzida capacidade de retenção de população, em relação à população economicamente ativa (PEA), Tunas do Paraná sobressaiu-se por mais

que dobrar a sua PEA, registrando crescimento de 125,2% entre 2000 e 2010. Em termos absolutos, Bocaiuva do Sul apresentou acréscimo de 1.908 pessoas na PEA. Em percentuais, Doutor Ulysses destacou-se com redução de 28,1% no período (ver tabela A1.19).

Em 2000, Adrianópolis apresentou uma das taxas de ocupação menores do Estado (78,11%) e registrou crescimento de 15,95%, também um dos maiores do Estado, atingindo 94,05% em 2010, mas insuficiente para superar a média estadual. Juntamente com Tunas do Paraná, são os únicos municípios desse espaço socialmente crítico, com taxas de ocupação menores que a estadual em 2010 (ver tabela A1.20).

No emprego formal, o Vale do Ribeira ampliou em 70% seu número de postos de trabalho no período ora investigado, mesmo percentual do conjunto do Estado e, por isso, manteve a participação que conquistou em 2003, de 0,24% (ver tabela A1.21).

O setor Serviços é o maior gerador de empregos dessa espacialidade, responsável por 45,63% dos postos de trabalho formais, em 2013; esse desempenho se deve, em muito, à administração pública. Todos os municípios desse espaço registraram percentual do emprego público no total do emprego municipal acima da média estadual, que foi de 15,08% nesse ano. A média do espaço foi de 32,06%. Os percentuais mais elevados foram encontrados em Doutor Ulysses, com 70,89%, e Guaraqueçaba, com 61,85% de emprego público no total do emprego municipal (ver tabela A1.25).

Cerro Azul, o município mais populoso do espaço, registrou 58,83% dos postos de trabalho no setor Serviços, mas 35,86% do emprego municipal era vinculado à administração pública. Tunas do Paraná e Bocaiuva do Sul, os próximos em termos de população, registraram, respectivamente, 36,74% e 37,29% dos postos de trabalho na Indústria.

Adrianópolis apresentou maior percentual de postos de trabalho no setor Serviços, 41,29% (sendo mais de 2/3 na administração pública), seguido da Indústria, com 19,50%, em 2013. Neste último, destaca-se a extração de minerais como a atividade industrial mais empregadora.

Esse espaço apresentou a maior proporção de emprego com registro de analfabetos e Ensino Fundamental incompleto de todo o Estado, totalizando 28,89% do total de sua força de trabalho com registro na RAIS em 2013. Ou seja, são trabalhadores praticamente sem formação escolar. Igualmente, obteve a maior proporção de postos de trabalho com remuneração média nas duas faixas mais baixas de remuneração (até 1 salário mínimo e de 1,01 a 3,00 salários mínimos), com 88,35% dos trabalhadores nessa condição.

Na infraestrutura técnico-científica, a participação desse espaço socialmente crítico não chega a 1% nos dois períodos estudados (ver tabela A2.2). Sua melhor representação é feita pelo IAPAR, com uma estação experimental em Cerro Azul e uma estação agrometeorológica em Guaraqueçaba (ver tabela A2.3).

4.8.2.3 Dimensão Ambiental

Esse espaço encontra-se dividido em dois segmentos: segmento oeste, onde ocorrem substratos geológicos do Primeiro Planalto Paranaense, e segmento leste, que é englobado pelo município de Guaraqueçaba e se assenta sobre as unidades sedimentares da Planície Litorânea, o embasamento cristalino da Serra do Mar e pequena porção do Primeiro Planalto. O segmento oeste encontra-se totalmente na bacia hidrográfica do Ribeira e o segmento leste na bacia litorânea e uma pequena porção ao norte na bacia do Ribeira. Vastos remanescentes da Mata Atlântica são encontrados no segmento oeste e recobrimdo toda a área do segmento leste, mais especificamente em Guaraqueçaba, constituindo-se a maior extensão contínua de Floresta Atlântica do Brasil. De tal forma que esse espaço possui bons indicadores de conservação dos recursos naturais, destacando-se por apresentar a maior taxa de cobertura florestal remanescente, com extensas formações de Floresta Ombrófila Densa, Restinga e Manguezal, localizados na planície litorânea e na Serra do Mar. Esses ambientes são considerados como de extrema relevância para a conservação da biodiversidade, com um grande número de espécies animais endêmicas.

Com relação ao uso da terra, o segmento oeste apresenta áreas com predomínio de florestas plantadas, seguido de áreas de agricultura onde ocorre a integração de áreas com lavoura e floresta alterada. Apesar de haver algumas áreas com solos de boa aptidão natural, predominam os solos com inaptidão baseada principalmente em potencial erosivo e algumas manchas com afloramentos rochosos. No âmbito das unidades protetivas, o segmento oeste contém os Parques Estaduais das Lauráceas e de Campinhos, enquanto no segmento oeste ocorre a APA Federal de Guaraqueçaba o Parque Nacional do Superagui.

Em razão da baixa ocupação por atividades agrícolas, essa porção territorial apresenta o menor consumo de agrotóxico do Estado, com média muito baixa de 1,33 kg/ha/ano e com baixíssima taxa de notificações por intoxicação de agrotóxico (ver tabela A4.2).

Quanto aos serviços de coleta de lixo, a média de domicílios sem esse atendimento nesse espaço (42,53%) mostrou-se bem acima da média do Estado (22,03%), com os municípios de Doutor Ulysses (72,64%), Guaraqueçaba (61,74%) e Cerro Azul (52,45%) apresentando valores bastante elevados de domicílios sem acesso ao serviço, quando comparados aos municípios com maiores valores desse indicador nas outras espacialidades.

Apesar dos baixos valores de ocorrência de desastres e ocupações irregulares nos municípios desse espaço, a vulnerabilidade socioambiental pode ser notada no município de Guaraqueçaba, pois o mesmo tem a ocorrência desses dois indicadores.

As características ambientais do Vale do Ribeira apresentam grandes áreas de vegetação natural preservadas, especialmente nos municípios de Guaraqueçaba, Adrianópolis e Tunas do Paraná. Juntos, esses municípios respondem por 97% do total recebido de ICMS Ecológico por esta espacialidade. Nesse espaço composto por seis municípios, cinco (83%) recebem recursos referentes ao ICMS Ecológico, devidos, exclusivamente, às Unidades de Conservação. Observa-se que o município Doutor Ulysses não recebe recursos do ICMS Ecológico, e Cerro Azul, apesar de receber recursos dessa fonte, apresenta cobertura vegetal abaixo de 7% em seu território em 2013.

O município Guaraqueçaba abriga a APA de Guaraqueçaba. Conforme o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, esta área compõe-se de mais de 282 mil hectares de área protegida, com grande relevância na região, abrigando três Unidades de Conservação (UCs) federais em seus limites: o Parque Nacional do Superagui, a Reserva Biológica (REBIO) Bom Jesus e a Estação Ecológica (ESEC) de Guaraqueçaba.

5 OS VÁRIOS PARANÁS NO PERÍODO 2003-2015

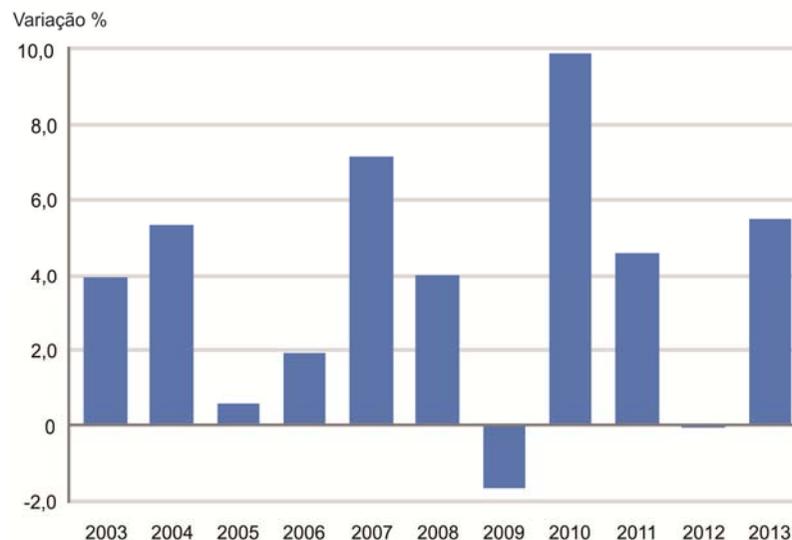
Nos estudos socioeconômicos, uma década é um período que permite identificar e confirmar tendências, verificar evoluções, comparar resultados, especialmente quando se tem como referencial analítico o período anterior, com dados, indicadores e informações sistematizadas. É também um bom período para se avaliar o impacto de políticas em andamento. Mesmo realizando uma análise de caráter mais geral, este trabalho pode indicar suas efetividades e apontar elementos para o planejamento e a ação governamental no sentido do desenvolvimento estadual sustentável.

As análises até aqui realizadas ressaltaram, em termos de hierarquia regional e características intrarregionais, um Paraná não muito diferente daquele a que chegou o estudo Os Vários Paranás publicado em 2005, elaborado sob os mesmos pressupostos teórico-metodológicos empregados neste trabalho. O Paraná encerra a primeira década dos anos 2000 como um Estado complexo, diversificado, repleto de potencialidades e heterogêneo, de um lado, concentrado, e desigual de outro. A inserção do Estado no mercado nacional e internacional do trabalho, evidenciada em estudos socioeconômicos desde meados do século XX, apresenta-se mais perceptível, sólida e madura.

Em razão da integração nacional que possui, muito contribuiu para este resultado o desempenho econômico nacional da década investigada, que coincide com o período em que o Brasil apresentou seus melhores resultados em indicadores econômicos no passado recente. O Paraná, por possuir uma pauta de produção diversificada, participou e se beneficiou desse avanço, com expansão das atividades da indústria, agropecuária e prestação de serviços. Os dados do Estado demonstram crescimento importante no Produto Interno Bruto em quase todos os anos no período 2003-2013 (gráfico 13).



GRÁFICO 13 - VARIAÇÃO ANUAL DO PRODUTO INTERNO BRUTO - PARANÁ - 2003-2013



FONTE: IBGE-IPARDES - Contas Regionais do Brasil

Em que pesem os ciclos observados, com descensos de 2005 e 2009 oriundos respectivamente da política monetária restritiva e da crise internacional a partir da crise imobiliária americana, o período foi marcado por razoável crescimento médio da economia brasileira, decorrente de alguns componentes importantes. Inicialmente, a indústria vinha de uma intensa fase de reestruturação produtiva desde meados dos anos 90 e com capacidade ociosa, que pode ser aproveitada na ampliação da produção para o mercado internacional no início dos anos 2000. Nesse período, a economia ensaiava seus primeiros passos rumo ao importante crescimento observado ao longo da década favorecido pela política cambial e consequente crescimento das exportações. Por sua vez, o setor agropecuário vinha, desde a década anterior, de importante processo de expansão de novas fronteiras de produção, de alterações em sua estrutura de financiamento (com maior protagonismo privado) e ampliação de diversas cadeias agroindustriais, como a de aves.

Ao mesmo tempo, o ajuste fiscal, a implementação do regime de metas de inflação e o reequilíbrio do setor externo possibilitaram importante estabilidade macroeconômica, a qual, em passo seguinte, permitiu o manejo de taxas de juros, a expansão do crédito e o aumento dos investimentos, inclusive, os investimentos estrangeiros, embasados na progressiva melhoria dos *ratings* internacionais do país. Em momentos diversos do período, a inflação esteve em patamares próximos e mesmo abaixo do centro da meta, com os juros básicos registrando taxas inferiores a dois dígitos, o que contribuiu para maiores ganhos reais dos rendimentos do trabalho e conferiu incentivos ao investimento produtivo.

Aliado a isso, o Brasil se beneficiou do ciclo mundial de *commodities*, liderado pelo forte crescimento chinês, com resultados importantes na geração de divisas nas transações correntes do país, no reforço do investimento direto externo e na geração de emprego e renda, particularmente pelos setores mineral e agropecuário. Em seu conjunto, as exportações saltaram do patamar de US\$ 55 bilhões em 2000 para mais de US\$ 200 bilhões em 2010.

O salário mínimo nacional teve aumentos sucessivos, somando 78,08% de crescimento real no período 2004-2013. Ressalte-se o alcance dessa estratégia na medida em que atinge amplo segmento da população remunerada pelo piso, os beneficiários do INSS que recebem aposentadoria pelo piso nacional, além de trabalhadores que têm seus salários reajustados, ainda que informalmente pelo mínimo. Estima-se que o efeito renda do salário mínimo, lembrando que salário gera demanda, atinge mais de 40 milhões de pessoas em nível nacional (LOURENÇO; SUZUKI JÚNIOR, 2011). No Paraná, essa estratégia foi reforçada pela instituição do salário mínimo regional em 2007, e desde então o piso regional teve acréscimo superior ao acréscimo do piso nacional. Em 2013, o salário mínimo regional paranaense era 30% superior ao piso nacional.

As políticas públicas de transferência de renda, capitaneadas pelo Bolsa Família, também possibilitaram maior capacidade de consumo a indivíduos até então sem acesso a bens essenciais. Sua cobertura chegou, em 2010, a 12.778.220 famílias em todo o território nacional, com transferência de 14,4 bilhões de reais. No Paraná, atingiu 466.607 mil famílias, o que significou 3,7% das famílias atendidas em nível nacional e 13% das famílias paranaenses. O total de investimento do programa no Estado representou, nesse ano, 466 milhões de reais. Em 2015, foram atendidas 13.936.791 famílias, com transferência de 27,6 bilhões de reais no Brasil, sendo 400.103 famílias paranaenses (2,9% das atendidas no país e 11% das famílias residentes no Estado), com desembolso de 684,1 milhões de reais, o que

representou 2,5% do total nacional. Observa-se que, além do benefício social do rendimento, trata-se de recurso que circula e aquece a economia, principalmente no segmento representado pelas pequenas empresas do setor comércio, com capacidade de potencializar setores econômicos de maior complexidade.

Complementarmente, milhares de paranaenses ascenderam a um novo padrão de renda e consumo, que permaneceu alimentando o crescimento econômico. Trata-se de pessoas até então localizadas na base da pirâmide social, que ampliaram a demanda por bens e serviços de melhor qualidade, e de pessoas que já estavam em condição mais favorável na escala social e também se beneficiaram da ampliação de renda conquistada no período.

Do ponto de vista social, em nível nacional, avaliações do Programa Bolsa Família têm evidenciado sua participação na melhoria dos indicadores sociais, como o Índice de Gini, proporção de pobres, entre outros.

Soares, Ribas e Osório (2010) constataram que o Bolsa Família contribuiu para a redução da desigualdade e da extrema pobreza no Brasil. Suas pesquisas revelam que o Programa teve uma participação de 21% na queda registrada no índice de Gini, sendo responsável pela diminuição de 12% na pobreza (hiato da pobreza) e de 19% na severidade da pobreza. Na redução das desigualdades, o benefício se configura como a segunda renda mais importante para as famílias, sendo superada apenas pelos rendimentos do trabalho. Admite-se que a queda da desigualdade, explícita pelo declínio do índice de Gini, está primordialmente atrelada ao comportamento dos rendimentos do trabalho, decorrente da política de valorização do salário mínimo em termos reais, da expansão do mercado de trabalho formal, da estabilidade e do crescimento econômico. Por outro lado, considerando o baixo percentual despendido pelo governo federal com os programas de transferência condicionada de renda, Kerstenetzky (2009) advoga que o impacto e a relevância do Bolsa Família na redução da pobreza e desigualdade são mais significativos do que os rendimentos do trabalho (ZIMMERMANN; ESPÍNDOLA, 2015).

Ainda, nessa direção, contribuiu o estímulo ao microcrédito, produtivo e para o consumo, com foco nas camadas mais baixas da população, que trouxe avanços significativos no acesso ao crédito, ampliação da rede bancária e mudanças jurídicas e institucionais, como a criação da modalidade de crédito consignado, que diminuiu o risco de inadimplementos nos empréstimos a trabalhadores e aposentados de menor renda (CRUZ, 2016). No conjunto, essas estratégias ampliaram o mercado interno nacional, o qual sustentou a economia no período.

No tocante ao mercado de trabalho, depois de um longo período de convivência com taxas de desemprego de dois dígitos, o Brasil assistiu a uma intensa mudança estrutural, que elevou a taxa de ocupação e diminuiu o desemprego. O dinamismo do mercado interno desempenhou papel crucial para o crescimento do emprego ao longo desse período. No Paraná, a taxa de ocupação da população economicamente ativa chegou a 95,0% em 2010, representando um desemprego próximo de 5,0%. A Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínua registrou 3,7% de taxa de desocupação⁷³ no último trimestre de 2013, reforçando o cenário de pleno emprego à época (IBGE, 2016). Houve aumento real de 38,0% no rendimento médio dos trabalhadores formais do Estado entre 2004 e 2013, além de aumento de 53,6% no número de postos de trabalho formal no mesmo período (RAIS-MTE, 2016). O aumento real da renda dos trabalhadores e o aumento do número de postos de trabalho se traduziram em melhoria na qualidade de vida do trabalhador, na medida em que o trabalho formal está vinculado a uma série de benefícios, como férias remuneradas, décimo-terceiro salário, previdência social, entre outros. Tal melhoria pode ser constatada em indicadores sociais, como o aumento da renda *per capita*, decréscimo na proporção de pobres e o IDH.

Nota-se, contudo, que esses avanços econômicos não foram homogêneos, embora tenham reforçado a organização e hierarquia entre as porções territoriais observadas anteriormente. Como já mencionado, a primeira etapa deste trabalho, consolidada no Capítulo 3, identificou as mesmas espacialidades socioeconômico-institucionais identificadas em 2005. Contudo, o estudo inter e intraespacialidade realizado no capítulo seguinte verificou movimentos e variações distintos, que apontam diferentes níveis e formas de participação dos municípios e porções territoriais no desempenho socioeconômico estadual do período.

A análise dos indicadores econômicos reiterou a concentração econômica no Primeiro Espaço Relevante, que continuou apresentando capacidade mais diversificada e com maior agregação de valor, embora com pequena redução de participação em parte dos indicadores, o que indica sutil desconcentração econômica para o restante do Estado. Sua relevância se deve não somente às condições socioeconômicas próprias que desenvolveu ao longo da história, mas às articulações econômicas e políticas, e às ações do Estado, que lhe garantiram atratividade para diferentes tipos de capital e de população. Essa espacialidade se afirma como o principal centro econômico do

⁷³ É a porcentagem das pessoas sem trabalho em relação às pessoas economicamente ativas (com 14 anos ou mais de idade) quando da realização do Censo Demográfico.



Estado, que articula e subordina, de certa forma, as demais espacialidades econômicas relevantes estaduais, por meio de uma estrutura produtiva que articula e interage com espaços econômicos que extrapolam as fronteiras do Paraná. Sua estrutura produtiva é integrada às demais espacialidades paranaenses, bem como aos estados vizinhos, particularmente São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

É ela também que lidera o corredor industrial regional formado por Blumenau/Joinville/Curitiba/Londrina/Maringá, "o que revela vantagens potenciais de atração industrial em função das externalidades de serviços produtivos especializados e complementaridade produtiva decorrentes das vantagens de proximidade geográfica" (LEMOS et al., 2005, p.346). Essa liderança reafirma a importância regional do arranjo de Curitiba, transcendendo os limites do Estado do Paraná. [...] Esse arranjo é polarizado por uma metrópole cuja área de influência cobre todo o território paranaense e adentra o Estado de Santa Catarina, compartilhando com Porto Alegre a polarização desse território (MOURA, 2009, p.198, 221).

Além disso, por sediar o principal aeroporto do Estado e o porto de Paranaguá, segundo maior porto do país, sedimenta relações socioeconômicas e sua inserção na divisão internacional do trabalho.

Juntos, o Primeiro, Segundo e Terceiro Espaços Econômicos Relevantes seguem respondendo pela maior geração da renda estadual. Ao longo da década estudada, eles responderam por, aproximadamente, 75% do Valor Adicionado Fiscal do Estado, embora com decréscimo contínuo, pela maior participação na agregação de valor das demais especialidades econômicas (tabela 22).

TABELA 22 - PARTICIPAÇÃO DAS ESPACIALIDADES NO VAF TOTAL DO ESTADO - PARANÁ - 2007, 2010 E 2013

ANO	ESPACIALIDADE				TOTAL
	Primeiro Espaço Relevante	Segundo Espaço Relevante	Terceiro Espaço Relevante	Demais	
2007	50,0	14,4	12,9	22,7	100,0
2010	49,9	14,9	12,1	23,1	100,0
2013	46,5	15,6	12,8	25,1	100,0

FONTE: SEFA-PR

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

O mesmo fenômeno é observado quando da análise da distribuição dos postos de trabalho. As três principais espacialidades socioeconômicas relevantes mantiveram, aproximadamente, 80% do emprego total do Estado, reforçando o potencial concentrador que essas porções territoriais apresentam (tabela 23).

TABELA 23 - PARTICIPAÇÃO DAS ESPACIALIDADES NO EMPREGO FORMAL DO ESTADO - PARANÁ - 2003/2013

ANO	ESPACIALIDADE				TOTAL
	Primeiro Espaço Relevante	Segundo Espaço Relevante	Terceiro Espaço Relevante	Demais	
2003	48,3	19,4	10,2	22,1	100,0
2013	47,9	19,5	10,9	21,7	100,0

FONTE: MTE/RAIS

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Internamente a essas três espacialidades, as mudanças observadas estão relacionadas às dinâmicas das atividades econômicas que predominam em cada uma delas. No setor industrial, a perda de participação do Primeiro Espaço foi mais expressiva e devida, em grande medida, à redução do faturamento da indústria de petróleo e derivados em Araucária, ocasionada por mudanças na política de preços praticados pela Petrobras. De outro lado, no Segundo e Terceiro Espaço Relevante a expansão da participação do VAF da Indústria no período 2007-2013 foi impulsionada pelo crescimento da indústria alimentar. No Estado, o VAF da indústria apresentou redução de participação, de 39,35% em 2007 para 36,88% do VAF total em 2013.

Em relação à produção agropecuária, o Terceiro Espaço Relevante foi o maior produtor agropecuário do Estado em todo o período analisado, participando com 21,7% do VBP em 2013, com destaque para a produção de aves, suínos e grãos de verão. Cabe ainda mencionar que a Espacialidade Socialmente Crítica - Porção Central participou com 20,0% do VBP em 2013, destacando-se na produção de bovinos, grãos de verão e madeireira (tabela 24).

TABELA 24 - PARTICIPAÇÃO DAS ESPACIALIDADES NO VBP TOTAL DO ESTADO - PARANÁ - 2007/2013

ANO	ESPACIALIDADE				TOTAL
	Primeiro Espaço Relevante	Segundo Espaço Relevante	Terceiro Espaço Relevante	Demais	
2007	12,1	14,4	20,3	53,2	100,0
2010	12,6	14,0	20,4	53,0	100,0
2013	11,9	13,6	21,7	52,8	100,0

FONTE: SEAB/DERAL

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Em termos absolutos, o Estado e cada uma das espacialidades ampliaram o faturamento das compras e vendas em todas as origens: do próprio Estado, de outros estados e do exterior. Mas foi na origem do próprio Estado que a ampliação foi mais significativa, o que pode estar relacionado à potencialização do mercado interno decorrente do aumento da renda e do poder aquisitivo da população estadual. A Porção Noroeste registrou o maior aumento do valor de entrada e de saída do Estado entre 2007 e 2013, seguido pelo Segundo Espaço Relevante. Enquanto o Noroeste ampliou suas relações com o próprio Estado em ambos os indicadores, o Segundo Espaço ampliou o comércio com outros estados e com o exterior.

A Porção Noroeste apresentou elevado desempenho econômico, acima da média estadual, ancorado na indústria alimentar, de bebidas e têxtil, e nas atividades agropecuárias. Essas atividades são mais intensivas em trabalho, o que justifica a elevação dos postos de trabalho, com crescimento contínuo desde os anos 2000. Porém, são atividades de baixa remuneração e que demandam menor qualificação para o trabalho – cerca de 40% da força de trabalho dessa porção territorial é classificada como analfabeta (10% do Estado). A Porção Noroeste concentra ainda 20,1% dos empregos formais do Estado com Ensino Fundamental incompleto. Ou seja, ampliou o número de postos de trabalho e a ocupação acima da média do Estado, mas pela geração de trabalho de menor qualificação e com remuneração mais baixa. O melhor desempenho da espacialidade é de Cianorte, com evolução positiva contínua em todos os indicadores econômicos analisados, o que também explica a taxa de ocupação acima da média do Estado em 2000 e 2010.

O Sudoeste também ampliou significativamente as exportações, mas o maior acréscimo de faturamento de suas atividades ocorreu em compras e vendas de empresas do próprio Estado. Houve fortalecimento da integração característica da atividade industrial predominante nessa espacialidade, voltada à produção de corte de aves e produtos relacionados, que apresentou elevação da demanda devido ao aumento da renda estadual e nacional. Essa espacialidade obteve o maior crescimento proporcional no emprego formal entre 2003 e 2013, próximo a 100%. O maior acréscimo aconteceu na indústria, que registrou 32,2% dos empregos formais, em 2013, e 33,5% em serviços.

Ainda que tenha mantido e aprofundado sua característica de espacialidade com atividade econômica especializada na produção agroindustrial, o Terceiro Espaço Econômico Relevante foi o que mais demonstrou capacidade de transbordamento da atividade econômica, pela incorporação de maior número de municípios relevantes em termos de geração de valor econômico. Todavia, o crescimento de postos de trabalho seguiu a média estadual, e o maior crescimento aconteceu no setor industrial, mas em postos de trabalho de menor qualificação.

Mas não foi somente nessa espacialidade que as contratações aconteceram com esse perfil. Na década estudada, a geração de emprego em todo o Estado ocorreu de forma acentuada nas faixas mais baixas de escolaridade e de remuneração.⁷⁴ Os postos de trabalho com escolaridade e remuneração mais elevadas permanecem nos municípios mais dinâmicos em termos econômicos. Considerando que eles sediam as atividades econômicas mais complexas do Estado, esse fato indica uma demanda de trabalho mais qualificado em decorrência do atual desenvolvimento das forças produtivas paranaenses, ou seja, do nível técnico e tecnológico atingido pela produção, mas pode estar indicando também a possibilidade de maior seletividade de pessoal diante de força de trabalho mais abundante. Observa-se que são estes também os municípios mais populosos do Paraná, que apresentam crescimento populacional mais intenso, onde estão os melhores ativos educacionais do Estado e para onde migra e se prolifera a população com nível mais elevado de escolaridade formal.

É importante ressaltar que, no total do Paraná, houve ampliação do número de municípios relevantes na maior parte dos indicadores econômicos estudados. Isso demonstra mais capacidade de a atividade produtiva se espalhar pelo território, adensar as relações econômicas identificadas anteriormente e, conseqüentemente, incorporar mais população na produção da riqueza estadual. Esse fato é facilmente percebido

⁷⁴ É necessário considerar que a remuneração dos postos de trabalho está disponibilizada pela RAIS por faixas salariais, segundo o salário mínimo nacional, sendo que este, como já mencionado, obteve aumento real no período investigado.

na análise espacial, principalmente com a expansão das manchas de municípios relevantes do Primeiro, Segundo e Terceiros Espaços Relevantes. No caso do Segundo Espaço, percebe-se, ao longo do tempo, a quase formação de uma mancha única de municípios relevantes, impulsionada pela dinâmica socioeconômica das aglomerações urbanas de Maringá e Londrina. Em 2005, os municípios relevantes formavam dois agrupamentos separados em torno desses dois municípios. Também naquele momento, os estudos evidenciavam a influência do Segundo Espaço Relevante em relação a duas outras espacialidades. A primeira é o Norte Pioneiro, pela influência da Aglomeração Urbana de Londrina, e a segunda, a Porção Noroeste, pela influência da Aglomeração Urbana de Maringá. Ao longo dos 10 anos estudados neste trabalho, no conjunto, os maiores ganhos econômicos do Segundo Espaço Relevante aconteceram nos municípios que compõem a Aglomeração Urbana de Maringá, em nível semelhante ao ocorrido no Noroeste. Em ambos, o desempenho foi superior ao obtido pelo total do Estado no período. De outro lado, o desempenho econômico dos municípios da Aglomeração Urbana de Londrina foi menor, e o Norte Pioneiro manteve o nível de participação na renda estadual que já tinha no início da década.

Há outro aspecto qualitativo da evolução socioeconômica ocorrida no Paraná nos anos recentes. Alguns municípios que se inseriram tradicionalmente na dinâmica das aglomerações urbanas e metropolitana como municípios-dormitório vêm registrando desempenho importante em atividades ligadas ao setor industrial e de serviços, principalmente, oferecendo importantes alternativas de trabalho às suas populações e, com isso, alterando suas características originais. É o caso de Fazenda Rio Grande, Colombo, Sarandi, Marialva, Assis Chateaubriand, Cafelândia, Iporã, somente para citar alguns.

A Espacialidade Especializada do Centro-Oriental não apresentou avanços expressivos. Seu melhor desempenho permanece sendo o da produção industrial voltada à fabricação de papel, papelão e similares, e à silvicultura (pínus), que vem exercendo forte pressão nos remanescentes nativos (araucária). Os investimentos significativos nessa área para os próximos anos têm importância do ponto de vista econômico, mas são preocupantes para o Estado quanto aos impactos ambientais e sociais que podem produzir, o que vai demandar do poder público capacidade de intervenção para conter desequilíbrios à sustentabilidade do desenvolvimento nessa espacialidade. De outro lado, percebe-se que esse espaço econômico relevante vem melhorando a qualidade dos postos de trabalho, o que se observa pela ampliação de empregos com remuneração e com escolarização na faixa do Ensino Médio, em que registrou proporções maiores que as do Estado. Mesmo assim, seus municípios, além da vulnerabilidade ambiental, apresentam alta vulnerabilidade social e estão próximos das

condições mais críticas do Estado. A espacialidade vem se expandindo mais intensivamente em direção a Ortigueira e São Jerônimo da Serra, municípios que a ela devem ser agregados, quando do planejamento e estabelecimento de políticas de desenvolvimento regional.

A pressão sobre o meio ambiente, a ponto de desafiar a sustentabilidade do desenvolvimento, não é assunto particular do Espaço Especializado do Centro-Oriental. É um aspecto presente na história e na formação econômica do Paraná e se mantém como desafio para todas as suas espacialidades. Os recursos físicos ou naturais originais do Estado ofereceram o substrato inicial ao seu desenvolvimento. Mas as condições atuais são muito diferentes das encontradas desde o surgimento dos primeiros agrupamentos populacionais em porções esparsas de seu território. A formação do Paraná a partir do uso de seus recursos naturais teve um custo ambiental. Para assegurar a sustentabilidade do desenvolvimento, presente e futuro, alguns aspectos devem ser considerados em cada estratégia elaborada, sabendo-se que cada espacialidade também se distingue nessa área.

Por sediar atualmente a maior população e as principais atividades econômicas do Estado, para o Primeiro Espaço Relevante os aspectos vinculados ao meio ambiente remetem, principalmente, à bacia do alto Iguaçu, que tem a maior demanda hídrica do Paraná (23%) e, como consequência, a maior geração de efluentes e as maiores concentrações de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) do Estado. Também é nesse espaço que se encontra a maior parte das Unidades de Conservação, tanto em quantidade como em área. De forma geral, a infraestrutura em saneamento apresenta bom serviço ao usuário, e a coleta de lixo mostrou melhores indicadores do que nas outras espacialidades. No entanto, a capital paranaense apresenta valores bastante negativos no que se refere à qualidade dos recursos hídricos e tem alta vulnerabilidade socioambiental, determinada pela associação das ocorrências de desastres naturais com os elevados registros de assentamentos precários.

Dois fatos caracterizam negativamente o Segundo Espaço Relevante com relação à dinâmica ambiental: possui menos de 10% de remanescentes do bioma natural (Floresta Estacional Semidecidual) em sua área total e carência de Unidades de Conservação (UCs), que protejam o bioma dos campos naturais com apenas 3.600 ha da área total do espaço. São, na maioria, Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), e muito poucas foram criadas pelo poder público. Outro fator intrigante é que essa espacialidade, apesar de não apresentar altos teores de uso de agrotóxicos por área, se comparada com outros espaços, tem o município de Jataizinho, com taxas mais altas de notificações de contaminação por agrotóxicos (411,18 notif./100mil hab.).



No Terceiro Espaço Relevante é que ocorre um dos maiores estoques de vegetação natural do Estado, protegido pelo Parque Nacional do Iguaçu. Também merece destaque a existência nesse espaço da Usina Hidrelétrica de Itaipu, a maior do Paraná e líder mundial de produção de energia renovável, que apresenta um lago com área superior a 1.300 km². A boa aptidão natural dos solos desse espaço é corroborada pelo bom desempenho das atividades agropecuárias. Entretanto, a intensidade no uso da terra pode ter resultado em valores ruins de indicadores ambientais, como o uso de agrotóxicos por área, que apresentou valores médios de 11,20 kg/ha/ano em 2011, maior que a média do Paraná (9,69 kg/ha/ano). O mesmo se dá com as notificações de intoxicação por agrotóxicos no mesmo ano, que chegaram a 277 notif./100mil hab. no município de Entre Rios do Oeste, sendo a média do Paraná de 5,17 notif./100 mil habitantes.

Na Porção Sudoeste, dois fatos são importantes sobre os indicadores ambientais: o primeiro se refere à carência de UCs, que pode ser o reflexo da falta de recursos naturais a serem protegidos, o que não deixa de se configurar em um passivo ambiental para a região. O outro fato diz respeito às notificações de intoxicação por agrotóxicos, que apresenta o município de Capanema com a segunda maior taxa do Estado (334,7 notif./100mil hab.).

O Arenito Caiuá é uma característica ambiental da Porção Noroeste e ocorre como substrato aos solos da região, que apresentam alto potencial erosivo. Aliado a isto, também existe baixa taxa de cobertura vegetal (menos de 8%), conferindo alta vulnerabilidade ambiental a esse espaço econômico relevante, o que pode ser contrabalançado com o uso de tecnologias apropriadas à agricultura nas áreas de Arenito do Caiuá. Quanto ao uso de agrotóxicos por área, Paranavaí, Alto Paraná e Iporã estão entre os dez municípios do Paraná que apresentaram os maiores valores para esse indicador ambiental. São Jorge do Patrocínio e Santa Mônica também aparecem entre os dez municípios do Estado que apresentaram o maior número de notificações de contaminação por agrotóxicos por 100 mil habitantes.

Na Porção Central do Estado, com relação à presença de cobertura vegetal nativa, as áreas onde ocorrem remanescentes de floresta nativa e campos estão distribuídas de forma heterogênea e não ultrapassam 8% da área total da porção, indicando a necessidade de recomposição florestal na região. Na porção sul do espaço, nos municípios de General Carneiro, Reserva do Iguaçu, Coronel Domingos Soares, Inácio Martins, entre outros, está concentrado um dos maiores estoques contínuos de Floresta de Araucária do Estado. Presentes também nessa porção estão os maiores remanescentes dos Campos Naturais do Estado, no município de Palmas. O uso intensivo de agrotóxicos também

contribui para o agravamento do passivo ambiental existente. Foz do Rio Jordão, Virmond e Candói estão na lista dos dez municípios do Estado que mais utilizaram agrotóxicos por hectare, enquanto Foz do Rio Jordão e Quinta do Sol também aparecem entre os dez municípios com maior número de notificações por contaminações desse mesmo agente. Com relação à infraestrutura de saneamento, a Porção Central registra valores com sérios problemas ambientais: 17 municípios ainda usam o lixão para a destinação dos resíduos sólidos urbanos (RSU), e cinco municípios estão entre os dez do Paraná que apresentaram os maiores valores percentuais de domicílios não atendidos pelo serviço de coleta de lixo, sendo que Nova Laranjeiras, com 73,96%, é o maior do Estado. Não é coincidência que essa espacialidade possua a maior parte dos municípios paranaenses nas condições sociais mais críticas. A partir dessas informações, pode-se supor que essa porção territorial apresenta alta vulnerabilidade ambiental. Dessa forma, sugere-se um estudo mais aprofundado dos indicadores ambientais apresentados e outros que, porventura, possam contribuir para um diagnóstico mais efetivo dessa espacialidade.

Em contrapartida ao que foi apontado para a Porção Central, o Vale do Ribeira apresenta bons indicadores ambientais, com ênfase na maior extensão contínua da Mata Pluvial Atlântica do Brasil, que recobre quase que totalmente o município de Guaraqueçaba. Para compensar a não utilização produtiva de suas áreas verdes e assegurar condições financeiras na preservação de ativos ambientais, seus municípios contam principalmente com os recursos oriundos do ICMS Ecológico.

Ainda, considerando a questão ambiental, alguns aspectos devem ser ressaltados. No que se refere ao uso de agrotóxicos, em 2011 o Paraná foi o terceiro maior consumidor de agrotóxicos no Brasil, com 96,1 milhões de quilos. Esse valor representou um aumento de 20,3% quando comparado ao consumo em 2008, sendo que em 2011 o uso de agrotóxicos por área cultivada apresentou uma média de 9,6 kg/ha/ano. Vale notar que os plantios, em primeiro lugar de soja e depois de milho, respondem como os principais cultivos na pauta estadual e prosseguem em expansão. As regiões onde essas culturas ocupam as maiores áreas de plantio correspondem ao maior volume de consumo de agrotóxico. É importante ressaltar que as hortaliças são responsáveis por 20% da comercialização de ingrediente ativo de fungicida, o que significa que essas culturas empregam mais agrotóxicos por hectare do que o utilizado na soja. Um terço dos alimentos consumidos diariamente pelos brasileiros está contaminado por agrotóxicos, segundo análise de amostras coletadas em todas as 26 unidades federadas do Brasil, realizada pelo Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) (MOLINA, 2012 apud IPARDES, 2013).

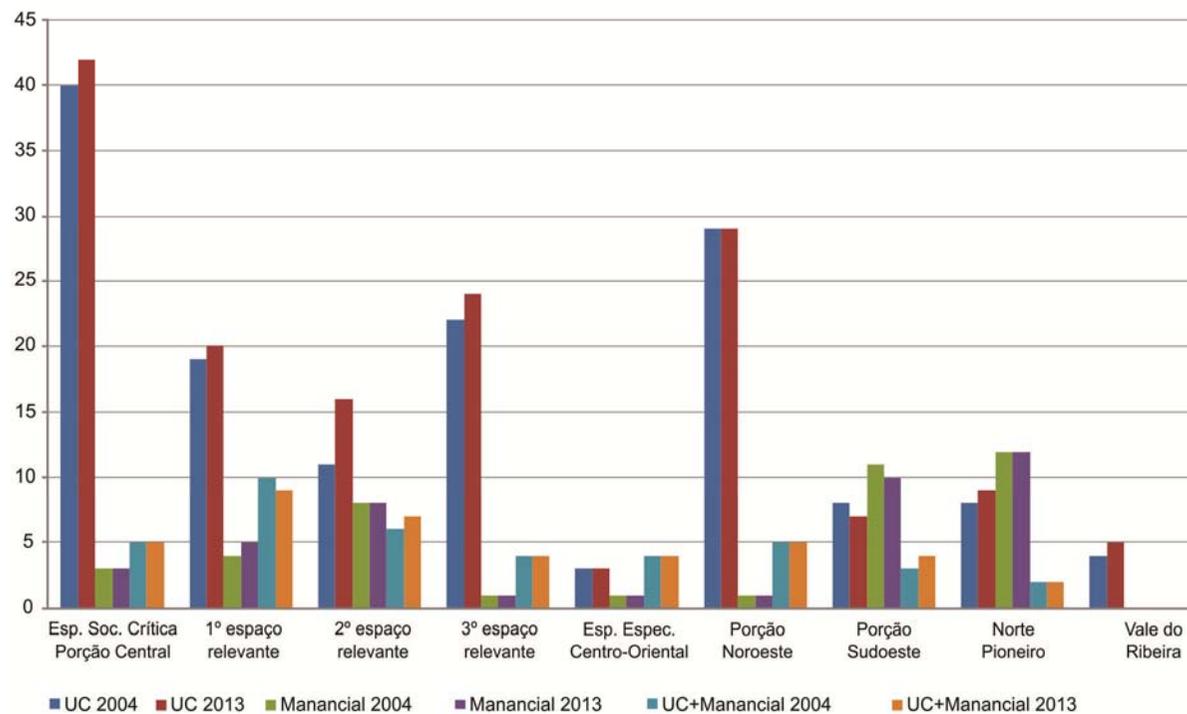
Sobre as ocorrências de desastres naturais, a Coordenadoria Estadual da Defesa Civil do Paraná registrou, entre os anos de 1980 e 2011, um total de 4.550 ocorrências, sendo que os vendavais representam 29,56% desse total e as enchentes e enxurradas, 14,11% e 8,02%, respectivamente. Os municípios com maiores quantidades de ocorrências foram Curitiba (119), São José dos Pinhais (76), Paranaguá (73) e Ponta Grossa (71).

Cabe ressaltar que os dados relativos aos registros de ocorrências de desastres naturais e de intoxicação por agrotóxicos devem ser avaliados com certo cuidado. No caso dos desastres naturais, apesar de todos os municípios possuírem uma Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC), muitas se apresentam pouco aparelhadas ou carecendo de pessoal qualificado para trabalhar com a demanda de ocorrências de desastres. Alia-se a isso o fato de que em alguns municípios a orientação sobre as atividades da Defesa Civil nas comunidades ainda é pouco efetiva. O mesmo acontece com as intoxicações por agrotóxicos, pois muitas ocorrências deixam de ser registradas por falta de acesso ou desconhecimento da população sobre os canais de registros para esses agravos.

Ainda que pesem essas considerações, os dados apresentados neste trabalho destacaram os desastres naturais como ocorrências importantes, que vão além das tradicionais enchentes e inundações. Por conseguinte, aponta-se a premência do fortalecimento das ações públicas em torno dessa questão.

No período 2004-2013, observou-se crescimento das áreas de conservação e mananciais de abastecimento em todas as espacialidades, confirmando o efeito positivo dos repasses do ICMS Ecológico com caráter conservacionista e/ou por meio de ações restauradoras das condições do bioma local. O gráfico 14 demonstra a variação do número das UCs e dos mananciais de abastecimento nesse período. Observa-se que, do total dos 399 municípios, 236 municípios receberam esse repasse financeiro em 2013 (59%).

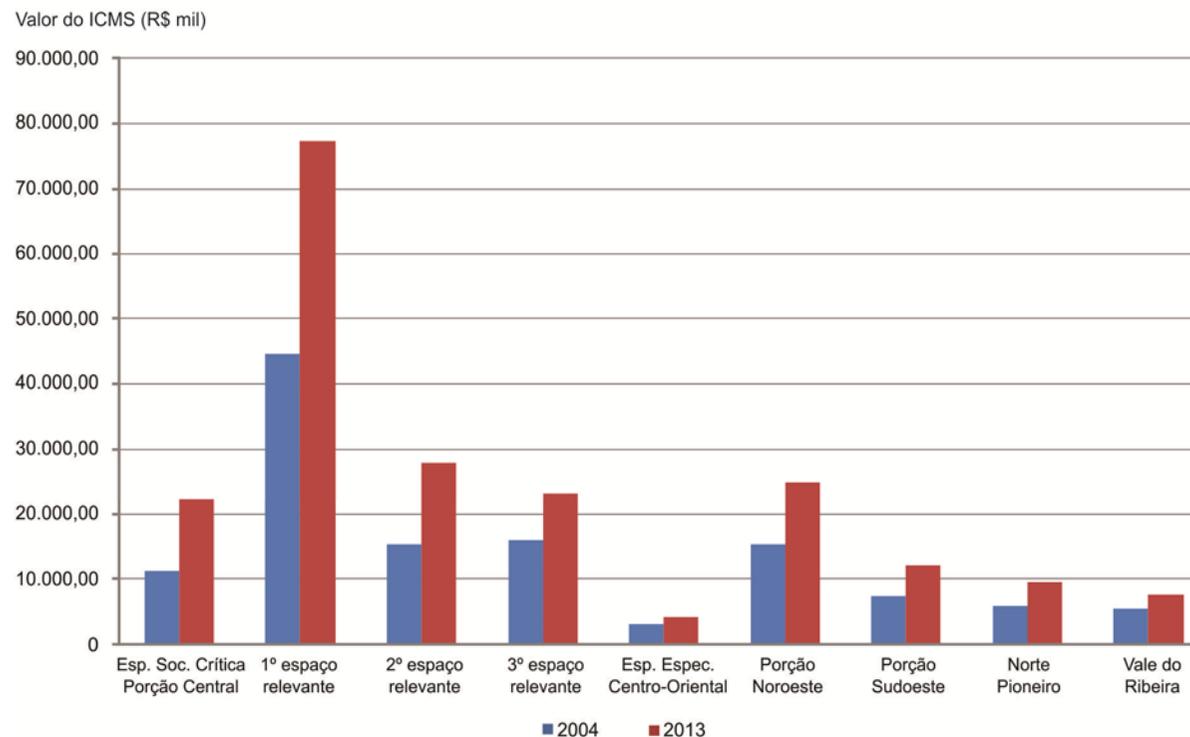
GRÁFICO 14 - NÚMERO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E DE MANANCIAIS, SEGUNDO ESPACIALIDADES - PARANÁ - 2004-2013



FONTE: IPARDES

Igualmente, os valores de ICMS Ecológico repassados aos municípios no referido período indicaram crescimentos consideráveis em todas as espacialidades, e a Porção Central foi a que mais cresceu, seguida pelo Segundo e pelo Primeiro Espaço Relevante, respectivamente (gráfico 15).

GRÁFICO 15 - TOTAL DO VALOR DE ICMS ECOLÓGICO REPASSADO AOS MUNICÍPIOS, SEGUNDO ESPACIALIDADES, EM MILHARES DE REAIS - PARANÁ - 2004-2013



FONTE: IPARDES

Entre os diversos princípios orientadores do mecanismo denominado ICMS Ecológico, destaca-se o princípio da consideração da variável ambiental no processo decisório de políticas de desenvolvimento: "Este princípio diz com a elementar obrigação de se levar em conta a variável ambiental em qualquer ação ou decisão – pública ou privada – que possa causar algum impacto negativo sobre o meio" (MILARÉ, 1998, p.138).

Dessa forma, admite-se a variável ambiental tanto no polo negativo, buscando coibir ou mitigar danos ambientais, quanto no polo positivo, objetivando a preservação do ambiente natural mediante contrapartida financeira ao ente responsável por sua manutenção.

Saliente-se que o critério ambiental previsto no ICMS Ecológico não deve permanecer estático, podendo abranger fatores variáveis, como a gestão de resíduos, tratamento de esgoto doméstico e outros elementos estabelecidos nas leis estaduais que considerem o estágio de preservação objetivado, devendo a legislação estadual adequar-se progressivamente, buscando estabelecer a melhor combinação do estágio ambiental x mecanismo conservador, em relação ao ICMS Ecológico.

O ICMS Ecológico atua, portanto, como instrumento de estímulo à conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos, compensando o município pelas áreas protegidas e mananciais já existentes e, também, quando incentiva a criação de novas áreas protegidas, uma vez que considera o percentual que os municípios possuem de áreas de conservação e mananciais de abastecimento em seus territórios. Tendo em vista sua importância para a sustentabilidade do desenvolvimento, este é um instrumento que deve ser fortalecido, bem como deve ser fomentada a realização de estudos e mecanismos de avaliação de sua efetividade.

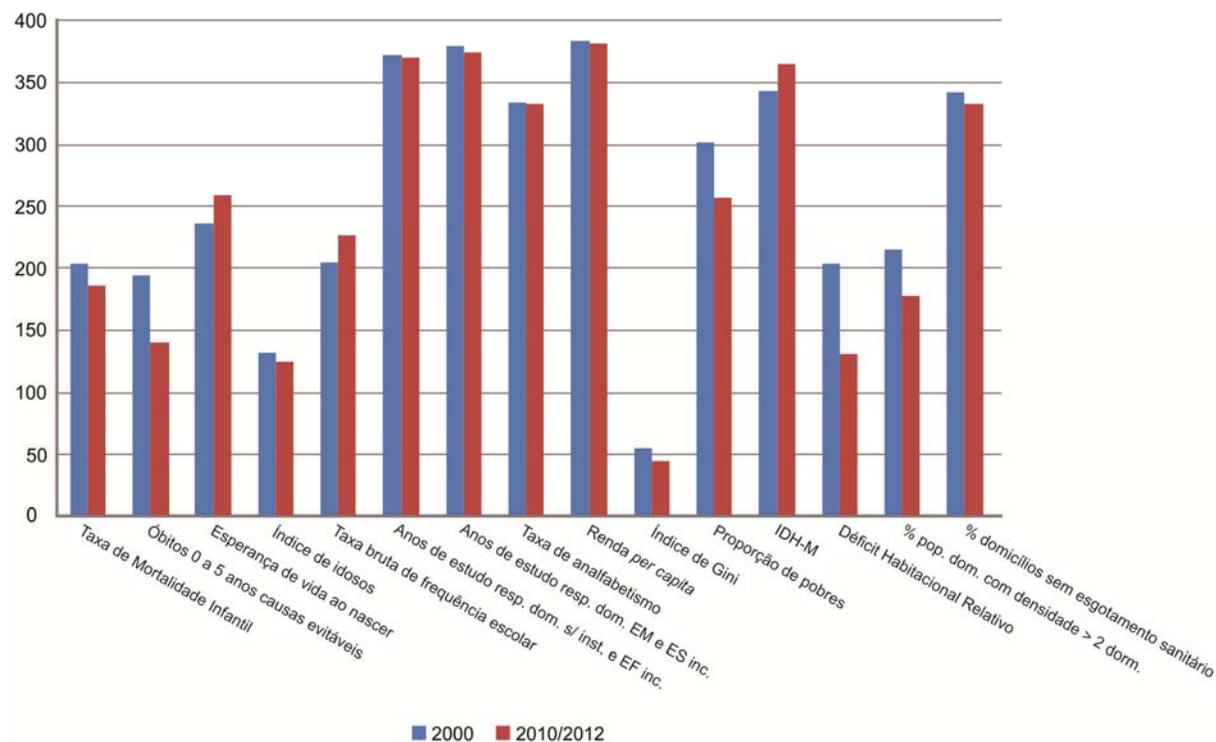
Para além dos resultados econômicos obtidos na década estudada, dos recursos ambientais e financeiros já apontados, há outros três aspectos que emergiram do estudo realizado e que não podem ser dissociados de qualquer análise ou definição de estratégia que visem ao desenvolvimento estadual. O primeiro deles é a influência, o impacto, das políticas públicas sociais federais no desenvolvimento do Estado nos anos recentes, embora elas tenham gestão partilhada com o governo do Estado e com os municípios. Dessa forma, o êxito em sua implementação depende, em grande medida, da capacidade técnica, administrativa e financeira existente em nível estadual e municipal, que é bastante heterogênea.

Internamente ao Estado, vem diminuindo a distância entre os melhores e os piores resultados municipais nos indicadores sociais estudados, apontando para uma tendência de aproximação entre eles nesse aspecto. É o caso, especialmente, dos indicadores Esperança de vida ao nascer, Índice de idosos, Taxa bruta de frequência escolar, Taxa de analfabetismo, Proporção de pobres, IDH-M e Percentual de população residindo em domicílio com densidade superior a 2 pessoas por dormitório, todos com registro de melhora nas extremidades do indicador (entre os piores e melhores resultados). Na mesma direção, na Taxa de mortalidade infantil e em Óbitos por causas evitáveis em crianças de 0 a 5 anos, houve aumento no número de municípios com taxa zero, ou seja, que não tiveram ocorrências dessas situações, revelando a conquista social obtida pela sociedade paranaense nos anos recentes.



Entretanto, pode-se dimensionar a desigualdade social internamente ao Estado pela avaliação de cada município em relação à média estadual nos indicadores estudados neste trabalho. Grande parte deles ainda se mantém em condições piores que a média estadual, nos dois períodos analisados. Em 9 dos 15 indicadores sociais estudados, é expressivo o número de municípios com média pior que a estadual (maior ou menor, dependendo do indicador), ultrapassando mais da metade dos municípios (gráfico 16).

GRÁFICO 16 - NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM INDICADORES PIORES QUE A MÉDIA DO ESTADO - PARANÁ - 2000 E 2010/2012



FONTE: IPARDES

Deve-se considerar que, em alguns indicadores, a média estadual é influenciada pela participação dos municípios com maior população. É o caso da renda *per capita*, em que contribuiu o tamanho da população de Curitiba, Maringá, Londrina e Cascavel, que estão entre os dez municípios com os maiores ganhos de renda *per capita* do Paraná, entre 2000 e 2010, e apresentam também os maiores volumes populacionais do Estado. Esta influência explica o fato de que somente 15 municípios apresentaram, em 2010, renda *per capita* acima da média estadual.

Evidencia-se também a importância dos municípios mais populosos e com maior atratividade de população migrante nos indicadores que avaliam os volumes de condições de carência, como o número de pobres, déficit habitacional e número de domicílios com densidade superior a 2 pessoas por dormitório e sem esgotamento sanitário. Nesses casos, são justamente os municípios com maiores números de habitantes, e com taxas de crescimento populacional mais elevadas, que apresentam os maiores volumes de população com esse tipo de carência. Nesses indicadores, os dez municípios com os maiores volumes de carência são, pela ordem: Curitiba, Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, São José dos Pinhais, Guarapuava, Colombo e Paranaguá.

Para esse conjunto, os maiores desafios estão expressos nos indicadores Déficit habitacional, Percentual de domicílios sem esgotamento sanitário (urbano e rural) e Renda *per capita*. Nos dois primeiros, praticamente não houve alteração nos resultados para o Estado, mas agravamento em algumas localidades, demonstrando que a política habitacional não tem conseguido acompanhar e dar suporte à dinâmica populacional do Estado. O mesmo pode ser dito em relação à política de saneamento básico. Há que se observar que o programa federal Minha Casa Minha Vida – que teve como finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais, requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais – foi criado em 2009,⁷⁵ portanto, seus resultados não são perceptíveis no período de análise deste trabalho. Esse é também o caso do Programa de Aceleração do Crescimento, que, além da questão habitacional, envolveu também ações voltadas à infraestrutura urbana, de saneamento, transporte, energia, mobilidade urbana, entre outros. Constou de duas etapas instituídas – em 2007-2010 (o PAC1) e 2010-2014 (o PAC2) – mas a verificação de seus resultados não está ao alcance deste trabalho.

⁷⁵ Instituído pela Lei n.º 11.977, de 7 de julho de 2009.

Em relação à renda *per capita*, em 2000 Curitiba registrou a maior renda *per capita* (R\$ 1.225,28), e também a maior de 2010 (R\$ 1.581,04). Na outra ponta, Doutor Ulysses obteve a menor renda nos dois períodos, respectivamente, R\$ 156,51 e R\$ 277,33. A diferença entre os rendimentos saltou de R\$ 1.068,77 em 2000 para R\$ 1.303,71 em 2010. Ou seja, houve aumento da maior e da menor renda *per capita* municipal; todavia, em termos relativos, em 2000 a renda *per capita* de Doutor Ulysses representava 12,8% da renda *per capita* de Curitiba e essa proporção subiu para 17,5% em 2010. Do total dos municípios do Estado, 107 ampliaram a renda *per capita* no período, acima do acréscimo obtido no Estado, mas, destes, apenas 15 registraram renda *per capita* superior à média estadual em 2010.⁷⁶

A análise do Índice de Gini, que avalia a desigualdade na distribuição da renda, contribui para dimensionar esse resultado. Entre 2000 e 2010 houve decréscimo de 0,07 no Índice de Gini no âmbito estadual – era de 0,60 em 2000 e 0,53 em 2010, o que revela diminuição na desigualdade da distribuição de renda. Entretanto, ao longo da análise realizada no Capítulo 3 deste trabalho, foram destacados municípios em que o aumento da renda foi acompanhado do aumento desse Índice, o que significa aumento na concentração de renda. Foi o caso de Curitiba, Santo Inácio, Quatro Pontes, Ramilândia, Ibaiti, somente para citar alguns. Itaipulândia foi o município paranaense com o maior acréscimo da renda *per capita* no período, em termos absolutos, e foi um dos municípios com os maiores acréscimos no Índice de Gini, o que o colocou na condição de crítico nesse indicador em 2010.

Quando verificados os 10% dos municípios com os maiores acréscimos de renda no período analisado, ou seja, 39 municípios, percebe-se que eles se agrupam em três situações: três municípios diminuíram o Índice de Gini mais que a média estadual; um diminuiu na mesma proporção que o Estado (0,07); 19 diminuíram em proporção menor que a média do Estado; os demais ou ampliaram (13 municípios) ou mantiveram (três municípios) o Índice de Gini que tinham no período anterior. Esse aspecto é preocupante quando se busca a diminuição da desigualdade social interna ao Estado, na medida em que, em alguns locais, a elevação da renda ocorre de forma concentrada.

⁷⁶ Desses 15, oito são do Terceiro Espaço Econômico Relevante: Quatro Pontes, Marechal Cândido Rondon, Itaipulândia, Entre Rios do Oeste, Serranópolis do Iguaçu, Cascavel, Medianeira e Palotina; três da Porção Sudoeste – Pato Branco, Enéas Marques e Francisco Beltrão; e dois do Primeiro Espaço Relevante – Curitiba e Pinhais, além de Londrina e Maringá no Segundo Espaço Relevante. Entretanto, vale lembrar que dois desses municípios, Londrina e Palotina, obtiveram crescimento da renda no período 2000-2010 menor que o crescimento obtido em nível estadual.

Não se pode deixar de apontar outro lado dessa relação, qual seja, a redução do Índice de Gini em municípios com renda *per capita* abaixo da média estadual. Ainda que tenham obtido acréscimo de renda, os municípios particularmente das Espacialidades Socialmente Críticas, no geral, apresentaram Índice de Gini inferior à média estadual, um indicativo de melhor distribuição de renda. Mas a Porção Central concentra 27 dos municípios considerados críticos no indicador Renda *per capita* em 2010, ou seja, que possuem as menores rendas *per capita* municipais do Paraná. Destes, somente seis apresentaram índice acima da média estadual. Dessa forma, nesses municípios, além de a renda ser muito baixa, é também concentrada. Os demais igualam-se na pobreza.

O segundo aspecto associado à análise, e importante na definição das políticas setoriais e de desenvolvimento para o Paraná, diz respeito também à área social. Os estudos direcionados a essa dimensão do desenvolvimento e sistematizados ao longo deste trabalho permitem afirmar que os avanços sociais obtidos pelo Estado ao longo da década não foram capitaneados por uma ou outra espacialidade, mas se estenderam por todo o Estado, ainda que de forma diferenciada nos municípios. Alguns progrediram mais do que outros no conjunto dos indicadores, assim como outros progrediram em algumas áreas e retrocederam em outras. Essa dinâmica encontra justificativa nas políticas implementadas em âmbito federal voltadas à área social, que, pelo seu caráter abrangente, adotaram públicos específicos como foco de atenção, esparsos em todo o território estadual, sem produzir rebatimentos territoriais perceptíveis.

Por essa razão, no levantamento dos 10% dos municípios (39 municípios) mais críticos do Estado, percebeu-se que, de modo geral, as espacialidades identificadas em 2005 mantiveram praticamente a mesma situação nesses dez anos, tanto no que diz respeito aos aspectos sociais quanto aos econômicos e institucionais. Muitos dos municípios identificados como críticos em 2005 permaneceram nessa condição em 2015, conformando as espacialidades socialmente críticas, que agregam municípios de elevada carência social na porção central e centro-sul do Estado e no Vale do Ribeira (ver mapa 8 e 9).

Ressalte-se que, no conjunto, os municípios que compreendem essas porções territoriais melhoraram sua condição social, e os indicadores expressaram tal comportamento. Contudo, tal melhora aconteceu em todo o Estado, de modo que as diferenças internas observadas em 2005 permaneceram em 2015. Dessa forma, os municípios que compõem as espacialidades socialmente críticas continuam com a mesma classificação e devem ser, conseqüentemente, alvo prioritário das políticas públicas, focalizadas particularmente na Porção Central e no Vale do Ribeira.



Há que se destacar que em 2000, em termos relativos, 160 municípios (40,1%) não registraram nenhuma ocorrência de situação social crítica, e em 2010 esse número decresceu para 139 municípios, correspondendo a 34,8% dos municípios do Estado (quadro 12). Portanto, mais municípios apresentaram ao menos uma incidência de situação crítica nos 15 indicadores trabalhados. Esses dados são reveladores das distintas dinâmicas apresentadas pelos municípios, que se devem a inúmeros fatores econômicos, sociais, políticos, mas também relacionados à gestão governamental.

QUADRO 12 - NÚMERO E PROPORÇÃO DE MUNICÍPIOS, POR INCIDÊNCIA ENTRE AS 39 POSIÇÕES MAIS CRÍTICAS - PARANÁ - 2000 E 2010

N.º DE INCIDÊNCIAS	N.º DE MUNICÍPIOS		% TOTAL DO ESTADO	
	2000	2010	2000	2010
12	1	1	0,3	0,3
11	2	0	0,5	0,0
10	2	3	0,5	0,8
9	0	5	0,0	1,3
8	5	3	1,3	0,8
7	8	8	2,0	2,0
6	9	9	2,3	2,3
5	15	6	3,8	1,5
4	20	16	5,0	4,0
3	18	22	4,5	5,5
2	56	58	14,0	14,5
1	104	129	26,1	32,3
0	159	139	39,8	34,8

FONTE: IPARDES

Observa-se que o fato de mais da metade dos municípios do Estado não estar entre os críticos não significa que eles não estejam bem próximos disso, ou em condição pior que a média do Estado na maior parte dos indicadores analisados. A tabela 27 ilustra essa situação.

Em todo o território estadual há municípios com situação de carência social em alguma área, o que reitera a indicação da necessidade de estabelecimento de políticas sociais para todo o Estado, mas que prevejam prioridades regionais e/ou para conjuntos de municípios.

Nessa direção, a análise dos parâmetros absolutos de indicadores sociais, que dimensionam a grandeza do problema social, evidenciou que os maiores volumes estão nos municípios com maior densidade populacional, também os mais dinâmicos em termos econômicos. Os números absolutos denunciam a existência de uma precariedade nas periferias das grandes e médias cidades paranaenses, presentes, em grande medida, justamente nas espacialidades econômicas relevantes, particularmente no Primeiro, Segundo e Terceiro Espaço Relevante (ver mapa 10 e 11).

Esta situação foi verificada em 2005 e 2015, o que aponta e reafirma a condição das sociedades mais complexas, internamente desiguais, onde convivem a riqueza e a pobreza. Ademais, verificou-se ainda que a Porção Central do Estado apresenta também volumes expressivos de carência nessas áreas. Dessa forma, ela se conforma como espacialidade socialmente crítica em termos relativos e absolutos.

Em relação às políticas sociais setoriais, no conjunto dos indicadores educacionais, os avanços conquistados em nível nacional e nas unidades da Federação são resultado do esforço nacional para assegurar acesso e elevação da qualidade educacional, partilhado pelas três esferas de governo, que envolveu desde investimentos em infraestrutura educacional, em que se destaca o transporte escolar, como na ampliação do acesso educacional a segmentos sociais tradicionalmente à margem do sistema educacional, como os atendidos pela educação do campo, indígena, quilombolas, ribeirinhos, residentes em ilhas, ciganos, deficientes, entre outros. No caso da constatada ampliação da escolaridade dos responsáveis pelos domicílios, em muito contribuiu a expansão da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Superior. No entanto, verifica-se a necessidade de se manterem investimentos importantes nessa modalidade educacional e para todo o Estado, tendo em vista a elevada proporção da população adulta paranaense ainda com baixa escolaridade, conforme demonstram os elevados percentuais de chefes de família classificados como analfabetos e com Ensino Fundamental incompleto, assim como a baixa escolaridade da força de trabalho estadual em emprego formal.

O terceiro aspecto a ser incorporado à análise ou à definição de estratégias que visem ao desenvolvimento estadual refere-se à desconcentração da infraestrutura técnico-científica ocorrida no Paraná na década investigada, como consequência da expansão e interiorização das instituições de ensino superior. Nesse aspecto, também contribuiu o governo federal com a criação de quatro universidades federais no



Estado ao longo do período estudado, algumas delas com importante capacidade de criação de unidades descentralizadas. O sistema de ensino superior existente no Paraná tem papel relevante no desenvolvimento estadual e das especialidades, por meio de atividades de ensino, pesquisa, geração e difusão de inovações tecnológicas e como responsável pela oferta de força de trabalho qualificada.

O Paraná também investiu na expansão da graduação e pós-graduação, com parcela significativa dos recursos estaduais da C,T&I alocada na manutenção da infraestrutura de ensino das universidades estaduais. Como consequência, ocorreu desconcentração geográfica e institucional dos grupos de pesquisa no Estado, a maioria vinculada às Instituições de Ensino Superior (IES), sobretudo às sete universidades estaduais. Ainda assim, o Primeiro e o Segundo Espaço Relevante continuam concentrando 70% dos grupos existentes no Estado, bem como a maioria dos programas de pós-graduação melhor avaliados pela CAPES. Quanto maiores os conceitos alcançados pelo programa, maiores as possibilidades de o programa e seus pesquisadores alcançarem apoio, tanto em bolsas de estudo como em recursos para pesquisa e infraestrutura, o que colabora para reforçar a concentração.

Em relação à distribuição dos grupos de pesquisa que se relacionam com empresas, em 2002 e 2010, verifica-se que estão concentrados no Primeiro e no Segundo Espaço Relevante. No Primeiro Espaço, as duas universidades federais (UFPR e UTFPR) são responsáveis por 40% dos referidos grupos. Nos outros espaços econômicos relevantes, são as IES estaduais, com seus *campi* espalhados por seus municípios, as principais indutoras da interação entre os grupos de pesquisa e as empresas.

Uma contribuição estratégica dessas instituições é o fortalecimento do poder público municipal, particularmente a qualificação técnica dos servidores públicos e a formação das lideranças e gestores públicos. Os indicadores estudados neste trabalho apontaram que as diferenças de resultado verificadas entre os municípios podem estar relacionadas à capacidade de implementação de programas e ações públicas. A expansão do ensino técnico tem também a mesma importância.

Além disso, a interiorização do ensino superior é fundamental para diminuir o fluxo migratório da população em idade produtiva, geralmente os jovens, em plena capacidade de trabalho, que buscam expandir seus horizontes pela formação educacional em instituições de ensino superior presentes nos maiores centros do Estado, mas também em outras unidades da Federação.

Estudos sobre os movimentos migratórios no Paraná apontam que as maiores perdas populacionais acontecem justamente nos municípios mais frágeis em termos de condições econômicas, sociais e institucionais. A ausência de atividades econômicas e de uma rede de serviços mais qualificada está na raiz da perda de população de mais de 50% dos municípios paranaenses, que migram internamente para outras regiões do próprio Estado, ou então para outros estados, principalmente para os vizinhos Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul (DELGADO; CINTRA, 2014). Entre o grupo de migrantes, destacam-se os jovens e os adultos em início de atividade produtiva.

Esse fenômeno é observado entre os municípios que configuram a Espacialidade Socialmente Crítica – Porção Central, mas também em outros situados em todo o território estadual, que vêm apresentando perda de população, ou crescimento populacional abaixo da média estadual, e que sequer têm conseguido garantir crescimento vegetativo, ou seja, aquele que ocorre ao nível de reposição da população. O aumento da taxa de ocupação em parte desses municípios está relacionado à perda populacional. Em outros, a situação é ainda mais grave, pois, mesmo com perdas populacionais, a taxa de desemprego continuou avançando, denotando grave dificuldade de incorporação produtiva de seus habitantes, bem como de lhes oferecer serviços públicos fundamentais para promover a qualidade de vida.

Com relação aos demais ativos institucionais considerados neste estudo, destaca-se o avanço nos estágios de desenvolvimento das iniciativas de criação de parques tecnológicos no Estado, como também o crescimento considerável no número deles. Alguns parques tecnológicos se consolidaram em espaços já tradicionais nessas iniciativas, como é o caso daqueles instalados no Terceiro Espaço Relevante, em Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo; e no Primeiro Espaço, em Curitiba. Novas iniciativas despontam também no Primeiro Espaço, com rebatimentos no Norte Pioneiro.

Nesta década, um novo impulso foi dado ao desenvolvimento dos parques científicos e tecnológicos nacionais, com a criação de marcos legais de apoio ao processo de inovação, a exemplo da Lei da Inovação Federal em 2004. No Paraná, a Lei Estadual de Inovação foi criada em setembro de 2012, gerando estímulos e estabelecendo regras essenciais para possibilitar a construção de ambientes especializados e cooperativos de inovação. Também promoveu a participação de instituições científicas e tecnológicas, do pesquisador público e do inventor independente no processo de inovação, além de criar estímulos ao processo de inovação nas empresas. A instituição desta lei ampliou as possibilidades de cooperação entre os agentes, visando a avanços no processo de inovação e, conseqüentemente, no desenvolvimento regional.

Os espaços que têm condições de se beneficiar desse marco legal são aqueles melhor posicionados, em que se verifica a existência regional de infraestrutura especializada de apoio e interação, como: incubadoras e parques tecnológicos; instituições de formação e qualificação para o trabalho em nível superior, tecnológico e técnico; instituições voltadas à prestação de serviços técnicos e tecnológicos; centros tecnológicos e de pesquisa; além de recursos humanos qualificados para a pesquisa.

Em síntese, o levantamento da infraestrutura técnico-científica do Paraná apontou crescimento no número de institutos e fundações de pesquisa, desenvolvimento e tecnologia, incubadoras e parques tecnológicos e instituições de ensino superior. Havia 290 ativos em 2003, e foram contabilizados 372 em 2015, e todas as espacialidades se beneficiaram desse acréscimo, à exceção do Vale do Ribeira. O Primeiro Espaço foi o que obteve maiores ganhos (25), seguido do Terceiro Espaço, com 19 novas instituições, e do Segundo Espaço, com 13 delas. Ou seja, continuam marcantes as disparidades entre os espaços econômicos relevantes (ver tabela A2.2).

Ampliam-se, dessa forma, os diferenciais de competitividade entre as espacialidades no que concerne à captação de novos recursos e à atração de novos investimentos produtivos. São os três principais espaços econômicos relevantes que apresentam as melhores condições de desenvolver competência técnica, científica e de gestão para articular projetos cooperativos envolvendo instituições de ensino e pesquisa, empresas e governo. Conseqüentemente, também são potencializadas as possibilidades desses espaços para conseguir apoio de diversas naturezas e captação de recurso federal (FINEP, CNPq, BNDES, etc.) e internacional.

Essa distribuição desigual da base técnico-científica acompanha relativamente a concentração da atividade econômica, pois ela requer um aparato técnico-científico mais estruturado e desenvolvido, apto a dar apoio, integrar e impulsionar a atividade produtiva. Ao mesmo tempo em que se percebe a propagação da base técnica para outros espaços, também ocorre reforço dos demais centros já concentradores desse ativo.

Complementando essa análise mais geral, algumas espacialidades merecem considerações à parte. O Norte Pioneiro acompanhou a evolução econômica estadual e a superou em alguns setores. Contudo, internamente, verificou-se que essa evolução se deveu em maior parte a Cornélio Procopio. Jacarezinho, apontado no primeiro estudo Os Vários Paranás como município relevante, manteve-se nessa condição apenas em parte dos indicadores econômicos. As relações econômicas da espacialidade são majoritariamente com o próprio Estado (em torno de 70% nas entradas e saídas), e as proporções de empregos com menor remuneração e escolaridade

são maiores que a média estadual. Seus municípios apresentam perdas populacionais significativas, indicadores sociais críticos e/ou próximos ao crítico, de modo que as atividades econômicas que possui não têm conseguido elevar a qualidade de vida da população. Apresenta ativos institucionais importantes, como a criação recente da Universidade Estadual do Norte do Paraná e o Parque Tecnológico do Norte Pioneiro, mas que ainda não conseguiram oferecer o impulso necessário para reverter o quadro econômico e social. Essa relativa imobilidade a coloca em igualdade de condições com as espacialidades socialmente críticas, quando da implementação de políticas sociais e de desenvolvimento.

As espacialidades socialmente críticas – Porção Central do Estado e Vale do Ribeira – foram assim identificadas, em 2005, pela precariedade social e pelo baixo desempenho econômico de seus municípios. A análise atual aponta que pouco se alterou. As atividades econômicas presentes na Porção Central estão ligadas basicamente à atividade primária, comércio varejista e fabricação de produtos de menor agregação de valor. Seus municípios têm elevada dependência do emprego público, e os postos de trabalho formais são, em sua maioria, de baixa escolaridade e baixa remuneração. Guarapuava e Campo Mourão permanecem como polos que se distinguem – o primeiro com uma economia mais diversificada que o segundo. E, em alguns indicadores, já é possível observar o aparecimento de atividades econômicas importantes em nível local, em alguns municípios próximos a Guarapuava. Essa espacialidade carece de estudos mais aprofundados, que melhor caracterizem a natureza das relações sociais que lhe são próprias, suas potencialidades e limitações, bem como o papel que Guarapuava e Campo Mourão exercem no conjunto dos municípios que a compõem.

Com base no Capítulo 4 deste trabalho, pode-se afirmar que a situação socioeconômica do Vale do Ribeira se agravou no período analisado. Essa porção territorial não conseguiu usufruir da evolução socioeconômica ocorrida em nível nacional e estadual nos anos recentes, e as melhoras que obteve ficaram abaixo da média estadual, de modo que alguns de seus municípios ampliaram sua condição crítica em vários indicadores sociais. Em termos econômicos, os melhores resultados foram verificados em Adrianópolis, em atividades ligadas à indústria extrativa de minerais não metálicos. Dessa forma, o Vale do Ribeira ainda apresenta a necessidade de atendimento emergente no bojo de qualquer estratégia de desenvolvimento do Paraná.

Em síntese, constata-se que as Espacialidades Socialmente Críticas, em que pese a evolução nelas observada em termos de elevação de renda média e redução de taxas de pobreza e extrema pobreza, não conquistaram no período uma base econômica a partir da



qual pudessem apresentar avanços mais acentuados da condição social e da qualidade de vida de sua população, que permitisse maior redução da distância com relação às porções mais desenvolvidas do Estado. Aspectos fundamentais como as condições ambientais, estrutura fundiária, qualidade da terra, insuficiência de infraestrutura rodoviária, baixa qualificação para o trabalho, baixos investimentos públicos e privados, ausência de ações direcionadas, entre outros, permanecem influenciando e determinando sua existência, na ausência de outros fatores que possam ser alavancadores de novas atividades econômicas e alternativas ao desenvolvimento regional.

Da avaliação das características e movimentos observados nos espaços econômicos relevantes, e da permanente concentração das condições mais críticas nas mesmas porções territoriais do Estado, depreende-se que os desequilíbrios econômicos e sociais, a concentração e a desigualdade constatados ao longo deste trabalho são de ordem estrutural. Remetem à forma como o Paraná vem se constituindo historicamente como Estado, pelo tipo e natureza das relações econômicas, sociais e políticas que estabelece, e por seu desejo e capacidade de estender e assegurar condições adequadas de vida a toda sua população. A implementação de ações planejadas que busquem a superação dessa realidade pode intervir na trajetória histórica que conformou e vem consolidando essa realidade e construir um novo caminho e horizonte para o Paraná. Essa mudança é possível pelo planejamento e coordenação do Estado, instrumento capaz de resolver problemas estruturais. Esse é o sentido da centralidade do Estado na obra de Celso Furtado, para o qual o Estado é visto como esfera responsável pela coordenação e condução de políticas de planejamento que viabilizem a promoção do desenvolvimento. Considerando a miríade de aspectos envolvidos, as intervenções bem sucedidas que busquem resolver esses problemas não podem ser isoladas, nem fragmentadas, mas devem estar associadas a uma concepção e ação orgânicas de sociedade contando com o envolvimento de todos os segmentos sociais.

A partir dessa concepção, uma vez finalizado o primeiro estudo Os Vários Paranás (IPARDES, 2005), a equipe técnica do IPARDES investigou os problemas e potencialidades identificados, e apontou estratégias para o desenvolvimento do Estado, que foram sistematizadas no trabalho intitulado Os Vários Paranás: Linhas de Ação para as Dimensões Econômica, Social e Institucional: Subsídios à Política de Desenvolvimento Regional (IPARDES, 2006).

As estratégias foram organizadas em oito grandes linhas de ação, tendo em vista três grandes objetivos: 1) dotar todos os espaços, identificados nos Vários Paranás, de infraestrutura econômica compatível com os requisitos atuais de concorrência, por estar explícito que essa é requisito básico nos critérios locacionais dos investimentos privados; 2) alterar as condições de vida da população dos municípios socialmente críticos por meio da oferta de serviços públicos de saúde e de educação, com o mesmo grau de qualificação das regiões mais desenvolvidas, evitando as migrações em busca de melhores serviços públicos, e qualificando essas localidades para receber investimentos produtivos necessários ao aumento da oferta de oportunidades de emprego; 3) melhorar a capacidade competitiva das empresas, fundamentalmente as pequenas e médias, e a qualificação do trabalhador, considerando as atividades produtivas desenvolvidas, segundo características dos espaços identificados (IPARDES, 2006).

As oito linhas de ação idealizadas foram as seguintes:

- Desconcentração econômica e populacional, pelo reforço às atividades presentes nos espaços de mínima, média e elevada relevância econômica.
- Inclusão social e fortalecimento das economias locais nas espacialidades socialmente críticas.
- Modernização do sistema de circulação de pessoas, mercadorias e informações, com vistas à equiparação das condições de competitividade do Estado com outros mercados e à consolidação do direito à mobilidade e à informação.
- Implementação e diversificação dos ativos tecnológicos com ênfase em investimentos em atividades de pesquisa avançada em biotecnologia e tecnologias produtivas alternativas, apropriando-se das possibilidades oferecidas pelo potencial agrícola e científico do Estado.
- Fortalecimento de uma rede ampliada de centros e de municípios periféricos nas aglomerações urbanas.
- Distribuição dos frutos do desenvolvimento, por meio de políticas sociais abrangentes e territorialmente diferenciadas, com vistas à inclusão social e à equidade.
- Desenvolvimento e gestão ambiental.
- Gestão do desenvolvimento.

Na gestão do desenvolvimento, o documento apontou a necessidade imperativa de estabelecimento de uma política de desenvolvimento regional para o Paraná, sob coordenação e condução do Estado. Uma política de desenvolvimento que ressalte uma construção social e política de trajetórias sustentadas, dotada de durabilidade orgânica, permanentemente inclusiva de parcelas crescentes das populações marginalizadas dos frutos do progresso técnico, endogeneizadora de centros de decisão e com sustentabilidade ambiental.

A série de trabalhos Os Vários Paranás serviu de referência para o desenvolvimento e implementação de algumas políticas, programas e ações no Estado com diferentes níveis de aderência, e seus desdobramentos podem ter contribuído para os resultados encontrados neste estudo. Entretanto, é preciso ponderar que os resultados da implementação de políticas de desenvolvimento tendem a ser mais perceptíveis em prazos maiores, de modo que ainda poderão ser constatados em estudos futuros.

De qualquer modo, os resultados deste trabalho evidenciam a importância de insistir na correção das assimetrias existentes entre as diferentes porções territoriais do Estado, e na implementação de políticas que partam do conhecimento da heterogeneidade, desigualdade e concentração econômica existente e tenham como pressuposto a correção dos entraves ao desenvolvimento regional e estadual.

Sejam quais forem os objetivos dessas políticas, deve-se considerar que a existência de municípios esparsos e contínuos no território estadual com elevada carência social indicam a importância do estabelecimento de ações direcionadas e com diferentes níveis de prioridade, essenciais para a correção das desigualdades. Os espaços econômicos relevantes principais têm grande concentração populacional, particularmente o Primeiro Espaço, e as aglomerações urbanas que os compõem comandam os processos econômicos e sociais das espacialidades. Além disso, demandam ações voltadas ao fortalecimento e à criação de infraestrutura urbana para suportar o crescimento populacional, por serem as principais receptoras dos movimentos migratórios do Estado. As aglomerações urbanas exigem a implementação de ações integradas, de acordo com as normas estabelecidas pelo Estatuto da Metrópole.

As projeções populacionais do Paraná para os anos de 2020 e 2030 indicam o adensamento dos grandes aglomerados urbanos existentes no Paraná.

Em 2030, nestes arranjos residirão 44,2% da população do Estado, participação que era de 38,6% em 2000. Nos 31 municípios que os compõem residirão 5,3 milhões de pessoas, das quais quase três quartos na Aglomeração Metropolitana de Curitiba. No restante do Estado, eleva-se também a proporção de pessoas residindo em municípios com mais de 100 mil habitantes: de 12,2% em 2000, para 16,6% do total estadual em 2030 (SANTOS, MAGALHÃES; DELGADO, 2016).

Mesmo que se afirme a necessidade de que cada município tenha um planejamento específico, que deve ser consubstanciado em seu Plano Diretor, essas espacialidades demandam planejamento e ações integradas dirigidas ao maior aproveitamento dos serviços públicos e de infraestrutura disponibilizados em seu interior, de modo que os investimentos a elas direcionados beneficiem o conjunto dos municípios que as compõem.

De outro lado, as áreas caracterizadas pelas carências sociais, onde as perdas populacionais são mais expressivas, requerem ações articuladas e direcionadas que assegurem acesso aos serviços públicos essenciais; voltadas à composição de infraestrutura urbana e de transporte para a circulação da população e de mercadorias; que criem e impulsionem atividades com potencialidade para incluir a população em idade produtiva, com rendimento adequado para manter a qualidade de vida; enfim, que criem condições que induzam o desenvolvimento e possibilitem a permanência à sua população.

Muitos outros desafios são impostos ao Paraná na atualidade. Aumentar investimentos em infraestrutura, particularmente na de transporte, é necessidade premente para corrigir os desequilíbrios que afetam seriamente a competitividade e produtividade da economia estadual. De fato, houve mudança fundamental na pirâmide social, com diminuição significativa dos níveis de miséria e pobreza. Ainda assim, há que incrementar os níveis de educação e qualificação para o trabalho, assim como ampliar incentivos e investimentos em pesquisa e inovação, com vistas à permanente elevação da competitividade e de padrões de bem-estar da população.

Porém, reitera-se que todas essas ações não podem ser implementadas de forma fragmentada ou dissociada de uma política estadual de desenvolvimento, capaz de integrar os inúmeros aspectos que envolvem o desenvolvimento estadual, bem como dos diferentes agentes que participam desse processo. O êxito dessa política será obtido na medida em que articule os diferentes agentes de desenvolvimento, públicos e privados, e esferas de governo, com ampla participação da sociedade. Também, que se assentem na realidade, sejam contínuas, que reforcem o planejamento, apresentem metas claras e quantificáveis, e que tenham o longo prazo como horizonte, mecanismos de monitoramento durante sua implementação e correção de rumos, sempre que necessário.

Não se pode desconsiderar que as dificuldades nesse caminho atualmente são maiores que aquelas encontradas no início do período investigado por esse estudo. Mais marcadamente a partir de 2015, houve inflexão na trajetória econômica brasileira, com elevação da taxa de desemprego e na trajetória de redução das desigualdades, apontando retrocessos em vários setores, dos quais o Paraná não está alheio.

Por conseguinte, as possibilidades de intervenção nesse contexto são menores e mais estreitas que na década passada, o que torna o trabalho em favor do desenvolvimento do Estado ainda mais desafiador. Para o Poder Público, o desafio se apresenta na necessidade de ações planejadas, ampliadas e orgânicas de modo que o Paraná não recue das conquistas obtidas e se firme em seu propósito de superar seus problemas tradicionais e atender as demandas oriundas das transformações em curso.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Trabajar por el fin de la pobreza en América Latina y el Caribe**: trabajadores, empleos y salarios. Washington: Banco Mundial, 2015.

BRASIL. **Valorização do salário mínimo muda a cara da economia**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/04/valorizacao-do-salario-minimo-muda-a-cara-da-economia>>. Acesso em: 21 dez. 2015.

CAMPOS, M. B.; BORGES, G. M. Projeção de níveis e padrões de fecundidade no Brasil. In: ERVATTI, L. G.; BORGES, G. M.; JARDIM, A. P. **Mudança demográfica no Brasil no início do século XXI**: subsídios para as projeções da população. IBGE, 2015, p.29-40.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). **Descentralização do fomento à ciência, tecnologia e inovação no Brasil**. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010.

CRUZ, A. I. G. et al. **A economia brasileira**: conquistas dos últimos 10 anos e perspectivas para o futuro. Brasília: BNDES. Disponível em: <https://web.bnades.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/961/4/A%20economia%20brasileira-conquistas%20dos%20ultimos%20dez%20anos%20_P-final_BD.pdf>. Acesso em: maio 2016.

DELGADO, P. R.; CINTRA, A. P. de U. Perfil dos migrantes de data fixa nas mesorregiões do Paraná no período 2005-2010. In: LOU, I. A. C.; MAGALHÃES, M. V. **Migrações internas nos decênios 1990 e 2000 em Unidades da Federação selecionadas**: mudanças e continuidades. Salvador: SEI, 2014.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo: DIEESE, 2012.

DINIZ, C.C.; CROCCO, M. A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. **Nova Economia**, Belo Horizonte: UMG/FACE/DCE, v.6, n.1, p.77-103, jul. 1996.

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico estrutural. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FURTADO, C. **Brasil a construção interrompida**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FURTADO, C. **Dialética do desenvolvimento**. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1964.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Brasil em síntese**. Brasília: IBGE, 2016. Disponível em: <<http://brasilemsintese.ibge.gov.br/trabalho.html>>. Acesso em: 08 ago. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. Brasília: IBGE, 2014. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp>>. Acesso em: 17 dez. 2014.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Base de Dados do Estado - BDEweb**. Disponível em: <www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>. Acesso em: 12 out. 2014.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Indicadores de desenvolvimento sustentável por bacias hidrográficas do Estado do Paraná**. Curitiba: IPARDES, 2013.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Oeste paranaense: o 3.º espaço relevante: relatório de pesquisa**. Curitiba: IPARDES, 2008.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Linhas de ação para as dimensões econômica, social e institucional**: subsídios à política de desenvolvimento regional. Curitiba: IPARDES, 2006.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Os vários Paranás**: estudos socioeconômico-institucionais como subsídio aos Planos de Desenvolvimento Regional. Curitiba: IPARDES, 2005. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/varios_paranas.pdf>.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Leituras regionais**: mesorregião geográfica Metropolitana de Curitiba. Curitiba: IPARDES, 2004.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Famílias pobres no Estado do Paraná**. Curitiba: IPARDES, 2003.

KLABIN. **Fato relevante em 7 de março de 2016**. Disponível em: <http://klabin.infoinvest.com.br//ptb/3024/Fato%20Relevante_incio%20Puma%20vfinal.pdf>. Acesso em: 20 maio 2016.

LOURENÇO, G. M.; SUZUKI JÚNIOR, J. T. **Correção do salário mínimo regional do Paraná em 2011**: antecedentes e recomendações. Curitiba: IPARDES, 2011. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/comunicados_planejamento/Comunicado_Planejamento_6.pdf>.

MAGALHÃES, M. V.; CINTRA, A. P. de U. Dinâmica demográfica do Paraná: tendências recentes, perspectivas e desafios. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.122, p.263-291, jan./jun. 2012.

MALTA, D. C. et al. Causas de mortes evitáveis por ações efetivas dos serviços de saúde: uma revisão da literatura. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.12, n.3, p.765-776, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v12n3/27.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2013.

MILARÉ, E. Princípios fundamentais do direito do ambiente. **Revista Justitia**, São Paulo, v.59, n.181/184, p.134-150, jan./dez. 1998. Disponível em: <<http://www.revistajustitia.com.br/revistas/w71d84.pdf>>.

MOLINA, D. **Seminário volta a discutir mercado de agrotóxicos em 2012**. Brasília: ANVISA, 11 abr. 2012. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/wps/content/anvisa+portal/anvisa/sala+de+imprensa/menu+noticias+anos/2012+noticias/seminario+volta+a+discutir+mercado+de+agrototoxicos+em+2012.>> Acesso em: 20 maio 2013.

MOURA, R. **Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba**. Curitiba: UFPR, 2009. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/Rosa_Moura_doutorado.pdf>. Acesso em: 23 out. 2016.

PARANÁ. **A política de desenvolvimento urbano e regional do Estado do Paraná: atuação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano 2003-2010**. Curitiba: SEDU, 2010.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br>>.

RAIS/MTE. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/>>. Acesso em: set. 2016.

SACHS, I. **Desenvolvimento sustentável só é possível com intervenção do Estado no mercado**. Agência Brasil, 2012. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-07-01/ignacy-sachs-desenvolvimento-sustentavel-so-e-possivel-com-intervencao-do-estado-no-mercado>>.

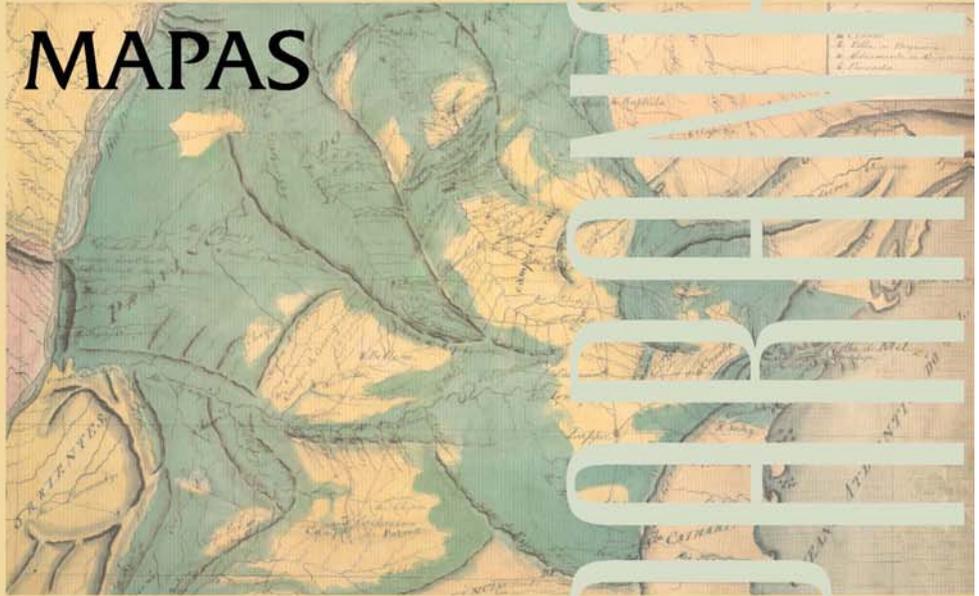
SANTOS, H. P. dos; MAGALHÃES, M. V.; DELGADO, P. R. **Projeção da população total dos municípios do Paraná para o período 2016-2030: alguns resultados**. Curitiba: IPARDES, 2016. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/pdf/indices/projecao_populacao_Parana_2016_2030_set.pdf>.

SISTEMA DE INDICADORES DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO PARANÁ (SETI); INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Boletim Indicadores C, T&I**, Curitiba, v.2, n.1, jan./jun. 2012.

ZIMMERMANN, C. R.; ESPÍNOLA, G. M. Programas sociais no Brasil: um estudo sobre o Programa Bolsa Família no interior do Nordeste brasileiro. **Caderno CRH**, Salvador, v.28, n.73, p.147-164, jan./abr. 2015.



MAPAS



MAPAS

MAPA 1 - PRINCIPAIS FLUXOS MIGRATÓRIOS INTERMESORREGIONAIS 1986/1991

MAPA 2 - PRINCIPAIS FLUXOS MIGRATÓRIOS INTERMESORREGIONAIS 1995/2000

MAPA 3 - PRINCIPAIS FLUXOS MIGRATÓRIOS INTERMESORREGIONAIS 2005/2010

MAPA 4 - PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO TOTAL DO EMPREGO FORMAL DO ESTADO - 2013

MAPA 5 - VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO PERÍODO 2005-2013

MAPA 6 - OS VÁRIOS PARANÁS

MAPA 7 - ESPAÇOS ECONÔMICOS RELEVANTES - 2013

MAPA 8 - OCORRÊNCIA DE VALORES CRÍTICOS EM INDICADORES SOCIAIS - 2000

MAPA 9 - OCORRÊNCIA DE VALORES CRÍTICOS EM INDICADORES SOCIAIS - 2010

MAPA 10 - OCORRÊNCIA DE LEVADO NÚMERO DE POBRES, DÉFICIT HABITACIONAL E DOMICÍLIOS CARENTES E DEFICIENTES DE INFRAESTRUTURA - 2000

MAPA 11 - OCORRÊNCIA DE LEVADO NÚMERO DE POBRES, DÉFICIT HABITACIONAL E DOMICÍLIOS CARENTES E DEFICIENTES DE INFRAESTRUTURA - 2010

MAPA 12 - PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO VALOR ADICIONADO FISCAL TOTAL DO ESTADO - 2013

MAPA 13 - PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO VALOR ADICIONADO FISCAL DO SERVIÇO DO ESTADO - 2013

MAPA 14 - PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO VALOR ADICIONADO FISCAL DA INDÚSTRIA DO ESTADO - 2013

MAPA 15 - PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO FATURAMENTO ESTADUAL DA INDÚSTRIA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE - 2013

MAPA 16 - PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO FATURAMENTO ESTADUAL DA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EM GERAL, MATERIAL
ELETRÔNICO E APARELHOS DE TELECOMUNICAÇÕES - 2013

MAPA 17 - PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO FATURAMENTO ESTADUAL DA INDÚSTRIA DA BORRACHA E PLÁSTICO E DE MINERAIS NÃO METÁLICOS - 2013

MAPA 18 - PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO FATURAMENTO ESTADUAL DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS QUÍMICOS, DE COQUE E REFINO DE
PETRÓLEO - 2013



- MAPA 19 - PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO FATURAMENTO ESTADUAL DA INDÚSTRIA ALIMENTAR E FABRICAÇÃO DE BEBIDAS - 2013
- MAPA 20 - PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO FATURAMENTO ESTADUAL DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS DA MADEIRA, FABRICAÇÃO DE MÓVEIS, PAPEL E CELULOSE - 2013
- MAPA 21 - PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO FATURAMENTO ESTADUAL DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS TÊXTEIS E DE CONFECÇÕES DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS - 2013
- MAPA 22 - PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO FATURAMENTO ESTADUAL DE INDÚSTRIAS DIVERSAS - 2013
- MAPA 23 - PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO VALOR ADICIONADO FISCAL DO COMÉRCIO DO ESTADO - 2013
- MAPA 24 - PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO VALOR ADICIONADO FISCAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO ESTADO - 2013
- MAPA 25 - PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO ESTADO - 2013
- MAPA 26 - VALOR BRUTO NOMINAL DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO ESTADO - 2013
- MAPA 27 - VALOR BRUTO NOMINAL DA PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO - 2013
- MAPA 28 - VALOR BRUTO NOMINAL DA PRODUÇÃO PECUÁRIA DO ESTADO - 2013
- MAPA 29 - PARTICIPAÇÃO DO EMPREGO PÚBLICO NO TOTAL DO EMPREGO FORMAL DO MUNICÍPIO - 2013
- MAPA 30 - TOTAL DA INFRAESTRUTURA TÉCNICO-CIENTÍFICA, SEGUNDO MUNICÍPIO - 2015
- MAPA 31 - INSTITUTOS E FUNDAÇÕES DE PESQUISA, INCUBADORAS, PARQUES TECNOLÓGICOS E LABORATÓRIOS, SEGUNDO MUNICÍPIO - 2015
- MAPA 32 - INSTITUTOS DE ENSINO SUPERIOR POR CAMPI E EXTENSÕES, SEGUNDO MUNICÍPIO - 2016
- MAPA 33 - PROPORÇÕES DE POBRES - 2000
- MAPA 34 - PROPORÇÕES DE POBRES - 2010
- MAPA 35 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDH-M) - 2000
- MAPA 36 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDH-M) - 2010
- MAPA 37 - ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER - 2000
- MAPA 38 - ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER - 2010
- MAPA 39 - ÍNDICE DE IDOSOS - 2000
- MAPA 40 - ÍNDICE DE IDOSOS - 2010

MAPA 41 - TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL - 2000
MAPA 42 - TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL - 2012
MAPA 43 - ÓBITOS POR CAUSAS EVITÁVEIS DE MENORES DE 5 ANOS - 2000
MAPA 44 - ÓBITOS POR CAUSAS EVITÁVEIS DE MENORES DE 5 ANOS - 2012
MAPA 45 - ÍNDICE DE GINI - 2000
MAPA 46 - ÍNDICE DE GINI - 2010
MAPA 47 - DISTRIBUIÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS SEGUNDO AS ESPACIALIDADES - 2016
MAPA 48 - USO DA TERRA E REMANESCENTES DA COBERTURA VEGETAL - 2010/2014
MAPA 49 - AVALIAÇÃO INTEGRADA DA QUALIDADE DAS ÁGUAS (AIQA) DOS RIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA: SITUAÇÃO MÉDIA 2009-2011
MAPA 50 - POTENCIAL DE USO DO SOLO - 1995
MAPA 51 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs) E REMANESCENTES VEGETAIS
MAPA 52 - QUANTIDADE DE AGROTÓXICO POR ÁREA PLANTADA - 2011
MAPA 53 - DOMICÍLIOS SEM COLETA DE LIXO E TIPO DE DISPOSIÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - 2010
MAPA 54 - VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL - 2010/2011
MAPA 55 - MUNICÍPIOS COM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs) E MANANCIAIS - 2013
MAPA 56 - ICMS ECOLÓGICO REPASSADO AOS MUNICÍPIOS - 2004
MAPA 57 - ICMS ECOLÓGICO REPASSADO AOS MUNICÍPIOS - 2013
MAPA 58 - MUNICÍPIOS COM BAIXA COBERTURA VEGETAL (< 7%) EM RELAÇÃO AO ICMS ECOLÓGICO - 2013
MAPA 59 - PARTICIPAÇÃO DO EMPREGO FORMAL EM SERVIÇOS NO TOTAL DO EMPREGO FORMAL DO MUNICÍPIO - 2013
MAPA 60 - PARTICIPAÇÃO DO EMPREGO FORMAL NA INDÚSTRIA NO TOTAL DO EMPREGO FORMAL DO MUNICÍPIO - 2013
MAPA 61 - PARTICIPAÇÃO DO EMPREGO FORMAL NA CONSTRUÇÃO CIVIL NO TOTAL DO EMPREGO FORMAL DO MUNICÍPIO - 2013
MAPA 62 - PARTICIPAÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO COMÉRCIO NO TOTAL DO EMPREGO FORMAL DO MUNICÍPIO - 2013
MAPA 63 - PARTICIPAÇÃO DO EMPREGO FORMAL NA AGROPECUÁRIA NO TOTAL DO EMPREGO FORMAL DO MUNICÍPIO - 2013
MAPA 64 - TAXA DE ANALFABETISMO DE PESSOAS COM 10 ANOS E MAIS - 2000



MAPA 65 - TAXA DE ANALFABETISMO DE PESSOAS COM 10 ANOS E MAIS - 2010

MAPA 66 - DÉFICIT HABITACIONAL - 2000

MAPA 67 - DÉFICIT HABITACIONAL - 2010

MAPA 68 - DOMICÍLIOS SEM ESGOTAMENTO SANITÁRIO (URBANO E RURAL) - 2000

MAPA 69 - DOMICÍLIOS SEM ESGOTAMENTO SANITÁRIO (URBANO E RURAL) - 2010

MAPA 70 - POPULAÇÃO EM DOMICÍLIOS COM DENSIDADE MAIOR QUE 2 PESSOAS POR DORMITÓRIO - 2000

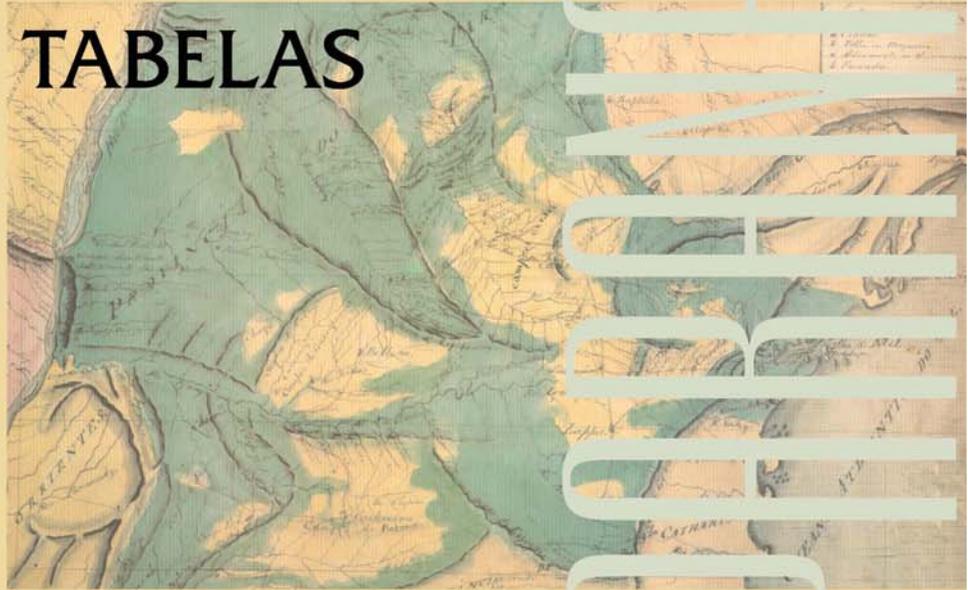
MAPA 71 - POPULAÇÃO EM DOMICÍLIOS COM DENSIDADE MAIOR QUE 2 PESSOAS POR DORMITÓRIO - 2010

MAPA 72 - PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO VALOR ADICIONADO FISCAL DA INDÚSTRIA DO ESTADO - 2013

MAPA 73 - TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO - 1991/2000

MAPA 74 - TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO - 2000/2010

TABELAS



TABELAS

- TABELA A1.1 - VALOR ADICIONADO FISCAL TOTAL E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO ESTADO, SEGUNDO ESPACIALIDADES - PARANÁ - 2003/2013
- TABELA A1.2 - VALOR ADICIONADO FISCAL TOTAL(1) E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO ESTADO, SEGUNDO MUNICÍPIOS - PARANÁ - 2007/2013
- TABELA A 1.3 - VALOR ADICIONADO FISCAL DE SERVIÇOS (1) E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO ESTADO, SEGUNDO MUNICÍPIOS -
PARANÁ - 2007/2013
- TABELA A1.4 - VALOR ADICIONADO FISCAL DA INDÚSTRIA E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO ESTADO, SEGUNDO ESPACIALIDADES -
PARANÁ 2007/2013
- TABELA A1.5 - VALOR ADICIONADO FISCAL DA INDÚSTRIA(1) E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO ESTADO, SEGUNDO MUNICÍPIOS -
PARANÁ - 2007/2013
- TABELA A1.6 - FATURAMENTO DOS SEGMENTOS INDUSTRIAIS, SEGUNDO MUNICÍPIOS - PARANÁ - 2013
- TABELA A1.7 - VALOR ADICIONADO FISCAL DA INDÚSTRIA EXTRATIVA E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO ESTADO, SEGUNDO MUNICÍPIOS -
PARANÁ - 2013
- TABELA A1.8 - VALOR ADICIONADO FISCAL DO COMÉRCIO E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO ESTADO, SEGUNDO ESPACIALIDADES -
PARANÁ - 2007/2013
- TABELA A1.9 - VALOR ADICIONADO FISCAL(1) DO COMÉRCIO E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO ESTADO, SEGUNDO MUNICÍPIOS -
PARANÁ - 2007/2013
- TABELA A1.10 - VALOR ADICIONADO FISCAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO ESTADO, SEGUNDO ESPACIALIDADES -
PARANÁ 2007/2013
- TABELA A1.11 - VALOR CONTÁBIL DE ENTRADA E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO ESTADO E DA ESPACIALIDADE, POR ORIGEM, SEGUNDO
ESPACIALIDADES - PARANÁ - 2007

- TABELA A1.12 - VALOR CONTÁBIL DE ENTRADA E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO ESTADO E DA ESPACIALIDADE, POR ORIGEM, SEGUNDO ESPACIALIDADES - PARANÁ - 2013
- TABELA A1.13 - VALOR DE SAÍDA, POR ORIGEM, SEGUNDO MUNICÍPIO - PARANÁ – 2013
- TABELA A1.14 - VALOR CONTÁBIL DE ENTRADA E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO ESTADO E DO MUNICÍPIO, POR ORIGEM, SEGUNDO MUNICÍPIOS - PARANÁ - 2013
- TABELA A1.15 - VALOR BRUTO NOMINAL DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO ESTADO, POR ATIVIDADE, SEGUNDO MUNICÍPIOS - PARANÁ - 2007/2013
- TABELA A1.16 - VALOR BRUTO NOMINAL DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO ESTADO, POR SUBGRUPO, SEGUNDO ESPACIALIDADES - PARANÁ - 2013
- TABELA A1.16 - VALOR BRUTO NOMINAL DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO ESTADO, POR SUBGRUPO, SEGUNDO ESPACIALIDADES - PARANÁ - 2013
- TABELA A1.17 - VALOR BRUTO NOMINAL DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA (1), POR SUBGRUPO, SEGUNDO MUNICÍPIOS - PARANÁ - 2013
- TABELA A1.18 - VALOR BRUTO NOMINAL DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA (1) E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO ESTADO, POR PRODUTO, SEGUNDO ESPACIALIDADES - PARANÁ - 2013
- TABELA A1.19 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO ESTADO, SEGUNDO MUNICÍPIOS - PARANÁ - 2000/2010
- TABELA A1.20 - TAXA DE OCUPAÇÃO, SEGUNDO MUNICÍPIOS - PARANÁ - 2000/2010
- TABELA A1.21 - NÚMERO DE POSTOS DE TRABALHO FORMAIS E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO ESTADO, SEGUNDO ESPACIALIDADES - PARANÁ 2003, 2007, 2010, 2013
- TABELA A1.22 - NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS, PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO ESTADO E VARIAÇÃO NO PERÍODO, SEGUNDO MUNICÍPIOS - PARANÁ - 2003 E 2013
- TABELA A1.23 - NÚMERO DE POSTOS DE TRABALHO E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO ESTADO E DA ESPACIALIDADE, POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE, SEGUNDO ESPACIALIDADES - PARANÁ - 2013
- TABELA A1.24 - NÚMERO DE POSTOS DE TRABALHOE PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO ESTADO E DA ESPACIALIDADE, POR FAIXA DE REMUNERAÇÃO MÉDIA, SEGUNDO ESPACIALIDADES - PARANÁ - 2013



- TABELA A1.25 - NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO ESTADO E DO MUNICÍPIO, POR SETOR ECONÔMICO, SEGUNDO MUNICÍPIOS - PARANÁ - 2013
- TABELA A1.26 - VALOR ADICIONADO FISCAL DE SERVIÇOS E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO ESTADO, SEGUNDO ESPACIALIDADES - PARANÁ 2003/2013
- TABELA A1.27 - VALOR ADICIONADO FISCAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO ESTADO, SEGUNDO MUNICÍPIOS - PARANÁ - 2007/2013
- TABELA A1.28 - VALOR CONTÁBIL DE SAÍDA(1) E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO ESTADO E DA ESPACIALIDADE, POR DESTINO, SEGUNDO ESPACIALIDADES - PARANÁ – 2007
- TABELA A1.29 - VALOR CONTÁBIL DE SAÍDA(1) E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO ESTADO E DA ESPACIALIDADE, POR DESTINO, SEGUNDO ESPACIALIDADES - PARANÁ - 2013
- TABELA A2.1 - NÚMERO DE CURSOS TÉCNICOS, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO MUNICÍPIOS - PARANÁ - 2001 E 2014
- TABELA A2.2 - NÚMERO E PERCENTUAL DE INSTITUIÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS, POR ESPACIALIDADES - PARANÁ - 2003 E 2015
- TABELA A2.4 - CURSOS TÉCNICOS, POR ESPACIALIDADE - PARANÁ - 2001 E 2014
- TABELA A2.5 - NÚMERO E PERCENTUAL DE COOPERATIVAS, POR ESPACIALIDADES - PARANÁ - 2001 – 2014
- TABELA A3.1 - INDICADORES SOCIAIS DE REFERÊNCIA PARA IDENTIFICAÇÃO DAS SITUAÇÕES CRÍTICAS(1), SEGUNDO MUNICÍPIOS - PARANÁ - 2000
- TABELA A3.2 - INDICADORES SOCIAIS DE REFERÊNCIA PARA IDENTIFICAÇÃO DAS SITUAÇÕES CRÍTICAS(1), SEGUNDO MUNICÍPIOS - PARANÁ - 2010 E 2012
- TABELA A3.3 - INDICADORES SOCIAIS DE REFERÊNCIA PARA IDENTIFICAÇÃO DAS SITUAÇÕES CRÍTICAS(1), SEGUNDO MUNICÍPIOS - PARANÁ - 2000
- TABELA A3.4 - INDICADORES SOCIAIS DE REFERÊNCIA PARA IDENTIFICAÇÃO DAS SITUAÇÕES CRÍTICAS(1), SEGUNDO MUNICÍPIOS - PARANÁ - 2010
- TABELA A4.1 - BALANÇO HÍDRICO TOTAL, POR DEMANDAS E DISPONIBILIDADES, SEGUNDO BACIAS E SUBBACIAS HIDROGRÁFICAS - PARANÁ - 2004
- TABELA A4.2 - INDICADORES AMBIENTAIS, SEGUNDO MUNICÍPIOS - PARANÁ - 1980/2013



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - SEPL

IPARDES

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES

Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 1 Curitiba-PR 82630-900

Tel.: (41)3351-6335 e 3351-6345 Fax: (41)3351-6347

www.ipardes.gov.br ipardes@ipardes.gov.br